



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

INCENTIVOS FISCAIS E INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA (1994 A 2004):
INTERNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA E SUBDESENVOLVIMENTO

Daniela Franco Cerqueira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Daniela Franco Cerqueira** em 15/03/2007 e orientada pelo Prof. Dr. **Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior**.*

CPG, 15 / 03 / 2007

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

C335i	<p>Cerqueira, Daniela Franco.</p> <p>Incentivos fiscais e investimentos na industria de transformação no estado da Bahia (1994 a 2004) : internacionalização produtiva e subdesenvolvimento / Daniela Franco Cerqueira. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.</p> <p>Orientador : Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Economia – Bahia. 2. Incentivos fiscais. 3. Industria de transformação - Bahia. 4. Investimentos. I. Sampaio Junior, Plinio Soares de Arruda. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p align="right">07-32-BIE</p>
-------	--

Título em Inglês: Tax incentives and investments in the Industria de Transformação in the State of the Bahia (1994-2004) : internationalization produtiva and subdesenvolvimento

Keywords: Economy – Bahia ; Tax incentives ; Industry of transformation – Bahia ; Investments

Area de Concentração : -----

Titulação: Mestre em Ciências Economicas

Banca examinadora: Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco

Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão

Data da defesa: 15-03-2007

Programa de Pós-Graduação: Ciências Economicas

Dissertação de Mestrado

Aluna: DANIELA FRANCO CERQUEIRA

**“ Incentivos Fiscais e Investimentos na Indústria de Transformação
no Estado da Bahia (1994 a 2004):**

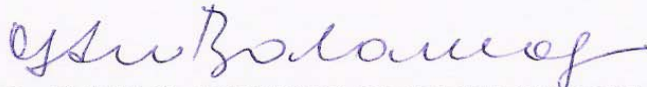
Internacionalização Produtiva e Subdesenvolvimento “

Defendida em 15 / 03 / 2007


COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. PAULO ANTONIO DE FREITAS BALANCO
UFBa



Prof. Dr. CARLOS ANTONIO BRANDÃO
IE / UNICAMP

AGRADECIMENTOS

A dissertação é o encerramento do curso de mestrado, sendo influenciada pelo conteúdo de muitas das disciplinas estudadas e dos trabalhos realizados ao longo do curso. Desse modo, muitas pessoas colaboraram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho. Gostaria, aqui, de agradecer aqueles mais diretamente envolvidos com sua elaboração.

Agradeço ao Prof. Plínio Arruda Sampaio Jr. pela orientação, contribuindo com suas perguntas e sugestões desde a fase de especificação temática até a finalização do texto. Isento-o, como não poderia deixar de ser, das lacunas contidas nessa dissertação. Além disso, vale mencionar que o curso de ‘Formação Econômica do Brasil’, por ele ministrado, muito contribuiu na construção dos referenciais teóricos utilizados nesse trabalho.

Estendo meus agradecimentos aos Profs. Carlos Brandão e Fernando Macedo pelas sugestões feitas na banca de qualificação que, certamente, enriqueceram o trabalho. Cabe ressaltar que a disciplina ‘Experiências e Políticas Regionais Recentes’ lecionada pelo professor Brandão, também, contribuiu no arcabouço teórico utilizado.

Minha gratidão aos colegas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) pelas informações disponibilizadas, ajuda metodológica e sugestões. Em especial, a Carla Janira, Cláudia Fernandes, Flávia Rodrigues, Francisco Vital, Ítalo Guanais e Nícia Moreira. Ao Prof. Vitor Athayde Couto — da Universidade Federal da Bahia— e João Antônio F. de Almeida (Jafa) — Técnico da CEPLAC— pelas indicações bibliográficas. Ao amigo Ednei pela revisão do texto.

À minha mãe (Maria Conceição), especial agradecimento, pelo amor e apoio por uma vida inteira. A Maurício agradeço pela vida compartilhada. A meu irmão (Dalmar), pela preocupação, carinho e apoio financeiro ao longo do mestrado e às minhas sobrinhas (Manuella e Anna Carolina) pela alegria e amor que sempre me dispensaram. Minha gratidão, também, à minha irmã (Cintia) pela torcida e carinho, a Nice — amiga de longa data — pelo abstract e pelo interesse e a Jair pela estadia e amizade.

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir na caracterização dos investimentos realizados na indústria de transformação baiana entre 1994 e 2004, identificando os reflexos dessas inversões sobre a economia do estado e sobre as condições de vida da sua população. Para tanto, foram selecionados os setores de atividades que mais receberam inversões no período e alguns indicadores do mercado de trabalho.

Os resultados mostram que, no período, houve um aprofundamento das características estruturais da economia baiana como: a dependência tecnológica, os baixos encadeamentos produtivos, a ampliação dos centros de decisão externos ao estado, a pequena capacidade de incorporação de mão-de-obra e o aumento da concentração de renda. Isto é, os aspectos que evidenciam o subdesenvolvido desse estado se intensificaram.

Desse modo, o padrão de crescimento via inserção na globalização e com base nas decisões de investimento privado não se constituiu em alternativa para superar o subdesenvolvimento. Ao contrário, a internacionalização produtiva da economia baiana — na medida que significou uma maior integração produtiva com o exterior em detrimento de sua relação com outras regiões do Brasil — transfere para fora do país as decisões produtivas que anteriormente estavam circunscritas ao espaço nacional, colocando o estado numa posição ainda mais subordinada, visto que diminuiu a sua capacidade de interferência no ritmo e expansão dos investimentos.

Além disso, a internacionalização produtiva pode colocar em risco o projeto de construção da nação, na medida que a diminuição das interdependências econômicas entre as regiões brasileiras contribui para gerar tensões e rivalidades entre elas, além de por em marcha um processo de reversão da integração produtiva que transformou regiões autônomas com vínculos preferenciais com o exterior num sistema econômico.

Palavras chave: Economia Baiana, Incentivos fiscais, indústria de transformação baiana, investimentos, subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This paper attempts to contribute to characterizing the investments realized in the industry of transformation in the state of Bahia between 1994 and 2004, identifying their impacts on the state's economy and in the quality of life of the local population. The study examines sectors of activities that were most affected in that period, and also considers some indicators of the labor market.

The results show that in the given period, there was a deepening of such structural characteristics of the Bahian economy as: technological dependency, reduced productive linkages, an amplification of decision - making outside the state, weak capacity of incorporating the work force, and an increase of concentration of wealth. That is, economic indicators suggest that the underdevelopment of this state was intensified.

Thus, the level of growth through globalization, based on private investment, did not constitute a viable alternative for combating underdevelopment. To the contrary, the internationalization of the Bahian economy- to the degree that this represented greater integration with foreign countries than with other regions in Brazil- transferred outside the country productive decision-making that before had been limited to the national arena. The state was left in an even more subordinated position because of its reduced capacity to interfere in the rhythm and expansion of its investments.

Moreover, the internationalization of the economic productive process may put in risk the project of national construction because reducing the economic interdependency among Brazil's regions contributes to creating tensions and rivalries among them. It also threatens to reverse the productive integration of autonomous regions with preferential external links to the economic system.

Key Words: Bahian Economy, Fiscal Incentives, Industry of Transformation of Bahia, Investments, Underdevelopment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: Alguns elementos da trajetória da economia baiana: dos atavismos coloniais a integração produtiva	
1.0. Introdução.....	5
1.1. Complexo Nordeste e Atavismos Coloniais	6
1.2. Economia Baiana de 1850 até 1950	12
1.2.1. Sistema Fabril.....	13
• Relações de Produção e Baixo Nível de Assalariamento	14
• Mercado Interno Insipiente	16
• Segmentos Sociais e Bloqueios a Expansão da Indústria	17
1.3. Articulação comercial.....	19
1.4. Bahia de 1960 até 1989 - Integração produtiva e seus desdobramentos	26
1.5. A Bahia no Nordeste e no Brasil	30
1.6. Região Subdesenvolvida dentro de um País Subdesenvolvido	33
CAPÍTULO II: Globalização, países subdesenvolvidos e transformações recentes da economia brasileira	
2.0. Introdução.....	39
2.1. Algumas Características Gerais da globalização.....	40
2.2. Hierarquias Espaciais	44
2.3. Globalização na América Latina	46
2.4. O Brasil na Globalização.....	52
2.5. Novo Padrão de Acumulação e Subdesenvolvimento	59
CAPÍTULO III: Investimentos na Indústria de Transformação e alguns de seus reflexos sobre a economia baiana	
3.0. Introdução.....	61
3.1. Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia	63
3.2. Programa de Incentivos fiscais.....	68
3.3. Resultados dos Investimentos.....	77
3.4. Perfil de alguns setores de atividade após os investimentos	87
3.4.1. Química e Petroquímica	88
3.4.2. Complexo coureiro-calçadista	93
3.4.3. Papel e Celulose	98
3.4.4. Automobilístico	116
3.5. Grupos empresariais	130
3.6. Relações inter-regionais	134

3.7. Mercado de Trabalho.....	141
-------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
---	------------

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1- Investimentos Industriais realizados segundo o Eixo de Desenvolvimento: Bahia, 1994 – 2004	79
--	----

Mapa 2 - Crescimento Demográfico da População total por Regiões Econômicas: Bahia, 1980 – 20001	144
---	-----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 - Pessoas de 10 anos ou mais segundo o setor de atividade econômica : Salvador * e Interior do Estado **, 1960, 1970 e 1980	29
--	----

Tabela 1.2 - População residente por situação no domicílio: Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia, 1991	31
---	----

Tabela 1.3 - Participação nas variáveis econômicas selecionadas: Brasil, Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1990 e 1998.....	32
--	----

Tabela 1.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal médio mensal: Brasil, Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1991.....	33
--	----

Tabela 3.1 – Programas de incentivos fiscais: Bahia, 1994 - 2004.....	72
---	----

Tabela 3.2 - Renúncia fiscal prevista, investimentos realizados e arrecadação de ICMS: Bahia, 2001 – 2004	74
---	----

Tabela 3.3 - Composição do Orçamento dos investimentos das empresas: Bahia, 2001-2004	76
---	----

Tabela 3.4 - Dispêndios governamentais em investimento e na área social: Bahia, 2001 - 2004	77
---	----

Tabela 3.5 - Investimentos realizados e empregos gerados na indústria de transformação, segundo o eixo de desenvolvimento: Bahia, 1994 – 2004.....	80
--	----

Tabela 3.6 - Proporção dos investimentos realizados na indústria de transformação por subsetor de atividade econômica: Metropolitano, Grande Recôncavo e Extremo Sul, 1994 - 2004	83
---	----

Tabela 3.7 - Investimentos na indústria e VTI da Indústria de Transformação por subsetor de atividade: Bahia, 1996 - 2003	85
---	----

Tabela 3.8 - Empregos previstos e pessoal ocupado na Indústria de Transformação, segundo o subsetor de atividade: Bahia, 1996 - 2003	86
--	----

Tabela 3.9 - Balança comercial do setor Petroquímico: Bahia, 1995 – 2005	92
--	----

Tabela 3.10 - Número de estabelecimentos da indústria calçadista em 31/12: Brasil, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1994 e 2004.....	93
---	----

Tabela 3.11 - Estoque de emprego em 31/12 segundo o rendimento médio: Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasil, 1994 e 2004	94
Tabela 3.12 - Produção e Perfil das Empresas de Calçados Atraídas para a Bahia*	98
Tabela 3.13 - Perfil dos Investimentos realizados no setor de papel e celulose: Bahia, 1994 - 2004	99
Tabela 3.14 - Índice de Gini referente à desigualdade da distribuição da posse da terra: Bahia e Extremo Sul, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985	102
Tabela 3.15 - Proporção de imóveis e área ocupada segundo a categoria do imóvel: Região do Extremo sul da Bahia, 1998	104
Tabela 3.16 - Proporção de imóveis e área ocupada segundo as classes de número de módulos fiscais das grandes propriedades: Região do Extremo sul da Bahia, 1998.....	105
Tabela 3.17 - Perfil das Exportações do setor de papel e celulose: Bahia, 1995 - 2003	106
Tabela 3.18 - Área plantada das culturas da lavoura temporária e permanente: Bahia e Extremo Sul 1994 - 2003	109
Tabela 3.19 - Área e número de famílias envolvidos em conflitos de terra: Brasil, Nordeste, Bahia, Extremo Sul	115
Tabela 3.20 - Violência contra a pessoa cometidas em conflitos de terras: Brasil, Nordeste, Bahia e Extremo Sul, 1985, 1998 e 2004	116
Tabela 3.21 - Perfil dos Investimentos Realizados no segmento de materiais de Transporte: Bahia, 1994 - 2003.....	118
Tabela 3.22 - Empresas que compõe o projeto Amazon da Ford: Bahia, 2004	124
Tabela 3.23 - Balança comercial do setor de material de transporte: Bahia, 1994 - 2005	128
Tabela 3.24 - Maiores empresas segundo o controle acionário e o setor de atividade: Bahia, 1994 e 2004*	133
Tabela 3.25 - Grupos empresariais segundo o controle acionário e o setor de atividade: Bahia, 2004	134
Tabela 3.26 – Participação nas Importações totais por categorias de uso: Bahia, 1995 - 2005	136
Tabela 3.27 - Exportações, importações e saldo da Balança Comercial: Bahia 1994 - 2005	138
Tabela 3.28 Variáveis Seleccionadas do mercado de trabalho: Bahia, RMS e Demais Regiões, 1995, 1999, 2001 e 2004	147
Tabela 3.29 –Pessoas com 10 anos ou mais por classe de rendimento: Bahia e RMS, 1995, 1999, 2001 e 2004.....	149
Tabela 3.30 - Variáveis Seleccionadas do mercado de trabalho e dos ocupados: RMS, Salvador, Demais municípios 1997 – 2005	152

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para a caracterização dos investimentos realizados na indústria de transformação baiana no período entre 1994 e 2004, identificando os reflexos dessas inversões sobre a economia do estado e sobre as condições de vida de sua população. Para tal, foram selecionados os setores de atividade que mais receberam inversões no período e alguns indicadores do mercado de trabalho.

No período analisado, além dos investimentos relacionados à reestruturação produtiva, tivemos a instalação da indústria de informática em Ilhéus, da indústria calçadista, do setor automobilístico na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e a ampliação dos investimentos no setor de papel e celulose no Extremo Sul do estado¹.

A realização de tais inversões tem levado vários estudiosos da economia baiana a caracterizar o período posterior a 1994 como uma fase marcada por um processo de desconcentração da indústria do estado e pelo desenvolvimento de novas áreas de expansão agrícola, originando uma diversificação das atividades econômicas. Embora haja um consenso entre os analistas sobre a diversificação das atividades produtivas do estado, o grau de desconcentração e a capacidade desses investimentos de gerar uma nova dinâmica econômica são questões divergentes.

Os mais otimistas acreditam que os investimentos iniciados na década de noventa estariam levando à verticalização da economia baiana com “maior adensamento das relações intersetoriais (...) em direção aos bens de consumo final” (UDERMAN e MENEZES, 1998, p. 734)². Se esse processo estiver em curso, parte das dificuldades estruturais da economia baiana — baixo encadeamento setorial, geração insuficiente de postos de trabalho e crescimento espacialmente concentrado — estariam em vias de superação³.

Segundo essa abordagem, a atração de capitais para o estado esteve associada a uma gama de vantagens em relação a outros estados do norte e do nordeste. Além das vantagens tradicionais — salários menores, incentivos fiscais e preços das terras —, a proximidade geográfica do sul e do sudeste do país e um pólo industrial apto a oferecer serviços modernos para as indústrias de ponta são indicados como causas da atratividade do estado.

¹ Além da indústria, foram registradas inversões no turismo e na expansão da fruticultura irrigada.

² Ver também QUEIROZ (1997), CARVALHO NETO (1998) e MENEZES (2000).

Acredita-se, ainda, que esse conjunto vantagens atraiu capitais capazes de desenvolver as chamadas “vantagens competitivas”, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, permitindo à Bahia competir no mercado internacional.

Todavia, os analistas com posição mais crítica assinalam a reduzida desconcentração setorial da indústria e a dificuldade que esses novos setores — celulose, têxtil, calçados — têm de se verticalizar, trazendo efeitos de encadeamento para a economia como um todo e revertendo a tendência à estagnação verificada na década de 80⁴.

Assinalam que, mesmo crescendo a níveis superiores à média nacional, os investimentos na década de noventa tiveram “impactos limitados e localizados que, na melhor das hipóteses, *ceteris paribus*, podiam contribuir para uma trajetória de crescimento vegetativo do PIB da Bahia no novo século”. (GUERRA e GONZALEZ, 2001, p. 314)

No que se refere à indústria automobilística, as perspectivas são mais promissoras na medida que esse setor tem potencial para se articular com a indústria petroquímica. Porém, mesmo nesse caso, seria necessária, segundo essa aborgagem, uma intervenção governamental para viabilizar tal alternativa, além da expansão do mercado interno que induzisse os investimentos do setor automotivo.

É nesse quadro de divergência, que ainda persiste, acerca do entendimento da realidade atual da economia baiana, em especial da sua indústria de transformação, que se insere esse estudo. Vale notar que o equacionamento das questões levantadas requer uma abordagem capaz de identificar se a inserção na globalização abre ou não possibilidades de desenvolvimento às economias subdesenvolvidas e, mais especificamente, aos espaços subnacionais subdesenvolvidos e com graves problemas sociais como é o estado da Bahia. Além disso, requer um diagnóstico das debilidades estruturais da economia baiana e dos problemas sociais que afligem o estado de modo a identificar se podem ser resolvidos a partir de um novo ciclo de investimentos conduzido pela iniciativa privada.

Desse modo, adotamos a perspectiva de que a evolução da economia baiana, naquele período, esteve condicionada pelas suas características estruturais, isto é, pelo legado de sua formação econômica — posição na divisão inter-regional do trabalho, ausência de dinamismo interno, concentração da indústria, baixo encadeamento produtivo local, pouca capacidade de

³ As características da economia baiana foram desenvolvidas no capítulo I.

⁴ Ver TEIXEIRA e VASCONCELOS (1997); PORTO (2000); TEIXEIRA e GUERRA (2000).

geração de emprego e elevado padrão de concentração de renda —, pelas características do novo padrão de acumulação capitalista e pelo resultado da inserção do Brasil na globalização.

Nos capítulos um e dois são tratados os referenciais acima mencionados. No capítulo 1, procura-se identificar quais os problemas estruturais da economia baiana, partindo da organização do complexo nordestino. Para tal, utiliza-se a obra de Celso Furtado sobre a problemática nordestina.

Em seguida, reconstituí-se, em linhas gerais, o perfil do sistema fabril da economia baiana que emergiu na segunda metade do século XIX, sua involução na fase de articulação comercial e a configuração da indústria do estado após a integração produtiva da economia brasileira comandada pelos capitais de fora do estado. Por fim, analisa-se — à luz das formulações de Celso Furtado sobre subdesenvolvimento — os resultados da industrialização nordestina e, em particular, da Bahia. Nesse tópico, ressalta-se que todo padrão de crescimento que se baseie na modernização do consumo das classes de alta renda ou na produção de bens de elevado conteúdo tecnológico para a exportação não é capaz de resolver os problemas da economia baiana, nem seu grave quadro social. Isso porque, na medida que não domina o padrão tecnológico da produção e que não possui um nível de acumulação correspondente, a implantação de tais industriais, no estado (e no Brasil), significa pouca absorção de mão-de-obra, aumento da concentração de renda, estrutura produtiva pouco relacionada com a demanda interna, pouco encadeamento produtivo local e aumento da dependência financeira e tecnológica.

No segundo capítulo, concentramo-nos em dois elementos da economia mundial de maior interesse para análise da política de atração de investimentos na década de noventa: as baixas taxas de crescimento e a permanência da hierarquia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na definição dos investimentos realizados pelas multinacionais. Evidencia-se, ainda, a posição subordinada dos países da América Latina, utilizando-se para tal dos determinantes dos fluxos de capitais internacionais e dos desequilíbrios estruturais que esses causam nas economias periféricas. Nesse caso, usamos a formulação de Caio Prado Jr. que identifica as inversões externas com o reforço do subdesenvolvimento, caracterizado pelo aumento dos laços de subordinação e dependência das economias periféricas às transnacionais, onde estas ajustam a estrutura produtiva das economias subdesenvolvidas aos seus interesses, independente das necessidades reais do país e de sua população. Além disso, ainda segundo Caio Prado, os investimentos externos tendem a hipertrofiar alguns segmentos em detrimento de

outros, em especial, o setor de bens de capital o que acarreta a separação entre processo de acumulação e inversão. No final do capítulo, identifica-se alguns dos reflexos da abertura comercial e financeira no Brasil.

Esse referencial adotado difere de muitas das análises realizadas sobre a economia baiana, na medida que boa parte dessa literatura adota uma perspectiva de análise microeconômica da evolução da economia do estado, deixando de lado a especificidade da acumulação capitalista atual que somente é abordada em termos de novas exigências tecnológicas e novos padrões de gestão e organização do trabalho. Do mesmo modo, o perfil do desenvolvimento capitalista após a liberalização dos fluxos de capitais e de mercadorias e as hierarquias do sistema mundial também não são considerados.

Acrescente-se, ainda, que os componentes da formação econômica da Bahia que, na ausência de reformas estruturais, se constitui enquanto entraves a seu crescimento econômico e social não são abordados, sendo que apenas os aspectos macroeconômicos dos planos de estabilização (Collor e Real) são mencionados como obstáculos ao desenvolvimento do estado.

No terceiro capítulo é que passamos propriamente a análise dos investimentos. Nele, explicita-se como os elementos do programa de desenvolvimento industrial formulado pelo governo do estado, entra em consonância com a perspectiva adotada pelo governo federal (nas gestões de Collor e Fernando Henrique Cardoso) de maior inserção internacional. Em seguida, analisa-se a política de incentivos fiscais e o resultado dos investimentos realizados do ponto de vista dos encadeamentos produtivos locais para os subsetores selecionados (Petroquímico, calçados, papel e celulose e material de transporte) e dos centros de decisão, considerando para tal, a configuração dos grupos empresariais que atuam no estado. Por fim, identifica-se as modificações nas relações interestaduais após a integração produtiva da economia brasileira, analisa-se o mercado de trabalho do estado e tece-se algumas considerações finais.

Cabe ressaltar que esse estudo não tem a pretensão de abarcar todos os aspectos referentes aos resultados dos investimentos realizados na Bahia entre 1994 e 2004. Como dito anteriormente, seu objetivo é contribuir para um entendimento maior sobre a realidade econômica do estado, utilizando referenciais teóricos diferentes daqueles que têm sido usados nos trabalhos sobre o tema.

CAPÍTULO I: Alguns elementos da trajetória da economia baiana: dos atavismos coloniais a integração produtiva.

1.0. Introdução

Neste capítulo, procuramos apontar as características estruturais da economia baiana e, particularmente, de sua indústria de transformação, já que é sobre a base produtiva existente que se sobrepuseram as novas atividades e os novos padrões de organização da produção. Desse modo, a estrutura produtiva que se conforma após a realização dos investimentos industriais está fortemente influenciada pelos elementos constitutivos da economia baiana.

Além disso, precisamos identificar claramente o que a economia baiana era no início da década de 1990, de modo a estabelecer uma base de comparação para identificar os efeitos das inversões realizadas no estado, após a abertura comercial e financeira do Brasil. A análise da evolução econômica da Bahia permite, ainda, identificar suas debilidades estruturais, ajudando a dimensionar a inadequação do modelo adotado para resolver os problemas do estado.

Utilizou-se, além da obra de Celso Furtado, outros estudos que se referem à região nordeste, já que a Bahia teve em seu território os principais movimentos que marcaram a economia da região como a implantação da atividade açucareira no período colonial e de indústrias na fase de integração produtiva. Recorreu-se, também, a trabalhos sobre a história econômica da Bahia para caracterização de sua produção fabril.

No primeiro tópico, listou-se as características da formação econômica do Nordeste, uma vez que a constituição do complexo nordestino — formado pela produção açucareira e pela pecuária — marcou a trajetória econômica, social e política dessa região, na medida que os elementos constitutivos desse complexo se projetaram, ao longo dos séculos, para as diversas atividades produtivas desenvolvidas nesse espaço. É o que Furtado chamou de atavismos coloniais, isto é, a manutenção de características do passado no presente com a sobrevivência de aspectos do sistema colonial na região nordeste.

Em seguida, mostra-se o perfil das atividades manufatureiras da Bahia no final do século XIX, ressaltando-se algumas de suas características herdadas do passado colonial, bem como o comportamento dessas manufaturas na fase de articulação comercial da economia brasileira.

Evidenciamos aqui que, além dos atavismos coloniais, a preponderância do capital comercial na condução do sistema fabril e da economia da região contribuiu para o imobilismo econômico da Bahia diante da involução de sua indústria.

Posteriormente, destaca-se o processo de integração produtiva da região nordeste (e do estado da Bahia) à economia nacional, com base no modelo brasileiro de substituição de importações. Nesse aspecto, mostramos como o processo de integração produtiva, consolidou uma divisão do trabalho entre as regiões brasileiras na qual coube a Bahia uma posição subordinada. Além disso, condicionou o perfil de sua Indústria de Transformação e alterou a posição do estado na economia nordestina. Por fim, utilizando Celso Furtado, tecemos comentários sobre as características do processo de industrialização por substituição de importação e como ele pouco contribuiu no sentido de modificar as características estruturais da economia baiana herdadas do seu passado colonial.

1.1. Complexo Nordestino e Atavismos Coloniais

Uma das atividades formadoras do complexo nordestino foi o cultivo da cana-de-açúcar organizado pelos portugueses para abastecer o mercado consumidor europeu com um produto de elevado valor comercial, fortalecendo suas linhas de comércio.

A organização da empresa do açúcar foi feita com base no trabalho escravo, na grande propriedade monocultora e com capitais privados. Tais elementos nos quais se apoiaram a organização da economia colonial tiveram como critério de escolha a viabilidade econômica e a garantia da lucratividade. Utilizou-se financiamento privado, uma vez que a coroa não dispunha de recursos suficientes para a operação de montagem de um sistema produtivo (FURTADO, 2001).

Dentre as características da organização açucareira, a unidade de produção monocultora contribuiu para a conformação de um sistema produtivo dependente da economia européia. Isso porque essa era a única atividade econômica de vulto desenvolvida na região, uma vez que os colonizadores impediram a utilização de recursos para outro fim, garantindo o retorno dos investimentos realizados para a implantação da empresa açucareira. Desse modo, a produção de açúcar, “monopolizando a mão-de-obra, [...] impossibilita qualquer outra forma de atividade econômica ou as reduz às condições de existência as mais miseráveis. Será o caso da pecuária” (FURTADO, 2001, p. 121).

Além disso, havia a necessidade de mercado consumidor para o açúcar, já que não existia possibilidade de consumo interno do produto. Do mesmo modo, a pequena população livre importava praticamente tudo o que consumia da economia européia.

Por último, e como decorrência dos dois anteriores, porque o impulso de expansão do sistema estava localizado nas fronteiras européias. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, na economia agro-exportadora, a aplicação do excedente “depende, quase exclusivamente, das condições prevalecentes na economia a que pertence o capital” (FURTADO, 1972, p. 183), em especial a expansão da demanda.

Desse modo, a organização produtiva e o aumento das plantações eram comandados pelo capital comercial europeu, encarregado da distribuição e financiamento da produção, obedecendo à expansão do mercado consumidor. O dinamismo da produção açucareira estava, portanto, no comércio exterior e não associado a elementos internos. A característica de dependência foi assim identificada por Furtado:

O que caracteriza este caso é que os beneficiários locais do excedente operam dentro de um espaço residual. A iniciativa se mantém com os interesses externos, cuja atuação ganha flexibilidade e eficácia na medida em que se apoia em agentes locais (FURTADO, 1984, p. 113).

Outra característica da organização açucareira que se projeta sobre o futuro da região é a utilização do trabalho escravo que contribuiu para formar uma economia com pouca propensão a inserir modificações em sua estrutura produtiva. O traslado da mão-de-obra africana se deu pelo menor custo que representava em relação à utilização do trabalho da população européia. Além disso, os portugueses já conheciam o sistema de escravidão dos africanos e podiam lucrar com tal tráfico. Já no caso dos trabalhadores europeus, atraí-los para a colônia somente seria possível através do pagamento de altos salários ou doação de terras o que eliminaria a lucratividade do comércio colonial.

A utilização da mão-de-obra escrava é lucrativa enquanto os solos estiverem férteis, os preços permanecerem suficientemente altos para remunerar tanto o capital empregado quanto os donos da terra e não existirem concorrentes mais eficientes no mercado, podendo a produção açucareira prescindir de aumentos na produtividade do trabalho. As boas condições climáticas, as possibilidades de ocupação de novas terras e os mesmos níveis de produtividade dos concorrentes resultam em níveis de produção satisfatórios.

Entretanto, o desgaste das terras cultivadas requer a adoção de novas técnicas de cultivo e de organização do trabalho que resultem em aumentos da produtividade. A economia escravista não é capaz de racionalizar os métodos de produção, uma vez que isso dependeria, em grande medida, do escravo que, por causa do trabalho compulsório, não pode ser um elemento ativo capaz de adaptar o processo produtivo às novas exigências da concorrência (GENOVESE, 1976).

Essa tarefa deveria ser conduzida pelos donos de engenhos, entretanto estes se mostravam pouco preocupados com a introdução de melhorias técnicas, pois havia a ausência completa de uma mentalidade capitalista dos proprietários de terra. Em muitos engenhos, a produção era deixada a cargo do feitor ou do próprio escravo.

Além disso, a adoção do sistema escravista de produção atenua os efeitos da queda de preços, uma vez que os escravos eram responsáveis pela própria subsistência e supriam parte das necessidades dos senhores de engenho, resultando num baixo grau de monetização da economia colonial (FURTADO, 2003).

Desse modo, as crises não se fazem sentir de maneira imediata já que a população podia prescindir do dinheiro para satisfação de algumas necessidades. Os efeitos da queda dos preços do açúcar se faziam sentir no longo prazo com a impossibilidade de reposição tanto dos equipamentos quanto da mão-de-obra. As crises também não significavam diminuição da produção já que, ainda de acordo com Furtado, o escravo, enquanto um ativo fixo, era mais rentável trabalhando do que sem atividade. A organização da produção era, portanto, algo estanque, onde

Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos em manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força de trabalho (FURTADO, 2003, p.51).

Desse modo, a entrada de concorrentes no mercado internacional e o declínio dos lucros em função da queda dos preços não resultaram em atualização das técnicas ou modernização dos processos de produção utilizados — rudimentares mesmo para a época. A economia açucareira não logrou introduzir alterações na sua organização capazes de reverter o declínio de sua renda e de sua produtividade, cristalizando procedimentos e se tornando resistente a mudanças⁵.

⁵ Os engenhos localizados na Bahia não evoluíram tecnicamente até princípios do século XIX quando incorporaram a máquina a vapor. Foi “igualmente lenta e reduzida a experimentação de variedades de cana, pois os lavradores

Essa prostração diante das crises pode ser verificada nos diversos ciclos produtivos da economia nordestina e da Bahia — mesmo no final do século XIX com o declínio do insipiente sistema fabril e no século XX com a crise do cacau. Se a baixa monetização da economia e a utilização do trabalho escravo tiveram um papel importante nessa passividade, posteriormente, o capital comercial, que veremos adiante, e a existência de um amplo setor de subsistência também contribuíram para a dificuldade de inserir modificações na estrutura produtiva da região. Nesse aspecto, cabe ressaltar que a agricultura de subsistência fornecia um meio de vida para um contingente expressivo da população, evitando o confronto aberto entre essa população pobre e as classes dominantes locais que resultasse na mudança do sistema econômico.

A terceira característica da região que teve origem na época colonial foi a formação desse amplo setor de subsistência a que nos referimos anteriormente. Sua expansão foi resultado da resposta dada pela pecuária e pela produção açucareira à queda dos preços do açúcar no mercado internacional: a economia açucareira entrou em estagnação e a atividade pecuária se expandiu a partir do seu núcleo de subsistência, diminuindo a renda e a produtividade da economia nordestina, conformando o complexo nordestino com parte expressiva da população inserida nas atividades de subsistência (FURTADO, 2003).

O desenvolvimento da atividade criatória foi estimulado pela extrema especialização da economia exportadora que não produzia alimentos para aqueles que viviam da atividade açucareira, abrindo espaço para o desenvolvimento da pecuária nas regiões afastadas dos engenhos.

O crescimento da pecuária era feito de forma extensiva com a incorporação de animais e mão-de-obra; tinha baixa especialização e baixo nível de monetização, constituía-se, em grande medida, numa economia de subsistência que lançava mão do comércio — com a renda auferida da exportação de couros e peles e da venda de carne para o litoral — como forma de complementar o consumo (FURTADO, 2003).

Com a crise da economia açucareira, o ajuste da pecuária foi feito com a diminuição do setor que abastecia o mercado do litoral, com declínio da monetização da economia e com retrocesso na divisão do trabalho. O crescimento dos rebanhos tornou tal economia uma

preferiam a cana da terra ou crioula, cujo teor de sacarose era muito baixo” (TAVARES, L., 2001, p 282). A mecanização da produção não logrou retirar da crise o sistema açucareiro ou reverter o processo de estagnação, na medida que os engenhos centrais eram responsáveis pelo processamento da cana-de-açúcar, não interferindo nos processos de cultivo do produto que se mantiveram intocados.

alternativa de trabalho tanto para a população que crescia vegetativamente nesse setor, quanto para aqueles que não encontravam colocação na economia açucareira ou dela eram expulsos por conta de seu declínio, aumentando, assim, o setor de subsistência.

Tínhamos, portanto, um quadro onde a presença da monocultura conservava “o país na íntima dependência de um comércio que se opera fora de suas fronteiras” (FURTADO, 2001, p.121). Ademais, o núcleo dinâmico era localizado nas economias européias e verificava-se a ausência de outras atividades econômicas com significado relevante para a formação da renda e promoção da acumulação capitalista dentro da colônia. A adoção do trabalho escravo era outro elemento que dificultava a reação da economia açucareira, fazendo o complexo nordestino crescer pelo seu setor de subsistência, conservando, assim, as estruturas coloniais.

Além do legado econômico, Furtado (2001) assinala a existência de atavismos políticos e sociais. Do ponto de vista político, temos a proeminência do senhor de engenho e o uso dos costumes locais, arbitrados pelos proprietários de terras, como critério de justiça e norma de conduta social. Do ponto de vista social, consolidou-se a extrema concentração da riqueza e um padrão de superexploração da força de trabalho.

A premência do senhor de engenho sobre os outros grupos sociais originou-se da dependência de todos os habitantes da colônia dos capitais necessários ao andamento da vida os quais somente o proprietário de terras detinha. A adoção do trabalho escravo adicionou à gama de poderes do senhor de engenho o “hábito” de interferir no destino das pessoas e “sobre a quase totalidade da população trabalhadora” (FURTADO, 2001, p.128), criando, desta forma, uma tradição de mandonismo e arbitrariedade na sociedade brasileira.

A ausência de autoridades públicas para regular a vida na colônia contribuiu para a preponderância da autoridade local. Na falta de algum poder regulador nacional que pudesse resolver os problemas da colônia, surgem os hábitos e costumes locais como a norma de conduta e de “justiça” da sociedade brasileira, reforçando a autoridade do proprietário de engenho. Essa estrutura social hierarquizada, de acordo com Furtado (2001), permaneceu mesmo após o deslocamento total do açúcar nordestino do mercado internacional, isto é, mesmo depois do solapamento das bases materiais que deram origem a tal configuração, uma vez que os senhores de engenho conseguiram interferir na evolução da economia da região preservando os seus interesses. O exercício de cargos públicos com pleno usufruto dos recursos governamentais a serviço da manutenção de sua riqueza e a propriedade da terra foram os meios através do qual

muitos dos senhores de engenho preservaram sua autoridade política e social.

A origem da concentração de riqueza e renda está na utilização de trabalho escravo e na recriação de formas de trabalho semilivres, como o colonato, a meação, dentre outras, que resultou na apropriação da totalidade da renda que permanecia no país, ou grande parte dela, pelo pequeno grupo de donos de engenho.

No caso da Bahia, existia, nas suas áreas rurais,

uma população flutuante e livre e não proprietária de terras [que] formava a vasta categoria de ‘agregados rurais’ ou ‘moradores’. Eram famílias inteiras que passavam de uma propriedade para outra, oferecendo seus serviços por tempo geralmente indeterminado, em troca de um teto e de um pedaço de terra que lhes garantisse a subsistência (MATTOSO, 1992, p. 528).

Fundou-se, assim, uma sociedade onde prevalecia uma relação de extrema exploração da mão-de-obra e de apropriação do excedente por uma minoria.

A estrutura do latifúndio de monocultura nas melhores áreas, impedindo o acesso dos trabalhadores livres à terra, e a pequena expansão econômica, excluindo milhares de pessoas dos processos econômicos, constituíram-se, também, em fatores limitantes a distribuição de renda mais favorável ao trabalho. Além disso, o sistema de produção ao qual os trabalhadores estavam submetidos não permitia o acúmulo de excedentes (FURTADO, 1989).

Na Bahia, por exemplo, os agregados rurais ou moradores entregavam parte do produto cultivado ao proprietário como forma de pagamento pelo uso da terra ou pelos adiantamentos de bens de consumo⁶. No caso dos pequenos proprietários livres, a relação com os comerciantes foi um dos principais empecilhos à acumulação de excedente que pudesse ser investido para melhorar a produção e, por conseguinte, a condição de vida desses trabalhadores.

Os agentes intermediários forneciam, aos pequenos produtores, mantimentos e empréstimos para a lavoura em troca da venda antecipada da produção; praticavam juros extorsivos e especulavam com os preços dos produtos, retendo o lucro extra nos momentos de alta dos preços e diminuindo o valor pago pela produção nos momentos de baixa, mantendo os produtores no sistema de subsistência, na pobreza e impedindo a formação de um mercado interno que pudesse estimular a economia baiana.

⁶ Nos momentos de alta no mercado internacional os donos das fazendas contratavam trabalhadores, porém, mesmo nesse período, o nível de assalariamento da agricultura era bastante diminuto.

Esses foram, portanto, o legado que a economia nordestina, e baiana, levaram para o século XIX: permanência do atraso técnico, ausência de dinamismo interno, resistência a mudanças e uma vasta área dedicada ao sistema de subsistência. Como legado social, manteve-se a extrema concentração de renda com a exclusão de milhares de pessoas dos processos econômicos. Do ponto de vista político, conservou-se o predomínio do poder local e dos senhores de engenho os quais se transformariam em coronéis — responsáveis por arbitrar as normas de conduta da sociedade.

Desse modo, apesar de ter se diversificado, a economia baiana manteve seus aspectos fundantes, incorporando-os à expansão dos novos produtos de exportação e ao sistema manufatureiro nascente.

1.2. Economia Baiana de 1850 até 1950

No século XIX, a economia baiana continuou com seu centro dinâmico localizado no mercado externo. Por isso, ao longo desse período, sua trajetória não foi linear, alternando períodos de crise e de expansão associadas a corrente do comércio internacional.

Poderíamos figurar esse período da história da Bahia por uma alta no começo do século, uma baixa nas décadas de 20 e 30, uma recuperação no meado (décadas 40 e 50), logo interrompida, uma ligeira reanimação no começo dos 60, para cair em seguida com a guerra do Paraguai até 1890, quando se registra nova alta (ALMEIDA, 1973, p. 75).

Apesar das dificuldades, houve uma diversificação das atividades desenvolvidas no estado com o florescimento de bancos e manufaturas e com a introdução de outros produtos na pauta de exportação com destaque para os diamantes, o café e o cacau. Além deles, “Muitos outros produtos extrativos, como sal, a araroba, o azeite de baleia, as peles de cabra (além das de boi), a carnaúba, ipeca tucum, piaçava, figuravam sempre numa grande variedade e numa frequência irregular nas exportações baianas.” (ALMEIDA, 1973, p. 69).

As condições naturais propícias à produção de diversas matérias-primas demandadas pelo comércio internacional, a descoberta das minas da Chapada Diamantina na década de quarenta do século XIX e o aumento do excedente dentro do país, em virtude da eliminação de Portugal da intermediação comercial, contribuíram para a diversificação das atividades produtivas.

Três subsistemas existiam na economia baiana no século XIX: a economia de exportação que subordinava os outros dois subsistemas⁷; uma nascente economia urbana com a presença de manufaturas e bancos em Salvador e no recôncavo baiano e a economia de subsistência espalhada pelas áreas de povoamento do estado. Para os fins desse trabalho, nos concentraremos na análise da organização das manufaturas da época, identificando como os atavismos coloniais se projetaram sobre essa atividade.

1.2.1 Sistema Fabril

As manufaturas surgiram na Bahia a partir da produção agro-mercantil açucareira com o objetivo de realizar o beneficiamento da cana-de-açúcar e todos os bens auxiliares a exportação do produto. Desenvolveram-se, principalmente, o segmento têxtil destinado a produção de sacos e roupas para escravos e o ramo metalúrgico para a reposição de peças para engenhos e para embarcações de navegação costeira.

Somente a partir da segunda metade do século XIX, registrou-se um novo impulso que deu origem a abertura de novos estabelecimentos manufatureiros dedicados tanto aos ramos já existentes, quanto à fabricação de novos produtos. Tal estímulo esteve associado às modificações que a economia baiana vivera ao longo desse período.

A primeira delas foi a extinção do sistema de exclusivo colonial, com abertura dos portos em 1808, que eliminou os entrepostos metropolitanos e permitiu um maior acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes nacionais que, posteriormente, investiriam na abertura de fábricas⁸. Ao mesmo tempo, permitiu-se a entrada de capitais de outras nacionalidades que se estabeleceram em atividades manufatureiras — como é o caso dos alemães que abriram fábricas de charutos e cigarros.

A segunda foi a diversificação da pauta de exportações concomitante ao declínio dos preços do açúcar no mercado internacional que levou à diversificação dos investimentos daqueles que antes somente se dedicavam à empresa açucareira. Por fim, a crescente dificuldade de importação e a existência de um segmento de baixa renda livre, que trataremos mais adiante,

⁷ O açúcar, até 1871, foi o principal produto exportado pelo estado. A partir de 1872, foi deslocado pelo fumo que começou a figurar como o produto mais importante, com um terço das exportações baianas. Até que, em 1906, foi suplantado pelo cacau.

⁸ Falcón (1981) estima que os capitais nacionais representavam pouco menos de 35% de todo o capital envolvido nas transações comerciais no estado da Bahia.

tornaram lucrativo investir na produção interna de bens de consumo. Por causa desses fatores:

As principais casas comerciais aqui sediadas aumentaram ao longo da segunda metade do século XIX e diversificaram suas atividades continuamente, extrapolando as suas funções estritamente comerciais, seja na intermediação financeira, agindo como verdadeiras casas bancárias, seja submetendo produtores agrícolas via empréstimos ou criando fábricas e manufaturas complementares a atividade de origem (FALCÓN, 1981, p.25).

Se, por um lado, o século XIX estimulou o surgimento de fábricas de diversos ramos, por outro o sistema produtivo que aí se encontrava impôs obstáculos a sua própria expansão. Um deles era o livre comércio que expunha segmentos como o de navegação à concorrência com a indústria inglesa que se encontrava bem mais desenvolvida. O segundo fator limitante era a organização produtiva das manufaturas e sua dependência em relação ao capital comercial como veremos a seguir.

• **Relações de Produção e Baixo Nível de Assalariamento**

No sistema fabril que se expandiu a partir de 1850, houve a persistência da utilização do trabalho escravo ainda no ano de 1872⁹. Embora numa proporção diminuta, a utilização de tal mão-de-obra põe em evidência que a estrutura econômica da província não havia evoluído a ponto de exigir processos de trabalho mais eficientes. Demonstra, ainda, a resistência da economia baiana em eliminar o trabalho escravo.

De acordo com Mattoso (1992), os trabalhadores livres e os escravos exerciam suas funções lado a lado e disputavam as mesmas oportunidades de trabalho. A diferença entre os dois estava na apropriação da renda que, para o escravo era uma pequena parte já que “eram obrigados a repassar, a seus donos, parte substancial de seus ganhos” (MATTOSO, 1992, p. 531)¹⁰. Isso não significa que o padrão de extrema exploração do trabalho não tenha sido transferido para as relações assalariadas, onde a ausência de reajuste e atrasos prolongados e sistemáticos do pagamento do salário eram comuns.

Tal quadro foi responsável pelas greves que ocorreram em 1918 e 1919 em Salvador e no Recôncavo, onde a “situação dos funcionários públicos era, aliás, das piores, pois, além dos

⁹ Ver CPE (1978)

¹⁰ Ainda segundo a autora, havia restrições quanto à inserção dos escravos nas funções públicas, como tripulação de embarcações, nas construções públicas e nos ofícios considerados nobres como joalheiro e relojoeiro.

constantes atrasos nos pagamentos, os salários não haviam tido qualquer reajuste desde 1º de maio de 1896” (CASTELLUCCI, 2004, p.103). Além disso, os professores “Há dois anos, quase três, sem receber um tostão dos vencimentos” (TAVARES, L., 2001, p.335). A situação dos assalariados, descrita acima, sugere que estes lançavam mão de uma economia de subsistência e de outras estratégias de sobrevivência, além da venda da força de trabalho.

Além disso, houve a transposição da ordem escravocrata para a ordem livre influenciando a gestão do trabalho dentro das diversas atividades produtivas praticadas no estado. No caso de Salvador e recôncavo cuja mão-de-obra estava formada majoritariamente por negros e mestiços, seria de esperar que nas relações assalariadas se refletissem elementos da ordem servil anterior.

O mercado de trabalho de Salvador se formou a partir da incorporação do grande número de homens de cor oriundos da velha ordem, que continuavam a desempenhar as mesmas ocupações de épocas pretéritas. Mas isso não quer dizer que a população afro-descendente da cidade mais negra do Brasil dispusesse de condições vantajosas nas disputas por uma colocação nesse mercado de trabalho, pois que era discriminada por costumes e/ou normas tradicionais, fundadas em relações pessoais (não-contratuais), que incluíam ou excluía os indivíduos dos postos de trabalho, facilitavam ou bloqueavam a ascensão social, a partir de vários critérios, menos o mérito (CASTELLUCCI, 2004, p.79).

Nas zonas rurais, os escravos se transformaram em agregados, do mesmo modo que os trabalhadores livres e se inseriram “numa empresa agro-mercantil sob as múltiplas formas de relação de trabalho – como morador, foreiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc” (FURTADO, 1972, p.106).

Alguns autores apontam também a dificuldade em transitar para relações assalariadas. Isto é, a progressiva substituição do trabalho escravo não foi feita apenas pela mão-de-obra assalariada¹¹.

As fábricas de tecidos [...] utilizavam-se do trabalho de órfãos que, deixando os orfanatos para morar em alojamentos da própria fábrica, com assistência completa, inclusive com regulamentação das suas horas de lazer, deveriam ter descontada do seu salário toda a assistência, tornando o salário recebido em moeda irrisório. Embora não se possa afirmar que essa fosse a regra (SAMPAIO, 1981, p.60).

Além do trabalho infantil não remunerado, identifica-se também um conjunto de pequenos artesãos exercendo os ofícios de alfaiates, funileiros, chapeleiros, ferreiros,

¹¹ FALCÓN (1981), SAMPAIO (1981) e TAVARES (2001).

encanadores, latoeiros, sapateiros, etc. Verifica-se, ainda, grande número de pequenas manufaturas e artesanatos que se destinavam a suprir a demanda da população ocupada na economia de subsistência, espalhada por todo o estado e articulada com o setor exportador. Os momentos de alta dos diversos produtos provavelmente estimularam algum nível de divisão do trabalho com a proliferação do artesanato, por conta do aumento da renda dos pequenos produtores dedicados ao cultivo e à extração dos produtos exportados.

• Mercado Interno Insipiente

As manufaturas e oficinas artesanais destinavam-se, conforme dito anteriormente, a suprir a demanda de exportação de sacos e embalagens ou de produtos para a classe baixa de uma sociedade de renda altamente concentrada. Tal composição da demanda explica a concentração dos estabelecimentos no recôncavo baiano, região onde estava estabelecida a produção de açúcar e fumo, além das maiores cidades e o principal porto.

O sistema manufatureiro da Bahia estava composto pelo segmento ligado ao setor exportador e pelo segmento complementar do mercado interno. A demanda do primeiro setor dependia do porte da economia de exportação. A expansão ou declínio das fábricas estava associado às oscilações do produto no mercado externo. De acordo com Furtado (1972), essas manufaturas dificilmente se tornaram autônomas.

Como o ramo têxtil era, em grande parte, destinado à exportação, o declínio do sistema agro-exportador é uma das causas do entrave para a expansão de tais manufaturas, já que a diminuição das exportações de açúcar retira uma parte importante da demanda dessas fábricas. No caso do fumo, o deslocamento dos capitais alemães pelos capitais norte-americanos na indústria de cigarros é a causa principal do seu declínio.

O ramo têxtil procurou compensar o declínio da demanda exportadora pelo aumento do consumo interno, inserindo sua produção em outros estados:

não apenas à principal matéria-prima, o algodão, usada nas fábricas baianas vem de outras províncias, preferencialmente, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, [...] assim como o mercado consumidor localizava-se, num volume variável entre um terço a dois terços, também em outras províncias, principalmente no que diz respeito aos tecidos e aos fios (GUIMARÃES, A., 1982, p.39).

Os segmentos de alimentos, metalúrgico, químico e farmacêutico destinavam-se a suprir a demanda da classe baixa. Eles eram, portanto, os segmentos complementares ao mercado interno. A expansão, desses ramos, dependia da massa de salários e do grau de monetização da economia. Entretanto, dentre os atavismos que permaneceram na economia baiana, estava a manutenção de relações escravas ou semi-escravas de produção com grande dificuldade dessa economia transitar para o trabalho assalariado e ampliar o mercado interno. A sobrevivência da população de baixa renda estava mais associada a uma economia urbana de subsistência na qual os produtos manufaturados eram usados de forma complementar.

Tínhamos, portanto, um baixo grau de monetização da economia do estado e uma pequena massa salarial que pudesse dar origem a um processo de substituição de importações diante das dificuldades do principal produto de exportação. O elevado nível de concentração da renda, herança do sistema colonial, também influenciou negativamente no desenvolvimento do sistema fabril da época.

• Segmentos sociais e bloqueios à expansão da indústria

A produção fabril permaneceu dependente dos capitais vindos da esfera comercial. A expansão das atividades manufatureiras ocorria nas fases de declínio das exportações, onde parte dos capitais ficava ociosa e decrescia na medida em que se observava a melhoria das cotações das matérias-primas no mercado internacional, momento no qual as manufaturas se ressentiam da falta de investimentos e até de capital de giro que pudesse dar conta das despesas diárias.

Isso ocorria porque o capital comercial apesar de investir na agricultura e na indústria, como foi o caso da Bahia, o faz com intenção de “dominar as redes de comercialização ou adensar as correntes comerciais” (BRANDÃO, sd, p.1), auferindo o seu lucro a partir da função da intermediação¹². O capital comercial se desloca em busca das atividades mais rentáveis pelos

¹² A atividade cacaeira esteve subordinada aos interesses do capital mercantil instalados na cidade do Salvador o que condicionou sua evolução posterior. A quase ausência de linhas de financiamento e de infra-estrutura adequada que pudesse apoiar a produção era o fator responsável pela dependência dos produtores em relação as comerciantes da época: “Convém lembrar que a lavoura do cacau foi exercida sempre na dependência do financiamento das safras, uma vez que o produtor não se capitalizou para atender as despesas da produção e de sua própria manutenção nos espaços entre as vendas. Nesse período em foco, os estabelecimentos de crédito eram raros na região. [...] [e] não era dado a todos os produtores, principalmente pela falta do título de posse legal da maioria das propriedades” (GARCEZ e FREITAS, 1979, p. 25).

A subordinação ao capital comercial influenciou a trajetória da economia cacaeira, particularmente, no que se refere a ausência da modernização da lavoura que apresentava elevada lucratividade em decorrência dos preços externos e da fertilidade dos solos. O quadro geral da produção pode ser assim descrito: “O sistema produtivo se implantava

diversos ramos produtivos, entretanto, não se dispõe a organizar a produção, nem revolucionar ou modernizar as técnicas de confecção do produto ou, ainda, generalizar as relações assalariadas de produção e ordenar uma avançada divisão do trabalho.

Como ele não revoluciona os meios de produção com vistas a auferir lucros com o aumento da produtividade do trabalho, extrai o excedente a partir da máxima exploração do trabalho que inicialmente foi o escravo e, posteriormente, as diversas formas de relações de trabalho informais e predatórias que permitiam a superexploração da mão-de-obra. Apresentando, portanto, dificuldade de transitar para o trabalho assalariado.

O capital comercial não apenas prescinde da modernização em seu processo de valorização, como o seu pleno desenvolvimento requer a permanência de estruturas econômicas arcaicas e um baixo desenvolvimento da sociedade onde atua: “o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico geral da sociedade” (MARX, 1988, p. 234).

Desse modo, ele obstaculiza o desenvolvimento das forças produtivas para continuar com sua dominação, visto que quanto menos desenvolvida a sociedade maior o controle sobre os produtores na medida que monopoliza o sistema de crédito e distribuição, podendo praticar preços e juros extorsivos.

O predomínio do capital mercantil se refletia na imposição dos interesses dos comerciantes no direcionamento da economia do estado. De acordo com Guimarães, A.

foi decisiva a correlação de forças dos principais grupos dominantes – a burguesia mercantil e a aristocracia agrária – na determinação dos caminhos que tomou a acumulação de riquezas. Na Bahia, talvez por estar assentada no antigo circuito mercantilista português, a burguesia mercantil sobrepujava de muito as classes agrárias, e por isso imprimiu uma feição mais propriamente comercial à economia (GUIMARÃES, A., 1982, p. 36, 1982).

A influencia dos comerciantes na vida do estado resultou num amplo comércio ancorado numa fraca base produtiva que contribuiu para o declínio das manufaturas locais na fase de

como um conjunto de ações sem coesão ou articulação interna, fenômeno esse que se torna evidente, desde a constituição da propriedade aos mecanismos improvisados de crédito, desde a persistência do uso de técnicas rudimentares e inadequadas até o desconhecimento dos mais rudimentares mecanismos de comercialização do produto a nível interno e externo, incluindo uma total alienação quanto ao comportamento dos mercados consumidores, cotações do produto etc. Desse elenco de fatores negativos resultava, para os produtores, uma situação de dependência continuada, expressa em vários níveis” (GARCEZ e FREITAS, p. 30, 1979).

articulação comercial. Isso porque a redução da amplitude do domínio dos comerciantes baianos, expressos na redução de suas rotas comerciais, implicou em dificuldades de acesso às matérias-primas e de mercado consumidor para os bens produzidos.

A ação governamental também foi importante para consolidar a lógica acima expressa. De acordo com Tavares, L. (1966), existia uma postura antiindustrializante do setor agrário da época, a partir da convicção de que a Bahia estava atada a produção agrícola destinada à exportação. As medidas adotadas pelos governos estaduais refletiam tal convicção e se restringiam à ajuda financeira à lavoura, ao ensino agrícola e a melhoria dos transportes para facilitar o escoamento da produção.

É com esse perfil de organização, onde prevalecem os atavismos coloniais — dificuldade de transitar para relações assalariadas de produção, mercado interno insipiente, predominância do capital comercial na condução do processo produtivo e elevada concentração de renda — que o sistema manufatureiro baiano enfrentou a articulação comercial da economia brasileira.

1.3. Articulação Comercial

O sistema fabril baiano, na melhor das hipóteses, poderia continuar a existir caso as condições que protegiam tais manufaturas da concorrência continuassem a existir. Entretanto, o isolamento relativo em que se encontravam as economias regionais e que permitia a sobrevivência dos subsistemas menos eficientes, do ponto de vista produtivo, é progressivamente eliminado a partir da construção de vias de ligação entre as regiões a partir dos anos 70 do século XIX.

A construção dessa base física no final do século XIX permitiu que o desdobramento da crise do setor externo nordestino e do processo de industrialização de São Paulo tenha sido a emergência da articulação comercial e da formação do mercado interno nacional (GUIMARÃES NETO, 1989).

A articulação comercial é uma das etapas da formação do mercado nacional caracterizada pelo aumento dos fluxos comerciais na mesma região e entre regiões diferentes do país. É um movimento das diversas economias regionais, outrora relativamente isoladas, de tentar escoar sua produção não mais prioritariamente para o mercado externo, no caso do açúcar, mas para abastecer os mercados locais e mesmo aqueles situados em outras regiões.

Ou seja, os sistemas autônomos que estabeleciam relações prioritariamente com o exterior a partir de mudanças no mercado internacional, no caso do açúcar, e de mudanças na estrutura produtiva, no caso da indústria, passaram a se ligar a partir de um fluxo de mercadorias mais intenso.

Tal processo não pode, portanto, ser confundido com um mero aumento dos fluxos comerciais, visto que representa uma mudança qualitativa da economia brasileira no sentido de reverter a profunda dependência do impulso externo para crescer ao tentar vincular a produção local ao consumo interno. O deslocamento total do centro dinâmico foi conseguido a partir da industrialização¹³.

Conforme dito anteriormente, um dos impulsos da integração comercial foi a crescente dificuldade para vender o açúcar e o algodão no mercado externo, levando os estados nordestinos a buscarem novos mercados, dentre eles o sudeste que se transformou na região mais dinâmica do país. Nas palavras de Guimarães Neto:

Com a grande crise do **setor externo nordestino** nas décadas finais do século passado (projetando-se sobre o século atual), os produtores e exportadores do Nordeste iniciam a tentativa de colocação de seus excedentes no mercado nacional. O que aconteceu com o algodão e o açúcar constituiu a melhor ilustração dessa dramática procura de mercados (GUIMARÃES NETO, 1989, p.49).

Nos diversos estados que compõem a região, os resultados foram diferenciados. Pernambuco se mostra mais bem sucedido nesta estratégia, conseguindo se sobrepor aos demais produtores nordestinos, conquistando parcela do mercado regional e daqueles situados no Rio de Janeiro e em São Paulo, até ser deslocado pela produção paulista. Na Bahia, o que se observa é a progressiva extinção dos engenhos centrais e, no caso da produção algodoeira, “já em 1889, quase não mais se cultivava o algodão na Bahia” (CPE, 1978, p. 184).

Mesmo com um conjunto de inversões do poder público na melhoria dos transportes — vias de comunicação fluviais; infra-estrutura portuária e construção de estradas de ferro — e das inovações da produção açucareira, através da introdução dos engenhos centrais, o açúcar da Bahia perdia espaço em relação ao de Pernambuco¹⁴.

¹³ Ver FURTADO (2003), em especial o capítulo XXXII.

¹⁴ Ver CENSO DEMOGRÁFICO (1920).

Nessa primeira fase da integração comercial caracterizada, segundo Guimarães Neto (1989), por um processo de competição inter-regional maior que entre regiões, houve a consolidação da preminência da produção pernambucana.

A superioridade Pernambucana, mesmo considerando que, grosso modo, a base da organização da produção nos dois estados era a mesma — trabalho escravo, predominância do capital comercial e latifúndio —, estava assentada na fraca base produtiva da Bahia, uma herança da tradição comercial dos capitais portugueses.

Desde a colônia, Salvador se constituiu em uma importante praça comercial associada ao capital português. Não apenas o principal produto de exportação, o açúcar, era embarcado em Salvador, mas também a maior parte dos gêneros importados chegava na capital baiana para depois ser redistribuída para o conjunto da colônia, fato que se reforça durante a ocupação holandesa em Recife. Com isso, a tradição de Portugal como um reino comercial com forte desvinculação do comércio de sua base produtiva se reproduziu, em alguma medida, no Brasil e, principalmente, na Bahia. Furtado (2001) assinala que a ascensão da classe comercial portuguesa transformou o país num Estado nacional mercantil, que

destruiu a agricultura nacional e sujeitou a população urbana a um regime de fomes periódicas e à precariedade de importações de alimentos. O comercialismo reduzirá igualmente Portugal à situação de intermediário na circulação de riqueza. O país não tivera nenhuma possibilidade de desenvolver indústrias próprias, assim como não pôde manter agricultura própria (FURTADO, 2001, p.36).

As casas comerciais inglesas, francesas, suíças e alemãs que se instalaram na Bahia não romperam com a lógica da predominância comercial de suas atividades, visto que exportavam os produtos primários e importavam as manufaturas tanto de consumo final como de bens de capital. Esse papel de intermediadora possibilitava a Bahia ter na sua pauta de exportações, para outras províncias do país e para o exterior, bens não produzidos diretamente no estado, desvinculando completamente produção e comercialização.

O caso do algodão é ilustrativo da supremacia da comercialização sobre a produção. Sampaio (1978) demonstra que a Bahia nunca foi auto-suficiente na produção de algodão mesmo no auge dos preços internacionais. A partir da comparação entre as quantidades produzidas e exportadas, o autor conclui que “além de importar o algodão de outras províncias para o atendimento de sua demanda interna, importava também para o atendimento da demanda externa.

Tais importações realizavam-se com Alagoas, Sergipe, Pernambuco e também Minas Gerais” (SAMPAIO, 1978, p. 190).

A manufatura têxtil baiana não utilizava algodão cultivado no próprio estado. A dificuldade de transporte das zonas produtoras na região do semi-árido para o recôncavo tornava mais barato exportar tal matéria-prima para outros estados, como Minas Gerais, e importar de Sergipe para suprir as fábricas localizadas no recôncavo. Posteriormente, a falta de escoamento do produto desestimulou o cultivo.

Esses elementos são indicativos das diferenças entre os dois estados nordestinos e contribuem para explicar a supremacia da produção açucareira de Pernambuco sobre a da Bahia. Entretanto, tal processo merece um estudo mais detalhado que foge ao escopo desse trabalho.

O que nos interessa destacar aqui é que, mesmo antes do início da integração comercial da economia brasileira, a Bahia já demonstrava atraso de sua produção em relação a outros estados do nordeste. As dificuldades se referiam não apenas ao seu principal produto de exportação, o açúcar, mas a outros produtos primários destinados ao mercado externo, sendo que o aumento dos fluxos comerciais intra-regionais somente veio aprofundar tais dificuldades. Apesar da crise, a produção do estado cresceu nessa primeira etapa de integração comercial, provavelmente, acompanhando o crescimento da população do estado.¹⁵

Outro determinante apontado por Guimarães Neto (1989), indutor da integração comercial, foi o processo de industrialização vivido em São Paulo, principal economia do país desde o surgimento da produção cafeeira.

A história da formação do mercado interno brasileiro é, sem dúvida, parte da história do desenvolvimento industrial do país. Isto significa que, não obstante o papel pioneiro que os produtores nordestinos desempenharam no desenvolvimento das relações comerciais entre as regiões, foram as empresas industriais que exploraram e ampliaram os canais de comercialização, constituindo o mercado interno brasileiro” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 81).

Embora o principal e mais avançado processo de industrialização se verifique no estado de São Paulo, na economia nordestina também se observou o aumento, nessa fase, da produção manufatureira com a liberação de parte dos capitais empregados na produção açucareira.

¹⁵ Em 1808, segundo os dados das Estatísticas Históricas do Brasil (1990), a Bahia tinha uma população de 335.961 habitantes, passando para 1.379.616 em 1872. Perdia apenas para o estado de Minas Gerais que, em 1872, registrou 2.102.689 habitantes.

Na Bahia, grande parte das manufaturas criadas se constituía de estabelecimentos artesanais, mostrando que o sistema fabril baiano, já em 1919, era débil comparativamente a Pernambuco¹⁶. A produção artesanal baiana sofreu estímulo da abolição da escravidão e do expressivo crescimento populacional que aumentou o mercado consumidor de baixa renda ao qual as manufaturas de época estavam dedicadas.

O caráter complementar das trocas realizadas entre a região nordeste e o estado de São Paulo, nessa primeira etapa de industrialização, permitiu a expansão da indústria mesmo daquela menos eficiente como a baiana. A primeira guerra mundial ao limitar as importações de produtos industrializados contribuiu para que as manufaturas de São Paulo fossem consumidas no nordeste ao mesmo tempo em que manteve espaço para as fábricas locais (GUIMARÃES NETO, 1989).

Cabe ressaltar que ocorre o início da concorrência inter-regional ainda nesse período, particularmente no final da primeira guerra mundial. Desse modo, a Bahia diminuiu a participação na produção nacional, embora a produção e o número de estabelecimentos desse estado tenham aumentado.

A segunda fase da articulação comercial, segundo Guimarães Neto (1989), vai de 1930 até meados da década de 50, sendo caracterizada por uma articulação comercial mais intensa intra-região, consolidando a produção paulista no mercado do sudeste, deslocando a produção nordestina e fortalecendo a indústria de São Paulo.

A integração comercial entre regiões, embora também tenha se acentuado no período com o aumento das exportações paulistas para o sul e nordeste, ainda é dificultada pelo insipiente sistema de transporte que ligava os distintos espaços geográficos e pela existência de impostos interestaduais que somente serão completamente eliminados em 1943. Desse modo, “no tocante às relações Nordeste/Sudeste, este momento da industrialização restringida, caracteriza-se por uma articulação comercial que se tornou bem mais intensa no interior das referidas regiões, do que entre elas” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 101).

Ainda não ocorreu, portanto, a desestruturação completa da indústria nordestina, embora já se perceba a eliminação das unidades produtivas e o crescimento da participação de São Paulo nos estabelecimentos industriais do país.

A terceira fase da integração comercial, ainda segundo Guimarães Neto (1989), ocorreu de meados da década de cinquenta até 1960 quando se iniciou a integração produtiva. Nesse

período de industrialização pesada, ocorreu uma melhoria dos sistemas de transporte e comunicação que permitiam um fluxo regular e mais intenso entre as regiões brasileiras.

Nessa fase da articulação comercial houve a diminuição dos segmentos tradicionais da indústria do nordeste como têxtil, fumo e alimentos que não conseguiram sobreviver à concorrência das mercadorias do sudeste, além do aumento da produção de São Paulo que passou a representar, em 1960, 55,1% da produção nacional¹⁷.

Na Bahia, ocorreu a diminuição da produção em segmentos como a indústria mecânica, de couros e peles, de perfumaria e sabão, alimentares e editoriais e gráficas vis-à-vis o aumento do VTI da atividade extrativa mineral da Bahia que passou de 2,9%, em 1950, para 33,8% em 1960; e do ramo Químico que aumentou no mesmo período de 1,5%, para 23%¹⁸. A exploração de Petróleo no recôncavo com a instalação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) foram as causas dessa expansão, resultando no aumento da participação do estado na produção industrial do país de 1,3% em 1950, para 2,4% em 1960¹⁹.

Os efeitos na indústria baiana da instalação da Petrobrás no recôncavo foram limitados porque as peças e equipamentos necessários para a extração do petróleo vinham do sudeste, assim como a transformação do produto em seus derivados também ocorria, em grande parte, nas indústrias situadas em São Paulo.

Os resultados ficaram concentrados em Salvador e Região Metropolitana (RM) e estiveram relacionados ao aumento da receita estadual, da massa salarial e a expansão da construção civil. Nesse caso, o segmento imobiliário para a classe média nascente e a obras de infra-estrutura se constituíram em estímulos para o setor (OLIVEIRA, F., 2003).

É interessante notar que, desde meados da década de vinte, o sistema fabril baiano vai perdendo espaço com o advento da concorrência, primeiro, para os produtos pernambucanos e, depois, para os paulistas. A indústria do estado somente voltou a se reestruturar a partir da intervenção de capitais externos e com os investimentos públicos na companhia de petróleo.

Essa inércia na ação e o imobilismo em tentar reverter a situação se deram, também, pela opção dos capitais originários da região. De acordo com Pedrão (1985), o capital comercial baiano pouco se interessava em investir na produção. Preferiam se transformar ora em capital

¹⁶ CENSO DEMOGRÁFICO (1920).

¹⁷ CENSO DEMOGRÁFICO (1960)

¹⁸ Idem

¹⁹ Ibidem

agro-mercantil ora em capital destinado a financiar o processo de urbanização ou se ligavam à especulação imobiliária nas cidades e no campo. Quase nunca achavam suficientemente lucrativa a inversão na produção industrial, exceto nos momentos em que os outros segmentos sofriam significativa baixa da lucratividade como no final do século XIX.

Desse modo, o ajuste do capital comercial na Bahia em relação à concorrência se restringiu a procura de alternativas de investimentos fora do estado, em especial na região sudeste. Esses capitais foram financiar o processo de urbanização de São Paulo, tendo se concentrado no segmento da construção civil, configurando um grupo de interesses ligados ao capital imobiliário.

Além disso, a intervenção assistencialista do poder público na região nordeste, conforme assinala Guimarães Neto (1989), em contraposição a sua ação ativa na industrialização paulista — com a oferta de infra-estrutura, de financiamentos e através da política econômica, particularmente a cambial — teve reflexos negativos sobre a indústria da região.

No nordeste, o governo federal se limitou, nesse período, a refinar as dívidas dos agricultores e a fornecer recursos para as obras emergenciais em época de seca cuja distribuição estava a cargo das oligarquias locais. Embora tenha sido objeto de crítica pelos segmentos que defendiam investimentos industrializantes, não entrava em confronto com as classes dominantes nordestinas que, grosso modo, não aspiravam a industrialização de seus estados. Essa atuação do poder central auxiliava as oligarquias nordestinas a manter as estruturas arcaicas de poder e preservar seu patrimônio, na medida que “subsidiavam ou criam outras condições para a reprodução ampliada do capital originário da própria região” (GUIMARÃES NETO, 1989 p. 14).

Na Bahia, as poucas alternativas de inserção no mercado de trabalho devido à involução industrial do estado e do baixo dinamismo de sua economia resultaram no fortalecimento de um amplo setor informal — composto por um conjunto de vendedores ambulantes, serventes, diaristas e trabalhadores que perambulavam pelas ruas para prestar serviços e até uma vasta área dedicada ao cultivo de alimentos — em Salvador e nas grandes cidades (FARIA, 1980).

Entretanto, não podemos dizer que houve um aumento do setor de subsistência — já expressivo no estado antes da articulação comercial. Sem dúvida, os fluxos migratórios em direção ao sudeste constituíram em “solução” para o declínio das atividades econômicas da Bahia.

1.4. Bahia de 1960 até 1989 — Integração produtiva e seus desdobramentos

A principal atividade da economia baiana em 1950 era a produção de cacau que já encontrava concorrentes no mercado internacional²⁰. Além dela, existia um sistema fabril que não logrou se desenvolver, entrando em declínio com o processo de articulação comercial e um sistema razoavelmente desenvolvido de intermediação com bancos, financeiras e capitais ligados as atividades imobiliárias, mas que não se prendiam ao espaço do estado, deslocando-se a procura da aplicação mais rentável.

É nesse cenário de declínio das atividades tradicionais do estado que se iniciou a partir de 1960 a integração produtiva da economia brasileira que no estado se refletiu na instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA), no final da década de 1960, e do Pólo Petroquímico de Camaçari que entrou em funcionamento em 1978²¹.

A integração produtiva se caracteriza pela transferência de capitais oriundos das regiões mais desenvolvidas para as regiões menos desenvolvidas com vistas a realizar investimentos na produção de bens e serviços. Tal articulação representa uma mudança qualitativa nas relações entre as distintas regiões e nas relações internas ao nordeste, na medida que, a partir daí, a acumulação não está mais determinada pelas especificidades dos capitais da região receptora dos investimentos — no caso do nordeste, o capital mercantil. O ritmo de acumulação, os padrões produtivos e tecnológicos, o padrão de distribuição (comercialização) e o perfil dos serviços com a modernização dos serviços urbanos são determinados pelo capital oligopolizado que conduz o processo de industrialização do Brasil (GUIMARÃES NETO, 1989)²².

Um dos resultados do processo de integração produtiva é que a estrutura industrial que se instala no nordeste não apresenta vínculos com a demanda interna e nem com as indústrias tradicionais. Nas palavras de Guimarães Neto,

a “nova indústria” nordestina estabelece de fato uma “rede de relações” que passa a privilegiar as ligações com fornecedores extra-regionais de insumos, vinculando-se, por vezes, muito mais com atividades econômicas de fora da

²⁰ Durante esses mais de 60 anos de cultivo, os produtores não reinvestiram o excedente na modernização da própria lavoura ou em outras atividades que promovessem a diversificação da região sul do estado.

²¹ Na agricultura, houve a incorporação do Oeste baiano à expansão de soja e do Extremo Sul ao plantio do eucalipto.

²² Cabe salientar que as modificações na região nordeste não envolveram apenas o aumento das atividades modernas, mas também o “reforço e recriação de “arcaicas” relações de produção; em difusão do assalariamento em algumas atividades e aproveitamento do trabalhador autônomo, do trabalho familiar em outras atividades; em “formalização” de alguns setores com a simultânea “informalização” de outros” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 171).

região do que com a estrutura produtiva nordestina (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 169).

Do ponto de vista da relação entre as regiões, forma-se um sistema produtivo complementar e hierarquizado. A relação complementar é estabelecida porque o processo de industrialização do nordeste foi direcionado, dentro do processo geral de industrialização do país, para a substituição de importações de bens intermediários, visando resolver os desequilíbrios da conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos.

Procurou-se construir na região, dada a disponibilidade das matérias-primas, um sistema produtivo auxiliar ao já existente e especializado na produção dos insumos usados pelas empresas situadas no sudeste do país. Ao invés da concorrência entre as duas regiões, organizou-se uma estrutura complementar na medida que a propriedade da indústria incentivada do nordeste estava nas mãos dos mesmos grupos que mantinham empresas similares no sudeste do país.

A hierarquia do sistema está associada à localização do centro dinâmico do sistema industrial e das decisões de investimentos fora da região nordeste. O processo produtivo, o padrão tecnológico, a estratégia e a função das empresas instaladas no nordeste obedecem a uma determinação do grupo empresarial proprietário que está localizado no sudeste ou no exterior.

Cabe ressaltar que, após o processo de integração produtiva, os ciclos de expansão das duas regiões, separados na fase de articulação comercial, passaram a ter uma convergência no tempo, isto é, a uma expansão da produção do sudeste correspondia também o crescimento da economia nordestina.

Além das características gerais do processo de integração produtiva, a instalação da Petrobrás na Bahia também foi um importante condicionante dos investimentos industriais feitos posteriormente no estado. O CIA se constituiu num conjunto de empresas do setor metal mecânico atraídas pela concessão de benefícios fiscais destinados ao fornecimento e reposição de peças para a estatal. Do mesmo modo, a Petroquímica instalada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) visava aproveitar um dos derivados do petróleo — a nafta²³.

O sucesso dos empreendimentos para a política nacional relacionado à Balança Comercial e a complementação da estrutura industrial do país entra em contraste com os limites dos resultados para a política regional de desenvolvimento. Nesse caso, ao invés da internalização de

um centro dinâmico, observa-se um baixo encadeamento produtivo até os bens de consumo final e a dificuldade do Complexo de Camaçari em se tornar um Pólo de desenvolvimento²⁴.

Mesmo com esses limites, ao final do processo de Integração Produtiva, a participação da indústria no PIB estadual apresentou significativo aumento. Em termos de estrutura ocupacional, a expressiva participação da agricultura, como pode ser visto na Tabela 1.1, reflete o reduzido alcance dos investimentos que se concentraram na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Mesmo na RMS, a alta relação investimento/emprego na Indústria de Transformação não logrou gerar postos de trabalho proporcionais às necessidades da População Economicamente Ativa (PEA)²⁵. A intensidade em capital e o baixo encadeamento produtivo local dessas empresas que apresentavam uma maior relação produtiva com o sudeste são as principais causas da pequena proporção das ocupações industriais.

Ainda de acordo com a Tabela 1.1, podemos observar que a distribuição dos ocupados entre os setores de atividade na RMS difere bastante daquela encontrada no interior da Bahia. Nos diversos municípios fora da RMS, a predominância é da agricultura que, embora tenha diminuído em termos relativos, aumentou o número de ocupados em termos absolutos entre 1960 e 1980.

Cabe ressaltar que, nesse período, a modernização conservadora com a introdução da soja e do eucalipto expulsou os pequenos agricultores ou aqueles que praticavam a agricultura de subsistência. Mesmo assim, em 1980, os conta-própria, parceiros ou meeiros e não remunerados ainda representavam mais de 60% dos ocupados do setor demonstrando a importância da agricultura de subsistência e da pequena produção²⁶.

Embora os dados demonstrem a expansão das atividades industriais no interior do estado, elas se constituem em empresas artesanais do segmento de alimentos e bebidas, calçados e vestuário.

Os efeitos da geração de postos de trabalho com a industrialização do estado se fizeram sentir mais na RMS e nos setores do Comércio e Serviços em razão da construção de uma infra-

²³ As facilidades concedidas para o CIA foram: terrenos vendidos a preços simbólicos, infra-estrutura, além das isenções. O Pólo Petroquímico contou com a garantia de preços preferencias de gás natural, tarifas de energia elétrica 30% menor que o vendido aos consumidores, isenção de ICMS e ISS.

²⁴ Para maiores detalhes sobre os limites do Pólo Petroquímico para a política regional de desenvolvimento, ver Guimarães Neto (1989).

²⁵ A relação investimentos / emprego, segundo Guimarães Neto (1989), era de cerca de US\$ 214,5 mil.

estrutura adequada para abrigar os novos investimentos que incluiu os segmentos de comunicações e transportes, a organização de serviços auxiliares ao funcionamento da indústria, a estruturação da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal, reorganização do sistema bancário e a penetração de empresas comerciais modernas.

Cabe ressaltar que a grande participação dos serviços na ocupação não está somente ligada à atividade industrial, visto que uma significativa parcela desses ocupados está nos serviços domésticos.

A estrutura ocupacional da Bahia demonstra, portanto, o predomínio agrícola e poucas oportunidades de inserção em postos de trabalho assalariados — mesmo nas áreas mais urbanizadas e que receberam os investimentos industriais — reflexo do círculo em que se circunscreveu a economia do estado, dedicada a alguns produtos primários de exportação e caracterizada pela pouca diversificação de suas atividades não agrícolas²⁷.

Tabela 1.1 — Pessoas de 10 anos ou mais segundo o setor de atividade econômica : Salvador* e Interior do Estado **, 1960, 1970 e 1980

Variáveis Seleccionadas	Salvador*			Interior do Estado**		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Setores de Atividade						
Total	240.892	367.049	617.316	1.701.289	1.894.244	2.309.639
Atv. agropecuárias, de extração vegetal e pesca	12,8	5,7	2,5	77,9	74,8	62,8
Indústria	16,0	26,1	30,9	4,9	7,4	12,4
Ind. de Transformação	-	-	15,4	nd	nd	5,1
Ind. de Construção	-	-	12,8	nd	nd	5,9
Outras atv. Industriais	-	-	2,7	nd	nd	1,4
Comércio	-	13,6	13,3	nd	4,9	6,4
Transporte e Comunicações	-	6,9	6,1	nd	1,9	2,4
Prestação de Serviços	-	24,1	25,2	nd	7,1	9,1
Atv. Sociais	-	9,3	10,7	nd	2,1	3,6
Adm. Pública	-	7,5	6,7	nd	0,8	1,9
Outras Atividades	71,2	6,9	4,5	17,2	1,0	1,3

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980

* Se refere ao que hoje chamamos Região Metropolitana de Salvador

** Corresponde a (Bahia - Salvador)

Do ponto de vista da renda, a industrialização acarretou o aumento das desigualdades na Bahia, expresso em alguns valores que reproduzimos de Oliveira (2003, p. 53/54): “Os estratos

²⁶ De acordo com o Censo Demográfico (1980), na Bahia de 1980, 47,1% dos trabalhadores na agricultura eram autônomos, 11,5% eram não remunerados e 1,5% eram parceiros ou meeiros. No ano de 1960 esses valores eram de respectivamente, 48,1%; 30,0% e 2,2%.

²⁷ De acordo com o Censo Demográfico (1980), nesse ano os empregados representavam cerca de 31,0% dos vínculos ocupacionais da Bahia, incluídos aí o emprego doméstico e excluídos os trabalhadores na agropecuária. Os Conta-própria eram cerca de 11,0% dos ocupados, excluídos aqueles que estão na agricultura.

de renda até dois salários mínimos detinham 23,4% da renda em 1962; em 1971, esse valor era de 12,8%; a renda mensal familiar do grupo mais rico, em 1962, era igual a 40 vezes a do grupo mais pobre, enquanto em 1971 houve uma elevação para 59 vezes”.

1.5. A Bahia no Nordeste e no Brasil

O processo de integração produtiva modificou o perfil produtivo da indústria da região nordeste — de bens de consumo finais para bens intermediários. Além disso, estabeleceu um grau de complexidade e tamanho diferenciado da economia dos estados que compõe a região, configurando um crescimento espacialmente concentrado. Nessa reorganização produtiva intra-região nordeste, pretende-se, aqui, identificar a posição que a economia baiana passou a ocupar. Para tal, selecionamos alguns indicadores e restringimos a comparação com as maiores economias nordestinas: Pernambuco e Ceará.

A população do nordeste era formada, conforme Tabela 1.2, por 42.498 mil habitantes em 1991, representando quase 29% da população brasileira. A Bahia, nesse mesmo ano, tinha 11.868 mil habitantes ou 8,1% da população brasileira e quase 28% da população que vivia no nordeste, o que fazia da Bahia o estado mais populoso da região. A diferença populacional entre as Regiões Metropolitanas nordestinas era menor, mostrando que parte expressiva da população baiana, apesar do pouco dinamismo dos municípios fora da RMS, permanece espalhada pelo território.

Dentre os estados selecionados, a Bahia era aquele que apresentava o menor grau de urbanização (59,1%), bem abaixo do Brasil (75,6%) e inferior inclusive ao do nordeste (60,7%). Em 1991, esse estado abrigava cerca de 13,5% da população rural brasileira, o que corroborava a importância das atividades de subsistência na fixação dos habitantes do estado. Do mesmo modo, a RM de Salvador tinha a menor participação de domicílios urbanos quando comparada com a RM de Recife e a RM de Fortaleza.

Tabela 1.2 - População residente por situação no domicílio: Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia, 1991

Brasil e Unidade Geográfica selecionada	População		Situação do domicílio			
	Total (em mil)		Urbana (em mil)		Rural (em mil)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	146.825	100,0	110.991	75,6	35.834	24,4
Nordeste	42.498	28,9	25.776	60,7	16.721	39,3
Ceará	6.367	4,3	4.162	65,4	2.205	34,6
Pernambuco	7.128	4,9	5.052	70,9	2.076	29,1
Bahia	11.868	8,1	7.017	59,1	4.851	40,9
RM de Fortaleza	2.357	1,6	2.283	96,9	74	3,1
RM de Recife	2.922	2,0	2.759	94,4	163	5,6
RM de Salvador	3.135	2,1	2.816	89,8	319	10,2

Fonte: Censo Demográfico/IBGE ; Nota: Dados da Amostra

Considerando os indicadores econômicos, o nordeste, em 1991, era responsável por 13,4% do PIB brasileiro e a Bahia por 4,5% dessa produção, o que fazia da economia desse estado a maior do nordeste. Conforme a Tabela 1.3, a Bahia era responsável por 32,8% da produção total da região, Pernambuco por 21,6% e o Ceará por 13,4% do PIB nordestino, conformando uma concentração espacial da produção, onde apenas três estados respondiam por 67,8% do PIB regional.

Outros indicadores na Tabela 1.3, como consumo de energia elétrica industrial, participação no comércio exterior, na receita das empresas comerciais, na arrecadação de ICMS e de IPI e no valor das operações de crédito destinadas a produção, demonstram o maior tamanho da economia baiana.

A reorganização produtiva inter-regional acarretou, portanto, o crescimento da importância da economia baiana no nordeste, deslocando a produção Pernambucana que, no período da articulação comercial, era a maior economia da região. De acordo com Araújo (2003), isso ocorreu porque Pernambuco não recebeu grandes investimentos industriais associados à exploração dos recursos naturais disponíveis na região nordeste, enquanto a Bahia foi o estado que recebeu o maior volume de recursos.

Do ponto de vista da participação na receita bruta dos serviços — considerando a receita uma aproximação da importância desses setores nas unidades da federação selecionadas —, podemos afirmar que, a partir da perspectiva dos serviços auxiliares à produção, o grande diferencial da Bahia em relação aos outros dois estados, estava, em 1998, nos segmentos de alojamento, transporte de cargas, atividades auxiliares ao transporte e correios e

telecomunicações. Em atividades como de alimentação e de informática, a estrutura Pernambucana superava aquela existente na Bahia.

Tabela 1.3 - Participação nas variáveis econômicas selecionadas: Brasil, Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1990 e 1998

Segmentos da Divisão da CNAE para os serviços	Participação no Brasil (%)		Participação no nordeste (%)		
	NE	CE	PE	BA	
1991					
PIB	13,4	13,4	21,6	32,8	
Consumo de energia elétrica industrial (Gwh)	16,2	9,2	nd*	34,0	
Receita total das empresas comerciais	10,3	16,5	24,3	30,1	
Comércio Exterior					
Exportações	9,6	7,3	13,5	47,9	
Importações	7,2	8,3	15,3	61,1	
Tributos					
ICMS	12,2	13,9	21,3	35,2	
IPI	7,5	10,7	30,7	37,3	
Valor do crédito do Banco do Brasil às atv. econômicas	5,9	7,3	25,3	34,3	
1998					
Receita Bruta					
Alojamento	15,9	17,6	22,9	34,0	
Alimentação	8,6	15,9	33,4	28,4	
Transporte de Cargas	6,3	17,9	20,6	38,4	
Outros transportes (Aquaviário, ferroviário, aéreo)	6,2	20,2	26,4	27,3	
Atv. anexas e auxiliares aos transportes e agências de viagem	8,4	10,3	20,4	47,0	
Correios e telecomunicações	13,0	16,3	19,6	30,0	
Atv. de informática	4,6	13,5	33,5	32,5	
Serviços técnico-profissionais	6,0	26,9	27,1	31,2	
Financeiros	4,0	24,6	30,0	31,0	

Fonte: A Bahia no nordeste e no Brasil (2002); PAS/IBGE (1998)

* nd = não disponível

Do ponto de vista da renda, observa-se que o nordeste abrigava quase metade das pessoas do Brasil acima de 10 anos idade que tinham um rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m.) e cerca de $\frac{1}{3}$ daqueles situados na faixa de Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 s.m. — proporção maior do que sua participação na população do país, fazendo dessa região um espaço mais desigual que o Brasil, conforme podemos apreender do índice de Gini para os estados selecionados.

A Bahia também apresentava uma proporção elevada nos menores estratos de renda — superior, inclusive, a da sua participação na população do Brasil. De acordo com a Tabela 1.4, cerca de 12,6% dos brasileiros que ganhavam até $\frac{1}{2}$ s.m. e 9,2% daqueles com rendimento de

Mais de 1/2 a 1 s.m residiam na Bahia. Esses números faziam da Bahia um estado mais desigual do que o Ceará, conforme mostra o índice de Gini.

Tabela 1.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal médio mensal: Brasil, Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1991

Classe de rendimento nominal médio	Pessoas de 10 anos ou mais (%)				
	Brasil	Nordeste	Bahia	Pernambuco	Ceará
Total	100,0	27,7	7,8	4,8	4,2
Até 1/2	7,9	3,8	1,0	0,6	0,7
Mais de 1/2 até 1	13,0	4,6	1,2	0,7	0,7
Mais de 1 até 2	14,0	2,8	0,8	0,5	0,4
Mais de 2 até 3	6,7	0,9	0,3	0,2	0,1
Mais de 3 até 5	5,8	0,7	0,2	0,2	0,1
Mais de 5 até 10	4,7	0,5	0,2	0,1	0,1
Mais de 10	2,9	0,3	0,1	0,1	0,0
Sem rendimento	44,0	13,8	3,9	2,4	2,0
Índice de Gini	0,6366	nd*	0,6533	0,6597	0,6474

Fonte: Censo Demográfico/ IBGE

* nd = não disponível

1.6. Região Subdesenvolvida dentro de um País em Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento está caracterizado pelo descompasso entre o perfil da demanda interna dos países periféricos e o nível de desenvolvimento das técnicas produtivas e do processo de acumulação vigentes nesses países. Nas palavras de Furtado, o subdesenvolvimento se caracteriza pela:

dinamização da demanda em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva (FURTADO, 1984, p. 115).

O subdesenvolvimento do Brasil se deve, de um lado, aos limites que a divisão internacional do trabalho impôs ao país — inicialmente como colônia com o centro dinâmico de sua economia localizado no exterior e, posteriormente, como exportador de bens primários e importador de bens industrializados. Tal inserção internacional limitou o seu processo de acumulação, contribuindo para o atraso no desenvolvimento das forças produtivas.

De outro lado, o subdesenvolvimento está associado à dependência cultural das camadas de alta renda que procuram reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos, fazendo com que a incorporação do progresso técnico, na periferia, ocorra de modo desarticulado das

forças produtivas e seja destinado a produzir bens de consumo sofisticados, deixando de lado as necessidades do conjunto da população (SAMPAIO JR., 1999).

De acordo com Furtado (1966), o dinamismo do capitalismo brasileiro está assentado numa demanda pré-existente de bens manufaturados, construída a partir do consumo das classes de renda alta que importavam boa parte dos bens que consumiam desde o período colonial. A industrialização por substituição de importações, portanto, tem como objetivo suprir essa demanda que reproduz os padrões de consumo dos países de maior produtividade. A estrutura industrial que permita a reprodução de tais bens em termos de padrões tecnológicos e processos de trabalho é a mesma que os países desenvolvidos possuem.

Ocorre, porém, que a organização produtiva dos países desenvolvidos foi evoluindo no sentido de aumentar a utilização de capital²⁸. Essa dotação de fatores que privilegia o capital não se mostra a mais adequada para o Brasil (e o nordeste), visto que existe uma grande parcela de sua população não inserida no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, há uma baixa disponibilidade no país de recursos tecnológicos (capital).

Em outras palavras, embora exista abundância de trabalho, os processos produtivos são intensivos em capital, aprofundando a exclusão de milhares de pessoas dos processos econômicos. Desse modo, “o modelo de desenvolvimento que vem sendo seguido em nosso país é intrinsecamente desigualitário, o que se deve principalmente a sua reduzida capacidade de criação de emprego” (FURTADO, 1983, p.138).

O avanço na acumulação não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição de renda e a destinação do excedente. A acumulação que, nas economias do centro, havia conduzido à escassez de mão-de-obra e criado as condições para que se desse a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produzia na periferia efeitos inversos: engendrava o subemprego e reforçava as estruturas tradicionais de dominação ou as substituíva por outras similares (FURTADO, 1984, p.116).

O uso de tecnologia e processos de trabalho incompatíveis com a geração de empregos para um conjunto amplo da força de trabalho significa que os investimentos ficam circunscritos aos locais onde foram realizados e não engendram efeitos multiplicadores capazes de modificar as estruturas arcaicas existentes na economia que recebeu tais recursos. No caso específico do

²⁸ A expansão do sistema capitalista nos países centrais resultou numa escassez relativa de mão-de-obra e, por conseguinte, na elevação dos salários dos trabalhadores. A manutenção dos lucros requeria, portanto, a introdução de mais capital por trabalhador e a introdução de novos produtos mais sofisticados com vistas a manter a demanda efetiva.

nordeste, permanece a heterogeneidade estrutural, onde setores de alta tecnologia convivem com formas de produção pré-capitalistas como a economia de subsistência.

A modernização da economia brasileira engendra a dependência tecnológica e mantém as estruturas sociais subdesenvolvidas. Isto é, ao tentar reproduzir os padrões de consumo dos países do primeiro mundo sem, no entanto, dispor das condições técnicas necessárias, países como o Brasil, para produzirem eficientemente, se tornam dependentes do repasse das tecnologias de ponta existentes nos países desenvolvidos.

O padrão produtivo transferido para o Brasil está, portanto, totalmente fora de sua determinação. Ele obedece às necessidades dos países nos quais são criados, apontando, para o Brasil, um “horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e uma reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas” (FURTADO, 1972, p.15). Além disso, “o controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam ‘dependentes’” (FURTADO, 1975, p. 249).

Como nos referimos anteriormente, o consumo está dissociado do nível de acumulação existente no país. Assim, a implantação desse modelo impõe a apropriação e ampliação do excedente nas mãos dos empresários para a realização dos investimentos necessários à organização de uma estrutura produtiva capaz de reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Essa transferência de recursos dos trabalhadores para os empresários se concretizou, no Brasil, pela ação do governo federal através da política de contenção dos salários, desse modo, o aumento da produtividade da economia durante o período de substituição de importações foi apropriado pelo capital. Esse modelo, portanto, engendra a concentração de renda e exclui um amplo contingente da população dos processos econômicos, configurando um padrão de extrema exploração da força de trabalho.

A industrialização brasileira a partir da modernização dos padrões de consumo não conduz à ruptura do subdesenvolvimento, ao contrário, aprofunda a dependência financeira e tecnológica. A superação do subdesenvolvimento depende do reforço dos centros internos de decisão com vistas a direcionar a estrutura produtiva para a adoção do progresso técnico compatível com a incorporação da população em idade ativa, transformando o padrão de crescimento com base na reprodução dos padrões de consumo dos países centrais em um modelo que vise atender as necessidades da maioria da população (FURTADO, 1982).

Cabe agora verificar como esse modelo se insere na estrutura de uma região subdesenvolvida como o nordeste, já que é no processo de substituição de importações que o nordeste e a Bahia se integram na dinâmica nacional.

A região nordeste e a Bahia apresentaram taxas de crescimento durante o período de 1960 a 1980 compatíveis com aquelas verificadas na região sudeste do país. Entretanto, do ponto de vista social, o nordeste continuou apresentando indicadores inferiores àqueles observados na região sudeste. Essa fratura entre o econômico e o social se explica de um lado pela manutenção dos atavismos coloniais ao qual veio se juntar o modelo de desenvolvimento brasileiro cujos limites já apontamos anteriormente.

Conforme vimos, a estrutura industrial do nordeste foi construída com vistas a se adequar àquela prevalecente no sudeste — particularmente a de São Paulo —, já que é nessa última região que se localiza a demanda das indústrias nordestinas. Essa configuração produtiva resultou numa baixa integração das empresas com o mercado interno local.

Isso significa que a estrutura industrial do nordeste é duplamente condicionada: primeiro pelos padrões de consumo dos países desenvolvidos e, segundo, pela divisão inter-regional do trabalho determinada pelo núcleo dinâmico do país situado no sudeste. Essa dupla determinação agrava os efeitos do subdesenvolvimento na região. Nas palavras de Furtado:

No nordeste esse problema se apresenta agravado pelo fato de que a dependência se dá mediatizada por outra região também dependente (o centro-sul do país), contra a qual não se podem utilizar as medidas compensatórias correntes, tais como o controle dos fluxos comerciais e financeiros. Não será por outra razão que o crescimento econômico vem apresentando nessa região projeções sociais mais negativas do que no centro-sul, como se seu subdesenvolvimento fosse de uma ordem mais elevada (FURTADO, 1984, p. 64).

O modelo de substituição de importações não conduziu a modificações da estrutura econômica e social nordestina. Desse modo, os problemas estruturais da região, e da Bahia, foram mantidos: o mercado consumidor situado fora do estado e da região é o responsável pelo baixo dinamismo interno da economia baiana já que o estímulo vem das indústrias paulistas. A intensidade em capital resultou na baixa difusão do progresso técnico, mantendo grande parcela da população economicamente ativa na agricultura de subsistência, configurando uma heterogeneidade estrutural do sistema econômico e agravando a concentração de renda no estado — como observamos nos dados da estrutura ocupacional.

Além da característica geral do modelo, o aumento da concentração de renda esteve associado à difusão dos padrões de consumo do sudeste para o nordeste, onde ocorreu a substituição da pequena produção, dedicada à confecção e a comercialização de produtos de menor valor, pelas grandes redes de distribuição dedicadas à venda de bens industrializados importados de outra região e de maior valor comercial. Essa inversão apresenta clara desvantagem para os segmentos de menor renda com redistribuição a favor do setor do comércio e da indústria.

De acordo com Pedrão (1985), existia na Bahia e na RMS uma importante produção extrativa antes da modernização das atividades comerciais. A partir de 1960, as grandes empresas comerciais que se instalaram na RMS, juntamente com os investimentos industriais, levaram ao fechamento dos pequenos armazéns dos bairros que vendiam muitos produtos típicos da região e passaram a moldar os padrões de consumo com a venda de produtos industrializados.

Outro mecanismo de concentração de renda está associado ao extenso exército industrial de reserva do estado. Isso implica em ter o “salário mínimo como patamar de recrutamento ilimitado” (OLIVEIRA, F., 2003, p.54) e um contingente da força de trabalho inserida no segmento informal da economia com rendimentos inferiores ao salário mínimo.

Em síntese, algumas das características do passado colonial foram preservadas ao longo da evolução da economia do estado a partir da intervenção das classes dominantes locais — os proprietários de terra e o capital comercial — que extraíam o excedente a partir da extrema exploração da mão-de-obra, da apropriação das terras e da utilização dos recursos federais na região. Aos atavismos coloniais acrescentou-se o processo de industrialização comandado pelo Estado, formando uma estrutura produtiva dissociada da demanda local, com pouca capacidade de geração de empregos e de estimular o aumento da renda do trabalho. O resultado, ao final da década de oitenta, era uma estrutura produtiva frágil, pouco dinâmica e uma sociedade fortemente hierarquizada e desigual.

CAPÍTULO II: Globalização, países subdesenvolvidos e transformações recentes na economia brasileira

2.0. Introdução

A economia mundial passou por transformações na sua base produtiva e no funcionamento dos mercados financeiros internacionais, configurando um novo padrão de acumulação capitalista marcado pela liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais.

A partir da abertura comercial e financeira, o Brasil entra em contato com o novo padrão de acumulação capitalista, sendo reintegrado aos fluxos de capitais internacionais e promovendo um conjunto de modificações na esfera produtiva que incluíram fusões, aquisições, privatizações e adoção das novas formas de gestão e organização do trabalho.

O suposto objetivo dessas medidas liberalizantes foi o de promover a elevação da taxa de crescimento da produtividade, superando a pobreza e a concentração de renda²⁹. Observou-se, assim, uma ruptura com os elementos que constituíram a estratégia de desenvolvimento do país desde a Revolução de 30. O papel central do Estado enquanto coordenador e indutor da expansão econômica foi transferido às multinacionais e o mercado externo passou a ter uma função destacada como destino da produção.

A trajetória da economia baiana, na década de noventa, esteve condicionada às novas características do modelo de acumulação capitalista e seus efeitos sobre o Brasil após a abertura comercial e financeira. Os investimentos realizados a partir de 1994 estiveram, sem dúvida, associados aos novos fluxos de capitais que migraram para o Brasil e a reorganização que os grupos nacionais empreenderam a fim de adaptarem-se às normas da concorrência internacional.

Desse modo, faz-se necessário caracterizar, em linhas gerais, esse novo padrão de acumulação de capital, evidenciando os limites que a inserção na globalização impõe aos países subdesenvolvidos como o Brasil. A análise do conjunto das transformações financeiras e produtivas da economia mundial é por demais complexa, fugindo ao escopo deste estudo. Neste sentido, vamos nos ater aos aspectos que interessam a este estudo para analisar os resultados dos

²⁹ Essa abordagem completa pode ser vista em FRANCO (1998a).

investimentos realizados na economia baiana na década de noventa, a saber: i) as baixas taxas de crescimento da economia mundial causadas pelo atual peso das transações financeiras e; ii) a permanência de espaços econômicos de investimentos diferenciados para o capital.

Em seguida, caracterizamos as propostas neoliberais de política econômica para a América Latina, evidenciando, a partir de Caio Prado, que a relação dos países subdesenvolvidos com os capitais transnacionais tem consolidado um papel subordinado do ponto de vista financeiro e produtivo, desses países, no sistema mundial. Por fim, fazemos um breve quadro dos reflexos da abertura comercial e financeira sobre a estrutura produtiva do Brasil e sua influência sobre as baixas taxas de crescimento da economia do país.

2.1. Algumas características gerais da globalização

As modificações recentes da economia mundial têm sido resumidas sob a denominação de globalização. De acordo com Coutinho (1995), esse fenômeno corresponde a um estágio mais avançado da internacionalização e integração da economia mundial tanto no âmbito produtivo quanto no âmbito financeiro. Tal integração ocorre com a hegemonia do capital financeiro, isto é:

a globalização produtiva, embora relevante, é um fenômeno subordinado. Ou seja, a onda de inovações que tem transformado os sistemas produtivos e a organização dos mercados e promovido um crescimento sem paralelo do investimento direto estrangeiro tem seus limites ditados pela dominância da acumulação financeira (CARNEIRO, RICARDO., 2002, p. 227/228).

No âmbito financeiro, além da integração internacional, o novo padrão é marcado pela instabilidade dos mercados financeiros e pela perda de efetividade da política monetária. A desregulamentação dos sistemas bancários, a emergência dos fundos de pensão e a abertura das economias nacionais aos fluxos de capitais limitam o controle do Banco Central sobre a criação de moeda e crédito na economia. É o que Guttmann (1998) chamou de completa endogenização da oferta monetária dentro dos circuitos privados a partir dos critérios de lucratividade, limitando a ação governamental.

A política monetária adotada nos países desenvolvidos, está em função das flutuações do mercado financeiro. O Banco Central tem fundamentalmente atuado como prestador de última instância para evitar a propagação das crises financeiras e a deflação de ativos. Do mesmo modo, as taxas de juros têm sido determinadas na perspectiva de manter os países atraentes para o capital financeiro. (BELLUZO e COUTINHO, 1996).

O câmbio se transformou em um dos principais ativos financeiros e a dívida pública tem servido como mecanismo de transferência de renda da esfera produtiva e dos trabalhadores para o capital financeiro. Com disso, ocorreu a perda de controle pelo Estado de elementos importantes na configuração da soberania nacional como a determinação da taxa de juros, do câmbio e do controle sobre a moeda.

Os montantes transacionados nos circuitos financeiros representam, pela sua discrepância em relação à produção, uma valorização do capital predominantemente financeira, tornando os ganhos patrimoniais com títulos e ações parte importante dos lucros operacionais contabilizados pelas empresas em detrimento das operações produtivas. Desse modo, os grupos industriais são “grupos financeiros de predominância industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 275).

Essa terminologia reflete mudanças nas formas da relação entre as finanças e a grande indústria. Nos chamados anos de ouro do capitalismo, as finanças estavam subordinadas à produção através de um sistema institucional composto pelo câmbio fixo, pela separação entre os mercados monetários e financeiros e pelo controle dos fluxos de capitais.

Ao Estado nacional cabiam tarefas de regulação monetária via Bancos Centrais e demais autoridades monetárias que tinham o monopólio sobre a intervenção dos sistemas de pagamentos entre países, regulavam a criação endógena de moeda e do crédito pelos bancos comerciais e influenciavam as taxas de juros nas operações no mercado aberto.

Após a desregulamentação, as finanças ganharam autonomia e se transformaram em mais uma frente onde se dá a concorrência capitalista, levando ao surgimento das administrações financeiras dentro das empresas. Em cada estrutura do conglomerado empresarial, observa-se a crescente orientação em direção à diversificação financeira e à atuação no mercado de câmbio. Este é o resultado do entrelaçamento entre as dimensões financeira e produtiva dentro da empresa capitalista, onde a intervenção dos grupos industriais nos mercados de câmbio é realizada tanto para a comercialização de bens e serviços quanto para extrair rendimentos puramente financeiros (CHESNAIS, 1996).

Uma posição privilegiada nos mercados financeiros pode garantir aos grupos mundiais recursos para alavancar suas estratégias, dando-lhes a capacidade de influenciar as variáveis macroeconômicas, evitando flutuações do câmbio e dos juros que resultem em prejuízos, preservando, assim, a lucratividade de suas ações e garantindo a remuneração de seus acionistas nas taxas de juros prevalentes (PILHON, 1998).

O cálculo capitalista, ao traçar sua estratégia de valorização, leva em consideração a diferença entre as expectativas de rendimentos provenientes de juros e capitalizações e aquelas referentes à taxa de retorno esperada dos investimentos. A posse de ações pelos investidores institucionais leva a acentuar tal orientação, na medida que, para estes, a “dimensão industrial dos grupos pouco importa; ela não passa de direito de propriedade que eles [os fundos] se esforçam em valorizar o mais rápido possível” (SERFATI, 1998, p.177).

A prevalência de um comportamento rentista dos grupos industriais leva a redução do horizonte de investimentos, conformando comportamentos de curto prazo e desestimulando inversões de longa maturação, uma vez que as aplicações financeiras têm rendimentos maiores — e mais fáceis de serem obtidos — do que a produção. A esfera financeira do capitalismo se tornou, portanto, uma barreira à expansão da esfera produtiva, limitando o aumento do produto real da economia e, por conseguinte, a oferta de empregos.

Além disso, de acordo com Chesnais (1996) e Serfati (1998), a predominância financeira influencia as características dos investimentos, estimulando a preferência das empresas pelas fusões, aquisições, investimentos em reestruturação e racionalização em detrimento da instalação de novas unidades produtivas.

Tais preferências resultaram na interpenetração dos capitais de diferentes nacionalidades, principalmente dentro da tríade, e um intenso processo de concentração e centralização de capital que resultou na predominância das fusões e aquisições como modalidade principal do IED e, por conseguinte, em baixas taxas de crescimento do produto³⁰.

Ainda de acordo com Serfati (1998), a preferência pela mudança de propriedade e pela racionalização da produção não pode ser explicada somente pelo processo de centralização e concentração do capital, característicos das fases de intensa concorrência, já que:

³⁰ De acordo com Silva, L. (2006), entre 1987 e 2000, três quartos do Investimento Externo Direto (IED), nos países desenvolvidos, destinaram-se a fusões e aquisições. Entre 2001 e 2003 elas representaram 64% do IED.

em vez de contribuir para uma retomada duradoura da acumulação de capital produtivo, elas geralmente se traduzem por um fortalecimento da “financeirização” do grupo. [...] o objetivo era colocar as mãos nas empresas visadas, na medida em que estas eram ativos financeiros dos quais se esperava que seus valores nominais inflassem em razão do clima de euforia das bolsas. Dessa alta da cotação dos títulos, os grupos adquirentes esperavam tanto vantajosas mais-valias, quando de sua revenda, como sua avaliação sob a forma de mais-valia latente. (SERFATI, 1998, p.178).

Além do investimento privado, o gasto público é também importante na explicação das baixas taxas de crescimento que tem caracterizado a economia mundial desde o final da década de setenta. Nas décadas de 80 e 90, houve o crescente comprometimento das receitas governamentais com a remuneração dos títulos da dívida pública, reduzindo a capacidade de investimento dos governos nacionais.

Além disso, a generalização de um padrão financeiro de gerar riquezas tem direcionado a política econômica governamental na direção da “estabilidade monetária”. Isso significa taxas de juros elevadas de modo a remunerar as aplicações, plena abertura dos mercados que permita a entrada e saída de capitais tão logo se apresentem papéis mais rentáveis em outros lugares, elevado superávit fiscal que garanta o pagamento dos investidores e taxas de câmbio flexíveis. Esses elementos têm se mostrado incompatíveis com o estímulo aos investimentos produtivos.

Do ponto de vista produtivo, observou-se, além das baixas taxas de crescimento, a introdução de novas tecnologias baseadas na microeletrônica e nas chamadas biotecnologias. Tais modificações engendraram um processo de reestruturação produtiva e a adoção de novas formas de gestão e organização da produção que resultaram na fragilidade do trabalho no novo padrão de acumulação.

Suprimiu-se, assim, a relação salarial que garantia o repasse para os trabalhadores dos aumentos de produtividade e da inflação. A força dos sindicatos e das organizações de trabalhadores foi solapada pelo aumento do desemprego resultante da fraca expansão da economia e da introdução de novas tecnologias, causando declínio dos salários reais, quebra da proteção social ao trabalhador e concentração de riqueza em favor do capital.

2.2. Hierarquias espaciais

O novo padrão de organização da produção adota diversas estratégias que se diferenciam do desenvolvimento capitalista anterior. No padrão de acumulação anterior, os Estados nacionais, inclusive os subdesenvolvidos, ergueram uma série de barreiras contra a entrada de produtos estrangeiros, por isso a exploração de tais mercados requeria que a empresa se instalasse no país e produzisse, nesse espaço, os componentes necessários à confecção do produto final.

Na fase atual ocorre a fragmentação do processo produtivo entre diversos países, quando cada componente do produto final pode ser confeccionado em locais diferentes e enviado para a montagem, o que permite que a produção — antes realizada inteiramente nos países desenvolvidos — seja fragmentada entre vários outros Estados nacionais.

Os avanços tecnológicos na área da microeletrônica permite aos grupos contratarem, através da terceirização, empresas ou pequenos produtores locais, enviando-lhes os insumos ou partes componentes do produto final, gerenciando a produção a distância a partir dos sistemas computadorizados.

Esse modo de operar permite ao capital transferir facilmente sua produção de um lugar para o outro, dotando-o de capacidade de deslocamento num curto prazo de tempo. Além disso, os segmentos mais intensivos em trabalho, como o têxtil e as atividades mercantis, deslocaram grande parte de sua produção para os países de menores níveis salariais e de legislação trabalhista mais frouxa. (CHESNAIS, 1996).

A desregulamentação comercial possibilitou o avanço dessa nova organização produtiva, permitindo aos grandes grupos conquistar fatias dos diversos mercados nacionais sem, no entanto, montar uma estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, permite ao capital explorar as potencialidades das várias regiões do planeta, como matérias-primas e mão-de-obra, sem, no entanto, uma contrapartida para estes locais.

Tais mudanças na organização produtiva e no aparato regulatório conferiram uma maior mobilidade ao capital, o que tem levado alguns autores a concluir que este estaria indiferente aos diversos espaços geográficos, optando por se instalar onde obtivesse os maiores ganhos, restando às regiões, para não verem sua estrutura produtiva desmoronar, se adequar às exigências dos novos investimentos.

Entretanto, na definição estratégica das empresas, que inclui a localização de sua produção, o capital põe em prática a segmentação das atividades, mantendo a hierarquia entre os

países que compõem o sistema mundial através da divisão do trabalho e da integração seletiva de regiões. Interferem na definição de localização das atividades tanto sua origem nacional, quanto a localização dos investimentos dos concorrentes direto dos oligopólios mundiais.

No que se refere à origem nacional dos grupos, temos o que Chesnais chamou de vantagens empresariais ligadas ao sistema de origem. De acordo com o autor, a competitividade de uma empresa não está somente apoiada no desenvolvimento de suas atividades, mas também na “sua dimensão sistêmica ou estrutural: é a expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do país” (CHESNAIS, 1996, p. 121).

Um primeiro atributo competitivo ligado ao sistema de origem é a estrutura do setor de bens de capital, isto é, do seu “tamanho e eficácia e, portanto, da competitividade intrínseca” (CHESNAIS, 1996, p. 122). O setor de bens de capital é aquele que dinamiza o sistema capitalista. Seu grau de desenvolvimento em cada país e sua articulação com os outros setores da economia são condicionantes da capacidade competitiva das empresas. Um segundo atributo é a relação entre a produção e o sistema financeiro cujo papel é alavancar as estratégias no espaço mundial dos grupos.

Por fim, o autor cita as *externalidades* e destaca o aproveitamento dos sistemas nacionais de pesquisa e inovação que estão relacionados ao suporte dado pelos órgãos públicos às atividades de pesquisa e ao conhecimento acumulado no espaço nacional utilizados em proveito dessas empresas³¹.

O outro aspecto determinante na definição da localização dos grandes grupos são os investimentos de seus concorrentes. Tais rivais se constituem em grupos com poderio financeiro e tecnológico suficiente para disputar mercados em condições de igualdade. Estão principalmente localizados nos países da chamada tríade, o que significa que as empresas que participam dessa competição mundial devem estar, necessariamente, presentes no Japão, EUA e/ou União Européia. Esse conjunto de nações é o espaço privilegiado de investimentos para as multinacionais. É nele que estão concentradas as atividades de P&D e para onde converge toda

³¹ “O papel desses fatores na competitividade sistêmica é mais ambíguo. Quando se combinam com os [outros] dois fatores [...] as *externalidades* são, com certeza, um fator de competitividade sistêmica. Caso contrário, são sobretudo um fator de “atratividade” de um país para as multinacionais.” (CHESNAIS, 1996, p. 123).

atividade financeira do grupo e de onde sai a estratégia para todos os parceiros e filiais da multinacional³².

Portanto, a liberalização dos fluxos comerciais e financeiros não significa que os espaços geográficos onde os investimentos serão realizados sejam indiferentes. Existe uma hierarquia na definição de atuação da empresa que não foi eliminada com a desregulamentação da economia.

O capital não se tornou algo indiferenciado, sem nacionalidade, ao contrário, as grandes empresas continuam a manter fortes vínculos com o país de origem na medida que essas ligações possam significar vantagens na competição internacional, concentrando aí o poderio tecnológico e financeiro.

Além disso, os oligopólios mundiais se beneficiam das hierarquias entre os espaços regionais, visto que tais diferenças resultam numa concorrência entre regiões para abrigar os investimentos. Nessa disputa entre países, as empresas conseguem obter vantagens como subsídios estatais, redução do preço das matérias-primas e dos salários, aumentando a rentabilidade do capital. Desse modo, a atuação desses grupos não objetiva eliminar tais diferenças e hierarquias.

O estabelecimento de um espaço multinacional integrado não significa que as multinacionais eliminem as desigualdades nacionais. Não podem fazê-lo, e não têm interesses de atuarem nesse sentido, [se quiserem continuar a] tirar proveito das diferenças existentes entre países. (MICHALET apud CHESNAIS 1996, p. 117).

2.3. Globalização na América Latina

Para os países subdesenvolvidos da América Latina, o processo de globalização começou na década de noventa com a reintegração desses países aos fluxos de capitais internacionais. Dentre os fatores responsáveis pelos fluxos financeiros para a região estão as mudanças de caráter estrutural e cíclico nos países desenvolvidos, bem como a desregulamentação das economias dos países subdesenvolvidos, garantindo a mobilidade de capitais.

Cabe ressaltar que “a maior parte da literatura [...] que trata dos determinantes dos fluxos de capitais para a periferia aponta os fatores estruturais e cíclicos nos países centrais como os mais relevantes” (CARNEIRO, RICARDO, 2002, p. 246). Os fatores estruturais se referem a

³² Tratamos o espaço dos países capitalistas desenvolvidos de forma homogênea, entretanto, mesmo dentro da tríade existem hierarquias. Para a caracterização destas diferenças, ver COUTINHO (1995), CHESNAIS (1996) e CARNEIRO, RICARDO (2000) cap. 7.

grande liquidez de capitais em busca de novas aplicações, com destaque para os investidores institucionais que, frente à necessidade de diversificação dos seus portfólios, migraram para a América Latina. Os fatores cíclicos se referem a “deflação de riqueza mobiliária e imobiliária observada já no final de 1989, nos mercados globalizados” (BELLUZZO e COUTINHO, 1996, p. 140), resultando na “queda de nível de atividades e rendimentos nos países centrais a partir do início dos anos 90” (CARNEIRO, RICARDO, 2002, p. 244).

O fator de atração dos fluxos de capitais para a América Latina foi a realização de “programas de estabilização com as normas dos mercados financeiros liberalizados” (BELLUZZO e COUTINHO, 1996, p.141) que incluiu a abertura comercial e financeira da economia, a manutenção de altas taxas de juros, garantindo elevados rendimentos ao capital ingressante e a criação de ativos passíveis de investimentos, tais como:

títulos da dívida pública, em geral curtos e de elevada liquidez; ações de empresas em processo de privatização; bônus e papéis comerciais de empresas e bancos de boas reputação; e posteriormente, ações depreciadas de empresas privadas, especialmente daquelas mais afetadas pela abertura econômica e pela valorização cambial. (BELLUZZO e COUTINHO, 1996, p.141).

Nesse modelo adotado pelos países da América Latina, a estabilização era apenas uma das etapas a cumprir no conjunto de reformas que foi apresentado como a única opção para superar a crise da dívida externa a qual a região ficou envolvida durante toda a década de 80. Conquistar a estabilidade macroeconômica era, segundo esse modelo, a condição necessária — mas não a única — para voltar a crescer. Restariam, ainda, a reforma tributária, as privatizações, a reforma do sistema previdenciário e a flexibilização do mercado de trabalho.

Tais reformas visavam estimular uma reorientação das economias dos países latino - americanos para o mercado externo, aproveitando as oportunidades abertas pela globalização, retirando, assim, “el peso excesivo e incluso sofocante del papel del Estado em la economía” (SUNKEL e ZULETA, 1990, p. 36)³³ ao aproveitar os mecanismos de estímulo a competitividade e alocação eficiente de recursos que os mercados tem a oferecer.

Nessa perspectiva, não existem hierarquias entre países no sistema mundial. A globalização é encarada como uma oportunidade aberta a todas as regiões, onde os capitais sem pátria estariam dispostos, a partir dos critérios de eficiência e maximização dos lucros, a se

instalar em qualquer lugar, dotando tais países das chamadas “vantagens competitivas”, impulsionando o desenvolvimento tecnológico e permitindo à região competir no mercado internacional.

Tudo se passa, na teoria, como se a menor sinergia dos capitais com as economias nacionais desenvolvidas de origem fosse substituída por um maior vínculo com outras regiões, mesmo as subdesenvolvidas, resultando em transferência tecnológica e aporte financeiro, transformando tais economias em ilhas de prosperidade.

Entretanto, os determinantes do fluxo de capitais para a América Latina, acima descritos, mostram que permanece a hierarquia nos sistemas monetário, financeiro e produtivo mundial, onde as economias “periféricas são relegadas a um segundo plano no processo de reprodução ampliada do capital” (SAMPAIO JR., 1999, p.106).

Do ponto de vista financeiro, a instabilidade cambial e os limites à autonomia da política monetária — que a mobilidade de capitais impõe — se apresentam de forma mais aguda nos países subdesenvolvidos. Segundo Carneiro,

na globalização, o sistema monetário-financeiro internacional constitui-se como um sistema hierarquizado, no qual o dólar é o núcleo. A partir desse núcleo, e dada a existência da livre mobilidade de capitais, foram-se as demais taxas de juros e câmbio do sistema [...] a autonomia da política econômica doméstica [dos países subdesenvolvidos], entendida como a capacidade de determinar as taxas de juros, é restrita quando comparada a dos países do centro do sistema. (CARNEIRO, RICARDO, 2002, p.231/232).

A abordagem da teoria convencional, segundo Prado Jr. (1966), considera que os países do sistema mundial são homogêneos, diferenciando-se apenas segundo os níveis de produtividade e o grau de desenvolvimento tecnológico. Ainda de acordo com o autor, tal abordagem não considera os aspectos qualitativos que se referem às diferentes posições no sistema capitalista internacional de países centrais e periféricos.

Os países que ocupam respectivamente o centro e a periferia do atual sistema internacional do capitalismo estão grandemente distanciados uns dos outros, tanto pela estrutura orgânica de sua economia, como sobretudo pela natureza das

³³ Os autores estão descrevendo a resposta neoliberal à crise econômica da América Latina a partir dos anos oitenta. Essa passagem não representa a proposição deles para os problemas da região.

questões e dos problemas que neles se propõem.” (PRADO JR., 1966, p. 214).

Do ponto de vista produtivo, os grandes grupos internacionais subordinam o funcionamento das economias periféricas a lógica mundial de valorização de seus capitais, estabelecendo relações de

caráter especulativo [que] se manifesta na extrema volatilidade de seus laços com o espaço econômico nacional e se consubstancia no fato de que as grandes empresas transacionais não abrem mão da mobilidade espacial de seus capitais, pois não aceitam ficar confinadas as fronteiras de economias que desempenham papel residual na concorrência intercapitalista em escala global. (SAMPAIO JR., 1999, p. 110/111).

Tal relação resulta no aprofundamento do subdesenvolvimento, entendido, de acordo com Prado Jr. (1966), como o reforço dos laços de subordinação e dependência das economias periféricas aos trustes internacionais, onde estes “constituem um poderoso fator de deformação da economia dos países subdesenvolvidos, mais ainda comprometem profundamente a estabilidade e normalidade financeira daqueles países” (PRADO JR, 1966, p.201/202).

O primeiro fator de deformação, conforme dito anteriormente, é o ajustamento das economias periféricas aos interesses das empresas internacionais independente das necessidades reais do país e de sua população. Nesse movimento,

alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aqueles países. Compromete-se assim o desenvolvimento harmônico das economias subdesenvolvidas, já por si deficientes em estímulos e recursos adequados para um tal desenvolvimento. (PRADO JR, 1966, p.208/209).

Essa organização produtiva tem significado uma maior fragilidade do setor de bens de capital e, por conseguinte, em reduzido domínio dos padrões tecnológicos. A ação do Estado nacional nos países da América Latina, principalmente nos maiores, como Brasil, México e Argentina, contribuiu para reduzir o descompasso entre os setores da economia, internalizando a produção de máquinas e equipamentos da segunda revolução industrial³⁴. Mas, mesmo nesse caso,

³⁴ O setor de bens de capital das grandes montadoras, dos subsectores de equipamentos elétricos e de equipamentos de transporte foram “internalizados” via investimentos das multinacionais.

não conferiu ao setor um desempenho de caráter dinâmico, visto que se encontravam insuficientemente ligados aos outros setores da economia.

Ainda de acordo com Prado Jr. (1966), a ausência do setor de bens de capital ou seu pouco desenvolvimento produz uma fissura no processo de acumulação capitalista. Isso porque existe um descompasso entre a renda interna gerada na acumulação e as novas inversões necessárias à continuidade da expansão. Em outras palavras, apesar do poder aquisitivo gerado internamente nos países subdesenvolvidos, o processo de inversão de novos capitais se faz, também, através das importações de máquinas e equipamentos diminuindo as sinergias entre os setores e os estímulos internos a expansão³⁵.

Nas palavras de Prado Jr: “os fatos complementares da formação e inversão de capital, que se devem conjugar, acham-se por efeito da natureza especial daquela economia desarticulados entre si; ou pelo menos insuficientemente ligados.” (PRADO JR., 1966, p. 216).

Por outro lado, a concorrência dos trustes internacionais com seu domínio dos mercados e poderio financeiro e tecnológico, resultante do processo de concentração e centralização do capital, relega os capitais nacionais a uma posição secundária na medida que “veda-lhes os setores e as atividades mais importantes e de melhor perspectivas ou neles os deixa em segundo e subordinado plano” (PRADO JR., 1966, p. 209).

A ausência de um capital nacional que foi sendo destruído pela concorrência dos grandes trustes internacionais impede a formação de um capitalismo nacional no qual uma tecnologia própria dinamize e se espalhe pelo restante da economia.

Na fase atual do desenvolvimento capitalista, com a retirada do estado da economia e a maior fragilidade dos capitais nacionais frente ao poderio econômico e financeiros dos grandes conglomerados mundiais, observa-se a tendência a ampliar o bloqueio ao desenvolvimento nacional pela desarticulação da estrutura produtiva das economias periféricas, em especial, dos bens de capital, substituindo-os pelas importações.

³⁵ Tavares, M. (1998) também identifica o menor tamanho do setor de bens de capitais como um limite à expansão das economias periféricas. Segundo a autora, “apesar do forte crescimento da taxa de acumulação de capital nos setores de indústrias básicas, garantido em boa parte pelo setor público, a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que gere ‘demanda autônoma’ capaz de realimentar a sua própria demanda e a demanda conjunta de bens de produção. Assim não pode gerar uma expansão da renda e do emprego capaz de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da capacidade produtiva que se mantenha em equilíbrio dinâmico” (TAVARES, M., 1998, p. 101/102).

Ainda que ocorra a transferência de unidades produtivas para a periferia, isso não significa maior autonomia do espaço econômico nacional porque a tecnologia empregada e o poderio financeiro continuam sob o domínio dos conglomerados, assim como, é incompleta a *internalização* do processo de acumulação.

Martinelli e Schoenberger (1994) demonstram que, paralelamente à descentralização das operações produtivas de diversos oligopólios, houve um aumento na concentração de capital e do domínio tecnológico e financeiro nos grandes grupos empresariais. Nas palavras das autoras:

É interessante observar que as diferentes estratégias de reestruturação (aquisições, joint-ventures, externalização, etc.) podem ser empreendidas em simultâneo, e sobretudo que, embora acarretem um concentração acrescida de capital e do controle, não implicam necessariamente uma concentração das operações. Com efeito, a produção pode permanecer fisicamente atomizada; em função das exigências ligadas aos mercados de trabalho e dos produtos [...] beneficiando ao mesmo tempo das facilidades que as grandes companhias podem pôr a sua disposição, nos domínios financeiro, comercial e da distribuição (MARTINELLI e SCHOENBERGER, 1994, p. 113).

O segundo fator desestabilizador das economias subdesenvolvidas se encontra nos desequilíbrios externos e na instabilidade financeira. De acordo com Prado Jr. (1966), o descompasso entre as receitas de exportações de um lado e o pagamento das importações e remessas de lucros e dividendos de outro resulta numa pressão sobre o balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidas que acaba freando o crescimento de suas economias.

A exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões de capital [...] não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos uma tendência aos nivelamentos dos itens respectivamente do haver e dever. (PRADO JR., 1966, p. 204).

No caso da Balança Comercial, existe uma tendência à depreciação do valor dos bens exportados pelos países subdesenvolvidos em função do seu menor nível de elaboração e conteúdo tecnológico quando comparado com as importações. Os condicionantes da expansão desses dois itens também se comportam a partir de eventos diferenciados. As exportações estão

condicionadas pela demanda externa e as importações pelos bens necessários a expansão do produto interno.

No caso da conta de capitais, os investimentos internacionais geram a acumulação interna em moeda nacional que deve ser convertida em moeda de curso internacional com vistas a permitir as remessas de juros, lucros e dividendos. Tais remessas obedecem a critérios internos aos grupos e de maneira nenhuma se relacionam com a disponibilidade de divisas dos países onde tiveram lugar os investimentos.

O desequilíbrio entre disponibilidade de divisas e pagamentos realizados para o exterior impõe limites à acumulação interna e ao crescimento da economia devido à ausência de garantias às remessas dos trustes internacionais, pela falta de bens necessários à produção ou pela adoção de políticas recessivas.

Na fase atual caracterizada pela livre mobilidade de capitais, além daqueles associados aos investimentos, temos os movimentos ligados às aplicações financeiras, resultando em aumento da vulnerabilidade externa das economias subdesenvolvidas e da reflexividade às mudanças da economia internacional e, principalmente, dos mercados financeiros. Quanto maior a dívida de um país e mais dependente dos mercados financeiros ele for para refinancia-la, mais vulneráveis à ação especulativa dos mercados e mais submissas às necessidades de valorização do capital serão as deliberações da política econômica.

2.4. O Brasil na globalização

Dentre os maiores países da América Latina, o Brasil foi, talvez, o último a adotar as medidas de liberalização comercial e financeira se inserindo na globalização. Tal adesão ocorreu de forma completa com a implantação do Plano Real, embora, no governo Collor, o caráter liberal das reformas já se anunciassem.

A década de noventa manteve o combate à inflação no centro das ações da política econômica no governo Collor e nos dois mandatos de FHC. Apesar dessa similaridade com os anos oitenta, podemos notar que os programas de estabilidade monetária (Collor e Real) vieram acompanhados de propostas de reformas estruturais na direção de um novo modelo econômico. De acordo com Filgueiras, o plano Collor apresentava:

para além da proposta de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articula o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. (FILGUEIRAS, 2000, p.84).

Na fase do plano Collor, a reforma do Estado foi iniciada a partir do programa de privatizações de empresas estatais, transferindo-as tanto para a iniciativa privada nacional quanto internacional. De acordo com Baumann (2001), esse é o primeiro período de modificações na legislação interna do país que permite a abertura ao capital financeiro internacional que, por sua vez, é atraído pelos “precios relativamente bajos del capital social de las empresas brasileñas, tras de varios años de inflación y bajos niveles de crecimiento” (BAUMANN, 2001, p.156/157).

Tentou-se realizar um ajuste fiscal que incluiu a suspensão de incentivos fiscais e subsídios e uma reforma administrativa a partir da demissão de funcionários públicos. Todas as medidas estavam orientadas para a redução do papel do estado na economia nas funções de produtor direto e de planejamento econômico.

Houve ainda a liberalização comercial com drástica redução das alíquotas de importação. O objetivo era expor as indústrias brasileiras à concorrência, pois, de acordo com a visão dos gestores do Plano, o contato com as empresas estrangeiras estimularia o aumento da produtividade e a inovação tecnológica.

O aprofundamento dessa perspectiva de reformas foi feito com um projeto articulado em torno do Plano Real. Os formuladores do plano justificaram suas mudanças a partir da crítica ao modelo de substituição das importações e da identificação da inserção do Brasil na globalização como essencial para criar um ciclo virtuoso de crescimento.

A primeira crítica ao modelo de Substituição das Importações (SI) refere-se à criação de uma reserva de mercado, a partir de barreiras tarifárias e do fechamento da economia ao comércio internacional, responsável por gerar uma estrutura produtiva pouco dinâmica sem capacidade de inovação.

De acordo com essa interpretação, a “inovação tecnológica não pode ser produzida com reservas de mercado, favorecimentos fiscais e regulatórios e, principalmente, ausência de competição” (FRANCO, 1998a, p.64). O modelo de substituição de importações, na medida que oferecia a proteção de mercado e garantia lucros às indústrias, tenderia inexoravelmente à estagnação da taxa de crescimento da produtividade.

O segundo problema do SI estaria associado à participação do Estado na economia. De acordo com essa abordagem, o crescimento brasileiro financiado pelo gasto público foi gerado a partir de déficits fiscais e de inflação, provocando efeitos negativos sobre a distribuição de renda e penalizando os mais pobres. Ainda segundo essa visão, o aumento das despesas de custeio do Estado após a constituição de 1988 — que vinculou receitas para os gastos sociais e aumentou os gastos com a previdência social — resultou em déficits crônicos retirando a capacidade de investimento do poder público. Qualquer tentativa nesse sentido somente poderia ser feita com endividamento adicional e, por conseguinte, mais inflação.

Em síntese, a crítica identificava como aspectos inerentes ao modelo de Substituição de Importações a estagnação da taxa de crescimento da produtividade, o aumento da concentração da renda e um crescente déficit público gerador da inflação³⁶. Nas palavras de Gustavo Franco:

Para demonstrar que a SI leva à concentração da renda é preciso demonstrar que ela leva necessariamente à estagnação da taxa de crescimento da produtividade. Nessas condições, um projeto conseqüente [...] de crescimento com redução da pobreza e da concentração de renda, haverá de ter lugar com a superação da SI e aprofundamento do processo de abertura. (FRANCO, 1998a, p. 127)

De acordo com essa perspectiva, um novo modelo de desenvolvimento deveria conjugar crescimento com ajuste fiscal e melhoria dos salários e da produtividade ao mesmo tempo. No primeiro caso, a solução seria a retirada do Estado da economia através do processo de privatização cuja receita ainda contribuiria para reduzir o déficit fiscal — causa primária da inflação.

No segundo caso, a solução estaria no aumento da produtividade da economia cujos ganhos seriam repassados para os salários e reinvestidos, sustentando a expansão do produto. A abertura da economia seria essencial, tendo como objetivo a exposição da estrutura produtiva nacional à concorrência pois:

a) la liberación económica reduce las ineficiencias estáticas generadas por la mala distribución y el desperdicio de recursos; b) la liberalización económica estimula el proceso de aprendizaje; c) las economías orientadas al exterior consiguen enfrentar mejor los shocks externos adversos; d) los sistemas económicos basados en el mercado se muestran menos proclives a actividades con fines rentistas, generadoras de desperdicio. (BAUMANN, 2001, p. 151)

³⁶ Para uma análise diferente sobre os problemas do modelo de Substituição de Importações e uma crítica dessa abordagem, ver COUTINHO e BELLUZZO (1996).

A participação dos capitais externos é também considerada fundamental visto que as empresas internacionais deveriam arcar com os custos da reestruturação produtiva com base nas novas tecnologias. Além disso, o capital internacional “através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, [...] definirá os contornos básicos do novo ciclo do crescimento” (FRANCO, 1998a, p.122).

Os resultados desse modelo no Brasil foram, entretanto, bastante diferentes da teoria. Observou-se, no período, o reforço das características estruturais da economia com reflexos negativos sobre a capacidade de engendrar um novo ciclo de crescimento, por causa da desarticulação da economia nacional e da perda de poder dos centros internos de decisão.

O aprofundamento das características estruturais se expressa no aumento da dependência externa nos âmbitos financeiro, produtivo e tecnológico e no crescimento das desigualdades sociais expressa no aumento do desemprego, do subemprego e da queda do rendimento médio do trabalho vis-à-vis o aumento da lucratividade dos investimentos financeiros.

Do ponto de vista produtivo, a abertura comercial e financeira da economia nacional alterou importantes características da indústria brasileira. De acordo com Laplane e Sarti (1997), a reestruturação produtiva significou diminuição dos encadeamentos produtivos com aumento do coeficiente de importações, ou seja, as empresas instaladas no Brasil, de origem nacional ou estrangeira, aumentaram a participação de insumos estrangeiros na composição de seus produtos finais, desverticalizando a produção.

Como resultado, tivemos a “fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos(...) [que significou] perda do poder multiplicador e indutor da indústria, cuja taxa de crescimento tem sido inferior à dos demais setores de atividade” (LAPLANE e SARTI, 1997, p.151).

De acordo com Coutinho (1996), a desverticalização em busca da especialização se deu com a concentração das empresas em atividades de maior rentabilidade e com o fechamento das linhas de produção que continham um grau maior de incerteza ou de tempo de maturação. Com base nesses critérios de corte, as linhas de produção abandonadas foram aquelas de maior conteúdo tecnológico e os (poucos) investimentos em P&D.

Esse ajuste regressivo da estrutura produtiva significou, segundo Tavares e Belluzzo (2002), o abandono da indústria de bens de capital que se refletiu no aumento da importação de equipamentos e na internalização do avanço tecnológico via importação e modernização das plantas e não via expansão do setor de bens de capitais: “Tomando 1989 como base, a produção

do setor de máquinas e equipamentos mecânicos contraiu-se mais de 30% até meados de 1996” (LAPLANE e SARTI, 1997, p. 151).

O desempenho do setor de bens de capital significou um aumento da dependência tecnológica, visto que o país se dedica a produção de bens cujos requisitos tecnológicos não domina ou tem pouco acesso, já que “o controle do progresso tecnológico e do poder financeiro [é] exercido pelas grandes empresas internacionais” (FURTADO, 1972, p.15).

A diminuição da participação do setor de bens de capital é tanto mais grave se considerarmos que a difusão tecnológica pelo conjunto de uma economia se inicia com a introdução de um novo conteúdo técnico nas máquinas e equipamentos utilizados pelos outros setores da produção. Essa separação entre padrão de consumo e base técnica, como caracterizou Furtado, ou entre acumulação e inversão, como diagnosticou Caio Prado, aprofundam o subdesenvolvimento na medida que reforçam a dependência estrutural da economia “que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas como em função desses objetivos” (FURTADO, 1972, p.15).

Além disso, um setor de bens de capital estruturado representa também a internalização completa do processo de acumulação capitalista sem a qual a expansão do sistema estará limitada pela capacidade de importações. Desse modo, “a modernização brasileira dos anos 1990 determinou o surgimento de uma estrutura industrial descontínua e atrasada, cuja mera reativação não permite enfrentar as atuais condições de produção e de concorrência internacionais” (TAVARES e BELLUZZO, 2002, p.165).

A construção de novas unidades industriais é diminuta na reestruturação brasileira. O grosso dos recursos direcionou-se as fusões e aquisições, onde as empresas estrangeiras adquiriram diversos grupos de capital nacional crescendo, assim, a importância de sua participação na economia do país³⁷. À transferência de ativos privados, juntou-se as privatizações, resultando na desnacionalização da estrutura produtiva do país. Nas palavras de Laplane et al (2002):

³⁷ De acordo com Silva, L. (2006), os fluxos de Investimentos Externos Diretos (IED) recebidos por países em todo o mundo representaram 5.374 bilhões entre 1990 e 2000. Para o Brasil, migraram 99 bilhões ou 1,8% dos fluxos totais de IED. Ainda segundo a autora, a participação das fusões e aquisições nesses investimentos foi de cerca de 61,5%: “O Brasil foi o grande líder da região no período devendo sua inserção nos fluxos de IED aos investimentos destinados à indústria automobilística, no contexto do Mercosul, e aos esquemas de privatização” (SILVA, L., 2006, p. 56).

A transferência da propriedade de empresas de capital nacional privado e público para empresas estrangeiras e a redução relativa das empresas remanescentes de capital nacional são a outra face do processo de internacionalização da economia brasileira. Embora possa parecer óbvio, é conveniente ressaltar que a relação entre internacionalização e desnacionalização da economia não é necessária. [...] Em tese, o processo de internacionalização poderia ocorrer, como de fato ocorreu em alguns países asiáticos, com expressiva participação de empresas de capital nacional na ampliação dos fluxos de comércio e investimentos. (LAPLANE et al, 2002, p.71/72).

A desnacionalização resulta no que Furtado (1992) chamou de desarticulação dos centros internos de decisão. Tal desarticulação foi feita em prol do fortalecimento da lógica dos mercados e, nesse caso, com a transferência das decisões de investimentos para as multinacionais. Essa tendência traz conseqüências negativas para países subdesenvolvidos, visto que existe uma tendência de “concentrar no mundo desenvolvido as atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumentos de poder” (FURTADO, 2001, p. 37).

Quem opera essa separação são as multinacionais quando definem o papel das suas filiais e a relação destas com a matriz, mostrando que o processo de globalização não superou a divisão internacional do trabalho, nem criou capitais sem pátria que estariam dispostos a se instalar de forma homogênea em qualquer parte do mundo.

Obedecendo a lógica de internacionalização de suas organizações, tanto as empresas recém instaladas como aquelas que já atuavam no mercado brasileiro aumentaram a quantidade de peças e insumos importados, ampliando, assim, a necessidade estrutural de importações³⁸.

Observa-se também, no âmbito financeiro, a fragilização dos centros internos de decisão, em razão da perda de autonomia da política monetária, onde a determinação do câmbio e dos juros obedece à lógica dos mercados financeiros. Na vigência da abertura financeira, a variação da taxa de câmbio passa a ser determinada pelo “fluxo e refluxo de capitais internacionais e do maior ou menor descasamento de ativos e passivos, em dólar, dos bancos, de empresas e de rentistas sediados no Brasil” (TAVARES e BELLUZZO, 2000, p.167/168).

No caso das taxas de juros, sua determinação está associada aos déficits externos: na medida que estes crescem, levam a um aumento das taxas de juros internas, cujo rebatimento é

³⁸ Existe um descompasso entre as importações e as exportações: enquanto as exportações, inclusive das multinacionais, estão fortemente direcionadas para o MERCOSUL cujas moedas não são conversíveis e possuem menor valor agregado; as importações se originam dos países capitalistas desenvolvidos, apresentam um maior conteúdo tecnológico e requerem, para o seu pagamento, moedas conversíveis. Além disso, as exportações estão sujeitas a problemas de estrangulamento externo comuns as economias da América Latina, enquanto as importações obedecem ao ritmo de crescimento do produto interno (LAPLANE et al, 2002).

sobre as contas públicas com aumento da dívida interna e externa. Os juros aumentam numa relação direta com a vulnerabilidade externa da economia e com a dependência de capitais estrangeiros para financiar o passivo externo líquido. Com isso, as taxas de juros do Brasil não podem ser reduzidas abaixo de determinado limite estabelecido pelas exigências de remuneração do capital. Observa-se, portanto, que a determinação dos juros e do câmbio estão amarrados aos fluxos de capitais e dependem, em grande medida, da ação privada, debilitando esse instrumento de política econômica.

A política monetária realizada no Brasil resultou no comprometimento da política fiscal³⁹. De acordo com Tavares e Belluzzo (2002), a relação entre política monetária e política fiscal, durante a década de noventa, está na realização de sucessivos ajustes fiscais com vistas a pagar a dívida pública⁴⁰.

Efetuiu-se a redução dos gastos sociais do governo com vistas a gerar crescentes superávits fiscais destinados ao pagamento de juros, resultando em transferências governamentais diretamente para a esfera financeira. Elimina-se, portanto, a perspectiva de um gasto público associado ao investimento e a expansão do produto, ao mesmo tempo em que diminuíram os gastos sociais através da desvinculação orçamentária, promovendo a concentração de renda.

Temos, portanto, a perda de capacidade de investimentos do Estado causada pela deterioração das finanças públicas e da perda de governabilidade sobre a política monetária, o que influencia de maneira negativa o crescimento econômico. Além disso, os elevados juros vigentes inibem o crédito e estimulam as aplicações financeiras em detrimento dos investimentos produtivos, resultando em baixo nível de crescimento do PIB⁴¹.

³⁹ A análise da política fiscal mostra duas etapas [...] entre 1994 e 1998: o governo realiza uma política neutra, ou seja, financia déficits operacionais oriundos do pagamento de juros por meio de emissão de dívida pública e, ao mesmo tempo, amplia gastos correntes por meio do aumento da carga tributária. Já no segundo período, entre 1998 e 2000, o caráter é inequivocamente restritivo, pois os déficits operacionais são compensados por superávits primários (CARNEIRO, RICARDO, 2002, p. 393).

⁴⁰ A dívida pública teve um aumento significativo passando de cerca de 25% do PIB, em 1994, para 50% do PIB em 2000. Esse aumento expressivo foi causado pelas taxas de juros elevadas e pela política de esterilização do Banco Central (BC) que consistiu no lançamento de títulos da dívida pública para comprar o grande montante de dólares que entraram no país, com vista a esterilizar o aumento da base monetária e evitar que a excessiva liquidez interferisse na estabilidade monetária. As reservas então acumuladas pelo BC tinham uma remuneração inferior àquela oferecida aos títulos, resultando num diferencial de juros que aumentou progressivamente a dívida pública. Nas fases de saída de capitais e diminuição das reservas, aumentava-se ainda mais os juros, resultando também num aumento da dívida pública. (CARNEIRO, RICARDO, 2002)

⁴¹ De acordo com Carneiro, Ricardo (2002), o crescimento médio do PIB do Brasil durante a década de 90 foi de 2,7%, similar à verificada na década de 80 que, segundo o autor, foi de 2,3%.

A introdução de tecnologias mais avançadas que requerem menor número de mão-de-obra e as novas formas de organização e gestão do trabalho, diante da baixa expansão do produto, configuram um cenário de desemprego, diminuição dos direitos trabalhista e da renda dos trabalhadores, acentuando o processo de marginalização social.

2.5. Novo Padrão de acumulação e subdesenvolvimento

No capítulo anterior, vimos que o subdesenvolvimento é caracterizado pela separação entre avanço tecnológico e homogeneização social. Enquanto nos países desenvolvidos existe uma relação entre base produtiva e padrão de consumo, no subdesenvolvimento a introdução tecnológica ocorre primeiro nos padrões de consumo através da importação de produtos e depois, via industrialização substitutiva de importações, penetra nas técnicas de produção.

A acumulação é intensiva em capital, impedindo a absorção da mão-de-obra inserida nas atividades atrasadas e conformando um reservatório de trabalhadores que impede a elevação dos salários e coloca parte da população fora dos processos econômicos, reproduzindo as estruturas de dominação.

Em outras palavras, o avanço da produtividade da base técnica não conduz nem a distribuição de renda nem a homogeneização social. O aumento da produtividade do sistema econômico não se espalha pelo conjunto do sistema produtivo, ficando circunscrito a algumas atividades, o que resulta em heterogeneidade da economia, ou seja, setores de subsistência convivem com setores de tecnologia de ponta. Desse modo, a modernização dos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso nas técnicas de produção nos setores de subsistência.

Do mesmo modo, a utilização do excedente para o maior esforço de acumulação produtiva e a continuidade do processo de modernização promovem a concentração da renda com vistas a deixar a maior parte do excedente nas mãos dos investidores. Quanto mais sofisticados os padrões de consumo, relativamente à produtividade da economia, maior a concentração de renda necessária.

A pressão dos custos de formas de consumo cada vez mais sofisticadas e as exigências de capital de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra reforçam os fatores que operam no sentido de concentrar a renda. Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, tenha contribuído nada ou quase nada para reduzir a heterogeneidade social (FURTADO, 1992, p. 45).

Os padrões de consumo nessa fase econômica de concorrência intensa são mais sofisticados e tendem a rápida obsolescência pela criação de novos produtos. Acompanhar esse ritmo, em países subdesenvolvidos como o Brasil, somente se faz via exclusão de parcelas crescentes da população (FURTADO, 1992).

Desse modo, a abertura externa e a inserção na globalização não rompem com a modernização dos padrões de consumo copiados dos países desenvolvidos. Ao contrário, aprofundou-se a orientação da base produtiva para objetivos estranhos a maioria da população.

Ao invés de uma tendência a desconcentração de renda o que se observa é o oposto, visto que os requisitos tecnológicos para a produção de bens que possam concorrer no mercado externo são maiores e, por isso, utiliza-se de menos mão-de-obra o que exclui grande parcela da população da inserção produtiva e dos processos econômicos. Além disso, a reestruturação produtiva significou a precarização das relações de trabalho com aumentos da terceirização e desrespeito aos direitos trabalhistas.

Observa-se, também, a ampliação do que Prado Jr. (1996) chamou de deformações das economias subdesenvolvidas em função da ação do capital internacional com a ampliação da instabilidade oriunda dos desequilíbrios externos e a conformação de uma estrutura produtiva em prol das estratégias globais de atuação dos grandes conglomerados e em oposição as necessidades do país.

As privatizações e a desorganização dos órgãos de planejamento, retirando poder de intervenção do Estado nacional, inclusive no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, contribuem para agravar as debilidades estruturais de formação econômica nacional, bem como as desigualdades entre as regiões brasileiras na medida que consolida a prevalência das decisões de mercado em detrimento da ordenação do processo econômico em função das prioridades da maioria da população. Os efeitos econômicos e sociais da implantação desse modelo na Bahia serão analisados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III: Investimentos na Indústria de Transformação e alguns dos seus reflexos sobre a economia baiana.

3.0. Introdução

A trajetória recente da economia baiana está marcada pela implantação do projeto neoliberal no plano estadual⁴². Dentre as reformas, ressalta-se a privatização de empresas públicas como o Banco do Estado da Bahia – Baneb, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, a Empresa Telefônica do Estado da Bahia – TELEBAHIA e o Porto de Salvador – o principal do estado.

Além disso, implementou-se uma reforma da administração pública que significou a “criação, fusão, incorporação e extinção de órgãos e entidades públicas, dispensa de pessoal e alienação de patrimônio” (CARVALHO NETO, 1998, p. 11). Houve a intensificação do processo de terceirização e redefinição da Previdência Pública ao ser criado um fundo encarregado do pagamento das pensões e aposentadorias.

Nessa perspectiva, reduziu-se os dispêndios com funcionários, sendo que, entre 1995 e 2004, os gastos com pessoal passaram de 57% da receita corrente líquida para 48,1%, proporção inferior aos 60% permitido pela lei de responsabilidade fiscal. Esse é o “resultado da política desenvolvida a partir de 1991 para restaurar a ordem e o equilíbrio das finanças públicas do Estado da Bahia, [através de] uma crescente contenção dos gastos de custeio da máquina pública e, em particular, dos seus gastos com pessoal” (SEFAZ, 2000, p. 35).

Cabe ressaltar que tais medidas retiraram instrumentos do governo referentes à intervenção na economia. Por trás dessas iniciativas está o pressuposto de que o crescimento econômico deve vir dos investimentos privados, cabendo ao poder público apenas assegurar a concretização de tais inversões a partir da oferta de infra-estrutura básica ou de outras ações requeridas pelo capital privado. É nessa lógica de centralidade do desenvolvimento a partir da iniciativa privada que o governo estadual lança um conjunto de programas de incentivos fiscais e creditícios, com vistas a atrair capitais para a Bahia, participando da chamada guerra fiscal.

⁴² As reformas foram conduzidas a partir de 1991 pelo grupo político que apoiou os governos Collor e FHC em suas medidas liberalizantes para o Brasil

O chamado saneamento das contas públicas é encarado, também, como um atrativo para a iniciativa privada uma vez que, segundo os responsáveis pelo planejamento, sinalizaria que o estado poderia manter a renúncia fiscal, assim como abrir novas linhas de financiamento, uma vez que seus gastos estão sob controle.

Dentre os objetivos dos programas estava a atração de capitais internacionais para estimular um outro “vetor” de desenvolvimento da economia do estado, a saber, uma maior ligação com o exterior. Note que tal intenção esta em consonância com o projeto implantado no Brasil após 1994, que identifica a inserção na globalização como essencial para criar um ciclo virtuosos do crescimento conforme vimos no capítulo II.

Não é possível, dentro desse estudo, abordar todas as dimensões da implementação do projeto neoliberal no estado da Bahia. Desse modo, nos concentramos nos efeitos desse novo modelo no âmbito produtivo e do mercado de trabalho, tentando identificar como evoluíram os elementos constitutivos da economia baiana identificados no capítulo 1: baixa capacidade de geração de empregos, elevada concentração de renda, pouca relação das atividades industriais com a demanda local, concentração espacial da indústria e centros de decisão situados fora do estado.

Para isso, lançamos mão de alguns elementos da trajetória econômica recente, começando pelos projetos de desenvolvimento do governo estadual centrados na oferta de incentivos fiscais para atração de empresas do segmento industrial. Em seguida, fazemos um apanhado dos principais programas de incentivos fiscais e dos resultados das inversões realizadas entre 1994 e 2003 que utilizaram tais benefícios. Para um maior detalhamento, selecionamos quatro setores de atividades dentre os que apresentaram os maiores valores investidos, a saber: Petroquímica, Calçados, Papel e Celulose e Automotivo, dos quais analisamos a organização da produção e os encadeamentos produtivos locais. Posteriormente, fazemos uma breve caracterização dos grupos empresariais que atuam no estado e os vínculos produtivos entre a Bahia e a economia nacional após a abertura econômica e financeira do Brasil. Por fim, apresentamos uma breve análise do mercado de trabalho da Bahia.

3.1. Programa de Desenvolvimento⁴³ Industrial do Estado da Bahia

Nos projetos de desenvolvimento do governo do estado da Bahia, consta como objetivo promover a mudança nas características econômicas e sociais do estado. Transformar a economia significa reverter a especialização de sua indústria na produção de bens intermediários, bem como, melhorar sua distribuição espacial, desconcentrando a produção da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Do ponto de vista social, significa gerar alternativas de emprego e renda para parte importante da população. De acordo com os órgãos de planejamento estadual, caberia ao governo, em parceria com instituições privadas,

apoiar a transição da economia baiana para um novo padrão de desenvolvimento industrial: de uma economia produtora de commodities industriais, sujeita às flutuações cíclicas do mercado internacional e capitaneada por relativamente poucas empresas, para uma economia fundada em cadeias de elevada densidade, constituídas por uma ampla malha de empresas voltadas para a agregação de valor e a competitividade; e de um espaço fragmentado e rarefeito, para um território unificado do ponto de vista logístico, infra-estruturado e capaz de atrair empresas que busquem novos centros de produção e/ou distribuição (FEDRAÇÃO DAS INDÚSTRIAS....., 1998, p. 12).

Foram instituídos quatro programas para alcançar tais objetivos. O principal deles é o de Densificação Industrial e Espacialização Produtiva que foi instituído com o intuito de completar a matriz industrial da Bahia. Essa complementação seria efetivada através da construção de cadeias ou complexos com ligações a montante e/ou a jusante até a produção de bens finais, verticalizando os ramos já existentes e estimulando um alto índice de utilização de componentes internos dos novos empreendimentos⁴⁴.

⁴³ A palavra *Desenvolvimento* é reproduzida dos textos governamentais. Desse modo, não damos nenhum significado especial a ela nesse tópico.

⁴⁴ O planejamento e a consecução do chamado projeto de desenvolvimento industrial foram inteiramente realizados por integrantes de um único grupo político: de 1991 a 1994, o governador do estado foi Antônio Carlos Magalhães; de 1995 a 1998, Paulo Souto governou o estado, descompatibilizando-se do cargo para concorrer a uma das vagas para Senador, sendo o mandato completado pelo vice-governador César Borges que se candidatou e elegeu-se governador, exercendo o mandato entre 1999 e 2002, ocasião em que também passou o comando para o vice-governador Otto Alencar que completou o mandato; de 2003 a 2006, Paulo Souto governou novamente o estado. Essa composição do poder estadual nos leva a questionar os reais objetivos subjacentes às intenções citadas e às medidas propostas. Isso porque i) os objetivos expressos nos documentos do governo estadual se mostram muito audaciosos, na medida que propõem uma mudança estrutural na indústria baiana. Não existe, entretanto, qualquer explicação sobre os mecanismos que assegurariam tais transformações a partir dos programas propostos, o que transforma esses documentos em cartas de prováveis intenções ao invés de um plano que aponte a base material através da qual serão atingidos os objetivos; ii) muitas das empresas que receberam incentivos fiscais do governo estadual constam na lista dos financiadores de campanha dos deputados federais desse grupo político, como pode ser

O projeto aposta na ligação entre a petroquímica e as indústrias de bens finais. A instalação dos segmentos têxtil, de calçados, de informática e automobilístico garantiria, segundo o projeto, um mercado consumidor para os produtos da petroquímica baiana, servindo de estímulo à atração de empresas de transformação plástica — a 3ª geração petroquímica. Desse modo, modificar-se-ia o perfil produtivo do complexo de Camaçari, especializado nas chamadas *comodities* petroquímicas — 1ª e 2ª gerações — proporcionando, assim, maior competitividade ao pólo de Camaçari a partir da confecção de bens mais especializados.

Por outro lado, a petroquímica como ofertante de insumos para as indústrias de bens finais garantiria uma maior ligação desses segmentos com a economia local, reduzindo a importação de insumos e dando início a “um novo ciclo de crescimento para a petroquímica baiana, com a produção local de bens de consumo final e também de insumos para as novas indústrias que se instalam no estado” (BAHIA INVESTIMENTOS, 1998, p.26).

Tal projeto parte do pressuposto de que a ausência de encadeamento produtivo a jusante na cadeia petroquímica se deveu ao diminuto mercado consumidor do nordeste e da Bahia. Ou seja, a ausência de indústrias de bens de consumo finais impediu uma maior articulação regional da petroquímica. Entretanto, conforme vimos no capítulo 1, os baixos encadeamentos produtivos locais foram resultado do modelo de industrialização do Brasil que procurou construir no nordeste uma estrutura industrial complementar a do sudeste.

Outro objetivo do programa de densificação é a tentativa de desconcentrar a produção industrial localizada, predominantemente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) — Petrolífera, Petroquímica e Metal-mecânica⁴⁵. A perspectiva é de que a indústria se constitua como alternativa para regiões deprimidas como a cacauceira ou para os demais espaços regionais marcados, tradicionalmente, pelos grandes vazios econômicos.

visto no *site* <http://perfil.transparencia.org.br>. É provável que nas campanhas ao senado e ao governo do estado estas empresas tenham, também, doado recursos. iii) como veremos adiante, um dos beneficiários diretos da privatização das atividades portuárias, segundo matéria publicada no Portal Terra (25/04/2006), foi o Sr. Antônio Carlos Magalhães que se tornou proprietário do porto responsável por escoar a produção da Ford.

Desse modo, é provável que, assim como a adesão ao projeto federal de liberalização da economia — que rendeu a esse grupo acesso a liberação de verbas, a transferências de recursos, a licitações públicas e a nomeação em cargos dos diversos escalões do Governo Federal —, as propostas e ações do governo estadual estejam mais a serviço dos interesses financeiros desse grupo do que a do desenvolvimento do estado, uma vez que as privatizações abriram novas oportunidades de negócios capazes de aumentar os meios materiais de sua reprodução.

⁴⁵ Além desses segmentos, o estado conta com papel e celulose no Extremo Sul; alimentos, calçados, além de outros no Recôncavo e agroindústria no Oeste, porém, com impactos bem menores do ponto de vista da produção, dos impostos gerados e dos efeitos sobre o comércio e os serviços quando foram implantados.

Pretende-se, com a instalação de grandes empresas dos mais variados setores de atividade no interior do estado — dada as maiores isenções para as empresas que se instalem fora da RMS —, provocar o surgimento de outras firmas de pequeno e médio porte que se encarregariam do fornecimento de insumos. O controle de qualidade exercido pelas grandes empresas garantiria uma adequação do nível tecnológico e a produção de bens de elevado valor capaz de competir no mercado internacional.

Outro elemento importante na caracterização do programa estratégico do governo estadual é o estímulo a produção de bens com elevado conteúdo tecnológico de modo que eles se tornem competitivos internacionalmente. Desse modo, os programas de incentivos fiscais e creditícios procuram estimular a reestruturação produtiva das empresas já instaladas no estado.

Embora a pretendida verticalização da economia vise a produção de bens finais, também, para o mercado regional, a inserção no mercado externo passa a ter um peso maior na dinâmica de crescimento do estado:

O progressivo deslocamento da produção industrial para bens de maior valor virá acarretar uma modificação no papel das exportações na economia baiana: de um componente de demanda contracíclico para as commodities produzidas no estado (...) para o motor do crescimento de complexos mais densos, com produção de maior conteúdo tecnológico e produtos indiferenciados e intensivos em design. O mercado regional é insuficiente para sustentar o crescimento desses segmentos de elevada elasticidade renda. As conseqüências de médio e longo prazos para o estado são claras: sua integração competitiva ao comércio mundial será a força motriz de parcela crescente da produção e, por conseqüência, dos investimentos (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS..., 1998, p. 15).

Como mencionamos no capítulo 2, a implantação do modelo neoliberal na década de 90 visava reorientar as economias da América Latina para o mercado externo com vistas a aproveitar as oportunidades que a globalização, segundo essa perspectiva, teria a oferecer, a saber: o estímulo a competitividade, a alocação eficiente dos recursos e a desconcentração de renda.

O governo estadual parece compartilhar dessa visão na medida que considera que a globalização e a redefinição espacial do capital “criam oportunidades para países e regiões não tradicionais, embora haja necessidade de construção de vantagens capazes de propiciar um

efetivo aproveitamento das portas que se abrem” (UDERMAN e MENEZES, 1998, p. 719)⁴⁶. O pressuposto, também, é que, a partir dos capitais atraídos para o estado, poderiam ser desenvolvidas as chamadas “vantagens competitivas”, na medida em que o capital aqui investido impulsionaria o desenvolvimento tecnológico, permitindo à Bahia competir no mercado internacional.

Note que esse pressuposto é o oposto das referências que desenvolvemos no capítulo anterior acerca do processo de globalização. Entendemos que ele não conduz à homogeneização dos espaços geográficos, permanecendo a divisão internacional do trabalho, na qual às economias periféricas cabe um papel subordinado.

Os oligopólios mundiais se beneficiam das hierarquias entre os espaços regionais, visto que tais diferenças resultam numa concorrência entre regiões para abrigar os investimentos, forçando a obtenção de vantagens como subsídios estatais, a redução do preço das matérias-primas e dos salários como forma de aumentar a rentabilidade do capital. Desse modo, a atuação dessas empresas não objetiva eliminar tais diferenças e hierarquias.

Na atração dos investimentos, a Bahia teria, segundo a ótica governamental, um grande número de vantagens sobre outros estados das regiões norte e nordeste. Além das vantagens tradicionais, comuns a essas regiões – salários menores, incentivos fiscais e preços das terras – acrescenta-se a proximidade geográfica do sul e do sudeste do país e um pólo industrial apto a oferecer serviços modernos para as indústrias de ponta que se instalarem no estado.

Bastaria, portanto, garantir a lucratividade do capital, oferecendo facilidades e benefícios, bem como “vantagens competitivas, entendidas estas como as condições necessárias de infraestrutura, mão-de-obra qualificada e uma consistente política de incentivos, para possibilitar a atração de investimentos” (SEPLAN, 2004, p. 152), a fim de que as novas inversões iniciem um ciclo de crescimento.

No que se refere à globalização, a idéia é que o capital estaria indiferente aos diversos espaços geográficos, optando por se instalar onde obtivesse os maiores ganhos, restando às regiões, para não verem sua estrutura produtiva desmoronar, se adequar as exigências dos novos investimentos. É como se as hierarquias existentes no sistema mundial e que conformam uma

⁴⁶ Wladson Menezes, em 2000, era Diretor de Políticas Públicas e Simone Uderman, em 2002, era Diretora de Políticas Setoriais, Urbanas e Regionais da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC).

divisão do trabalho entre países tivessem desaparecido com a maior mobilidade que o capital ganhou após a desregulamentação das economias e da adoção dos novos processos produtivos.

Desse modo, o projeto de desenvolvimento visa, também, construir as condições de infraestrutura adequadas ao capital por intermédio de três outros programas que são: o programa de integração logística que tem o objetivo de promover a maior interligação entre as regiões do estado, através do melhoramento da malha rodoviária e de outros meios de transporte e comunicações; o programa de educação para a competitividade que visa treinar a mão-de-obra para manusear as novas tecnologias e se adaptar às novas formas de gestão e de organização do trabalho; e o programa de energia e saneamento para sustentar o aumento da demanda em função da expansão produtiva.

No caso do saneamento, a idéia é estabelecer parcerias entre o governo e a iniciativa privada, onde esta destinaria seus investimentos para as áreas que já possuem um sistema básico e que requerem ampliações, enquanto ao governo caberia os investimentos para as áreas que não apresentam atividades econômicas relevantes. Na energia, dada a privatização da COELBA — Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia —, caberia ao estado atuar como um regulador do setor, bem como, planejar as necessidades de expansão a serem realizadas pela iniciativa privada (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS..., 1998).

Os pressupostos do programa industrial do estado estão muito próximos da teoria do desenvolvimento local endógeno, haja vista que concentra a análise dos problemas relacionados ao crescimento econômico nas vantagens que o local tem na atração de investimentos, numa perspectiva microeconômica, desvinculando-a tanto da dinâmica nacional quanto da lógica geral de acumulação do capital.

De acordo com a teoria do desenvolvimento endógeno, caberia ao lugar criar um ambiente de cooperação e confiança permitindo a aprendizagem coletiva a partir da qual seriam estimuladas as competências técnicas e o conhecimento inovador, requisitos fundamentais para conquistar o mercado internacional e promover o desenvolvimento local⁴⁷.

Os impactos da abertura comercial e financeira ocorridos no Brasil nos anos 90 somente são mencionados para se fazer referência às mudanças nos padrões concorrenciais que

⁴⁷ Para um resumo e crítica a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, ver BRANDÃO (2003).

impuseram à economia nacional. Do mesmo modo, a globalização é abordada em termos dos novos referenciais de competitividade e do padrão tecnológico vigente⁴⁸.

Dentre os recursos utilizados para viabilizar o projeto de desenvolvimento industrial estão a reorganização do estado com vistas a permitir a concessão de benefícios fiscais e financeiros, o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Programa Nordeste Competitivo do BNDES e a captação de recursos junto a instituições financeiras multilaterais para os projetos de infraestrutura. Entretanto, o central da estratégia do governo estadual, em termos de recursos financeiros, para a consecução de seu projeto, é a oferta de incentivos fiscais e financeiros. Desse modo, nos concentraremos na análise desses programas.

3.2. Programas de Incentivos Fiscais

Além da abertura comercial e financeira, o contexto de aplicação dos programas de incentivos fiscais foi a alteração no padrão de atuação do governo federal na economia com o abandono dos projetos de desenvolvimento regional, delegando a cada unidade da federação a tarefa de isoladamente promovê-lo.

Foram muitos os programas de incentivos fiscais e creditícios instituídos pelo governo estadual com vistas a atrair empresas ou a estimular a modernização daquelas já instaladas no estado. Eles se estenderam aos mais diversos ramos de atividade não se limitando a indústria. Os objetivos, invariavelmente, enfatizavam o desejo de fomentar a diversificação e integração da cadeia produtiva, a geração de empregos e a modernização da produção (SICM, 2005).

Na Tabela 3.1 abaixo, nos limitamos a descrever os programas de incentivos fiscais e creditícios associados aos principais investimentos na indústria de transformação da Bahia realizados no período de 1994 a 2004⁴⁹. São eles: o PROCOMEX (Programa de Incentivo ao Comércio Exterior) de 1997; o BAHIAPLAST (Programa de Incentivo à Transformação Plástica) de 1998; o PROAUTO (Programa Especial de Incentivo ao setor Automotivo) de 1999; o Crédito

⁴⁸ Existem diversas publicações, que não mencionaremos, com uma análise otimista acerca dos investimentos realizados na economia baiana nos anos 90. Entretanto, mesmo essa posição não é uniforme, tendo aqueles que identificam possíveis dificuldades futuras para o estado associadas à infra-estrutura ou à atração de novos investimentos que completem a cadeia produtiva já em vias de instalação.

⁴⁹ A lista completa dos 16 programas estaduais de incentivos até 1994 está em Incentivos Governamentais (1994). Outros programas instituídos após essa data, como o PROCOBRE, o PROFIBRA e o PRONAÚTICA em 1999, além do Projeto Pesqueiro e o Programa de apoio a Agroindústria, podem ser vistos em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>

Presumido que regula o fluxo de comércio exterior de vários setores de atividade e o DESENVOLVE que resultou da agregação dos diversos programas de investimentos. No caso do Pólo de Informática, embora o segmento não tenha sido objeto de grandes inversões no período, ele foi acrescentado por ser considerado, pelas autoridades locais, um importante “vetor de crescimento”.

Essa diversidade de programas está associada à tendência de adaptar os incentivos ao padrão de organização setorial ou às necessidades de uma empresa. Isto é, não existe um programa geral pensado a partir das necessidades de desenvolvimento do estado, ao contrário, os projetos se aderem às necessidades daqueles que demonstram intenção em instalar sua produção na Bahia.

De acordo com Prado e Cavalcanti (2000), a substituição do programa único das décadas de 60 e 70 pela multiplicidade de projetos é uma tendência geral observada nas mais diversas unidades da federação. A adaptação dos programas às necessidades setoriais ou empresariais acaba dando à atuação do estado um caráter puramente formal no sentido de um planejamento que resulte na solução das fragilidades econômicas locais. Não são os governos que escolhem os investimentos a partir da lógica do desenvolvimento regional, mas as empresas que escolhem aonde vão se instalar e, ainda assim, conseguem obter benefícios fiscais e creditícios.

Analisando o perfil dos programas da Tabela 3.1, pode-se notar que os financiamentos e diferimento de ICMS para os fluxos de comércio de matérias-primas, peças, material intermediário e componentes vindos do exterior está incluída em quase todos os programas selecionados, com exceção do Bahiaplast.

Tais benefícios fiscais permitem às transnacionais, instaladas no estado, continuarem participando do fluxo de comércio intrafirma, sem comprometer a especialização da filial dentro da estratégia global dos grupos. É o caso, por exemplo, do PROAUTO que, com a isenção da importação, inclusive de veículos, permite que a montadora supra parte da demanda do mercado interno com importação, além da comercialização de peças e componentes intragrupo, mantendo a especialização produtiva da filial que produz no estado.

Do mesmo modo, a configuração do lançamento e pagamento de ICMS para recebimentos do exterior do Pólo de Informática abre a possibilidade das empresas se constituírem em maquiladoras, isto é, empresas que não investem ou estimulam o desenvolvimento do setor na região onde estão instaladas, pois intencionam apenas explorar as vantagens fiscais ou a mão-de-

obra do local. O programa contempla tanto uma estrutura composta de pequenas e médias empresas responsáveis pela montagem ou fabricação do produto final, permitindo o diferimento de ICMS para essas transações entre firmas através da chamada saída interna, quanto a possibilidade das empresas instaladas se tornarem montadoras.

Obviamente, essa configuração traz reflexos negativos sobre os objetivos dos programas de incentivos que é o encadeamento produtivo local, visto que a isenção para operações de importação dificulta a internalização da produção. Não existem, no programa, cláusulas de índice de nacionalização, como no PROAUTO, que contribuam para limitar essa tendência.

Ainda sobre o perfil dos programas de incentivos, podemos observar que a importação de insumos e equipamentos de outras unidades da federação recebe um tratamento compatível com o setor de atividade. No caso do Pólo de Informática, é vedada a utilização do crédito fiscal para insumos importados do mercado interno o que não se constitui em necessidade relevante para o setor, na medida que desde o governo Collor a indústria de informática nacional foi desestruturada. Enquanto no Crédito Presumido, que beneficia principalmente o setor de calçados, existe o diferimento de ICMS sobre a entrada de matérias-primas vindas de outros estados, contemplando a organização das empresas do setor recém instaladas na Bahia que compram muitos componentes das suas matrizes situadas no sul e no sudeste do país.

Quanto ao BAHIAPLAST, observa-se que ele facilitou a modernização da indústria petroquímica através da redução do imposto de renda para empreendimentos antigos, bem como da orientação de crédito para a importação de máquinas e equipamentos. Além disso, o programa procurou reproduzir as mesmas condições — matéria-prima subsidiada, infra-estrutura, isenções fiscais e benefícios financeiros — que deram origem à implantação do pólo petroquímico de Camaçari.

A preocupação com a competitividade dos programas em relação àqueles realizados em outras unidades da federação está presente nos órgãos de planejamento da Bahia. Isso é particularmente evidente no Bahiaplast, onde existe uma tabela que compara os benefícios concedidos na Bahia com aqueles instituídos em outras unidades da federação como Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, dentre outros.

É provável que essa preocupação tenha sido incorporada pelos governantes de outros estados, dando origem à guerra fiscal que reflete a disputa pelos investimentos, utilizando a concessão do maior número de incentivos em relação àqueles oferecidos em outras partes.

Subjacentes a preocupação com a competitividade dos programas de incentivos estão as baixas taxas de crescimento da economia brasileira onde do ponto de vista dos investimentos têm predominado as fusões, aquisições e privatizações em detrimento da instalação de novas unidades produtivas.

Desse modo, transformou-se a política de subsídios e diferimentos fiscais em guerra de incentivos que questiona o projeto de desenvolvimento nacional, na medida que reforça a idéia de que cada unidade da federação pode aproveitar melhor as oportunidades da globalização sem a nação (PRADO e CAVALCANTI, 2000).

As empresas, ainda segundo Prado e Cavalcanti (2000), estimulam a competição entre unidades da federação, na medida que definem as áreas ou zonas de equivalência onde seria indiferente a instalação da nova produção e, a partir daí, entram em contato com os governos locais, estimulando a disputa entre regiões com vistas a conseguir o maior número possível de vantagens.

Apesar do crescente número de concessões, não são estabelecidas metas a cumprir no que se refere a geração de empregos, respeito a legislação trabalhista e encadeamentos produtivos com a economia local.

Tabela 3.1 – Programas de incentivos fiscais: Bahia, 1994 - 2004

PROGRAMA	SETOR/ Objetivo	INCENTIVOS
PROBAHIA e PÓLO de INFORMÁTICA	Informática, elétrico, eletrônicos, eletro-eletrônicos e telecomunicações. Regulamentar a saída e entrada do exterior.	Financiamento do ICMS em até 50% p/ empreendimentos na RMS e até 75% no interior do estado, carência de 3 anos, incidência da TR que poderá ser reduzida em até 50%. Diferimento de ICMS de recebimento do exterior de partes, peças, bens destinados ao ativo imobilizado, matérias-primas, material intermediário e embalagens no distrito industrial de Ilhéus mesmo que tenham similaridade com produtos fabricados pelos estabelecimentos; diferimento nas saídas internas para outras empresas do estado ou nas operações internas, inclusive de outra unidade da federação, não se aplicando a matriz; Crédito fiscal na saída dos produtos resultantes da industrialização no valor do saldo devedor do imposto apurado; para estabelecimentos comerciais no valor de 5%, sendo vedada a utilização do crédito fiscal para insumos do mercado interno. Nas operações de saídas internas o estabelecimento importador lançará crédito de 50% ou 79,834% de modo que a carga tributária não ultrapasse 3,5%. O tratamento tributário findar-se-á em 2014.
PROCOMEX (Programa Incentivo Comércio Exterior)	Estimular exportação da prod. estadual e financiar o imposto de importação p/ comercialização e industrialização.	Financiamento de até 6% das exportações de indústrias na RMS e 11% nas situadas na RNM com prazo de fruição e carência de 10 anos, incidência de juros de até 10% sem atualização monetária; possibilidade de redução de até 90% do valor a amortizar. Financiamento de até 8% das importações com prazo de fruição até 2010 e carência de 5 anos, juros de 1% ao ano sem atualização monetária e financiado em até 180 meses ⁵⁰ .
PROAUTO	Automobilístico	Redução de 100% do imposto de importação sobre bens de capital, 90% sobre insumos e até 50% sobre importação de veículos, redução de 45% do IPI na aquisição de insumos; isenção de frete para renovação da marinha mercante; isenção de IOF nas operações de câmbio para pagamento de bens importados; isenção de imposto de renda sobre os lucros, crédito presumido de IPI como o ressarcimento de contribuições como o PIS e a COFINS. ⁵¹
BAHIAPLAST (Programa Desenvolvimento da Indústria Plástica)	Química e Petroquímica	Redução de até 70% do ICMS p/ plásticos transformados no estado; diferimento do ICMS em operações de saída das indústrias de 2º para 3º geração e incidente sobre as aquisições de máquinas e equipamentos, 3% de bônus sobre a compra de matérias primas; insumos a preços e condições diferenciados; redução no imposto de renda para empreendimentos novos de até 75% e existentes de até 37,5%; capacitação da mão-de-obra; orientação na obtenção de crédito para capital de giro, investimentos fixos, aquisições de bens e serviços no exterior, gasto com meio ambiente e na aquisição de máquinas e equipamento; terrenos; galpões, infra-estrutura. ⁵²
CRÉDITO PRESUMIDO	Incidente sobre a saída de produtos montados ou fabricados.	Veículos automotores, insumos, componentes, peças, partes, conjuntos e sub-conjuntos até 75% do imposto incidente nos primeiros 5 anos e até 37,5% do 6º. ao 10º. ano; Calçados e componentes até 99% por até 20 anos; Móveis até 90% do imposto incidente por até 15 anos; preservativos de 70% nos 10 primeiros anos; processamento e conservação de peixes e crustáceos 90% nos primeiros 10 anos, artigos sanitários de cerâmica, Azulejos e pisos até 85% por até 10 anos; Fiação, tecelagem e confecções até 90% por até 15 anos. Diferimento de ICMS incidente sobre entradas do exterior de matérias-primas, componentes e embalagens desde que não existam similares no mercado interno, sobre máquinas e equipamentos e na entrada de matérias-primas vindas de outros estados. ⁵³
DESENVOLVE (Desenvolvimento Industrial e de integração Econômica)	Agroindústria e Indústrias	Dilatação no pagamento do imposto sobre operações de circulação de mercadorias e serviços de transporte e comunicação; pagamento de 10%, 20% ou 30% do valor do ICMS; dilatação da parcela correspondente a diferença entre imposto apurado e impostos pagos; juros pela TJLP capitalizados ao ano sobre a parcela resultante da dilatação; pagamento em uma só vez após carência de 6 anos sendo que existem incentivos com descontos progressivos p/antecipação do pagamento que varia de 30% até 90%..

Fonte: SEPLAN (2000); ALVES (2001); PROMO (1997);

⁵⁰ SEPLAN (2000)

⁵¹ ALVES (2001)

⁵² PROMO (1997)

⁵³ SEPLAN (2000)

A projeção da renúncia fiscal envolvida nos diversos programas de incentivos fiscais — com protocolo de investimentos assinado após 2002 — pode ser vista na Tabela 3.2⁵⁴. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), a renúncia fiscal prevista é feita com base na conta ‘Apuração dos resultados das empresas’, onde são registrados os ‘Demonstrativos mensais de arrecadação’ a partir dos quais são projetados os valores do ICMS devido. Posteriormente, desconta-se do imposto devido por cada empresa o valor correspondente ao programa de incentivos que participa⁵⁵.

Entre 2001 e 2004 o montante de renúncia praticada pelo governo estadual foi de cerca de R\$ 514 milhões, uma média de R\$ 128 milhões por ano. A categoria Outros nos impede de fazer uma análise mais pormenorizada sobre os setores que mais se beneficiaram com a renúncia fiscal. Apesar disso, pelos dados da Tabela 3.2 podemos verificar que, dentro da indústria o setor petroquímico através do Bahioplast e o Pólo de informática estão entre os que ganharam as maiores isenções de ICMS.

A significativa redução do valor da renúncia em 2004, deve-se ao mecanismo de cálculo do ICMS feito a partir de uma operação contábil de débitos e créditos. As exportações significam um crédito enquanto as operações internas significam um débito, o ICMS devido é o resultado dos créditos menos os débitos⁵⁶.

Em 2004, o crescimento da economia brasileira esteve associado ao comércio exterior. No caso específico da economia baiana, a agropecuária e os segmentos petroquímico e automobilístico da indústria de transformação foram os que mais cresceram sua participação nas exportações baianas apresentando aumento de quantidade e de preço. Desse modo, houve um aumento dos créditos que interferem no cálculo do ICMS, com conseqüente diminuição do valor devido e da renúncia fiscal. Nos anos seguintes, o montante da isenção de impostos voltou a

⁵⁴ A obrigatoriedade de previsão de renúncia fiscal foi instituída após aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2002. A exigência que nenhuma despesa fosse aprovada sem a respectiva receita obrigou os governos estaduais a preverem com a maior exatidão possível a receita disponível, o que requer a contabilização do valor do ICMS que as empresas têm direito a deduzir por conta dos programas de incentivos. Nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anterior ao ano de 2001 não existe um quadro com a previsão de renúncia fiscal. Não encontramos, também, nenhum trabalho que faça a projeção da renúncia fiscal realizada pelo estado da Bahia durante o período coberto por este estudo.

⁵⁵ Informações fornecidas por Rogério Princhart, técnico da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), responsável pelo cálculo da renúncia fiscal prevista.

⁵⁶ Idem.

umentar, sendo que, em 2006, foi feita a previsão de uma renúncia para 2007 no valor de cerca de R\$ 289 milhões.

A relação investimento/renúncia é de R\$ 22,6, isto é a cada R\$ 22,6 de investimentos corresponde uma diminuição de R\$ 1,0 no ICMS devido. Ainda de acordo com a Tabela 3.2 vemos que a renúncia de tributos representou, em média, 2,4% da arrecadação total de ICMS do estado e 4,6% do impostos pago pela indústria de transformação entre 2001 e 2004.

Tabela 3. 2 - Renúncia fiscal prevista, investimentos realizados e arrecadação de ICMS: Bahia, 2001 – 2004

Variáveis Selecionadas	(R\$ milhões preços correntes)					Regiões
	Total	2001	2002	2003	2004	
Renúncia fiscal	514	106	157	142	110	
Bahiaplast	53	6	28	10	9	Metropolitana
Calçado e Cerâmica	33	4	16	10	4	Todo o Estado
Informática	59	16	18	20	6	Todo o Estado
FazBahia (Fazcultura e Fazatleta)	58	14	14	15	17	Todo o Estado
SimBahia (microempresas)	20	10	10	nd	nd	Todo o Estado
Serviços de transporte de passageiros, moagem de trigo e outros ⁽¹⁾	122	56	66	nd	nd	Todo o Estado
Proalba	20	-	6	11	3	Oeste
Outros (incentivos segmentos diversos)	148	-	-	77	72	Todo o Estado
Investimentos Realizados	11.622	4.523	3.760	1.528	1.811	Todo o Estado
Arrecadação de ICMS	22.320	4.242	5.074	5.871	7.133	
Arrecadação da Ind. de Transformação	11.615	2.168	2.577	3.140	3.730	
renúncia fiscal/ arrecadação de ICMS (%)		2,5	3,1	2,4	1,5	
renúncia fiscal/ arrecadação da ind. Transformação (%)		4,9	6,1	4,5	2,9	

Fonte: SEPLAN/ Orçamento do Estado da Bahia

* nd= não disponível

(1) Não relacionados a programas específicos

Além da renúncia fiscal, foram abertas linhas de financiamento para os diversos setores de atividade contemplados pelos programas de incentivos. Conforme Tabela 3.3, cerca de 56,7% dos recursos utilizados nas linhas de financiamentos entre 2001 e 2004 foram do tesouro estadual. Desse modo, a implementação dos programas de incentivos fiscais é acompanhada da diminuição dos gastos com custeio da administração pública com vistas a permitir o deslocamento de parte dos recursos para as operações de financiamento às empresas.

Os 43,3% restantes têm origem na chamada 'outras fontes' não explicitadas nos documentos oficiais, mas que, provavelmente, são empréstimos concedidos pelas agências de financiamento multilaterais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou Banco do Brasil (BB) ao governo estadual. Este por sua vez destina-os ao financiamento das empresas. Note que, em geral, os empréstimos concedidos às empresas pelo governo estadual têm

melhores condições do aquelas na qual o poder público capta esses recursos junto as instituições citadas. Isto é, juros menores e maiores prazos de pagamento.

De acordo com a Tabela 3.3, as empresas ligadas ao Prodecon, ao Proauto e ao Probahia foram aquelas que mais receberam empréstimos, respectivamente, 46,4%, 31,8%, e 23,7% da valor total concedido entre 2001 e 2004.

O Proauto está ligado a instalação da Ford, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia)⁵⁷ esta ligado a indústria madeireira e extrativa mineral e Programa de Defesa da Economia Baiana (Prodecon)⁵⁸ destina-se aos mais diversos setores de atividade. Segundo o Desenbahia, em 2001, os recursos desse fundo foram destinados para o setor automotivo. Segundo o relatório: “dentre os programas apoiados pelo FUNDESE, a maior parcela foi a do Prodecon que absorveu 64% correspondentes a R\$ 367,00 milhões, o que reflete a importância do pólo automobilístico no estado.” (BAHIA, 2001, p. 6).

⁵⁷ Os empreendimentos financiados pelo PROBAHIA destinam-se para: indústrias que utilizem carvão vegetal, as beneficiadoras de madeira, em que os insumos, em ambos os casos, não provenham de reflorestamento próprio ou de terceiros, com projetos aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; projetos de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo e outros a critério do Conselho Deliberativo do PROBAHIA.

Os financiamentos serão pagos em tantas parcelas mensais e sucessivas quantas forem as do financiamento concedido, observada a carência de 36 (trinta e seis) meses. Os empreendimentos enquadrados na Classe E e F, terão prazo de carência de 60 (sessenta) meses e os enquadrados na Classe Especial terão prazo de carência definido em Resolução do Conselho Deliberativo do PROBAHIA. Sobre os empréstimos incidirá a taxa de juros efetiva de 3% (três por cento) ao ano, salvo para os projetos enquadrados na Classe Especial que terão taxa de juros estabelecida em Resolução do Conselho Deliberativo do PROBAHIA (BAHIA, 2000c).

⁵⁸ O Programa de Defesa da Economia Baiana - PRODECON tem por finalidade absorver a diferença entre o custo financeiro que for cobrado do financiado e o custo financeiro que decorreria das condições estabelecidas nos programas específicos, financiados pelo FUNDESE, de cada setor; em até 50%. Abrange a construção de galpão industrial; os empreendimentos da indústria de mobiliário, química, de produtos farmacêuticos e veterinários, de produtos de materiais plásticos, de vestuário, calçados e artefatos de couro; implantação de unidades industriais de veículos automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos — acabados e semi-acabados — pneumáticos e acessórios; projetos do setor agropecuário. A equalização prevista no PRODECON obedecerá às seguintes condições: prazo global de até 10 (dez) anos para pagamento de cada parcela financiada; carência de até 5 (cinco) anos; amortização de até 10 (dez) anos; juros de 3% (três por cento) a 6% (seis por cento) ao ano, e/ou TJLP ou outro índice equivalente (BAHIA, 2000c).

Tabela 3.3 – Recursos do Orçamento destinados aos programas de incentivos creditícios: Bahia, 2001-2004

Especificação (função, subfunção, programa, projeto)	(R\$ milhões preços correntes)							
	2001		2002		2003		2004	
	Total	Tesouro	Total	Tesouro	Total	Tesouro	Total	Tesouro
TOTAL	340,1	207,7	366,1	222,6	322,0	322,0	298,6	-
Fundese (Fundo de Desenvolvimento social e Econômico)								
Total	240,1	207,7	246,1	222,6	278,7	278,7	246,9	-
Agrinvest (modernização da Agricultura Baiana)	3,0	3,0	11,0	11,0	13,1	13,1	9,0	-
Lavoura cacaueteira	-	-	-	-	-	-	10,0	-
Protec (informática, eletro-eletrônica, telecomunicações)	14,0	14,0	7,5	7,5	14,0	14,0	0,0	-
Proauto (metal-mecânica)	120,0	109,7	46,0	46,0	50,0	50,0	0,0	-
Procomex (comércio exterior)	8,0	8,0	19,0	19,0	34,8	34,8	55,0	-
Prodecon (Defesa da Economia Baiana)	26,0	26,0	81,1	81,1	118,9	118,9	163,9	-
Probahia (Promoção do Desenvolvimento da Bahia)	69,1	47,0	67,6	52,0	40,0	40,0	1,0	-
Proturismo (Apoio ao turismo)	-	-	8,8	1,0	1,0	1,0	1,0	-
Papis (apoio a projetos de interesse social)	-	-	5,1	5,0	5,0	5,0	5,0	-
Procin (Reaproveitamento, ampliação e construção de indústrias)	-	-	3,3	2,0	2,0	2,0	2,0	-
Desenbanco (Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia)								
Total	100,0	-	120,0	-	43,3	43,3	51,8	-
Apoio a empresas industriais, comerciais e de serviços	80,0	-	90,0	-	43,3	43,3	48,8	-
Apoio à indústria nacional	20,0	-	30,0	-	-	-	-	-
apoiar setor de Transformação plástica	-	-	-	-	-	-	3,0	-

Fonte: SEPLAN / Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Na Tabela 3.4 fizemos um exercício de comparação entre alguns dispêndios do governo estadual no período de 2001 a 2004 e o montante usado nos financiamentos ao setor produtivo. O objetivo é termos referências que nos permita dimensionar o significado do valor destinado a iniciativa privada.

A partir da Tabela 3.4, podemos ver que os empréstimos destinados as empresas dos mais diversos segmentos produtivos representaram 19,6% dos gastos em educação; 46,6% dos recursos aplicados na saúde e 26,3% dos dispêndios com a Previdência Social. No caso da Assistência Social, o valor dos financiamentos supera em mais e 3,5 vezes o montante destinado a essa função.

Tabela 3.4 - Dispendios governamentais em investimento e na área social: Bahia, 2001 - 2004

Variável Selecionada	Total (2001- 2004) R\$ milhões*	Investimentos/ga stos sociais (%)
Receita total**	42.151	-
Valor dos Financiamentos	1.327	-
Educação***	6.766	19,6
Saúde***	2.845	46,6
Assistência Social	370	358,7
Previdência Social	5.068	26,2

Fonte: SEFAZ/BA *valores correntes

**Refere-se a receita de impostos, as transferências governamentais e as receitas de capital

***Refere-se ao dispêndio apenas com recursos próprios.

3.3. Resultados dos Investimentos

No período de 1994 a 2004, foram registrados junto a Secretaria da Indústria e Comércio (SICM) projetos num total de, aproximadamente, R\$ 13,4 bilhões com a previsão de gerar 96.883 empregos, perfazendo uma relação de R\$ 138.311 para cada posto de trabalho criado.

Os desembolsos do sistema BNDES, que em grande parte são financiamentos diretos para esses projetos de investimentos ou para que o governo estadual realize as obras de infra-estrutura necessárias à consecução das inversões, somaram um total de 11,6 bilhões entre 1995 e 2004. Esse montante representou cerca de 5,0% do total registrado para o Brasil (R\$ 231 bilhões) e 48,2% do realizado na região nordeste (R\$ 24 bilhões)⁵⁹. Considerando os desembolsos do BNDES como uma aproximação das inversões totais realizadas no Brasil, podemos afirmar que, no período de 1995 e 2004, a Bahia respondeu por cerca de 5,0% dos investimentos totais feitos no país.

No Mapa 1, podemos ver como ficou dividido espacialmente as inversões dentro do estado da Bahia. Nele observamos que o eixo Metropolitano, o Extremo Sul e o Grande Recôncavo tiveram as maiores proporções de investimento no período, perfazendo um total de 87,6% das inversões. Do ponto de vista do emprego, a Tabela 3.5 mostra que o eixo Metropolitano e o Grande Recôncavo também aparecem com os maiores percentuais. Entretanto, a relação entre os gastos realizados para cada emprego gerado é bastante diferente: cerca de R\$ 344.253 no espaço Metropolitano e, aproximadamente, R\$ 33.005 no Grande Recôncavo.

⁵⁹ Dados retirados do site do BNDES. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> > acesso em 15 de out de 2006.

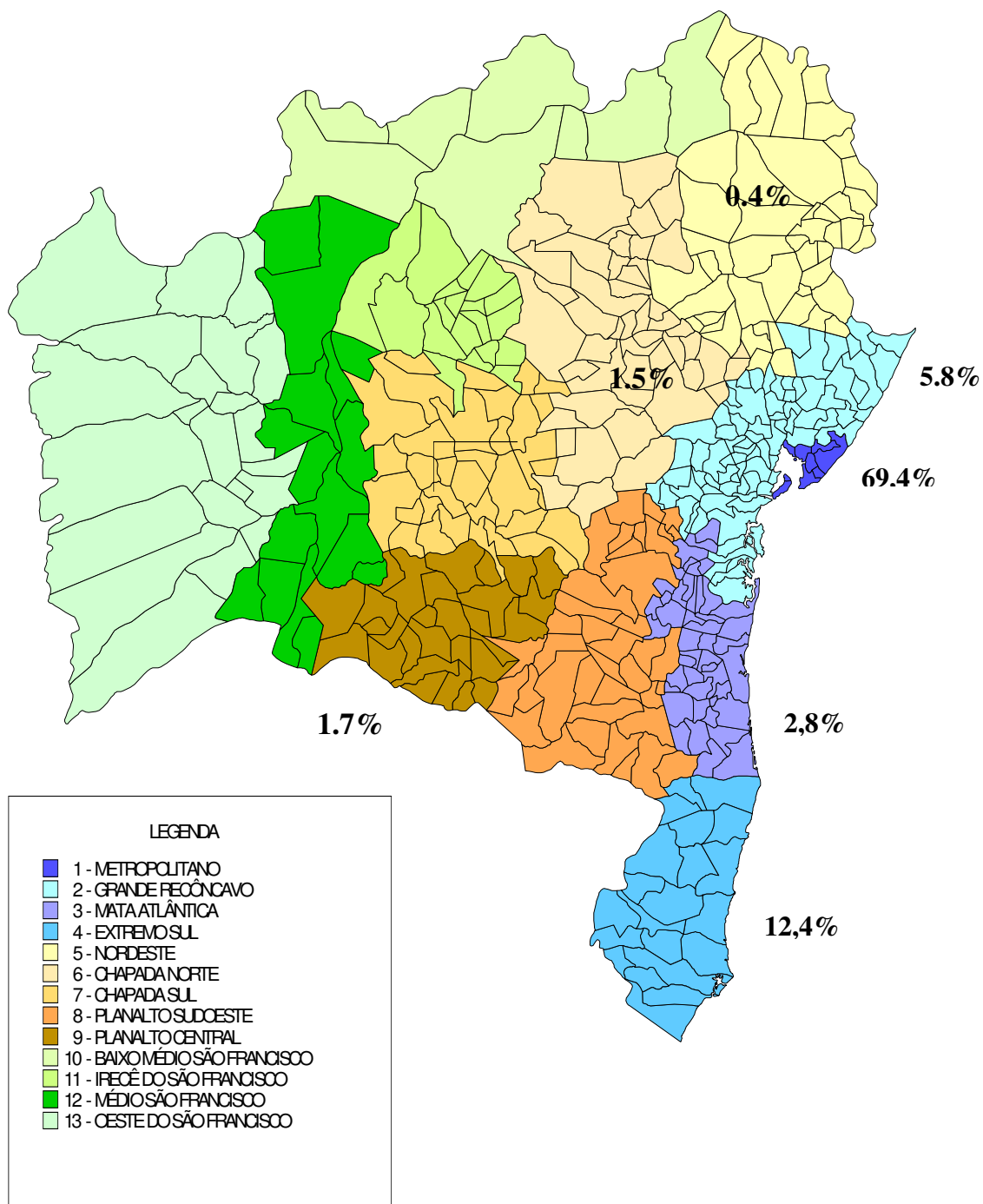
Esses dados revelam que os espaços onde tradicionalmente predominam a agricultura de subsistência, ou são municípios sustentados pelas pensões e aposentadorias rurais continuam sem alternativas reais de geração de emprego e renda. Os investimentos se concentraram no litoral, aonde, desde a chegada dos portugueses, foram organizadas as atividades econômicas importantes.

É lá que, desde cedo, foi organizada uma infra-estrutura que se constituiu enquanto atrativo para o capital, tornando evidente que as empresas não se dedicam a investir ou desenvolver regiões tradicionalmente a margem do processo de acumulação. Os capitais vão para onde já existe uma estrutura mínima passível de ser utilizada na valorização do capital.

A execução de uma política de incentivos fiscais cujos programas estão de acordo com as necessidades das empresas resulta na prevalência da lógica de mercado. A tendência principal dessa política é reforçar as características estruturais dos investimentos ao invés de alterá-los. Ou seja, é sobre a base da divisão espacial da produção no estado da Bahia e da espacialização dentro do Brasil que o mercado vai agir, aprofundando as características já existentes da economia baiana que, nesse caso, é a concentração da produção em alguns municípios⁶⁰. Os resultados dos investimentos mostram, portanto, a dificuldade de modificar o perfil da estrutura produtiva de uma dada região a partir de incentivos fiscais oferecidos a iniciativa privada.

⁶⁰ Embora tenhamos escolhido a PIA para caracterizar a evolução da indústria de transformação no período, gostaríamos de lançar mão de alguns dados do PIB para dimensionar o grau de concentração espacial da produção do estado da Bahia. Dos 415 municípios baianos, apenas 10 respondiam por cerca de 66,6% do PIB estadual em 1999 e 64,7% em 2004. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>; acesso em 07 de julho de 2006.

Mapa 1 - Investimentos Industriais realizados segundo o Eixo de Desenvolvimento: Bahia, 1994-2004



Fonte: CAC/SEI

Tabela 3.5 — Investimentos realizados e empregos gerados na indústria de transformação, segundo o eixo de desenvolvimento: Bahia, 1994 – 2004

Eixo Econômico	Investimentos Realizados* (bilhões R\$)	%	Empregos Previstos**	%
Total	13,4	100,0	96.883	100,0
Baixo Médio São Francisco	0,2	1,1	7.641	7,9
Chapada Norte	0,2	1,5	4.263	4,4
Extremo Sul	1,7	12,4	4.810	5,0
Grande Recôncavo	0,8	5,8	24.239	25,0
Irecê do São Francisco	0,0	0,0	12	0,0
Mata Atlântica	0,4	2,8	10.679	11,0
Médio São Francisco	0,0	0,0	30	0,0
Metropolitano	9,3	69,4	27.015	27,9
Nordeste	0,1	0,4	1.728	1,8
Oeste do São Francisco	0,3	2,1	1.174	1,2
Planalto Central	0,2	1,7	5.424	5,6
Planalto Sudoeste	0,4	2,9	9.868	10,2

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Última atualização em 30/09/2006

* Esses valores foram convertidos do dólar para real a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

** Referem-se aos empregos diretos previstos nos protocolos de investimento assinados entre a empresa solicitante dos incentivos fiscais e o governo do estado da Bahia representado pela da Secretaria da Indústria e Comércio (SICM).

Na Tabela 3.6, podemos observar a distribuição setorial dos investimentos nos eixos que apresentaram a maior proporção das inversões: no Metropolitano, 40,1% representaram a instalação da Ford e 29,5% foram destinados a fabricação de produtos químicos; no Extremo Sul, 62,6% dos investimentos foram realizados no segmento de papel e celulose e 26,2% em produtos de madeira. Por fim, no Grande Recôncavo, os segmentos de papel e celulose, alimentos e bebidas e calçados responderam por 74,5% das inversões⁶¹.

Os dados sugerem que, na Bahia, as inversões parecem estar mais relacionadas com os condicionantes setoriais do que com a oferta de incentivos fiscais: i) a disponibilidade de recursos naturais no caso do segmento de papel e celulose no Extremo Sul; ii) a base produtiva já existente, como no caso da produção química no eixo Metropolitano; iii) a existência de mão-de-obra mais barata, como no caso do segmento de calçados, e uma infra-estrutura já montada, proximidade ao mercado consumidor, como o segmento de alimentos e bebidas e papel e celulose no Grande Recôncavo.

No caso da Ford, vários fatores contribuíram para sua instalação na Bahia. Um deles foi a crise pela qual passou o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) após a desvalorização cambial

⁶¹ O segmento de papel e celulose é bastante diferenciado no Extremo Sul e no Grande Recôncavo. Neste predominam pequenas e médias empresas de papel que destinam sua produção para o mercado regional, enquanto no Extremo Sul estão as transnacionais que produzem celulose, principalmente, para exportação.

brasileira de 1999. Nesse ano, o crescente déficit comercial do setor automotivo da Argentina nas transações com o Brasil levou a acordos no setor que estabeleceram requisitos de conteúdo nacional para os carros argentinos e limites para o desequilíbrio comercial. “Na prática, esses dois mecanismos foram ineficazes para mudar o perfil de complementaridade produtiva intra-regional e ainda criaram obstáculo para expansão do comércio bilateral no biênio 2000/2001” (SARTI, 2003, p. 57).

Acrescente-se a isso, as negociações para a conformação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a intenção da montadora em estabelecer maiores ligações com países como Venezuela e México. Nesse cenário, os estados do sul perderam espaço na decisão de localização da empresa⁶².

Além disso, o regime automotivo especial para o norte e nordeste, instituído pelo governo federal, conferindo diversas isenções fiscais parece ter sido um elemento importante para o deslocamento da montadora até a Bahia. Do mesmo modo, a maior proximidade da Bahia das regiões sul e sudeste — principais mercados consumidores do país — em relação aos outros estados do norte e do nordeste, provavelmente, também foi um fator condicionante para a escolha da montadora.

Gostaríamos de acrescentar que dentro da lógica dos capitais privados de aproveitarem as potencialidades que os locais já possuem — da qual não podemos excluir a Ford —, a Bahia, dentro da região nordeste, possui algumas vantagens: primeiro a de ser a maior economia da região e, portanto, possuir um grau de complexificação maior expresso na oferta de serviços. Conforme vimos no capítulo I, a exceção dos segmentos de Alimentação e Informática, nos outros Serviços acessórios às atividades industriais, o estado supera a estrutura encontrada em Pernambuco e no Ceará — as outras economias mais importantes da região.

⁶² “Por ser o Rio Grande do Sul um estado governado pelo PT e a Bahia governada pelo PFL [...] toda a discussão acabou se dando em torno de questões políticas e fiscais. Nesse sentido, tendeu-se a ver a opção pela Bahia em razão do viés “liberal” do estado, reforçado por um amplo programa de incentivos fiscais e de obras de infra-estrutura. Essa visão, no entanto, não parece ser correta. Não que esses fatores não sejam importantes e reais — a questão é que, até 1999, não foram suficientes para trazer nenhuma montadora para o estado. A esperada vinda da Hyundai e da Asia Motors, como se sabe, acabou não se concretizando.

Ao mesmo tempo, deve-se notar que se o Rio Grande do Sul tinha um viés “antiempresa”, Santa Catarina e Paraná eram claramente mais liberais e com programas de incentivos — também vigorosos — tentaram, sem sucesso, atrair a Ford. Considerando-se esses últimos aspectos, e em face de todo o contexto anterior, pode-se argumentar que a desistência do projeto no Rio Grande do Sul reflete muito mais do que um mero problema político-fiscal com o PT gaúcho. Ao que parece, trata-se de uma decisão estratégica mais ampla, de abandonar o sul do país. Essa hipótese faz muito sentido se considerarmos as mudanças recentes na política econômica brasileira e seus impactos no Mercosul” (ALBAN, 2000, p. 20/21).

Sobre os determinantes gerais dos investimentos, podemos ainda mencionar que, durante a década de 90, houve o deslocamento de algumas indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis em direção ao nordeste. Tais setores tradicionais que abarcam o ramo têxtil, de calçados, vestuário, alimentos e bebidas e a agroindústria “lograram se desconcentrar, pois são caracterizados por serem pouco exigentes de ambientes mais complexos de externalidades” (BRANDÃO, 2003, p.130).

É a permanência da relevância, para tais ramos de atividade, das vantagens tradicionais — recursos naturais e mão-de-obra barata — que contribuiu para os resultados, do ponto de vista da atração de investimentos, das políticas de incentivos fiscais do nordeste e da Bahia em particular. Desse modo, tal política é um atrativo a mais tanto para grupos nacionais, que procuram sobreviver à concorrência internacional, quanto para grupos internacionais em busca da exploração dos recursos naturais e matéria-prima da região.

O nordeste, portanto, não está (ou esteve) completamente fora das opções de investimentos dos capitais internacionais. As possibilidades de expansão dessa região, dentro do processo de globalização, estariam associadas, também, à agroindústria, às áreas de irrigação, bem como, à exportação de produtos tradicionais

como o açúcar , o álcool e a soja [...] se puderem ser colocados no mercado internacional, face à proximidade que se encontra de áreas consumidoras na América do Norte, no Extremo Oriente e na Europa. Também pode competir com áreas mais dinâmicas em atividades industriais que empregam mão de obra (ANDRADE, 2005, p.259).

Outros condicionantes diferentes daqueles ligados aos benefícios fiscais influenciaram, portanto, de forma decisiva, as decisões de investimento do setor privado na Bahia. Ainda segundo Prado e Cavalcanti (2000), os incentivos podem ser elementos de desempate de localização de um empreendimento após a decisão de investir ser tomada, mas não o determinante da decisão das inversões.

Sendo assim, os condicionantes setoriais que determinam a alocação privada dos investimentos, o porte das empresas envolvidas nos projetos, “as expectativas de comportamento de vendas no país, a concorrência intercapitalista e os determinantes das condições macroeconômicas” (PRADO e CAVALCANTI, 2000, p. 30) são importantes definidores da eficácia dos programas de incentivos fiscais:

Quanto mais as políticas estaduais se direcionam para atrair a inversão dos grandes conglomerados nacionais e internacionais, maior a probabilidade de que as políticas tenham seu alcance limitado estritamente à localização espacial de montantes previamente dados de inversão (PRADO e CAVALCANTI, 2000, p. 33).

Tabela 3.6 — Proporção dos investimentos realizados na indústria de transformação por subsetor de atividade econômica: Metropolitano, Grande Recôncavo e Extremo Sul, 1994 - 2004

Eixo Econômico e subsetor de atividade	Investimentos	
	Bilhões de R\$	%
<i>Metropolitano (Total)</i>	9,3	100,0
Material de Transporte	3,9	41,9
Produtos Químicos	2,7	29,5
Borracha e Plástico	0,4	4,3
<i>Grande Recôncavo (Total)</i>	0,8	100,0
Alimentos e Bebidas	0,2	26,8
Papel e Celulose	0,2	25,1
Artefatos de Couro e Calçados	0,2	22,6
<i>Extremo Sul (Total)</i>	1,7	100,0
Papel e Celulose	1,0	62,6
Móveis e Indústrias diversas	0,1	5,1
Produtos de Madeira	0,4	26,2

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Última atualização em 30/09/2006

* Esses valores foram convertidos de dólar para real a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

Os reflexos dos investimentos realizados na indústria de transformação sobre o VTI podem ser vistos na Tabela 3.7. De acordo com ela, as inversões realizadas no período — R\$ 13,4 bilhões — contribuíram, segundo os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), para um aumento de cerca de 279% no VTI da indústria de Transformação do estado entre 1996 e 2003.

Todos os ramos de atividade apresentaram crescimento no VTI em termos absolutos, entretanto, em termos relativos, vários subsetores tiveram decréscimo de sua participação, a saber: alimentos e bebidas; têxtil; vestuário e acessórios; madeira; edição, impressão; produtos químicos; minerais não metálicos; metalurgia básica e fabricação de máquinas e equipamentos.

Esse resultado se deve a implantação do segmento de material de transporte que, até então, era residual na economia baiana. Além disso, reflete o aumento muito pronunciado de alguns subetores que, entretanto, não lograram estimular outros segmentos da própria indústria de transformação, o que indica que permanecem poucas ligações entre os segmentos de bens intermediários e bens finais. Desse modo, cada segmento oscilou em função de motivos e características próprias e das condições macroeconômicas, não sendo possível identificar um

período comum de expansão ou retração, para o conjunto da indústria de transformação baiana, ao longo desses oito anos cobertos pela PIA.

Os dados da Tabela 3.7 mostram, ainda, que o crescimento do VTI foi sustentado por sete subsetores de atividade, com destaque para o segmento de material de transporte que foi o que mais cresceu, o de calçados, o de refino de petróleo e produção de combustíveis e o de equipamentos de informática. Esses setores, embora tenham apresentado crescimento igual ou superior a 100%, não lograram espriar estímulos para outros segmentos da indústria de transformação com os quais poderiam estabelecer vínculos com é o caso da metalúrgica, da fabricação de máquinas e equipamentos e do segmento de borracha e plástico.

A relação entre investimentos realizados com a concessão de incentivos fiscais e financeiros e crescimento dos subsetores de atividade também não é direta. Do total dos investimentos realizados, podemos observar que os maiores valores estão associados, respectivamente, a fabricação e montagem de veículos; aos produtos químicos e ao segmento de papel e celulose que juntos responderam por 57,7% das inversões. Entretanto, o subsetor químico apresentou um significativo decréscimo na participação do VTI. Por outro lado, o ramo de fabricação de coque, refino de petróleo e fabricação de combustíveis que não fazem parte da política de incentivos governamentais apresentaram um significativo crescimento.

Do ponto de vista da estrutura do VTI da indústria de transformação, observa-se, na Tabela 3.7, que ela continua bastante concentrada nos ramos de refino de petróleo, químico e de alimentos e bebidas que juntos responderam por cerca de 65,6% do VTI em 2003.

Tabela 3.7 - Investimentos na indústria e VTI da Indústria de Transformação por subsetor de atividade: Bahia, 1996 -2003

Classificação de atividades (CNAE)	Investimentos (%)		Valor da Transformação Industrial (%)							
	1994-2004	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Var. %
Total (R\$ bilhões)*	13,4	4,0	3,9	4,3	6,8	9,7	10,6	13,0	15,1	278,8
Fab. de alimentos e bebidas	7,9	16,2	14,5	14,9	9,7	10,5	11,4	11,1	12,5	-22,8
Fab. de produtos do fumo	0,1	0,2	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,0
Fab. de produtos têxteis	1,2	2,0	1,6	1,5	2,8	1,7	2,4	2,3	1,7	-15,0
Conf. de artigos do vestuário e acessórios	1,0	1,0	1,1	1,0	0,8	0,6	0,6	0,7	0,7	-30,0
Fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	5,4	0,4	0,5	0,5	1,2	1,6	2,0	2,0	2,2	450,0
Fab. de produtos de madeira	3,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	-50,0
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	9,3	4,7	6,1	6,0	6,9	7,8	7,0	7,1	6,3	34,0
Edição, impressão	0,1	2,7	2,7	2,7	1,5	0,9	1,0	0,7	0,8	-70,4
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	0,1	10,4	8,2	11,4	20,3	33,3	28,6	27,1	30,2	190,4
Fab. de produtos químicos	21,1	42,6	42,3	39,2	36,6	24,0	24,5	27,4	22,9	-46,2
Fab. de artigos de borracha e plástico	3,3	2,8	2,5	3,3	1,8	1,4	1,5	1,8	2,9	3,6
Fab. de prod. minerais não-metálicos	3,5	2,3	2,1	2,7	1,7	1,8	1,6	1,5	1,3	-43,5
Metalurgia	5,5	8,7	11,4	9,7	10,7	8,0	9,9	8,5	6,8	-21,8
Fab. de máquinas e equipamentos	0,3	2,6	2,4	2,2	0,9	1,2	1,5	1,6	1,2	-53,8
Fab. de máquinas p/ escritório e equip. de informática	0,3	0,4	1,0	1,8	2,5	4,6	4,4	0,9	0,8	100,0
Material elétrico	0,4	1,9	2,1	2,0	1,4	1,5	2,2	1,5	1,9	0,0
Material de Transporte	28,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	4,5	6,5	6400,0
Fab. de móveis e indústrias diversas	1,0	0,5	0,4	0,4	0,3	0,7	0,6	0,9	0,7	40,0

Fonte: PIA / IBGE

- Esses valores foram convertidos de dólar para real com relação à taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

Em termos de ocupação, a Tabela 3.8 mostra um aumento de cerca de 44% no número de trabalhadores na indústria de transformação entre 1996 e 2003, variação bastante inferior ao observado para o VTI. Esse pior desempenho da ocupação deve-se a reestruturação produtiva do setor que — devido às baixas taxas de crescimento da economia — ao aumentar a produtividade do trabalho, diminui a contratação de mão-de-obra. Não se pode, também, desconsiderar o efeito sobre o emprego de possíveis desencadeamentos produtivos por conta do aumento de importações.

Os poucos postos de trabalho gerados a partir dos investimentos realizados na economia baiana, que já adotam a nova base tecnológica, não lograram sequer repor o estoque de emprego

em segmentos como o de alimentos e bebidas que teve além da redução na participação relativa, queda absoluta no número de trabalhadores. Além dele, os ramos de madeira, papel e celulose, editorial, refino de petróleo, químico e metalurgia básica sofreram um decréscimo em números absolutos e relativos na participação de ocupados.

Observa-se, ainda, que a estrutura ocupacional da indústria de transformação é mais distribuída do que a verificada para o VTI. Os quatro subsetores que registraram a maior proporção de empregos, respectivamente, alimentos, calçados, químico e minerais não metálicos, responderam por 49,3% da ocupação em 2003.

Tabela 3.8 - Empregos previstos e pessoal ocupado na Indústria de Transformação, segundo o subsetor de atividade: Bahia, 1996 -2003

Classificação de atividades (CNAE)	Empregos (%)*	Pessoal Ocupado em 31/12 (%)								
		1994-2004	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	96.883	91.956	88.891	86.529	92.002	108.111	114.583	117.544	132.396	44,0
Fab.alimentos e bebidas	20,1	26,8	24,6	25,2	21,7	21,6	19,8	18,9	20,2	-24,5
Fab. de prod. do fumo	0,3	2,4	4,3	3,8	3,0	1,7	1,7	2,3	2,1	-15,1
Fab. de prod. têxteis	3,1	4,0	4,1	3,7	5,3	6,6	7,6	6,2	5,4	34,6
Vestuário e acessórios	3,1	6,0	6,8	6,2	8,1	6,6	8,2	6,7	6,6	10,1
Couros e calçados	36,2	1,4	1,6	2,4	6,1	8,9	11,1	11,6	12,8	801,9
Fab. de prod. de madeira	0,3	2,9	3,3	2,4	2,4	3,1	2,6	1,8	2,1	-25,3
Fab. de celulose, papel	5,6	3,6	3,3	3,4	2,9	2,6	2,6	2,8	2,5	-30,9
Edição, impressão e reprod. de gravações	0,1	5,4	4,5	4,9	3,9	3,0	2,9	3,0	2,8	-48,3
Fab. de coque, refino de petróleo, prod. de álcool	0,2	4,4	3,7	4,1	2,9	2,7	2,3	2,7	2,1	-53,8
Fab. de prod. químicos	2,8	13,6	13,0	12,4	13,1	12,3	11,4	9,9	9,5	-30,1
Borracha e plástico	3,3	4,3	4,7	5,6	4,5	4,6	3,7	4,5	4,2	-2,3
Minerais não-metálicos	2,9	7,4	8,3	7,6	8,4	7,2	7,4	7,9	6,8	-8,3
Metalurgia básica	1,1	4,4	4,4	4,6	4,5	3,8	3,4	3,1	3,6	-17,2
Metal - exceto máq. e equip.		2,8	3,6	3,3	2,8	3,2	2,9	3,9	3,8	38,4
Fab. de máq. e equip.	0,7	4,4	3,8	3,1	1,9	3,1	2,4	3,6	3,8	-14,2
Máq. p/escritório e equip. de informática	2,1	0,4	0,6	1,4	1,4	1,1	0,8	0,8	0,9	165,1
Máq., mat. elétricos	0,5	1,2	1,2	1,1	1,6	1,5	2,7	2,5	2,5	106,5
Mat. eletrônico, equip. de comunicações	2,1	-	0,1	0,1	0,4	0,3	1,2	0,4	0,2	-
Equip. médico, p/automação, inst.de precisão e ópticos, .	2,3	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	1,0	0,9	19,6
Fab. e mont. de veículos	5,1	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	2,4	3,1	462,2
Outros equip. de transp.		0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,2	0,2	0,4	59,2
Móveis e ind. diversas	5,4	2,7	2,3	3,0	3,2	4,3	3,7	3,8	3,4	25,1
Reciclagem	-	-	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	-
Outros	-	0,2	-	-	-	-	1,4	1,4	-	-

Fonte: PIA / IBGE

* Referem-se aos empregos diretos previstos nos protocolos de investimento assinados entre a empresa solicitante dos incentivos fiscais e o governo do estado da Bahia através da Secretaria da Indústria e Comércio (SICM).

Já vimos anteriormente que o crescimento do VTI ficou concentrado em alguns subsetores de atividade, resta-nos identificar se o modo como foi estruturada a produção desse empreendimentos permitirá, com o passar do tempo, concretizar as expectativas de encadeamentos produtivos locais levando a um maior impacto sobre a economia baiana. Para tal, faremos a caracterização de quatro subsetores entre os que apresentaram os maiores investimentos: química e petroquímica; calçados; papel e celulose e automóveis.

3.3. Perfil de alguns setores de atividade após os investimentos

3.3.1. Química e Petroquímica

O projeto do governo estadual para a petroquímica tinha como objetivo impedir a perda de importância nacional do Pólo de Camaçari em virtude do anúncio de investimentos no Pólo de Triunfo (Rio Grande do Sul) e da perspectiva de implantação do Rio Polímeros. Além disso, visava reduzir “a enorme dependência em relação ao mercado do sudeste. É para lá, principalmente para São Paulo, que “descem”, por caminhão [...] cerca de 80% da produção” (BAHIA INVESTIMENTOS, 1998, p.27).

Para tal, eram necessários sanar os problemas estruturais da petroquímica baiana, a saber: capacidade tecnológica limitada, pouco potencial de financiamento, falta de encadeamentos produtivos a jusante e importação de grande volume da matéria-prima usada — a nafta.⁶³

Para o problema das matérias-primas, procedeu-se à duplicação da refinaria Landolfo Alves, concluída em 1998, que mais que dobrou a capacidade de produção com a duplicação da COPENE⁶⁴ na primeira metade dos anos 1990 (GUERRA e GONZALEZ, 2001).

Para a falta de encadeamentos produtivos, foi instituído um programa de incentivos fiscais — o BAHIAPLAST — com vistas a atrair empresas do segmento de transformação plástica. Tal iniciativa foi uma parceria entre o Governo Estadual (que concede os benefícios fiscais), a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (responsável pela capacitação da mão-de-obra e assessoria técnica) e as indústrias do ramo petroquímico que se comprometeram a fornecer a matéria-prima ao segmento com descontos de 3%.

⁶³ Cabe ressaltar que a estrutura de financiamento e a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico são deficiências do setor no Brasil. Para maiores detalhes, ver FURTADO, J. (2003).

⁶⁴ Central petroquímica que hoje faz parte da Braskem.

No período de 1994 a 2004, foram registrados na Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia (SICM) 51 projetos de investimentos realizados no setor, totalizando R\$ 2,8 bilhões com a projeção da geração de 2.693 empregos o que significa que cada emprego gerado correspondeu a um gasto de R\$ 1.048.207.

Embora tenha sido o segmento com o segundo maior volume de investimentos, o crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) ficou bastante abaixo do que foi verificado para a indústria de transformação. Os dados da PIA, na Tabela 3.7, mostram que o segmento de fabricação de produtos químicos teve uma significativa perda de participação no VTI, passando de 42,6% em 1996 para 24,0% em 2000, atingindo sua menor participação em 2003 com 22,9%, apesar do crescimento em números absolutos.

Dos 51 investimentos, 41 tiveram lugar na Região Metropolitana de Salvador (RMS), perfazendo um total de R\$ 2,7 bilhões, isto é, quase o total das inversões e 2.052 postos de trabalho. Nesse caso, cada emprego gerado contou com um investimento de R\$ 1.337.168.

Do ponto de vista da situação dos projetos realizados na RMS, 19 foram de ampliação, perfazendo um montante de R\$ 2,0 bilhões, e 21 foram de implantação num valor de R\$ 0,7 bilhões. Isso evidencia que os investimentos no segmento petroquímico foram marcados pelo aumento das escalas de produção das empresas já instaladas no pólo de Camaçari e pela reestruturação produtiva, com a importação de bens de capital e tecnologias de produção mais modernas. Essas iniciativas buscavam diminuir a diferença de tamanho das empresas brasileiras — menores do que o padrão internacional vigente na petroquímica — e adotar o novo padrão tecnológico, reduzindo custos para permitir aos grupos nacionais concorrer com os estrangeiros após a abertura comercial.

O fato de empresas do segmento de fertilizantes e plásticos⁶⁵ terem se instalado no estado — algumas o fizeram também a partir da aquisição de outras empresas petroquímicas — está

⁶⁵ De acordo com o Guia Industrial (2005), no segmento de Borracha e plástico, foram implantadas, no período, as seguintes empresas: Amercon Ind Ltda; Camaçari Ind de Piscinas Ltda; Cata Tecidos Técnicos Ltda; Daluz do Brasil Ind e Com Ltda; MPB Moldes Plásticos da Bahia S/A; Norbras Automotive Systems do Brasil Ltda; Nordeste Ind e Com Ltda; Norpack Ind e Com de Prod. Plásticos Ltda; Packprint Ind e Com de Prod. Plásticos Ltda.; Prisma Pack Ind Filmes Técnicos e Embalagens Ltda; Produmaster do Nordeste Ltda; Sansuy S/A Ind de Plástico; Sinai Ind e Com de Metal e Plástico Ltda; Sol Embalagens Plástica Ltda e Tecnoval Nordeste Ind e Com de Plásticos Ltda. E ainda as ligadas a Ford: Dopec Ind e Com Ltda; Faurecia Automotive do Brasil, Kautex Textron do Brasil Ltda e TW Espumas.

longe de significar um encadeamento produtivo do segmento⁶⁶. O determinante para a configuração da petroquímica baiana foi o processo de reestruturação do setor, onde se destacam o programa de desestatização, as fusões e aquisições que diminuíram o número de grupos nacionais e a retirada de alguns grupos estrangeiros do pólo de Camaçari. Vejamos:

A partir do programa de desestatização, formaram-se sete grupos nacionais importantes no setor— Odebrecht, Ultra, Suzano, Unipar, Ipiranga, Unigel e Mariani — com empresas e participações acionárias nos diferentes pólos petroquímicos do país⁶⁷. Tais grupos procuram explorar as características e potencialidades já existentes em cada um dos três pólos petroquímicos, fazendo assim uma divisão do trabalho entre eles, aprofundando as especializações que cada um já possui.

Desse modo, essas empresas têm a orientação de manter o pólo de Camaçari especializado nas 1ª e 2ª gerações petroquímicas. Por isso, as atividades de tecnologia foram concentradas nas regiões sul e sudeste. Mesmo o grupo Odebrecht, que controla o fornecimento de matéria-prima no Pólo de Camaçari, e cuja origem do capital é a Bahia, “já definiu estrategicamente que o Rio Grande do Sul e São Paulo são os locais prioritários para investimento em P&D” (BANCO DO NORDESTE..., 1999, p.47) e onde estão, também, os centros de decisão dessas empresas.

Nesse aspecto, podemos observar a discrepância entre os investimentos em ciência e tecnologia realizados pelo setor químico e os projetos, dessa natureza, implantados na Bahia. De acordo com o Relatório de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais do Ministério da Ciência e Tecnologia, o setor químico foi aquele que apresentou o segundo maior volume de investimentos em desenvolvimento tecnológico (R\$ 1.437 milhões) o que representou 25,7% do total realizado no país no período de 1994 a junho de 2004. No mesmo período, tais investimentos usufruíram R\$ 550,9 milhões em incentivos fiscais dado pelo governo federal.

No que se refere ao estado da Bahia, os projetos em desenvolvimento tecnológico foram de apenas R\$ 17,3 milhões com incentivos de R\$ 2,7 milhões. A discrepância de valores demonstra que a atividade de pesquisa continuou, em todo o período, concentrada especialmente

⁶⁶ Podemos observar na Tabela 3.4 que a participação do segmento de Borracha e plástico no VTI da indústria de transformação se manteve praticamente estável no período, passando de 2,8% em 1996 para 2,9% do VTI em 2003, em valores absolutos esse valor passou de R\$ 0,1 bilhões para R\$ 0,4 bilhões entre 1996 e 2003.

⁶⁷ A reestruturação acionária pelo qual passou a petroquímica brasileira beneficiou, principalmente, o capital nacional, visto que os capitais estrangeiros mostraram pouco interesse, ainda mais que a privatização dava preferência aos acionistas.

em São Paulo que respondeu por R\$ 2.397,6 milhões dos gastos e R\$ 512,0 milhões dos incentivos entre 1994 e junho de 2004.

Na prevalência da lógica do mercado, o determinante do perfil dos investimentos é o da lucratividade do grupo no qual interferem outros fatores que não apenas a fruição de benefícios fiscais e creditícios, tais como a expansão do mercado consumidor. Há ainda que se considerar que os investimentos privados, conforme dito anteriormente, não apresentam a tendência de desenvolver novas potencialidades, mas sim aproveitar as que o local já possui, aprofundando assim, a especialização da produção.

É pouco provável, portanto, que as empresas a partir dos seus investimentos promovam esse adensamento da cadeia petroquímica. Acrescente-se a isso, a possibilidade de muitas firmas do setor fecharem suas linhas de produção na Bahia como ocorreu

no Centro Industrial de Aratu (CIA), [onde] várias empresas encerraram suas atividades. Dentre elas muitas são do setor químico, principalmente em função do término do incentivo fiscal, a exemplo da Plástico Aratu, Alcan Cabos, Cotia, Renner e Cloraquímica. A Bombril, que fechou sua unidade de detergente no CIA, transferiu-se para Pernambuco atraída por isenções fiscais. A Rhodia encerrou recentemente suas atividades no Pólo de Camaçari, preferindo importar a metionina (BANCO DO NORDESTE..., 1999, p. 46).

No que se refere ao capital estrangeiro, o expressivo aumento de produtividade elimina a necessidade de várias linhas de produção e a abertura comercial permite o fornecimento dos mercados via importação. Por isso, as grandes empresas internacionalizadas racionalizaram a sua estrutura de produção, suprimindo plantas antiquadas, o que acarretou fechamentos, inclusive no Brasil (FURTADO, J., 2003).

Acrescente-se que, as transnacionais tendem a se especializar em famílias de produtos no final da cadeia produtiva, que não existem na Bahia, como a produção farmacêutica, ou que são insipientes como a transformação plástica. Essa opção permite a estas empresas aproveitarem-se das vantagens tecnológicas no processo produtivo, além de possibilitar a diferenciação de produtos, importantes na concorrência.

Desse modo, é pouco provável que as empresas de capital estrangeiro que já possuem plantas da terceira geração petroquímica, inclusive no pólo de São Paulo, implantem novas linhas desses produtos. Acrescente-se a isso, a tendência das transnacionais de deslocar os produtos padronizados — as chamadas *commodities* petroquímicas — para os países em desenvolvimento e manter os bens e processos mais avançados com maior conteúdo tecnológico nos países

desenvolvidos (FURTADO, J., 2003). Sendo assim, a tendência é de concentrar as atividades produtivas mais rentáveis nos lugares mais desenvolvidos. No caso específico da petroquímica, mais próximo do mercado consumidor.

Cabe ressaltar que algumas corporações estrangeiras preferiram se associar aos principais grupos nacionais (Ultra, Polibrasil, Politen e Metanor) ou possuem participações em empresas (Deten).

Além desses fatores relacionados às opções estratégicas das empresas, temos o problema do suprimento de matérias-primas ao Pólo de Camaçari que representa um empecilho a instalação de novas unidades de produção, uma vez que o encadeamento entre fontes de matéria-prima e produção petroquímica é importante para gerar ganhos de escala.

Os dados sobre a balança comercial do setor petroquímico dão a dimensão da dificuldade da produção da matéria-prima usada no processamento petroquímico. Conforme mostra a Tabela 3.9, a importação de nafta, matéria-prima base, é bastante expressiva no fluxo comercial do setor, variando entre 13,0% e 23,4% das importações da Bahia entre 1995 e 2005. De acordo com Bahia Investe (1998), a importação de nafta está entre 50% e 55% do que é consumido no estado. Desse modo, mesmo após a ampliação da Refinaria Landulfo Alves e da Copene — hoje Braskem —, o volume de produção desta central petroquímica não é suficiente para abastecer o conjunto das empresas.

Ainda sobre o perfil do comércio exterior do setor, podemos observar que as exportações estão concentradas nos produtos da chamada 2ª geração petroquímica, confirmando que a especialização de Camaçari pouco se alterou no período. Elas permaneceram, entre 1995 e 2005, abaixo das importações, sendo que, a partir de 1999 as vendas para o exterior apresentaram declínio. No que se refere às importações, vemos que estão concentradas nos insumos necessários a produção petroquímica, em especial a nafta e os sulfetos de minérios de cobre.

O déficit da petroquímica é uma característica verificada para o setor nacionalmente. De acordo com Furtado, J. (2003), a sobrevalorização cambial verificada entre 1994 e 1998 tornou mais vantajosa a importação em detrimento da produção nacional. Mesmo com a desvalorização em 1999, o suprimento via importações ainda é preferível por conta dos preços mais baixos vigentes no mercado internacional, o que tem rebatimentos negativos sobre a possibilidade futura de encadeamentos, na Bahia, em direção a 3ª geração petroquímica.

Tabela 3.9 - Balança comercial do setor Petroquímico: Bahia, 1995 – 2005

Produtos Exportados	Participação das exportações petroquímicas nas exportações totais da Bahia (%)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Petroquímica	34,0	33,2	32,1	34,1	33,0	32,7	25,5	23,3	21,5	19,5	17,4
BENZENO	1,4	1,4	1,8	1,6	2,6	2,8	1,2	1,2	1,7	3,0	2,9
ETILENOGLICOL (ETANODIOL)	nd	0,4	1,7	2,5	1,9	2,8	2,2	1,2	2,0	1,7	0,9
ACRILONITRILA	1,6	1,7	0,9		1,0	1,7	0,8	1,2	0,8	1,0	0,6
ETER METIL-TER-BUTILICO (MTBE)	1,3	1,4	1,5	1,8	1,8	2,6	1,6	1,3	1,1	1,1	1,2
POLIETILENO LINEAR,DENSIDADE<0.94,EM FORMA PR	1,0	1,1	1,3	1,0	0,7	0,6	0,3	0,2	0,8	0,5	0,4
PROPENO (PROPILENO) NAO SATURADO	0,8	0,8	1,7	1,1	1,0	1,1	1,1	0,9	1,0	1,1	1,0
OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS PRIMARIAS	1,7	1,7	0,8	0,8	1,3	1,9	1,5	1,3	0,7	0,6	0,7
METILOXIRANO (OXIDO DE PROPILENO)		1,1	1,2	2,6	2,6	1,3	1,2	1,0	1,6	0,6	0,4
FERROSSILICIO CONTENDO PESO>55% DE SILICIO	nd	1,6	1,4	1,3	1,5	1,2	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5
PROPILENOGLICOL (PROPANO-1,2- DIOL)	1,2	1,3	1,1	1,1	1,3	0,9	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7
ACIDO FOSFONOMETILIMINODIACETICO E AC.TRIMETI	-	-	-	-	-	-	0,7	6,0	3,5	2,1	1,2
POLICLORETO DE VINILA, OBT.PROC. SUSPENSAO, FORMA PRIMARIA	2,4	2,5	1,7	1,3	1,4	0,8	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6
Produtos Importados	Participação das importações petroquímicas nas importações totais da Bahia (%)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Petroquímica	62,1	50,5	50,7	43,6	54,0	45,0	35,5	33,4	42,0	43,1	48,6
NAFTAS PARA PETROQUÍMICA	23,3	21,7	25,7	19,9	17,1	15,9	12,7	13,3	17,7	13,0	23,4
SULFETOS DE MINERIOS DE COBRE	31,8	22,0	17,4	11,7	15,0	11,8	10,4	10,2	10,1	15,6	12,4
OUTRAS NAFTAS		---	0,7	2,3	11,4	9,4	4,0	---	---	---	---
DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO,INCL.MIST.HIDROGEN.ETC	0,9	nd	nd	1,4	1,4	0,7	0,7	1,0	1,5	1,4	1,2
OUTS.PIGMENTOS TIPO RUTILO,C/DIOXIDO TITANIO>=80% SECO	nd*	nd	nd	0,4	1,9	0,8	0,6	0,1	0,2	0,3	0,4
UREIA COM TEOR DE NITROGENIO>45% EM PESO	nd	nd	nd	nd	0,0	0,6	0,4	0,5	1,6	2,1	1,0
DIETANOLAMINA E SEUS SAIS	nd	nd	nd	nd	---	---	0,3	1,7	2,0	1,1	0,9
FOSFORO BRANCO	nd	nd	nd	nd	---	---	0,2	1,2	1,3	0,8	0,8

Fonte: SECEX / MIDC

*não disponível

3.3.2. Complexo coureiro-calçadista

Foram aprovados, pela Secretaria de Indústria e Comércio (SICM), 40 projetos de investimentos no segmento de Calçados entre 1994 e 2004. Dentre eles, apenas 4 foram de ampliação. Os investimentos totalizaram, aproximadamente R\$ 0,7 bilhões e tinham a previsão de gerar, segundo as empresas, 34.624 empregos.

A participação do segmento de Fabricação e artefatos de couro e calçados passou de 0,4%, segundo a Tabela 3.7, em 1996, para 2,2% do VTI da Indústria de Transformação em 2003. Do ponto de vista do número dos estabelecimentos, conforme mostra a Tabela 3.10, a Bahia detinha 0,6% das empresas calçadistas brasileiras em 1994, passando a 1,2% em 2004. Nota-se que aumentou o porte das empresas do setor, pois enquanto que em 1994 cada empresa tinha uma média de 7,3 empregados, em 2004 essa relação passa a ser de 190,2 empregados⁶⁸.

Tabela 3.10 - Número de estabelecimentos da indústria calçadista em 31/12: Brasil, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1994 e 2004

Unidade da Federação	1994		2004	
	Nº	%	Nº	%
BRASIL	5.753	100,0	8.433	100,0
BA	36	0,6	104	1,2
SP	2.120	36,9	2.542	30,1
RS	1.713	29,8	3.192	37,9

Fonte: RAIS/ MTE

A motivação para os investimentos realizados não apenas na Bahia, mas no nordeste, foi fazer frente à concorrência de calçados oriundos dos países asiáticos que apresentaram significativo aumento da importação após a abertura comercial da economia brasileira em meados da década de 90. Por isso, os fabricantes do setor promoveram a reestruturação produtiva com diversificação dos modelos, modernização tecnológica, eliminação dos desperdícios além de incorporarem preocupações como a qualidade do produto (COSTA, 2003).

Além disso, abriram unidades de produção na região nordeste com vistas a diminuir os custos de produção, em especial aqueles relativos à mão-de-obra, uma vez que as empresas desse segmento têm no fator trabalho um importante custo. Mesmo a introdução de tecnologias mais modernas na produção não elimina o trabalho, apenas promove melhorias na qualidade do produto.

⁶⁸ Dividimos os totais da Tabela 3.11 pelos totais da Tabela 3.10.

Os menores níveis salariais vigentes na Bahia podem, de acordo com Bahia (2000), reduzir em até 15% os custos de produção, incluídos aí a diminuição dos encargos trabalhistas. De acordo com os dados da Tabela 3.11, enquanto na Bahia cerca de 90% dos trabalhadores do setor ganhavam entre 1,01 e 2,0 salários mínimos, em São Paulo e no Rio Grande do Sul essa proporção era de cerca de 62%.

Note que na Bahia isso representa uma melhora, na medida que, em 1994, mais da metade dos trabalhadores do setor ganhavam até 1,00 salário mínimo. Em contrapartida, em São Paulo e no Rio Grande do Sul esses dados significam uma piora nas condições de vida já que, em 1994, cerca de 29% dos trabalhadores estavam nessa faixa.

Tabela 3.11 - Estoque de emprego em 31/12 segundo o rendimento médio: Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasil, 1994 e 2004

Faixa de Rendimento Médio (salários mínimos)	Estoque de Emprego por Unidade da Federação							
	BA		SP		RS		Brasil	
	1994	2004	1994	2004	1994	2004	1994	2004
Total	264	19.781	63.836	56.993	128.882	143.022	240.655	312.579
Até 0,5 sm	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
De 0,51 a 1,00 sm	54,2	3,0	0,8	0,5	0,9	1,0	2,0	1,5
De 1,01 a 2,00 sm	37,5	90,3	29,2	61,8	29,2	62,0	36,1	71,5
De 2,01 a 5,00 sm	4,5	4,7	55,2	33,6	58,2	30,6	50,6	22,6
De 5,01 a 10,00 sm	0,0	1,0	8,2	2,8	6,5	4,4	6,2	2,9
De 10,01 a 20,00 sm	1,5	0,6	4,6	0,7	2,1	1,3	2,5	0,9
Mais de 20,00 sm	0,0	0,2	0,5	0,2	0,6	0,4	0,5	0,3
Ignorado	2,3	0,1	1,5	0,3	2,5	0,2	2,1	0,2

Fonte: RAIS/ MTE

Cabe ressaltar que esses salários são dos trabalhadores contratados formalmente. Há ainda aqueles que participam de cooperativas de mão-de-obra ou que trabalham no próprio domicílio, recebendo uma menor remuneração e sem direitos trabalhistas. De acordo com Costa,

dentre os incentivos mais expressivos que atraíram as empresas pode-se destacar [...] iv) os custos de mão-de-obra, que se manifesta em um valor em torno de um salário mínimo e sem a incidência de encargos sociais, pois a mão-de-obra é contratada indiretamente pelas empresas através de cooperativas de trabalho, onde não há vínculo empregatício e a remuneração é referida aos serviços prestados. Acresce ainda que a organização dessas cooperativas, quando da instalação das empresas, cabe aos próprios Estados da região, bem como, a seleção e o treinamento da força de trabalho (COSTA, 2003, p. 25).

Na Bahia não foi diferente, pois, além dos terrenos para a construção, garantiu-se o fornecimento de energia elétrica, água e rede telefônica. No caso dos programas de qualificação, foram celebrados para sua realização convênios entre a Secretaria de Trabalho e Ação Social do

Governo do Estado da Bahia — SETRAS e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (FERNANDES, 2001).

Os baixos níveis salariais vigentes resultam em estímulos limitados para o Comércio e os Serviços, visto que o padrão de consumo da população permanece num patamar muito pequeno, resultando num alcance muito limitado dos investimentos.

Além dos menores custos salariais, os benefícios fiscais foram fatores de atração para essas empresas. Estima-se que a isenção de impostos diminua entre 10% e 15% os custos dessas empresas. Desse modo, as empresas do setor que se instalaram na Bahia poderiam ter uma redução de até um terço dos custos de produção, contando os impostos e a mão-de-obra (BAHIA, 2000).

O menor índice de sindicalização e a menor capacidade de pressão dos empregados por aumentos salariais se constituíram, também, em fator de atração para as empresas calçadistas. Para evitar a organização dos trabalhadores, as empresas se instalaram de forma relativamente dispersa, evitando aglomerações que resultassem em pressões trabalhistas. Entretanto, essa conformação evita a formação de um *cluster* (aglomerado) do setor no estado — como era o objetivo da política governamental⁶⁹.

Apesar da conformação dispersa, as empresas não se instalaram em municípios de vazios econômicos. Elas estão situadas em cidades que já detém uma infraestrutura mínima como estradas, proximidade de portos e aeroportos, saneamento e energia elétrica, além de uma complexidade produtiva com um grau de desenvolvimento do comércio e dos serviços⁷⁰. Todas essas cidades estão entre as mais importantes de suas respectivas regiões como, por exemplo, Ilhéus e Itabuna — na região cacauzeira; Juazeiro — área da fruticultura irrigada; e Feira de Santana - o segundo município comercial, perdendo apenas para Salvador.

Ainda de acordo com Bahia (2000), a instalação das indústrias calçadistas na Bahia resultou em aumento da capacidade produtiva das empresas e não na transferência de unidades, isto é, as matrizes das empresas continuam localizadas nas regiões sul e sudeste do país. Desse

⁶⁹ As informações sobre a organização da produção das empresas do setor estão baseadas em Bahia (2000), resultado de estudo realizado a partir da aplicação de questionários junto às 11 empresas (6 de calçados e 5 de componentes e insumos) que representavam todo o universo das empresas do setor atraídas, até aquele ano, pelos incentivos fiscais.

⁷⁰ De acordo com os dados do BID (Banco de Investimentos Diretos), as cidades que receberam investimentos no segmento calçadista entre 1994 e 2003 foram, por ordem alfabética: Alagoinhas; Amargosa; Cachoeira; Castro Alves; Conceição do Coité; Conceição do Jacuípe; Cruz das Almas; Feira de Santana; Ilhéus, Ipirá; Itabuna; Itapé;

modo, não ocorre a transferência de todas as etapas do processo produtivo para o estado e as empresas mantêm as atividades de maior conteúdo tecnológico, como *design*, em sua região de origem.

Não há, até agora, nenhum caso de empresa que tenha fechado suas fábricas no sul para se instalar na Bahia, tendo em vista que a matriz permanece na região sul. O que se observa é que não existem perspectivas de fechamento de fábricas no sul do país para transferência total para a Bahia (...) Dessa forma, as vantagens de formação de um aglomerado na Bahia, que garantisse às empresas maior competitividade, principalmente quanto à capacidade de gerar inovações, de certa forma já seriam compensadas pela existência de um aglomerado no sul do país, onde estão localizadas as matrizes dessas empresas. Isso sugere que, por razões estratégicas, os empresários não pretendem a formação desse tipo de aglomerado no estado baiano (BAHIA, 2000, p. 47/48).

As etapas de confecção de calçados e seus componentes não foram integralmente organizadas na Bahia. As máquinas para trabalhar o couro, tornando-o apto a ser usado pelas empresas calçadistas, os equipamentos para trabalhar o plástico para fabricação das fôrmas e solados e os sistema de CAD que estão relacionados as atividades de criação não existem no estado. Outras etapas existem, mas não são utilizadas — como o processamento dos componentes metálicos, têxteis e a aquisição das embalagens.

Apenas os componentes petroquímicos e a mão-de-obra local são usados na fabricação dos calçados e acessórios; as outras matérias-primas são adquiridas nas regiões sul e sudeste ou no exterior. Como justificativas para importação dos insumos as empresas citaram: a inadaptabilidade aos requisitos e especificações técnicas e o baixo volume de produção dos fabricantes locais — insuficiente para atender a demanda (BAHIA, 2000).

No caso da matéria-prima básica, o couro, os curtumes locais não se transformaram em fornecedores das empresas do setor, tampouco, a transferência das indústrias calçadistas para o nordeste foi acompanhada pelos curtumes. Isso porque grande parte da matéria-prima usada pelas empresas calçadistas vêm do exterior, acrescente-se que a estrutura do segmento de couro é pesada e não facilmente transferível (COSTA, 2003).

Além disso, segundo o autor, a reestruturação produtiva do segmento de couros e peles implicou no deslocamento de parte da produção do mercado interno para o externo. A readaptação dos processos produtivos às especificações do mercado consumidor implica em

custos adicionais, dificultando o direcionamento da produção novamente para a demanda doméstica. Acrescente-se a isso, a especialização em produtos de menor valor agregado, isto é, ao invés do couro acabado, parte importante dos curtumes tem a produção voltada para a confecção do couro *Wet blue* de pouco valor agregado e não diretamente utilizado na fabricação de calçados. Além disso, houve um aumento do consumo de calçados fabricados com material sintético, diminuindo o consumo de couro (COSTA, 2003).

Além do processo geral de reestruturação do setor, outros dois fatores limitantes são: as características dos curtumes baianos que produzem um couro de menor qualidade e os preços elevados quando comparados aos de outros estados e aos do exterior — visto que não possuem escala e apresentam um baixo nível de mecanização da produção (BAHIA, 2000).

Desse modo, não existe ligação direta entre instalação de novas indústrias calçadistas na Bahia e encadeamento produtivo local com aquisição de matérias-primas no próprio estado. Seja pelas deficiências técnicas acima apontadas, seja pelo papel que as fábricas instaladas na Bahia ocupam na estratégia das empresas.

Sendo assim, mesmo resolvidos os problemas técnicos que impedem a organização de todo o processo de confecção dos calçados na Bahia, dificilmente teríamos um encadeamento produtivo do setor, uma vez que as empresas fizeram uma divisão interna do trabalho entre suas unidades de produção na qual as tarefas transferidas para o estado são aquelas mais intensivas em mão-de-obra e que requerem uma menor qualificação.

Pesquisa realizada junto a médias e grandes empresas que se deslocaram do Vale dos Sinos para o nordeste revela que o objetivo era recuperar a faixa de mercado destinada aos consumidores de baixa renda cujo elemento preço é fundamental. Nas palavras de Costa:

A alegação das empresas para esse deslocamento foi que o conjunto de incentivos oferecidos na região nordeste permitiria recuperar a rentabilidade e capacitá-las na concorrência externa naquela faixa de mercado em que o vale dos Sinos vinha perdendo competitividade em decorrência da apreciação cambial e da presença no mercado interno de concorrentes com condições competitivas favoráveis (COSTA, 2003, p. 25).

Portanto, temos uma divisão do trabalho inter-regional em que continuam concentradas nas regiões sul e sudeste as fases produtivas de maior valor agregado, enquanto no nordeste estão as fases onde o custo da mão-de-obra é o fator de competitividade.

A instalação de empresas calçadistas no estado não resultou numa relação próxima entre produção e consumo local. Conforme mostra a Tabela 3.12, mais de 90% da produção das grandes empresas como Azaléia, Ramarim, Picadilly e Bibi se destinam a exportação ou aos mercados das regiões sul e sudeste, apenas três empresas destinam em torno de 70% e 100% de sua produção para a Bahia.

Tabela 3.12 - Produção e Perfil das Empresas de Calçados Atraídas para a Bahia*

Empresas	Destino	Brasil	Bahia	Exterior
1. Azaléia Nordeste	50% para o Centro-Sul e 35% para o restante do Nordeste		10%	5%
2. Ramarim	30% para PR/SC/RS e 20% para SP		15%	-
3. Itabuna	100% para o RS		-	-
4. Piccadilly	61,5% para as regiões Sul e Sudeste		4,50%	20%
5. Bibi	90%, sendo 20% para SP		-	10%
6. Daiby		-	-	100%
7. SISA	5% para SP e 90% para o Sul		5%	-
8. Fortik FCC	60% para SP, 30% para o CE e 10% para o resto do Nordeste		-	-
9. Injenort		-	100%	-
10. Baplastil	10% para o Centro-Sul e 20% para o Nordeste		70%	-
11. Vinilex		-	100%	-

Fonte: Pesquisa Direta.

Elaboração DAV/SPE: Disponível em: <<http://www.bahiainvest.com.br>> acesso em 17 de setembro de 2006

*Refere-se à produção projetada para 2000.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a configuração adotada pela indústria calçadista na Bahia pode resultar num fechamento generalizado tão logo os benefícios concedidos tenham terminado. A falta de encadeamentos produtivos, a doação de terrenos para a construção das fábricas e os benefícios fiscais e creditícios diminuem significativamente os custos de saída dessas empresas que podem se dirigir a outras regiões que lhes ofereçam maiores vantagens.

3.3.3. Papel e Celulose

O segmento de papel e celulose totalizou dez projetos de investimentos entre 1994 e 2004. Conforme mostra a Tabela 3.13, dos dez projetos, nove estiveram concentrados no período entre 2000 e 2003. No segmento de papel, destinado principalmente ao mercado interno, os investimentos se deram a partir da expansão da demanda ligada ao segmento de impressão e escrita. No caso da celulose, a queda dos preços nos mercados mundiais foi enfrentada pelas empresas do setor, com o aumento da escala de produção (FONSECA, 2003).

Ainda de acordo com a Tabela 3.13, os investimentos totalizaram um montante de R\$ 1,2 bilhões e com a previsão de gerar 5.325 empregos o que perfaz uma relação de R\$ 234.136 por

cada posto de trabalho gerado. Tais investimentos se refletiram no crescimento da participação desse segmento no VTI da indústria de transformação do estado. Conforme mostram os dados da PIA na Tabela 3.4, em 1996, o setor representava 4,7% do VTI, atinge a maior participação (7,8%) em 1999 e, no ano de 2003, passa para 6,3% do VTI.

Tabela 3.13 - Perfil dos Investimentos realizados no setor de papel e celulose: Bahia, 1994 - 2004

Perfil dos Investimentos					
Eixo	localização	Situação	Investimentos (bilhões R\$)*	Nº empregos**	Início das Operações
TOTAL			1,2	5.302	
Grande Recôncavo	Santo Amaro	Reativação	0,05	600	1997
Extremo Sul	Belmonte	Implantação	0,04	65	2000
Grande Recôncavo	Santo Amaro	Ampliação	0,02	60	2000
Grande Recôncavo	Santo Amaro	Implantação	0,01	100	2001
Grande Recôncavo	Santo Amaro	Implantação	0,08	700	2001
Grande Recôncavo	Feira de Santana	Implantação	0,01	350	2002
Extremo Sul	Eunápolis	Ampliação	1,0	3000	2002
Metropolitano	Lauro de Freitas	Implantação	0,007	90	2002
Grande Recôncavo	Tanquinho	Implantação	0,002	50	2003
Grande Recôncavo	Santo Amaro	Ampliação	0,01	287	2003

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Última atualização 30/09/2006

* Esses valores foram convertidos de dólar para real, tendo como base a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

** Referem-se aos empregos diretos previstos nos protocolos de investimento assinados entre a empresa solicitante dos incentivos fiscais e o governo do estado da Bahia através da Secretaria da Indústria e Comércio (SICM).

O segmento na Bahia é composto de 52 empresas espalhadas em 14 municípios dos eixos Metropolitano, Grande Recôncavo, Sul e Extremo Sul. Nos concentraremos, entretanto, nas empresas localizadas no Extremo Sul do estado, visto que aí estão as firmas mais importantes do segmento de papel e celulose com atuação no mercado internacional, enquanto aquelas situadas nos outros eixos são compostas de micro e pequenas empresas do segmento de papel⁷¹.

⁷¹ Para se ter uma idéia das diferenças de dimensões, o consumo de energia das empresas de papel, segundo Guia Industrial (2005), compreende o intervalo de 100 Kwh/mês a 1.978.232 Kwh/mês, enquanto as grandes empresas fabricantes de celulose utilizam 50.658.356 Kwh/mês (Suzano) e 91.152.000 Kwh/mês (Veracel). Em termos de patrimônio e capacidade produtiva, a Bahia Sul Celulose possui nos estados da Bahia e Espírito Santo 188.729 ha de terras, destas 109.735 ha estão ocupadas com eucalipto. A fábrica da empresa é capaz de produzir 645 mil toneladas ao ano de celulose e 225 mil t / ano de papel I&E não revestido (SUZANO PAPEL E CELULOSE, 2005). A Veracel Celulose S.A. possui 164,6 mil hectares distribuídos em dez municípios do Extremo Sul, dos quais destina 78,1 mil para o plantio de eucalipto (VERACEL CELULOSE, 2005).

Desse modo, as empresas do Extremo Sul conseguem direcionar a expansão do setor na região, imprimindo nesse espaço geográfico modificações econômicas e sociais. Além disso, das inversões no setor no período, cerca de 84% foram realizadas nessa região.

A outra razão para nos concentrarmos no Extremo Sul é referente aos planos governamentais que insistem em enfatizar a “vocalização” da região para atrair, a médio e longo prazos, outros projetos para a produção de papel e celulose. De acordo com a lógica governamental, esse é um dos grandes vetores de crescimento da economia baiana, contribuindo para a desconcentração industrial no estado e diminuindo a diferença entre a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior da Bahia. Tal objetivo está assentado, principalmente, nas condições edefoclimáticas favoráveis da região, reeditando-se o modelo de desenvolvimento associado à exploração dos recursos naturais.

A existência da produção de papel e celulose na Bahia é recente e data de meados da década de 70. As condições para a implantação do segmento no Extremo Sul incluíram, as condições edefoclimáticas, uma infra-estrutura mínima — apesar de deficiente —, incentivos fiscais, terras baratas e uma vasta área já desmatada pela expansão da cacauicultura, da pecuária e das atividades extrativas a partir dos anos de 1950⁷².

A exploração madeireira foi responsável pelo desmatamento de cerca de 40% da mata atlântica da região e “realizou-se, sobretudo, com participação de agentes do vizinho Estado do Espírito Santo” (CEI 1992, p.9). Tal atividade extrativa contribuiu, também, para a expansão da pecuária, na medida que ela abria os campos para pastagem. No início dos anos 80, parte dessas terras foi destinada ao reflorestamento. (CEI, 1983)

A criação da BR-101 teve um papel importante na introdução do complexo de celulose, na medida que permitiu uma maior ligação com o sudeste do país ao mesmo tempo em que facilitou a comunicação com o restante do estado da Bahia, incorporando definitivamente a região à economia nacional. O Extremo Sul passa, então, a integrar os projetos de planejamento dos governos estadual e federal através do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) dentro do II PND (Plano nacional de Desenvolvimento) no período entre 1974 e 1980.

O objetivo da política nacional era formar maciços florestais com vistas a promover a integração floresta-indústria, garantindo o suprimento de matéria-prima que, segundo diagnóstico

⁷² As atividades desenvolvidas, nesse período, estavam relacionadas às fronteiras geográficas da região: a pecuária como extensão daquela desenvolvida no estado de Minas Gerais, a extração de madeira ligada ao Espírito Santo e o cacau ao estado da Bahia.

da época, era um dos entraves a expansão do segmento de papel e celulose no Brasil, permitindo, assim, a continuidade do modelo de substituição de importações que estava em curso. No âmbito estadual, a finalidade do governo era incorporar a economia baiana no segmento de papel e celulose do país (ANDRADE, J., 2000).

O resultado da implantação desse segmento no Extremo Sul, em termos econômicos, ficou muito aquém do prometido⁷³, assim como a expansão atual do setor também não está sendo capaz de gerar alternativas de emprego e renda para o conjunto da população da região. Isso porque, o segmento de papel e celulose tem a característica de ser um quase enclave, isto é, gera poucos efeitos multiplicadores (GUERRA e GONZALES, 2001).

Primeiro, porque se baseia numa monocultura (eucalipto) que dá origem a um produto (pasta celulósica) quase totalmente destinado a exportação; segundo, porque a intensidade em capital gera poucos empregos, reduzindo o efeito indutor da atividade econômica pelo aumento da renda do trabalho; e terceiro, como veremos adiante, porque a monocultura do eucalipto e a produção de celulose põem em risco outras atividades econômicas desenvolvidas na região.

Do ponto de vista social, consolida-se um padrão de utilização do solo associado a grandes capitais cuja consequência é o progressivo aumento da concentração de terras e a continuidade dos conflitos sociais a ela (terra) associados, uma vez que ocorre o empobrecimento da população e o aumento da concentração de renda (MACHADO, 2000 e FASE, 2002). Desse modo, temos um padrão de organização da produção no qual a apropriação quase total dos lucros da exploração dos recursos naturais da região é realizada pelas empresas de celulose, visto que a geração de empregos e o estímulo a outras atividades produtivas são pouco expressivos.

Voltando a estrutura fundiária, o índice de Gini, na Tabela 3.14, abaixo, referente à desigualdade de distribuição de terras, nos mostra a evolução da concentração fundiária no Extremo Sul da Bahia. Segundo o cálculo de Silva, D. (1998), em 1960, o índice de Gini era de 0,570, o menor do estado. No mesmo ano, em regiões como o Recôncavo, Litoral Norte e Baixo Médio São Francisco este já era superior a 0,800. Nesse período, iniciam-se as mudanças na estrutura fundiária do Extremo Sul, com o advento da progressiva concentração de terras.

⁷³ Os projetos de implantação do segmento de papel e celulose vieram acompanhados do discurso de superação do atraso e da pobreza ao qual as populações regionais estão submetidas. As novas atividades econômicas passaram a ser encaradas como “propulsoras da qualidade de vida” via aumento da arrecadação governamental a ser revertida em prol do desenvolvimento da região e através da oferta de emprego para contingente considerável da população local. Isso ocorreu tanto no norte do Espírito Santo quanto no Extremo Sul da Bahia.

Podemos observar, ainda pela Tabela 3.14, que a concentração fundiária no Extremo Sul aumentou mais rapidamente do que a da Bahia no período analisado. O destaque, entretanto, está entre 1975 e 1980, quando, em apenas cinco anos — período que coincide com a implantação do segmento na região, após a incorporação do Extremo Sul na dinâmica de crescimento nacional —, houve uma grande concentração das terras. O índice de Gini registrou um crescimento de 14,8% no interior da região e 11,7% na área litorânea.

Paralelamente ao aumento da concentração fundiária, houve a expansão da área dedicada ao eucalipto, conforme mostram os dados da publicação *Silvicultura: Brasil* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1983. De acordo com eles, em 1975 existiam apenas 4 hectares de área com plantações de eucalipto; em 1976 eram 77 ha e, em 1977, 24.127 ha de área.

Tabela 3.14 - Índice de Gini referente à desigualdade da distribuição da posse da terra: Bahia e Extremo Sul, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985

ANO	Índice de Gini por Região Geográfica					
	Interior do Extremo Sul		Litoral do Extremo Sul		Bahia	
	índice de Gini	Tx de crescimento	índice de Gini	Tx de crescimento	índice de Gini	Tx de crescimento
1960	0,570	—	0,570	—	0,786	—
1970	0,623	9,3	0,640	12,3	0,802	2,0
1975	0,634	1,8	0,684	6,9	0,812	1,2
1980	0,728	14,8	0,764	11,7	0,826	1,7
1985	0,716	-1,6	0,786	2,9	0,841	1,8

Fonte: Dados básicos da pesquisa oriundos da fundação IBGE apud Silva (1998)

A chegada das empresas de celulose na região, também, acarretou entre 1970 e 1985, segundo o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES) e CEI (1983), a continuidade do processo de desmatamento da Mata Atlântica. Em 1993, denúncias de desmatamento de milhares de hectares pela Veracel “foram comprovadas e a empresa teve seu funcionamento embargado pelas autoridades por um período de dois anos” (FASE, 2006).

O aumento da concentração fundiária verificada no período de implantação do segmento de papel e celulose como principal atividade produtiva da região constitui-se numa tendência de longo prazo, presente também na expansão recente do setor, na medida que as empresas incorporam periodicamente terras ao seu patrimônio antes mesmo da necessidade de sua utilização. Isso porque a concorrência e a oscilação nos preços de exportação são enfrentados, no

segmento, com a redução dos custos de produção da madeira tanto através de melhoramentos genéticos, quanto por meio de ganhos de escala o que significa novas aquisições de terras.

A expansão do eucalipto é tão grande que dos 21 municípios da região apenas 6 não possuem, pelo menos oficialmente, plantações dessa espécie. São eles Jucuruçu, Itamaraju, Itanhém, Vereda, Medeiros Neto e Lajedão.

Os dados cadastrais do Incra de 1998, na Tabela 3.15, mostram a seguinte estrutura fundiária⁷⁴: os minifúndios ocupam nos diversos municípios da região, aproximadamente, a mesma proporção de terras expresso pelo indicador (b/a), isto é, os imóveis dos diversos municípios ocupam, em média, 0,1% ou 0,2% da área total explorável cadastrada na região⁷⁵. A exceção é o município de Ibirapoã, onde os minifúndios ocupam uma área maior, apesar de existirem plantações da Aracruz Celulose nessa cidade. No caso da grande propriedade, os municípios nos quais 1% dos imóveis ocupavam as maiores extensões foram em ordem decrescente: Alcobaça, Itanhém, Jucuruçu e Nova Viçosa. Em Alcobaça e Nova Viçosa existem plantações da Veracel e da Bahia Sul Celulose, entretanto, Jucuruçu e Itanhém estão entre os seis municípios que não possuem plantações de eucalipto, nesse caso, a concentração fundiária deve-se a pecuária.

⁷⁴ Esses dados são de caráter declaratório e podem conter imprecisões, entretanto a sua utilização em detrimento dos dados do censo agropecuário do IBGE deve-se ao fato de que os dados cadastrais “permitem determinar a distribuição do espaço fundiário entre os detentores (proprietários e posseiros) [enquanto o IBGE] mostra a forma pela qual os produtores rurais (proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros) ocupam tal espaço” (CARDIM, VIEIRA e VIÉGAS, sd, p.3-4).

Os dados cadastrais também foram divulgados para o ano de 1992, entretanto, o universo de imóveis presentes nos dados de 1992 e 1998 difere significativamente, evidenciando que a cobertura de 1998 foi superior a verificada em 1992. Desse modo, não podemos fazer comparações entre os referidos anos, uma vez que se tratam de universos diferentes.

⁷⁵ Essa relação foi construída a partir da divisão da área total cadastrada pelo número de imóveis existentes, expressa, portanto, a quantidade de terra que cada imóvel ocupa em média. O objetivo foi o de criar uma base comum que permitisse a comparação entre o tamanho das propriedades de cada um dos municípios da região.

Tabela 3.15 - Proporção de imóveis e área ocupada segundo a categoria do imóvel: Região do Extremo sul da Bahia, 1998

Municípios	Categoria do Imóvel											
	Minifúndio (%)			Pequena (%)			Média (%)			Grande (%)		
	Imóveis (a)	Área (b)	(b/a) *	Imóveis (a)	Área (b)	(b/a) *	Imóveis (a)	Área (b)	(b/a) *	Imóveis (a)	Área (b)	(b/a) *
Alcobaça	70,9	14,5	0,2	20,0	20,8	1,0	7,4	30,4	4,1	1,6	34,3	20,8
Belmonte	31,4	2,3	0,1	35,5	12,6	0,4	22,6	29,7	1,3	10,5	55,4	5,3
Caravelas	38,9	3,6	0,1	36,5	15,3	0,4	18,7	30,8	1,6	5,9	50,3	8,5
Eunápolis	46,9	7,3	0,2	28,8	14,5	0,5	18,4	32,9	1,8	5,9	45,3	7,7
Guaratinga	35,5	5,5	0,2	45,5	25,3	0,6	13,6	29,5	2,2	5,4	39,7	7,4
Ibirapoã	29,0	22,2	0,8	21,9	17,3	0,8	11,4	30,7	2,7	2,2	19,8	8,9
Itabela	23,7	2,8	0,1	44,4	21,0	0,5	25,1	41,2	1,6	6,7	34,9	5,2
Itagimirim	10,0	0,6	0,1	35,3	8,5	0,2	34,7	27,8	0,8	20,0	63,1	3,2
Itamaraju	42,2	5,7	0,1	38,2	22,5	0,6	15,5	35,7	2,3	4,1	35,9	8,9
Itanhém	47,2	11,0	0,2	41,8	38,8	0,9	10,0	34,4	3,5	1,0	15,9	15,8
Itapebi	22,6	2,0	0,1	40,9	13,1	0,3	25,4	29,7	1,2	10,9	54,8	5,0
Jucuruçu	47,5	11,2	0,2	41,1	35,4	0,9	9,8	29,9	3,0	1,6	23,5	14,7
Lajedão	40,9	4,4	0,1	36,1	19,6	0,5	16,1	28,5	1,8	7,0	47,6	6,8
Medeiros Neto	47,2	6,1	0,1	33,7	25,6	0,8	16,0	42,8	2,7	3,0	25,2	8,5
Mucuri	36,1	3,2	0,1	33,9	13,9	0,4	20,9	28,7	1,4	9,1	54,2	6,0
Nova Viçosa	56,0	6,6	0,1	25,8	18,0	0,7	15,2	37,2	2,5	3,0	38,3	12,8
Porto Seguro	33,8	4,0	0,1	32,7	16,0	0,5	27,4	44,4	1,6	6,1	35,5	5,8
Prado	54,8	6,4	0,1	24,3	11,0	0,5	15,3	24,9	1,6	5,4	57,8	10,7
Sta Cruz Cabrália	25,6	2,1	0,1	37,8	16,4	0,4	28,8	42,1	1,5	7,9	39,4	5,0
Teixeira de Freitas	36,6	3,7	0,1	38,7	18,2	0,5	18,3	32,7	1,8	6,4	45,3	7,1
Vereda	41,9	6,0	0,1	38,6	21,8	0,6	14,5	28,8	2,0	4,9	43,5	8,8

Fonte: Estatísticas Cadastrais/ INCRA

* Representa a divisão entre a área total e a quantidade de imóveis

A classificação ‘grande propriedade’ agrega imóveis com área superior a 15 módulos fiscais. Desse modo, essa classificação pode esconder diferenças significativas entre os tamanhos das propriedades, dando uma idéia de homogeneidade entre os diversos municípios. Por isso, apresentamos a Tabela 3.13 com a classe dos imóveis por módulo fiscal, com vistas a observar onde existe uma maior concentração fundiária e em que medida ela está relacionada com o segmento de papel e celulose.

Observa-se que a maior parte dos imóveis da região faz parte das classes de ‘Mais de 20 a 50 ha’ ou de ‘Mais de 50 a 100 há’. As únicas cidades a apresentarem imóveis da classe ‘Mais de 200 a 400 ha’ foram Caravelas, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Santa Cruz Cabrália. Em Prado, 15,7% da área explorável registrada no município estavam ocupadas, em 1998, com propriedades de tamanho ‘Mais de 600 ha’. Em todos esses municípios, acima citados, encontram-se plantações da Veracel e/ou da Bahia Sul Celulose.

Nota-se, ainda, que, nas cidades onde ainda não foram registradas plantações de eucalipto, as maiores propriedades são de até 200 ha, sendo que estas possuem até 50 ha em Medeiros Neto e até 100 ha nas cidades de Itanhém e Lajedão. Cabe ressaltar que, certamente em alguns municípios, a existência de médios e grandes produtores de eucalipto os quais vendem diretamente para as fábricas de celulose, tenham evitado uma maior concentração fundiária.

A Bahia Sul Celulose, por exemplo, possuiu o Programa de Fomento de Madeira com plantações de eucalipto em terras de terceiros que perfazem um total de 29 mil ha de terras cultivadas. A Veracel, em 2004, “tinha uma área fomentada de 10 mil hectares, com 59 contratados cujas propriedades ficam em média a 52 quilômetros da fábrica e têm um tamanho médio de 167 hectares” (VERACEL, 2006).

Tabela 3.16 - Proporção de imóveis e área ocupada segundo as classes de número de módulos fiscais das grandes propriedades: Região do Extremo sul da Bahia, 1998

Municípios	Classes de número de módulos fiscais com área total das grandes propriedades											
	Mais de 15 a 20		Mais de 20 a 50		Mais de 50 a 100		Mais de 100 a 200		Mais de 200 a 400		Mais de 600	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Alcobaça	0,3	2,6	1,0	14,6	0,2	3,8	0,2	13,3	-	-	-	-
Belmonte	3,4	10,0	5,8	28,4	0,9	10,0	0,5	6,9	-	-	-	-
Caravelas	0,9	3,3	3,3	18,9	1,3	16,5	0,1	1,8	0,3	9,8	-	-
Eunápolis	1,8	7,3	3,4	23,2	0,3	3,6	0,3	6,2	0,1	5,0	-	-
Guaratinga	1,6	7,4	3,8	32,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibirapoã	1,1	13,8	0,2	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Itabela	2,3	7,8	4,1	25,2	0,2	1,9	-	-	-	-	-	-
Itagimirim	6,7	11,1	8,7	25,1	4,7	26,9	-	-	-	-	-	-
Itamaraju	1,7	8,5	1,8	16,3	0,4	7,2	0,1	4,0	-	-	-	-
Itanhém	0,3	2,5	0,5	5,7	0,3	7,7	-	-	-	-	-	-
Itapebi	4,3	11,6	4,3	16,2	1,8	14,3	0,5	12,7	-	-	-	-
Jucuruçu	0,4	3,4	0,9	11,3	0,2	3,3	0,1	5,5	-	-	-	-
Lajedão	2,6	11,0	3,0	19,6	1,3	16,9	-	-	-	-	-	-
Medeiros Neto	1,4	8,5	1,6	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Mucuri	1,8	5,8	5,9	29,2	1,2	14,2	0,3	5,0	-	-	-	-
Nova Viçosa	0,6	3,0	1,9	17,2	0,3	5,6	0,1	4,0	0,1	8,5	-	-
Porto Seguro	2,6	9,6	3,1	18,5	0,4	6,2	0,1	1,2	-	-	-	-
Prado	1,3	4,4	2,9	18,0	0,8	11,0	0,2	4,3	0,1	4,3	0,1	15,7
Sta Cruz Cabrália	3,4	10,3	4,2	22,0	-	-	0,3	7,1	-	-	-	-
Teixeira de Freitas	2,8	10,3	2,3	16,1	1,1	12,0	-	-	0,2	6,8	-	-
Vereda	1,9	8,9	2,2	17,4	0,5	9,8	0,3	7,3	-	-	-	-

Fonte: Estatísticas Cadastrais/ INCRA

A ocupação das terras com eucalipto depende da expansão do consumo de papéis no mercado externo já que, excetuando-se a produção utilizada pela própria Bahia Sul Celulose na fabricação de papel, o restante produzido na região se destina à exportação, suprindo muitas das fábricas da Stora Enzo⁷⁶ na Europa e na Ásia. Essa orientação cristaliza a divisão internacional do trabalho no setor, na qual as atividades mais poluentes e de menor valor agregado são deslocadas para os países subdesenvolvidos, enquanto as atividades de maior valor (a produção de papel) permanecem nos países do centro do sistema.

Como todo produto semi-elaborado destinado à exportação, o segmento de celulose está sujeito a flutuações nos preços e nas quantidades vendidas. Os dados sobre comércio exterior, na Tabela 3.17, mostram que as exportações do setor entre 1995 e 2001 oscilaram entre 15,7% e 10,2% das exportações totais do estado⁷⁷.

Nesse período, observaram-se as mais diversas combinações de variações de preços e quantidades. Em 1996, o produto apresentou queda de preços e aumento do volume exportado; em 1999, verificou-se aumento da quantidade e dos preços e em 2000 e 2001 houve queda de preços e das quantidades exportadas.

Tabela 3.17 – Perfil das Exportações do setor de papel e celulose: Bahia, 1995 - 2003

Produtos Exportados	Participação do setor de Papel e celulose nas exportações totais da Bahia (%)									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Papel e celulose	15,7	9,9	12,5	13,1	15,2	11,9	10,2	8,0	8,0	
PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,	10,3	6,0	5,7	5,6	8,1	8,9	5,9	5,2	4,5	
PASTA QUIMICA DE MADEIRA,PARA DISSOLUCAO	nd	1,0	2,7	3,1	3,2	3,3	2,1	1,9	1,6	
PAPEL KRAFT,FIBRA PROC.MEC<=10%,40G/M2<=P<=15	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,6	1,2	
PAPEL KRAFT,FIBRA MEC<=10%,40G/M2<=P<=150G/M2	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,3	0,7	

Fonte: SECEX ;
nd = não disponível

Os efeitos nocivos da instabilidade somente não se espalham pela região devido aos diminutos encadeamentos produtivos que o segmento apresenta e a pequena absorção de mão-de-

⁷⁶ Grupo proprietário da Veracel.

⁷⁷ Em 2002 e 2003, a queda na participação está associada à introdução de novos produtos, como automóveis, na pauta de exportação, uma vez que houve tanto aumento das quantidades quanto dos preços da celulose nesses anos.

obra. Ainda sobre a ocupação no setor, a Tabela 3.8 mostra que a participação do segmento na ocupação diminuiu de 3,6%, em 1996, para 2,5% em 2003.

Embora não gere estímulos consideráveis sobre a economia da região, a celulose baseada na monocultura de eucalipto impõe limites a expansão de outras atividades, particularmente, as agrícolas — que sempre foi a base econômica da região — e as turísticas.

No caso da agricultura, desde 1983 que estudos apontam a diminuição da diversidade de cultivos da região:

A expansão da atividade florestal teria revertido uma tendência de desenvolvimento da policultura na região. Esta situação decorre do fato de as empresas reflorestadoras, contrariando a orientação de destinar a essa atividade apenas terras de baixa aptidão agrícola, procuraram adquirir terras de melhor qualidade que poderiam ser empregadas no cultivo de lavouras temporárias (CEI, 1983, p. 20).

No período que cobre esse estudo, 1994 a 2004, observa-se, a partir da Tabela 3.18, que essa tendência permanece e está expressa através da diminuição da área plantada de gêneros alimentícios tais como: arroz, batata doce, feijão, mandioca. Somente o milho — produto que compõe a dieta alimentar da população local — apresentou um aumento de 29,2% da área de cultivo⁷⁸.

Esses dados indicam, também, que a diminuição da participação dos pequenos produtores continua em curso na região e está, provavelmente, associada com as atividades de reflorestamento. A aquisição das terras ou a pura e simples expulsão daqueles que detêm a posse, resultam num aumento das áreas de eucalipto e diminuição daquelas destinadas a produção de gêneros alimentícios⁷⁹.

Observa-se, ainda pela Tabela 3.18, que apesar da redução da área destinada ao cultivo de alimentos, houve um aumento da área total plantada em cerca de 48%. Esses cultivos avançaram sobre as áreas produtivas não utilizadas que, em 1985, representavam 6,32% da área total da região e, em 1995, passaram para 2,98% (MACHADO, 2000).

⁷⁸ O milho produzido no estado da Bahia também serve para alimentar os rebanhos de suínos localizados no município de Vitória da Conquista e nas proximidades da região Oeste. Não podemos, entretanto, identificar se o aumento da produção destinou-se ao consumo humano ou à alimentação desses rebanhos.

⁷⁹ De acordo com CEI (1983), um dos problemas detectados na instalação do segmento de papel e celulose no Extremo Sul é a localização preferencial das plantações de eucalipto nas margens das estradas “fechando ou dificultando o acesso à ela para os pequenos produtores que vivem em áreas distantes de seu leito, prejudicando o escoamento da produção agrícola” (CEI, 1983, P. 21). Essa dificuldade acarreta a venda da propriedade, visto que os pequenos produtores se vêem impedidos de continuar suas atividades.

No caso das lavouras permanentes, é provável que a existência de capitais ligados à agroindústria tenha dificultado a diminuição da área plantada. Tais capitais são de origem japonesa ou paulista e destinam sua produção para exportação ou para os mercados do sudeste do país. Além disso, uma parte da fruticultura irrigada é realizada na propriedade das empresas de celulose, contribuindo para o aumento de 4,8% na área plantada nesse período⁸⁰. Nesse caso, entretanto, a expansão da demanda de celulose nos mercados internacionais pode determinar a substituição dessas outras culturas pela produção de eucalipto, o que resulta na subordinação de parte da produção agrícola da região a expansão do consumo dos mercados mundiais de celulose.

Esses efeitos já foram diagnosticados, anteriormente, quando da instalação da Bahia Sul Celulose. Segundo Carneiro, Roberto (1994), houve especulação e aumento do custo de vida por conta da substituição das plantações de alimentos pelo cultivo do eucalipto, assim como a diminuição das áreas de agricultura familiar. Com a formação de uma classe média composta pelos empregados da fábrica ocorreu a substituição dos alimentos produzidos na própria região pelos produtos industrializados, alterando os hábitos de consumo da população local que causaram o aumento do custo de vida.

⁸⁰ De acordo com notícia publicada no Jornal A Tarde em 14/02/06, pequenos produtores estão cultivando maracujá destinados aos mercados do sudeste nas terras da Aracruz Celulose a partir dos incentivos oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia (SUDIC). Tais cultivos são realizados nas áreas não utilizadas pela empresa.

Tabela 3.18 - Área plantada das culturas da lavoura temporária e permanente: Bahia e Extremo Sul 1994 - 2003

Culturas temporária e permanente	Área plantada (em mil Hectare) da lavoura temporária e permanente por o ano										
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Var. %
Lavoura Temporária											
Bahia	1.993	1.588	1.896	2.086	1.714	2.066	2.194	2.009	2.139	2.211	10,9
Extremo sul	32,4	23,7	23,7	33,9	43,1	43,0	45,8	45,3	45,5	48,1	48,2
Abacaxi	0,5	0,3	0,3	0,3	0,6	0,7	0,7	1,0	0,7	0,6	14,1
Amendoim	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	-5,9
Arroz	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	-88,3
Batata - doce	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	-34,8
Cana	7,7	9,5	8,9	15,7	22,6	22,7	23,2	22,2	21,7	22,0	184,3
Feijão	4,5	4,2	4,1	4,2	3,6	3,5	3,5	3,6	3,8	4,3	-5,3
Fumo	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-40,0
Mandioca	16,0	6,1	6,9	7,1	9,2	9,4	10,8	12,6	13,0	14,6	-9,1
Melancia	0,7	1,1	1,0	4,3	4,6	4,7	4,8	3,6	3,7	3,6	427,2
Melão	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-98,9
Milho	1,9	1,7	1,7	1,6	1,8	1,5	2,3	1,9	2,2	2,4	29,2
Tomate	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-17,9
Lavoura permanente											
Bahia	896,8	963,2	906,4	971,6	980,0	951,5	993,2	980,0	98,2	885,5	-1,3
Ext. Sul	84,6	82,9	82,0	88,9	93,4	92,5	97,4	90,3	88,4	88,6	4,8
Banana	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4	3,7	5,3	3,6	3,3	3,4	-40,1
Borracha	0,1	0,5	0,5	1,7	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	1.653,4
Cacau	46,3	41,3	40,6	42,5	39,4	39,8	40,0	39,5	39,2	39,2	-15,4
Café	9,7	9,8	10,0	9,7	13,9	14,5	15,8	17,0	17,2	18,3	88,1
Côco-da-baía	5,6	5,2	5,3	4,2	7,1	8,5	9,6	10,3	11,1	11,3	102,2
Laranja	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	-28,9
Mamão	16,1	19,5	19,1	24,0	23,9	22,2	22,9	16,0	13,6	12,5	-22,2
Maracujá	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	167,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

1 - Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura permanente não aparecem nas listas.

2 - A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, para a qual era utilizado mil cachos.

Há ainda, no caso específico da relação agricultura-monocultura de eucalipto, um agravante ligado a questão ambiental. De acordo com CEPEDS (1992) e FASE (2002), existe uma dificuldade em se manter outras mudas e espécies perto dos eucaliptos pelo seu grau de toxicidade, visto que “faz romper várias cadeias alimentares, esterilizando o solo, inibindo a flora e afugentando a fauna nativa” (CEPEDS 1992, p. 31), além disso, os solos que abrigam essas plantações sofrem perda de nutrientes devido ao rápido crescimento do eucalipto quando comparado ao seu habitat natural.

A preservação ambiental constitui, também, no elemento central da relação turismo-produção de celulose. Isso porque, as atividades turísticas da região estão baseadas nos seus atributos naturais que incluem as reservas ecológicas de remanescentes da Mata Atlântica e uma grande disponibilidade de recursos hídricos na forma de rios e cachoeiras.

Notícias recentes como, denúncias de envenenamento de fontes de água⁸¹, aplicação de multa pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁸², bem como, a morte inexplicada de peixes e diversos animais na região, conformam o legado ambiental do segmento de papel e celulose, repetindo o padrão de crescimento com base na degradação dos recursos naturais. Isso significa a incompatibilidade entre expansão das atividades turísticas e produção de celulose na região do Extremo Sul da Bahia.

Além do aumento da concentração fundiária, da ameaça a preservação ambiental e do entrave a expansão de outras atividades econômicas, a implantação do segmento de papel e celulose no Extremo Sul resultou no aumento expressivo de áreas periféricas, favelas e da população marginalizada nos principais centros urbanos da região.

Isso ocorreu por meio de dois processos: pela destruição das pequenas propriedades com a transformação do pequeno proprietário em assalariado, que mesmo trabalhando para as reflorestadoras tem nas cidades seu local de moradia; e pela atração de trabalhadores que não encontram alternativas de sobrevivência em suas regiões de origem e migram na expectativa de serem absorvidos nas plantações de eucalipto ou na fábrica de celulose.

Esse contingente de migrantes atraído para a região tem sido responsável pelo maior crescimento demográfico verificado no Estado da Bahia desde a década de 80. De acordo com a SEI (2003):

o Extremo Sul registrou uma aceleração no ritmo de crescimento demográfico entre 1980-1991 e 1991-2000. No primeiro período, a taxa de crescimento demográfico correspondeu a 1,42% ao ano, enquanto no segundo período o patamar registrado foi de 2,48% ao ano — ritmo superior ao do Estado (1,08% ao ano) e correspondente ao mais elevado entre as regiões econômicas. É interessante destacar que esta foi a primeira vez que o crescimento demográfico de uma das Regiões Econômicas do Estado foi superior ao da RMS e ao de Salvador. (SEI, 2003a, p. 239).

⁸¹ Em setembro de 2005, a Frente de Resistência de Luta Pataxó denunciou que, na divisa entre os municípios de Porto Seguro e Itabela, o veneno espalhado pela empresa para matar as formigas e o capim ameaçam a vida dos habitantes da comunidade indígena próxima, causando a contaminação da única fonte de abastecimento de água.

⁸² O IBAMA autuou, em dezembro de 2005, a Multinacional Veracel Celulose em R\$ 320 mil, por “impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas de Mata Atlântica em 1.200 hectares” enquadrando a empresa na Lei de Crimes Ambientais, de 1998. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>> acesso em fevereiro de 2006.

Por trás desses dados gerais, observa-se uma dinâmica bastante diferenciada entre os 21 municípios que compõe a região. Para se ter uma idéia, apenas quatro cidades respondiam, em 2000, por 52,9% da população total do Extremo sul: Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis, e Itamaraju.

No período de 1991–2000, os municípios com taxas de crescimento mais expressivas foram aqueles onde se concentraram as principais atividades do segmento de papel e celulose que incluem a fábrica, a administração e as áreas com plantações de eucalipto ou aqueles que se tornaram os principais destinos turísticos. São eles: Teixeira de Freitas, Eunápolis, Mucuri, Itapebi, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Alcobaça. Em sentido oposto, outras 10 cidades tiveram crescimento negativo associado a intensa migração da população “que resultou na redução do tamanho absoluto das populações, anulando inclusive os efeitos do crescimento vegetativo.” (SEI, 2003, p. 244).

Tais informações sobre o quadro demográfico do Extremo Sul demonstram que o padrão de crescimento econômico é tão concentrador que não consegue espraiar impulso nem mesmo pelo conjunto da região. Apesar disso, esse espaço geográfico continua sendo um atrativo para um conjunto de pessoas. Essa aparente contradição pode ser explicada com a identificação da origem do principal fluxo de migrantes que para aí se deslocam.

O estudo de Pinho (2006) revelou que os imigrantes interestaduais da Bahia optam por fazer deslocamentos para locais próximos a sua moradia de origem. No caso específico do Extremo Sul, o principal fluxo de imigrantes vêm da região do Litoral Sul, onde desde o início dos anos de 1980 o cultivo do cacau, principal atividade econômica da região, entrou em declínio levando vários produtores a falência⁸³. Assim sendo, aqueles que se empregavam na agricultura migraram — e ainda migram — para o Extremo Sul na perspectiva de trabalhar nas plantações de eucalipto.

Mais recentemente, a política de incentivos fiscais do governo estadual promoveu a instalação da indústria de informática no Litoral Sul, entretanto, tais investimentos não conseguiram gerar alternativas de emprego e renda para a população local. Conforme podemos ver na Tabela 3.4, o segmento de Fabricação de máquinas e equipamentos de informática

⁸³ De acordo com Pinho (2006), a participação dos imigrantes interestaduais do Litoral Sul que chegam ao Extremo Sul representam: 13,9% dos que chegam em Teixeira de Freitas; 31,8% em Eunapolis; 33,3% em Santa Cruz Cabralia e 47,9% em Porto Seguro.

representava apenas 0,8% do VTI e respondia, de acordo com Tabela 3.5, por 0,9% do pessoal ocupado da indústria de transformação baiana em 2003. Uma das causas desse fracasso, é devido a estrutura de organização de tais empresa que, dadas as isenções fiscais, importam o conjunto dos componentes utilizados e apenas montam os produtos no município de Ilhéus.

Desse modo, conforme exposição anterior, apesar ter baixo efeito indutor sobre as atividades econômicas e não gerar um grande número de empregos, a indústria de Papel e celulose consegue atrair parte da população de uma região próxima que enfrenta um longo processo de decadência de sua principal atividade produtiva.

Outra característica demográfica importante é a predominância da população urbana cuja composição era de 73,3% dos moradores do Extremo Sul, sendo a segunda região mais urbanizada do estado, perdendo apenas para a Região Metropolitana de Salvador. A dimensão do processo de urbanização nos últimos 20 anos, no entanto, está prejudicada em função do desmembramento de municípios nos anos 80 e da redivisão administrativa que alterou os limites da área rural e urbana nos anos 90.

“Não se pode precisar a contribuição das modificações político-administrativas dos municípios no crescimento das populações urbanas e rurais [...] No entanto, é importante lembrar que tal tendência [diminuição da população rural] é compatível com o que vem ocorrendo no conjunto do Estado, nas demais regiões econômicas e, mesmo, no conjunto do País, onde se observa um esvaziamento no campo em função de transformações socioeconômicas e culturais, com particular destaque para a falta de uma política voltada para as áreas rurais dos municípios ou a eficiência das políticas existentes e do maior dinamismo de algumas áreas urbanas”. (SEI 2003a, p. 240)

Desse modo, não podemos identificar com precisão o deslocamento da população rural para as cidades por conta da expansão da monocultura do eucalipto. Entretanto, historicamente a procura de alternativas de sobrevivência para aqueles que dependiam da agricultura se deu no deslocamento para as cidades.

Ainda como efeito social da expansão do eucalipto, temos a consolidação de um padrão de uso do solo a partir de grandes propriedades e do estímulo ao aumento da concentração fundiária cuja contrapartida é a continuidade dos conflitos de terra na região que, de acordo com Machado (2000), se iniciam na década de 70 com um novo ciclo de expansão da pecuária.

“fazendeiros passam a grilar a terra, com documentos falsos, sem títulos de propriedade idôneos, estabelecendo conflitos com quem já estava, tradicionalmente, na posse do imóvel. Além disso, as áreas desocupadas passaram a ser ocupadas com mais intensidade e o Estado passou a reconhecer a

propriedade aos novos possuidores, através de um reconhecimento formal do domínio sobre o bem” (MACHADO, 2000, p. 35)

Abaixo, podemos visualizar um quadro com os conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1998 e 2004 na região do Extremo Sul. A partir da Tabela 3.19 podemos identificar que o Extremo Sul, embora represente cerca de 5,4% da área total do Estado e 5% de sua população, respondeu por cerca de 15% das famílias e 38% dos hectares em conflito na Bahia, em 1998, e 38% das famílias em conflitos em 2004.⁸⁴ Essas informações fazem do Extremo Sul juntamente com o Oeste — área de expansão da monocultura da soja — as regiões de maior conflito por terras no estado.

O detalhamento dos conflitos por tipo, em 2004, demonstra o envolvimento de áreas de propriedade da Veracel celulose e do grupo Aracruz. Embora o quadro registre apenas duas áreas envolvendo diretamente as empresas de celulose, a expansão da monocultura do eucalipto provoca tensões por toda a região que seriam captadas caso dispuséssemos de informações mais detalhadas para o ano de 1998.

Os tipos de conflitos mais comum na região são as ações de despejo e as ocupações. Não foram registradas destruição de roças, de casas ou de outros bens, tão pouco a presença de pistoleiros ou o registro de torturas. Tais características dos conflitos de terra na região deve-se a dois fatores:

Primeiro a presença de forte organização social com a ação de diversos movimentos de sem-terra, o que impõe uma maior observância dos direitos humanos, impondo limites a ação dos grandes proprietários, inclusive das empresas de celulose.

Em segundo lugar, os conflitos de terras mudaram de características no período que se estende do final dos anos 70 até o ano de 2004. No final dos anos 70, a grilagem era praticada por terceiros que, posteriormente, vendiam as terras para as empresas de celulose e envolviam confronto direto entre posseiros e pistoleiros, como em 1979, quando ocorreu uma tentativa de “ocupar, pela lei do gatilho, cerca de 15 mil hectares, de uma área de 60 mil hectares, onde estão alojadas mais de 100 famílias de posseiros.” (GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 1980, p.24). A intenção do mandante, médico proprietário de um hospital na cidade de Mucuri, era fazer loteamentos das matas daquela área para realizar plantios de eucalipto.

⁸⁴ Os dados de hectares para este ano encontram-se subestimados pois vários dos registros de conflitos realizados pela CPT não informaram a área em disputa.

Ocorreu, portanto, além da ação direta das empresas adquirindo propriedades e, provavelmente, invadindo outras áreas; uma disputa geral por terras — protagonizada também por aqueles que não possuíam trajetória de ocupação nas atividades agrícolas — cujo objetivo era de se beneficiar através da especulação com os preços, gerando intenso conflito direto entre grileiros e posseiros e até pequenos proprietários⁸⁵.

Atualmente, a disputa pela terra tem se caracterizado pelo que a CPT (1998) identificou como a substituição da violência ilegítima — que representa o confronto direto com pistoleiros e grileiros — pela violência legítima ou legal, travada na esfera jurídica. Ainda de acordo com o relatório, a crescente mediação do Estado nos conflitos pela terra no Brasil, a partir dos anos 90, acarretou a entrada do poder judiciário na disputa, o que tem implicado no aumento do número de prisões de lideranças dos movimentos dos sem terra e das ações de despejos realizados por ordem judicial. O confronto direto passa então a se dar entre trabalhadores rurais e as polícias militar e federal que vão cumprir as ordens de reintegração aos supostos proprietários.

⁸⁵ De acordo com FASE (2002), esse situação também ocorreu no Espírito Santo: “Bastou o anúncio da chegada da empresa [Aracruz Celulose] e várias pessoas influentes na região começaram a adquirir todas as terras previstas no projeto da empresa para transferi-las, posteriormente, para a mesma, a exemplo do ex-prefeito primo Bitti. Vários índios narram, ainda hoje, as histórias do capitão Orlando, que assustava a população tradicional (com seus seguranças armados!), expulsando as famílias” (FASE 2002, p. 18)

Tabela 3.19 - Área e número de famílias envolvidas em conflitos de terra: Brasil, Nordeste, Bahia, Extremo Sul

Espaço Geográfico	Número de hectares e famílias por tipo de conflito segundo o ano					
	1998			2004		
	Hectares	Famílias	Conflito	Hectares	Famílias	Conflito
Brasil	4.060.181	132.518	posse e	5.069.339	137.978	posse e propriedade
Nordeste	939.094	43.582	propriedade	756.764	58.382	
Bahia	52.414	7.258		189.803	11.577	
Extremo Sul	20.250	1.478		10.111	4.286	
Alcobaça	-	-	-	1.000	150	Despejos e ocupações envolvendo a Aracruz
Porto Seguro*	1.000	13	Ocupações	4.000	3.035	Idem com a Veracel
Eunápolis*	450	50	Ocupações	3.911	311	Despejos, e ocupações
Teixeira de Freitas	1.900	255	Ocupações	-	400	Acampamentos
Itabela/Trancoso	600	150	Ocupações	-	-	-
Mucuri	2.700	13	Ocupações	-	-	-
Prado	8.000	500	Ocupações	-	-	-
Sta Cruz Cabralia	-	-		-	40	Ocupações
Guaratinga	-	-		1.200	150	Ocupações
Itamaraju	5.600	600	Ocupações	-	200	Despejos e ocupações

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT) 1998 e 2004

*Ocupação realizadas pela tribo Pataxó-hã-hã-hãe

De acordo com CPT (2004), o Extremo Sul da Bahia junto com a fronteira dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná formam as áreas que apresentaram, nesse ano, os maiores números de famílias despejadas no Brasil. A Tabela 3.20 é uma indicadora das mudanças acima referidas nos conflitos de terras. De acordo com ela, em 1985 foram identificadas quatro mortes em conflitos de terra no Extremo Sul o que representou 20% dos casos registrados no estado da Bahia. Nos anos de 1998 e 2004 nenhum caso de morte foi contabilizado pela CPT, embora tenham sido registrados, na Bahia, tentativas e as ameaças de morte — 8 em 1998 e 13 em 2004.

Nota-se que a diminuição do confronto direto está associada também à expulsão de grande parte dos pequenos proprietários entre 1984 e 1989 com a ocupação do espaço pela celulose, pelo gado e pela fruticultura destinada a exportação — todas as atividades ligadas a grandes grupos empresariais. Nesse período, segundo Oliveira, A. (2001) houve um acirramento dos conflitos de

terras no Brasil por conta da criação da União Democrática Ruralista (UDR), cuja ação de expulsão e morte de trabalhadores se espalhou por todo país. Ainda de acordo com o autor, o Extremo Sul da Bahia esteve entre as áreas de maior conflito do país, apresentando índices elevados de assassinatos no campo.

Tabela 3.20 - Violência contra a pessoa cometidas em conflitos de terras: Brasil, Nordeste, Bahia e Extremo Sul, 1985, 1998 e 2004

Espaço Geográfico	Algumas das formas de violência contra a pessoa segundo o ano								
	1985		1998			2004			
	Assassinados	Total	Assassinados	Ameaça de morte	Presos	Total	Assassinados	Ameaça de morte	Presos
Brasil	267	1.100	47	135	449	1.801	39	383	421
Nordeste	87	544	11	49	159	624	10	92	70
Bahia	20	58	3	5	16	114	0	13	10
Extremo Sul	04	nd	-	-	nd	nd	-	-	nd
Belmonte	02	nd	-	-	nd	nd	-	-	nd
Porto Seguro	01	nd	-	-	nd	nd	-	-	nd
Eunápolis*	01	nd	-	-	nd	nd	-	-	nd

Fonte: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) 1985 e Comissão Pastoral da Terra (CPT) 1998 e 2004

*Morte de membro da tribo dos Pataxó-hã-hã-hãe

Observa-se, portanto, que o prosseguimento dos investimentos no segmento de celulose representa o aprofundamento de um modelo baseado na monocultura de exportação, no aumento da concentração de renda, na degradação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A expansão desse setor, que tem contribuído para um quadro social adverso da região, está fora do controle da população local. Isso porque os governos municipal e estadual não impõem nenhum limite a expansão do segmento, ao contrário, tem apoiado a expansão das plantações de eucalipto, que são realizadas a partir das opções estratégicas das empresas e da evolução da demanda no mercado internacional.

3.3.4. Automobilístico

O setor de Materiais de transporte respondeu, de acordo com a Tabela 3.21, por sete projetos de investimento no período de 1994 a 2004, totalizando um valor de cerca de R\$ 3,8 bilhões e 5983 empregos previstos o que significa uma relação de R\$ 640.493 para cada emprego gerado. Sem dúvida, a inversão mais importante, nesse período, foi a do projeto Amazon que

instalou uma fábrica da Ford no estado. Nesse caso, cada emprego gerado correspondeu a um custo de R\$ 598.291.

A instalação do projeto Amazon fez a participação do segmento de matérias de transporte no estado saltar de 0,1% para 4,5% do VTI da Indústria de Transformação entre 2001 e 2002. Em 2003, essa proporção atingiu 6,5%.

De acordo com Sarti, três elementos contribuíram para a decisão de investimento da Ford no Brasil: i) a relativa estagnação dos mercados dos países centrais estimularam o investimento nos países subdesenvolvidos com maior potencial de crescimento da demanda; ii) a expansão do consumo verificada no Mercosul entre 1993 e 1997. Nesse último ano, “as vendas de Argentina e Brasil somaram 2,36 milhões de unidades o que tornou o Mercosul um mercado consumidor de proporção semelhante aos mercados da França, Itália e Reino Unido” (SARTI, 2003, p.40); iii) o regime automotivo que conferiu um conjunto de incentivos fiscais com os quais as montadoras realizaram investimentos para reforçar suas posições no mercado brasileiro.

Tabela 3.21 - Perfil dos Investimentos Realizados no segmento de materiais de Transporte: Bahia, 1994 - 2003

CNAE	Eixo	Localização	Situação	Investimentos milhões de R\$)*	Nº empregos**	Início das operações
Total				3,8	5.983	
Fab. e Montagem de veículos automotores	Metropolitano	Camaçari	Implantação	3,5	5000	2001
Outros equip. de transporte	Sudoeste	Itapetinga	Implantação	0,004	200	2000
Outros equip. de transporte	G. Recôncavo	F. de Santana	Implantação	0,004	150	2001
Outros equip. de transporte	Sudoeste	Itororó	Implantação	0,00 2	150	2001
Outros equip. de transporte	Metropolitano	Camaçari	Implantação	0,1	100	2002
Outros equip. de transporte	Metropolitano	Candeias	Implantação	0,002	50	2002
Outros equip. de transporte	Sudoeste	Itapetinga	Implantação	0,003	200	2003
Total				0,4	762	
Peças e acessórios de veículos automotores	Metropolitano	Camaçari	Implantação	0,3	300	2001
Peças e acessórios de veículos automotores	Metropolitano	Camaçari	Implantação	0,004	37	2002
Peças e acessórios de veículos automotores	Metropolitano	Camaçari	Implantação	0,02	150	2002
Peças e acessórios de veículos automotores	Grande Recôncavo	F. de Santana	Implantação	0,05	200	2003
Peças e acessórios de veículos automotores	Metropolitano	Camaçari	Implantação	0,002	75	2003
Outros equip. de transporte	Metropolitano	Simões Filho	implantação	0,001	71	2004

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações.

* Esses valores foram convertidos do dólar para real a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

** Referem-se aos empregos diretos previstos nos protocolos de investimento assinados entre a empresa solicitante dos incentivos fiscais e o governo do estado da Bahia através da Secretaria da Indústria e Comércio (SICM).

O projeto Amazon tem disponível uma área de 4,7 milhões de m², dos quais 1,6 milhões de área construída. Ainda de acordo com a empresa, esta é uma planta moderna que utiliza “Tecnologia de última geração, além de um dos mais altos níveis de automação” (FORD, 2006). Desse modo, o projeto Amazon segue a tendência mundial do setor de atualização das plantas e dos modelos, tornando os veículos compatíveis com o padrão internacional e comercializáveis mundialmente. A atualização tecnológica permite, ainda, a realização do fluxo intra firma, já que as diversas unidades de produção possuem o mesmo padrão técnico, bem como, definir a especialização da produção, inserindo essa filial na estratégia mundial da Ford.

Outra tendência mundial reproduzida na Ford Camaçari é o aprofundamento da terceirização de componentes aos fornecedores, com vistas a reduzir os custos da montadora. Disso resulta o modelo de produção de montagem modular seqüenciada que tem “a participação

de fornecedores diretamente na linha de montagem e no processo de produção e não apenas no fornecimento dos componentes do veículo, compartilhando das instalações e das responsabilidades” (FORD, 2006). A intenção da montadora é se concentrar nas atividades mais lucrativas como: projeto, montagem, estratégia, marketing, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, serviços de distribuição, vendas e financiamento de veículos.

Nesse novo modo de relacionamento entre fornecedores e montadoras, “Os fabricantes de peças, tendo conquistado o mercado para conceber, fabricar e montar diferentes subsistemas (suspensão, poltronas, iluminação, etc.) nos países industrializados, estão sendo freqüentemente convidados a acompanhar as montadoras que se instalam nos países emergentes” (LUNG, 2002, p.59)

Isso implicou na instalação de diversas empresas do ramo de peças e acessórios na área que compreende o complexo Amazon ou em municípios próximos. Conforme Tabela 3.22, podemos identificar 33 empresas onde 25 são as sistemistas, isto é, os fornecedores mais diretos e que participam mais intensamente na produção e desenvolvimento de projetos dividindo a responsabilidade do investimento⁸⁶. As outras 8 são fornecedoras de segundo nível, isto é, “fornecedores de partes e peças e componentes forjados, fundidos, estampados, usinados, etc.” (SARTI, 2003, p. 21). No projeto Amazon elas estão representadas pelas empresas Borlem, Comau, Invensys, Metagal, SAS, Sian (Arteb), Thyssenkrupp e TWE.

Feito esse apanhado geral sobre a fábrica da Ford em Camaçari, gostaríamos de discutir sobre a possibilidade, como querem os analistas locais, de que a instalação da Ford no estado gere um dinamismo para a economia local, com o adensamento das cadeias produtivas a partir da contratação de fornecedores locais de insumos pelas sistemistas.

Um levantamento realizado a respeito da origem dos componentes utilizados pela sistemistas, expressos na Tabela 3.22, pode nos ajudar a refletir sobre as possibilidades de encadeamentos produtivos locais. Nela podemos observar que oito empresas — Borlem, Comau, Intertrim, Invensys, Excel, Metagal, Premier e SAS Automotive — não se instalaram no complexo de Camaçari. Duas delas são prestadoras de serviços diretamente a Ford e dispensam a montagem de uma estrutura no local: a Comau encarregada da montagem da linha de body

⁸⁶ ABB, Arvin, Autometal, Benteler, Colauto, Cooper-Standard, Dopec, Dupon Coatings, Excel, Faurecia, Ferrolene, Intertrim, Kautex-Textron, Lear, Mapri-Textron, MSX, Pelzer, Pilkington, Pirelli, Premier, Saar Gummi, Sodecia, Valeo, Visteon e Yazaki. Disponível em: <<http://www.Ford.com.br>> acesso em 19 de abr de 2006.

systems e Excel responsável pela logística. As outras sete, que estão mais diretamente ligadas ao processo de produção, enviam o total de suas peças e componentes de outras plantas da Ford como parece ser o caso da Premier ou empresas sediadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais (Metagal) ou no exterior (Intertrim e SAS).

Dentre as 24 empresas instaladas em Camaçari, conseguimos informações de 21 a respeito da origem da matéria-prima que utilizam, conforme expresso na Tabela 3.22. A partir dessas informações temos o seguinte quadro: seis empresas declararam fornecedor de apenas uma origem geográfica: a Arvinmeritor e Ferrolene de Minas Gerais; Faurecia, Mapri-Textron, Pelzer e Sodecia de São Paulo. Desse modo, as outras 15 empresas fazem um mix de importações de componentes e matérias-primas de duas ou mais regiões diferentes. Dentre estas, temos dez empresas que recebem insumos de outras firmas instaladas no sítio da Ford em Camaçari; dez recebem insumos de São Paulo; seis do exterior; três de Minas Gerais; duas do Rio Grande do Sul e uma do Rio de Janeiro.

Esses resultados demonstram que as sistemistas — como fabricantes mundiais ou importantes empresas nacionais das respectivas peças e componentes — possuem uma rede consolidada de fornecedores que já detém os padrões técnicos compatíveis com suas exigências tecnológicas e de custos localizados no exterior ou em outras unidades da federação. Em segundo lugar, as empresas sistemistas, assim como as montadoras, realizam o movimento de produção global com vistas a adquirir ganhos de escala e de escopo, isso significa a utilização do mesmo componente em vários modelos, de modo que uma mesma unidade de produção forneça para vários mercados. Para atingir tal objetivo, as empresas tendem a eliminar linhas de produção similares, fazendo com que uma mesma fábrica forneça para o mercado regional.

Desse modo, não é de se esperar a duplicidade de linhas de produção, ou de fornecedores do mesmo componente, que acarretariam um aumento dos custos. O mais provável é que o mesmo fornecedor esteja responsável por várias unidades da mesma sistemista. Isso se dá a partir da organização dessas empresas que tentam

articular a sua presença nas diferentes zonas dos países emergentes. Ao optar por um número limitado de plantas para a produção de certos componentes sensíveis às economias de escala e, ao atribuir a certos pólos a responsabilidade por maiores tarefas [...] as empresas do setor tratam de organizar um conjunto de fluxos cruzados de produtos e serviços em rede mundial. (LUNG, 2002, p. 58).

Essa tendência está bastante presente no complexo Amazon, como se pode perceber a partir da origem do capital das empresas de autopeças associadas. Observa-se, na Tabela 3.22, que apenas 5 são de capital nacional e apresentam um nível de internacionalização ainda insipiente. As outras 28 empresas são importantes ofertantes internacionais e que, portanto, pautam as suas estratégias de suprimento a partir de sua atuação global.

Algumas delas passaram recentemente por processos de reestruturação de propriedade: foi o caso da BSB comprada pela Ford, da aquisição da Lean logistic pelo Excel global e da criação da Invensys a partir da união entre a Sieb e a BTR. Outras consolidaram parcerias como a SAS que representa uma joint-venture entre a Faurecia e a Siemens VDO e a Yazaki uma joint-venture entre o grupo Yazaki (75%) e a Siemens automotive (25%).

Tais movimentos de reestruturação demonstram as dificuldades de atuação frente a acirrada concorrência, o que se reflete sobre a estrutura de fornecimento, na medida que as empresas procuram racionalizar sua produção, diminuindo custos e utilizando mais componentes importados de forma a aproveitar as economias de escala. Como dito anteriormente, 6 das 21 empresas adquirem peças no exterior, a concessão de incentivos para importação através da diminuição dos impostos também estimula a compra de componentes fora do país.

Pesquisa realizada por integrantes do Desenbahia — Agência de Fomento do Estado da Bahia — junto as empresas sistemistas, em 2002, dá outras indicações sobre as dificuldades de implantação de fornecedores locais de insumos. Lima et al (2002), classificaram as sistemistas em quatro grupos de empresas de acordo com os potenciais de localização dos fornecedores: no grupo 1, estavam aquelas empresas cujos fornecedores não se instalariam no estado por causa da inexistência de fonte de matéria-prima. É o caso da Arvin e da Ferrolene que utilizam o aço como matéria base de sua produção.

No grupo 2, estavam as empresas cuja produção exige elevadas escalas e cuja instalação de seus fornecedores, no estado, estariam condicionados a existência de outras montadoras. As empresas desse grupo são: Coopers, Intertim, Kautex-Textron, Mapri-Textron e Sodecia. Cabe ressaltar que a Intertim não possui, conforme Tabela 3.22, unidade de produção no estado importando componentes da Espanha e de São Paulo; a Mapri é a empresa que menos emprega, possuindo apenas 2 funcionários e comprando os componentes de São Paulo. Do mesmo modo, a Kautex-Textron compra seus insumos do Rio Grande do Sul e possui apenas 36 funcionários. Mesmo considerando que tais empresas utilizam moderna tecnologia, esses números de

empregados são indícios de que parte significativa dos componentes são importados, cabendo as filiais de Camaçari apenas montar os módulos e direcioná-los para a Ford.

No grupo 3, estão aquelas que esperam a consolidação da capacidade de produção da Ford (Metagal, Pelzer, Pilkington, Saargummi, SAS, Siemens, Valeo e Visteon). Embora a produção de veículos tenha crescido desde o início de suas operações em 2001, com a fabricação de 19.652 unidades em 2003 e implantação do terceiro turno em 2004, não há indícios de que essas empresas tenham iniciado operações no sentido de transferir sua estrutura de oferta de insumos para o estado da Bahia.

Por fim, estão as empresas do grupo 4 que, segundo o estudo, estariam dispostas, no curto prazo, a realizar investimentos de implantação de fornecedores locais para a fabricação de pequenos componentes metálicos, injetados e extrusados. Este grupo está formado, segundo o estudo, pela Autometal, Benteler, Lear e Thyssenkrupp. De fato, estas empresas estão entre aquelas que possuem o maior número de empregados, entretanto, mesmo nesse caso, as firmas importam parte importante de seus componentes e insumos como pode ser visto na Tabela 3.22.

Cabe ressaltar que todas essas empresas receberam isenção para operações interestaduais e operações internacionais o que dificulta a internalização da produção, na medida que a compra dos componentes de outros estados ou importados, dado os incentivos, podem custar menos do que estabelecer a produção no sítio da Ford em Camaçari.

Os analistas locais apostam, ainda, na relação entre o setor automotivo e as indústrias petroquímica e metalúrgica como importante fator de adensamento das cadeias produtivas locais. Na visão destes, a Ford é sistematista, enquanto demandantes do Pólo Petroquímico e do Centro Industrial de Aratu (CIA), estimulariam o investimento na produção de bens com maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado. Entretanto, a realização dessa integração encontra obstáculos relacionados ao perfil dessas indústrias na Bahia.

No caso da petroquímica, já vimos, anteriormente, que a reestruturação produtiva do setor no Brasil resultou numa divisão do trabalho entre os três pólos: o de Triunfo no Rio Grande do Sul, o de São Paulo e o de Camaçari na Bahia. Tal divisão, teve origem na redefinição societária onde os mesmos grupos passaram a deter participações acionárias nos três pólos. Desse modo, não ocorreu a sobreposição de linhas de produção, mas a reorganização espacial destas a partir das características que esses pólos já apresentavam. Nessa reestruturação, coube ao pólo petroquímico de Camaçari manter a especialização nas 1ª e 2ª gerações, uma vez que está distante

do mercado consumidor dos produtos da terceira geração que seriam, potencialmente, demandados pela Ford e as sistemistas.

No caso da metalúrgica, “O estado não tem qualquer tradição na produção metal-mecânica de alto valor; muito menos na indústria automobilística, isto é, uma estrutura técnica que gere um produto complexo produzido por um oligopólio” (FERREIRA JR., 2000, p. 135). Desse modo, as características do indústria metalúrgica e petroquímica do estado, também, dificultam a internalização do fornecimento de matérias-primas para as sistemistas do sítio da Ford Camaçari.

Além desses determinantes de ordem geral — que se referem ao modo de organização da produção —, temos aqueles ligados ao mercado brasileiro. A introdução de novas tecnologias aumentou a produtividade geral da indústria brasileira. Entretanto, a persistência de capacidade ociosa, conforme visto no capítulo 2, permaneceu ao longo da década de noventa e no período de 2000 a 2003. Não existe uma expansão sustentada do mercado interno que talvez colocasse em pauta a necessidade de outros conjuntos de fornecedores além daqueles já existentes.

O deslocamento das empresas junto com a Ford e a conformação de uma rede vertical ou que alguns chamam de condomínios industriais não significa, portanto, encadeamentos no local desde a fonte de matérias-primas até o produto final. Caso isso ocorresse, diversos encadeamentos produtivos seriam gerados resultando num significativo impulso para a economia baiana. Entretanto, a Tabela 3.22 demonstra que parte importante dos insumos e componentes vêm de outras fábricas das empresas sistemistas e não das proximidades do sítio da Ford Camaçari.

Tabela 3.22 - Empresas que compõe o projeto Amazon da Ford: Bahia, 2004

Nº	Empresa	Produtos	Empregos	Origem do capital	Outras informações
0	Ford Motor Company Brasil Ltda	Automóvel de passageiro e outros p/ transporte de pessoas	7.868	EUA.	nd
1	ABB Service Ltda	Manutenção e prestação de serviços em geral	-	Suiça.	nd
2	Arvinmeritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda	Exaustor (escapamento) e suspensão	73	EUA.	Os componentes se originam da Ford MG. (peças feitas de aço)
3	Autometal Industria e Comércio Ltda	Peças injetadas plásticas e calotas	230	Brasil (matriz em Diadema).	Camaçari e SP(polipropileno) e SP (nylon, ABS, parafusos e molas)
4	Benteler Componentes Autom. Ltda (Alliance)	Quadro auxiliar, motor, montagem da suspensão e periféricos do motor	357	Alemanha.	Motor e transmissão da Ford Taubaté (SP) e insumos do RS, Argentina, da ThyssenKrupp BA e da Bentler SP
5	Borlem S. A . Empreendimentos Industriais	rodas de aço e alumínio	-	Grupo Hayes Lemmerz (EUA controle e Espanha).	Não possui empresa no Estado da Bahia.
	BSB (Body Systems Brasil Ltda)	Joint-Venture Usiminas (Br), Karmann (Alemanha), Polynorm (Holanda) e Active (EUA). Em 2003, a Ford adquire a BSB que era responsável pelo fornecimento de conjuntos e subconjuntos estampados			
6	Colauto Adesivos e massas Ltda e Powercoat Tratamento de Superfícies Ltda	fab. de plastisol, selantes, pvc, adesivos, mantas reforçantes e tratamento e Pintura eletroforetica	74	Brasil.	Em 2003, a colauto se divide criando a Powercoat que faz a pintura de peças metálicas
7	Comau Services	Construção de linha do body shop		Itália.	Não possui empresa no Estado da Bahia.
8	Cooper Standard Automotive Brasil Fluid System Ltda	Tubulação p/ freio, direção, combustível, vácuo e vapor	85	EUA.	Tubos de aço do Canadá, nylon e fitas ARC 3000 da Bélgica, válvulas do México
9	Dusa Dupont Sabanci	Pintura	-	EUA.	nd
10	DOPEC Ind e com Ltda	Pára-choques e acabamentos plásticos	68	Grupo Dow automotive.	nd
11	Excel global	Logística		EUA e Canadá. Não possui empresa no Estado da Bahia.	
12	Ferrolene S. A Indústria e Comércio de Metais	produção de chapas cortadas	65	Brasil.	a matéria prima- aço- vem de MG (CSN, Usiminas e Usinor)
13	Faurecia	módulos de porta e bagagem	212	França.	Recebe insumos da SAS

14	Intertrim Autopeças Ltda	Revestimento moldado de teto	-	Espanha. Não possui empresa na Bahia. Pára-sol e alça de segurança (SP), clipe metálico da Espanha
15	Invensys Appliance Controls Ltda	Sist.de transporte de fluidos, de embreagem, direção hidráulica e óleo de transmissão	-	Inglesa. Resultou da fusão de Siebe com a BTR em 1999. Não possui empresa no Estado da Bahia.
16	Kautex- Textron do Brasil Ltda	Tanques e dutos plásticos de enchimento e peças sopradas	36	Alemanha e EUA. Matéria-prima do RS, Metalúrgica Jardim (BA), Bosch (BA)
	Lean Logistics	Virou Excel em 2001 após com a fusão entre Exel global, Logistic & Freight forwarding do Brasil, Excel do Brasil, e F. X. couchlin do Brasil.		
17	Lear do Brasil ind e com de interiores automotivos	Bancos	348	EUA. espumas da TWE de Camaçari e estrutura metálica de MG e SP
18	Mapri -Textron do Brasil/ Textron Fastening systems do Brasil SA	Sistemas de fixação: parafusos, rebitas e fixadores metálicos e plástico	2	Brasileira adquirida pela Textron empresa de capital americano. Os fixadores já vem pronto de SP devido as economias de escopo
19	Metagal Ind e Com Ltda	retrovisores internos e externos	-	Brasil. Não possui empresa na Bahia. Espelhos e retrovisores vem da matriz em diadema (SP).
20	MXS International do Brasil ltda	Engenharia automotiva	206	EUA. nd
21	Pelzer sistemas do Brasil Ltda	Isoladores acústicos, térmicos e vibracionais, porta malas	230	Brasil. Matéria prima de SP (espumas, resíduos de algodão e de polipropileno)
22	Pilkington	Vidros laminados e temperados, parabrisa, janela	26	Inglaterra. Matéria prima de SP, produtos químicos dos EUA e componentes da Saargummi BA
23	Pirelli Pneus S. A .	Montagem de conjuntos pneu + roda	31	Itália. Pneus de SP e alguns componentes de F. de Santana (BA). Os pneus são entregues com a roda da Borlem
24	Premier Automotive Group (PAG)		-	Seção da Ford que agrega cinco indústrias européias: Aston Martin; Daimler; jaguar; Land Rover e volvo Cars. Não possui empresa na Bahia funcionando a partir da Ford. Importações de peças e componentes, além dos próprios veículos através da própria Ford
25	Saargummi Bahia Ltda	Guarnições e vedações	148	Alemanha. As matérias-primas vem de SP, MG, Europa (flocos de poliester) e BA

26	SAS Automotive Systems	Interiores e revestimento de portas, Cockpit		Joint-venture Faurecia e Siemens VDO.	Não possui empresa na Bahia a atuação deve se dar a partir da Faurecia. Componentes vem de SP, MG e de empresas do sitio de Camaçari
27	Sian sistemas de iluminação automotiva do nordeste Ltda	Luz de placa, lanternas e faróis	275	Brasil (Arteb) e Alemanha (Hella).	Os faróis são enviados p/Valeo e submontados. As lanternas p/ a Ford
28	Sodecia Da Bahia Ltda	Peça estampada e subconjunto soldados	197	Portugal.	A fábrica da BA fornece peças menores e as de maiores escalas de produção vem de SP
29	Thyssenkrup Automotive Systems Brasil Ltda	Suspensão	102	Alemanha.	Matéria-prima de empresas do complexo de Camaçari: Sodecia
30	TW Espumas	Espumas de poliuretano	40	Canadá.	Matéria-prima de SP e BA
31	Valeo Sistemas Automotivos Ltda	Módulo Frontal do veículo: radiador, embreagem, condensador	45	França.	componentes de SP, Alemanha (coxim da estrutura superior) e da Valeo de Camaçari
32	Visteon Sistemas Automotivos Ltda	Painel de instrumentos e componentes externos do motor	290	divisão de eletronicos da FORD que em 1997 recebeu a nova denominação	Peças e componentes da própria planta, de SP, RJ e MG
33	Yazaki Autoparts do Brasil Ltda	Chicotes ou sistemas elétricos	1.056	Joint-venture Siemens automotive (Alemã) e da yazaki (Japonesa)	Tubos plásticos SP, fitas isolantes SP e Alemanha e outros insumos de multinacionais

Fonte: Lima et all (2002); Silva (2003), Departamento de proteção e defesa econômica do Ministério da Justiça, FIEB (2005) e Sites das empresas
nd = não disponível

Comércio Exterior

O resultado do fluxo comercial do segmento automotivo, conforme os dados da Tabela 3.23, demonstra que de 1999 até 2003 o setor se apresentou deficitário. Em 2004 e 2005, o sinal se inverte e o setor passa a registrar um superávit de respectivamente, 3,8% e 4,2%. Esse resultado ocorreu em função da diminuição das importações de Automóveis com motor a explosão 1.500 < CM3 < = 3.000, visto que os outros itens pouco variaram no período. Essa pode ser uma situação passageira, uma vez que a expansão do consumo desses veículos pelo aumento da renda ou pela situação favorável do câmbio pode reverter o sinal da balança comercial do setor, tornando-a negativa.

A análise da Tabela 3.23 nos permite afirmar que o fluxo do comércio internacional do segmento automotivo na Bahia reproduz o perfil do setor para o Brasil. Dentre essas características, a primeira se refere às importações de veículos médios e com maior potência do motor, que na pauta estão representados pelos automóveis com motor a explosão entre 1.500 e 3.000 c.c. e mais de 3000 c.c. Isso ocorre, porque o perfil de renda da demanda brasileira direciona a produção do país para os carros populares, cabendo às importações a oferta de carros com maior potência do motor (SARTI, 2003).

A segunda característica é a presença de peças e acessórios importados — motores a diesel ou a explosão, partes de aparelhos de ignição, caixas de marchas, dínamos e alternadores para motor e máquina para moldar e recauchutar pneus — e exportados — partes de carroceria, de tratores, pneus e velas de ignição. Isso decorre da desnacionalização do setor de autopeças, bem como da adoção de “novos projetos, processos produtivos e pelo lançamento de novos modelos, cujo fornecimento tem sido atendido por sistemistas mundiais.” (SARTI, 2003, p. 73)

Nesse caso, também se observa a prevalência de aspectos estruturais do setor após a reestruturação. De acordo com Sarti (2003), o Brasil é superavitário em carrocerias, chassis, cabines e pneumáticos e deficitário em motores e componentes. Como pode ser visto na Tabela 3.23, as exportações da Bahia no setor de autopeças registraram a venda de carrocerias, pneus, velas de ignição e partes e acessórios de tratores e veículos, nas importações observa-se a predominância dos motores de diversas potências.

A maior parte desse intercâmbio comercial é feito com os países da América Latina. De acordo com a Ford, 40% da produção de Camaçari, em 2004 e 2005, foram destinadas para Argentina, México, Venezuela, Chile e Equador.

As exportações foram mais estáveis, tanto do ponto de vista dos bens que a compõe que quase não variaram durante o período, quanto na participação no total das exportações do estado, em torno dos 15%. Tal estabilidade pode estar associada às dificuldades de acesso a novos mercados que têm sido protegidos com barreiras tarifárias (SARTI, 2003).

Tabela 3.23 - Balança comercial do setor de material de transporte: Bahia, 1994 - 2005

Produtos Importados	Participação do segmento de Material de transporte nas importações totais da Bahia (%)							
	1994-1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Material de Transporte	---	0,7	17,7	21,2	19,2	15,0	12,1	10,9
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000.AT	---	---	8,0	10,5	11,1	8,2	6,3	4,8
OUTROS AUTOMÓVEIS C/MOTOR DIESEL, P/C	---	---	---	---	5,5	4,0	3,6	3,4
OUTROS MOTORES DE EXPLOSAO, P/VEIC.CAP.87,SUP.	---	---	---	---	0,0	0,8	1,1	1,3
MOTORES DIESEL/SEMIDIESEL,P/VEIC.	---	---	---	---	---	0,1	0,2	0,2
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CM3>3000,ATE 6 PA	---	---	0,2	0,1	---	0,2	0,1	0,2
OUTROS AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO	---	---	---	---	0,3	0,3	0,1	0,2
CAIXAS DE MARCHAS P/VEICULOS AUTOMÓVEIS	---	---	---	---	---	0,0	0,1	---
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000,SU	---	---	---	---	---	0,2	0,1	---
AUTOMÓVEIS C/MOTOR DIESEL, 1500<CM3<=2500,SUP.	---	---	---	---	---	0,1	0,1	---
OUTROS CONTROLADORES ELETRON.AUTOMAT.P/VEIC.A	---	---	---	---	---	0,1	0,1	0,1
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CM3>3000,SUP.6 PA	---	---	---	---	0,0	0,1	0,1	0,3
DINÂMOS E ALTERNADORES P/MOTOR EXPLOSAO/DIESE	---	---	---	---	---	0,1	0,1	---
PARTES DE APARS.DISPOSIT.ELETR.IGNICAO,ETC.P/	---	---	---	---	---	0,1	0,1	0,2
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CIL<=1000CM3	---	---	---	0,2	2,4	0,9	---	---
OUTROS AUTOMÓVEIS C/MOTOR DIESEL,P/CARGA<=5T	---	---	9,0	9,7	---	---	---	---
OUTROS AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO P/CARGA<=5T	---	0,7	0,5	0,6	---	---	---	---
MAQ. P/MOLDAR/RECAUCHUTAR PNEUS	---	---	---	---	---	---	0,0	0,2

Produtos Exportados	Participação do segmento de Material de transporte nas exportações totais da Bahia (%)							
	1994-1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Material de Transporte	---	---	---	---	4,9	12,3	15,9	15,3
AUTOMOVEIS C/MOTOR	---	---	---	---	4,5	11,6	14,4	13,4
EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT	---	---	---	---	0,3	0,5	0,6	0,5
AUTOMOVEIS C/MOTOR	---	---	---	---	---	---	---	---
DIESEL,CM3<=1500,ATE 6 PAS	---	---	---	---	---	0,0	0,4	0,3
OUTRAS PARTES E ACESS.DE CARROCARIAS P/VEIC.A	---	---	---	---	---	0,1	0,3	0,3
OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS A	---	---	---	---	---	---	0,2	0,7
PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	---	---	---	---	0,1	0,2	---	---
OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHOES	---	---	---	---	---	---	0,1	0,1
VELAS DE IGNICAO P/MOTOR	---	---	---	---	---	---	---	---
EXPLOSAO/DIESEL	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: SECEX/MIDC

Em síntese, o padrão de operação das empresas do segmento de material de transporte tem sido aquele já diagnosticado em diversos estudos sobre o setor e sobre as transformações recentes da indústria brasileira. Estes ressaltam a prevalência das definições estratégicas dos grupos transacionais e a pouca autonomia das filiais, particularmente daquelas que operam nos países do terceiro mundo.

Desse modo, a definição do nível de produção, dos encadeamentos produtivos locais e do fluxo de comércio exterior são definidos a partir da estratégia global dessas empresas cuja tendência aponta, do ponto de vista produtivo, para a desnacionalização do setor de autopeças, aumento de componentes importados, especialização e racionalização das plantas com eliminação da duplicidade da produção. A partir dessa lógica, a unidade da Ford de Camaçari apresenta grande parte dos insumos e componentes fabricados fora do sítio o que até agora resultou em poucos estímulos para a economia como um todo, ficando os investimentos circunscritos ao setor de materiais de transporte.

Se anteriormente, a produção de bens finais poderia ser confundida com a concretização de diversos encadeamentos produtivos que adensassem a cadeia produtiva local, atualmente, essa correlação não é direta, na medida que as ligações com as outras filiais e com a matriz são colocadas em primeiro plano. Do mesmo modo, se anteriormente, uma gestão das filiais com relativa independência de suas matrizes abria espaço para que os governos locais negociassem

acerca do nível de emprego ou dos encadeamentos produtivos locais, hoje a possibilidade de interferência nas decisões estratégicas dessas empresas passou a ser quase nulas.

3.4. Grupos empresariais

A Tabela 3.24 foi elaborada a partir das informações do Balanço Anual da Gazeta Mercantil. Através dela, procuramos caracterizar as modificações na estrutura de propriedade das principais empresas e grupos empresariais que atuam na Bahia, com vistas a identificar algumas das modificações no grau de internacionalização da economia do estado.

A distribuição setorial das dez maiores empresas que atuam na Bahia mostra, conforme a Tabela 3.24, que a petroquímica detém quatro firmas, mantendo sua importância na indústria do estado que continua especializada em bens intermediários. A predominância é do capital nacional já que a reestruturação do setor, como vimos anteriormente, esteve nas mãos de grupos nacionais, impedindo um grau de internacionalização maior da economia baiana.

Ainda de acordo com a Tabela 3.24, em 1994 não havia nenhuma empresa de capital estrangeiro entre as maiores. Em 2004, quatro empresas de capital estrangeiro passam a figurar entre as 10 maiores do estado. Esse é um valor subestimado, na medida que empresas como a Ford e a Telemar não puderam ser classificadas entre aquelas que atuam no estado, na medida que apresentaram seus balanços com os resultados para todo o grupo no Brasil, não sendo possível mensurar o desempenho de suas operações realizadas na Bahia.

Na década de 1990, houve, portanto, uma ampliação da atuação de capitais estrangeiros na produção e nos serviços no estado. Conforme mostra a Tabela 3.24, eles poderiam ser classificados como se segue:

a) Capitais associados à privatização: i) do sistema de telecomunicações, que na Bahia se concretizou com a venda da TELEBAHIA. A partir de então, o controle da telefonia fixa é do grupo Telemar; ii) do setor elétrico com a venda da Coelba, cujo controle é do grupo Neoenergia, de origem espanhola, que possui também a Itapebi, uma empresa de produção de energia.

b) Capitais que ingressaram no comércio varejista como o grupo Wal Mart que é dono da principal rede de supermercados do estado — o Bompreço.

c) Capitais que aumentaram a participação na indústria, em particular, no segmento de papel e celulose e com a implantação do setor automotivo⁸⁷.

No caso do segmento de papel e celulose, o processo de concentração e centralização do capital ampliou a presença do capital estrangeiro no controle do setor no estado. É o caso da Veracell que inicia suas atividades em 1991 com o nome de Veracruz Florestal, uma subsidiária do grupo Odebrecht e, em 2003, consolida-se como um empreendimento da Stora-Enzo (grupo Sueco-finlandês). Temos, ainda, a Bahia Pulp do grupo finlandês Sarfeti que adquiriu a Klabin, pertencente a um grupo brasileiro de mesmo nome.

Continuando a análise da propriedade das maiores empresas baianas, vemos que os grupos nacionais apresentaram participação nos segmentos petroquímico, de papel e celulose, de alimentos e bebidas e de calçados. No que se refere aos grupos empresariais locais, podemos caracterizá-los como se segue: a exceção do Odebrecht, eles estão fora da concorrência com as grandes empresas nacionais ou com as participantes dos oligopólios mundiais. Mesmo o grupo Mariani apresenta uma posição secundária na indústria petroquímica e no segmento financeiro.

Esses capitais — que, na Tabela 3.24, estão representados pela OAS e pelas Lojas Insinuanes e, na Tabela 3.22, pelo grupo Aliança — continuam predominantemente fora da indústria e ligados às atividades urbanas como a construção civil, e o comércio — mesmo nesse caso, o grupo local Paes Mendonça foi adquirido pelo grupo Wal Mart. A diferença no período atual é que a desregulamentação da economia e a modificação do papel do Estado abriram brechas para esses capitais em setores em que antes eram de ação exclusiva do poder público. É o caso, por exemplo, da OAS, empresa do ramo da Construção civil, que é proprietária da Litoral Norte, uma concessionária de rodovias responsável pela gestão de uma das estradas mais lucrativas que dá passagem para todo o litoral situado ao norte do estado. Ou ainda, de grupos que aproveitaram a privatização das atividades portuárias para

se tornarem proprietários do Terminal Portuário de Cotegipe (TPC) na Base Naval de Aratu (dentro da Baía de Todos os Santos) e operador do porto Ponta da Laje que vem a ser nada menos que o porto da Ford, que tem R\$ 24 milhões de investimento do Governo da Bahia e exporta os carros da multinacional plantada em Camaçari (FERNANDES, 25/04/2006).⁸⁸

⁸⁷ Na petroquímica, embora apareçam empresas com participação estrangeira (Oxiteno, Millenium, Politeno e Sansuy), não podemos afirmar que houve uma expansão desses capitais no setor, uma vez que outras empresas se retiraram da Bahia.

⁸⁸ Ainda segundo a referida matéria, a propriedade do porto de Cotegipe e a operação do porto de Laje pertencem a Antônio Carlos Magalhães. As aquisições teriam sido feitas via operações cruzadas para aquisição de terras públicas,

É provável que os capitais locais tenham se associado a outros investimentos através de serviços de construção civil ou outras modalidades de transporte como o aéreo.

licitação com candidato único sem publicidade, acordos secretos e doação de recursos públicos para empresas privadas, resultando na montagem de um porto totalmente privado com recursos públicos, visando monopolizar o transporte da Ford de Camaçari e a soja do oeste baiano.

Tabela 3. 24 - Maiores empresas segundo o controle acionário e o setor de atividade: Bahia, 1994 e 2004*

1994	2004	Controle acionário em 2004	Setor
Odebrecht	Braskem	Odebrecht (48%), NE química (25%);Petrobras (10%); Previ (2%); Petros (2%)	petroquímica
OAS	Pirrelli Pneus	Itália	veículos e autopeças
Copene	Coelba	Grupo neoenergia: iberdrola - Espanha (39%); Previ (22%); 521 parts S/a (17%); BB Banco de investimentos (7%); fundo BB price (6%); BB cart livre (5%)	distribuição de energia elétrica
Paes Mendonça	Bahia Sul	Grupo Suzano	celulose
Caraíba	Caraíba Metais	Grupo Paranapanema: pool de fundos de pensão liderados pela Previ	petroquímica
Bahia Sul	Oxiten NE	Grupo Ultra: Ultra S/A parts (66%);Parth Invest Company -EUA (19%); Monteiro Aranha SA (11%)	petroquímica
Klabin	Bom Preço BA	Grupo Wal Mart	comércio varejista
Coelba	RDM		
Unimar	Politeno	Copene parts S/A (35%); SPQ Invs Parts Ltda (33%); Sumitomo Chemical (Japão 20%) e Itochu corporation (Japão 10%)	petroquímica
Coesa	OAS	CMP Parts Ltda (90%) ; José Adelmário Pinheiro Filho (10%)	construção civil
Telebahia	Loja Insinuante	Bahia	comércio varejista
Concic	Elekeiroz		petroquímica
Prod. Alimentos	Monsnato NE	EUA	petroquímica
Pronor	Embasa	Estado da Bahia	tratamento de água
Embasa	Deten	Petroquisa e grupo espanhol petresa	petroquímica
CPC	Bahiagás	Estado da Bahia	Distribuição de gás
Góes Cohabita	Ferbasa	Fundação José Carvalho (99%)	petroquímica
Deten	Schincariol NE	Schincariol parts repres ltda(98%)	alimentos e bebidas
Ceval NE	Ebal	Governo do Estado da bahia	alimentos e bebidas
Celbrás	Telebahia Celular	grupo espanhol telefônica	telecomunicações
Oxiten NE	Polialden	Braskem	petroquímica
Usiba	Milleniun Inorganic	Grupo Lyondell dos EUA	petroquímica
Ebal	Azaléia NE	Pilar empr imobs ltda (99%)	calçados
Ciquini	Semp Toshiba	Semp toshiba (japão)	
Politeno	Acrinor	Grupo paulista Unigel	petroquímica
Antartica NE	Samsuy	Grupo Sansuy: Sansuy (73%); Takeshi Honda (5%); Fumika Kauano (3%), Mitsui sumitomo (2%) Japão	plástico
Ceman	Itapebi	grupo Neoenergia	geração de energia
Nitrocarbono	Barry Callebaut	Bélgica e França	fábrica de chocolate
Polialden	Proquigel	Grupo paulista Unigel	petroquímica
Tibrás	Griffin	51% du pont e 49% Griffen (EUA)	petroquímica
Sibra	Ucar	EUA	petroquímica
Cobrate	Hosp São Rafael		saúde
Ferbasa	Bahia Pulp	Grupo Sateri (Finlândia) adquiriu a Klabin e a copener florestal	celulose

Fonte: **Gazeta Mercantil / Balanço Anual**

* Essa é uma caracterização parcial na medida que nem todas as empresas submetem seus balanços financeiros a apreciação da revista e porque alguns grupos informam seus balanços agregados para todas as empresas que atuam no Brasil o que impede que tenhamos idéia do lugar que ocupa em cada unidade da federação que atua.

Há, ainda, os seguintes grupos que atuam no estado embora não tenham aparecido com suas respectivas empresas na classificação da Gazeta Mercantil. Chama atenção que, além dos serviços de telecomunicações, existe capital estrangeiro no segmento de limpeza urbana e coleta de lixo, como, por exemplo, o grupo francês Seuz que presta serviços na cidade de Salvador. A Tabela 3.25 mostra, também, que os grupos privados locais têm participação importante na saúde.

Tabela 3.25 - Grupos empresariais segundo o controle acionário e o setor de atividade: Bahia, 2004

Grupo (1)	Sede	Controle acionário	Setor
Petrobrás	RJ	União Federal (58%); BNDES (14%); FND (5%)	Petróleo e gás
Telemar	RJ	Telemar Parts (53%); Previ BB (5%)	Telecomunicações
Telecom Italia Mobile	Itália	TIM Internacional	Telecomunicações
Aracruz	ES	Grupo Safra (28%); grupo Lorentzen (28%); Votorantin (28%); BNDES (12%)	Papel e celulose
Suez	França	Veja engenharia ambiental S/A e Battre Baía trans e tratam resíduos S/A	Saneamento
Ford Motor	SP	Ford (EUA)	Automotivo
BBM	BA	BBB Investimentos SA (53%), Família Mariani (28%); Pio X Parts SA (14%)	Banco, construção, petroquímica, seguros
Aliança da Bahia	BA	Paulo Sérgio Tourinho (30%); Maria Carvalho (16%); José Maria Costa (55)	Serviços: saúde
Metanor	BA	Petrobrás Química (49%); GPC (40%); Prosint Química (8%); Metanor/ ações de tesouraria	Petroquímica

Fonte: Gazeta Mercantil / Balanço Anual

(1)Estes grupos não tiveram empresas classificadas entre as 100 maiores do nordeste, entretanto aparecem entre as 300 maiores do Brasil.

3.5. Relações inter-regionais

No debate sobre desenvolvimento nacional e regional, diversos autores têm enfatizado que a globalização pode colocar em risco o projeto de construção da nação, na medida que a abertura comercial brasileira e sua integração aos circuitos monetários e financeiros internacionais podem acarretar o enfraquecimento da integração produtiva inter-regional, substituindo-os por uma maior articulação com o mercado externo⁸⁹.

⁸⁹ De acordo com FURTADO (1992), está em curso o processo de a fragmentação da nação, isto é, a desarticulação do sistema econômico nacional em prol dos mecanismos de mercado e das decisões tomadas no âmbito das empresas transnacionais. Nas palavras do autor: “o quadro que já se configurou como tendencial é o do apagamento das articulações que constituem os atuais sistemas econômicos nacionais e de emergência de mecanismos de articulação de decisões descentralizados e transnacionais” (Furtado, 1992, p. 26). Dois fenômenos caracterizam a fragmentação dos sistemas nacionais: i) o enfraquecimento dos centros internos de decisão e ii) o afrouxamento das relações entre as regiões do Brasil.

O enfraquecimento dos centros internos de decisão se expressa pela “atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais” (Furtado, 1992, p.24), particularmente no que se refere às políticas de regulação macroeconômica. “A perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo” (Furtado, 1992, p. 29).

Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas (FURTADO, 1992, p.32).

A diminuição das interdependências econômicas entre as regiões brasileiras contribui para gerar tensões e rivalidades entre elas, além de por em marcha um processo de reversão da integração produtiva que transformou regiões autônomas com vínculos preferenciais com o exterior “num sistema econômico” (FURTADO, 1992, p.11). A inserção na globalização representa, portanto, uma ameaça a formação nacional do Brasil com a segmentação do

espaço econômico nacional entre regiões prósperas, que conseguiriam encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho e que buscariam aumentar seu grau de autonomia em relação ao poder central, e regiões atrasadas que, marginalizadas do comércio internacional, tenderiam a ser desarticuladas em partes estanques, vivendo fechadas sobre si mesmas (SAMAPIO JR., 1998, p. 8).

No caso da Bahia, nesse primeiro momento de desregulação econômica, o fluxo de mercadorias entre o estado e o sudeste teve diminuição, particularmente, no setor de bens de capital. Conforme a Tabela 3.26, o aumento das inversões na indústria foi acompanhado de um aumento na participação dos bens de capital na pauta de importações. Em 1995, a participação dos bens de capitais de 8,1% representou a “maior taxa dos últimos anos — demonstrando mesmo de forma tímida, os investimentos destinados à modernização do setor produtivo” (PROMO 1995, p. 9). Em 2001, a importação de bens de capitais atinge a sua maior participação nas importações totais do estado (31,1%), reduzindo-se para cerca de um quinto no ano de 2005.

Dentre os itens importados constam: máquinas e aparelhos com função mecânica, partes de bombas, centrifugadores, placas de memória, fornos industriais, roteadores digitais, turbinas,

Conforme vimos no capítulo 2, no regime de ampla liberdade para os fluxos de capitais, a determinação do câmbio e dos juros obedece à lógica dos mercados financeiros, isto é, dependem, em grande medida, da ação privada, debilitando esse instrumento de política econômica.

O segundo elemento que caracteriza o processo de fragmentação da nação é o afrouxamento das relações inter-regionais. Representa a diminuição das sinergias e da interdependência de interesses econômicos entre as regiões do Brasil, estabelecendo-se, em substituição aos vínculos entre regiões, maiores ligações com o exterior. Isso é resultado de um modelo de desenvolvimento que busca se apoiar, prioritariamente, na dinâmica do mercado externo e na inserção na globalização como motor do crescimento em detrimento de uma expansão com base no mercado interno. Com isso estabelece-se uma lógica de interesses ditados pelas relações internacionais com a transferência das decisões de investimentos para as multinacionais e não com base nas necessidades da população ou de desenvolvimento do país.

unidades de distribuição de conexões de redes, compressores etc. De acordo com Veiga (2002), as máquinas, equipamentos e partes de peças para a indústria eletrônica são importados dos países asiáticos ou daqueles que conformam o NAFTA, enquanto partes de peças para as indústrias de automóvel e mecânica — que anteriormente buscava as máquinas e equipamentos da região sudeste — vem da União Européia⁹⁰. A contrapartida para a economia nacional da substituição de bens domésticos por importações foi a queda na produção do setor de bens de capital, conforme vimos no capítulo II, o que representa um aprofundamento da dependência tecnológica do país na medida que a expansão da capacidade produtiva, inclusive da economia baiana, depende da produção externa.

Tabela 3.26 – Participação nas Importações totais por categorias de uso: Bahia, 1995 - 2005

Setores de Contas Nacionais	Importações segundo a categoria de uso por ano (%)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BENS DE CAPITAL	8,1	12,8	14,0	17,6	14,8	20,2	31,1	24,2	18,2	21,7	22,8
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	nd	nd	nd	nd	14,7	10,6	20,8	18,5	13,8	18,0	19,2
EQUIP. DE TRANSP. P/USO INDUSTRIAL	nd	nd	nd	nd	0,1	9,6	10,3	5,6	4,4	3,7	3,7
BENS INTERMEDIARIOS*	80,5	48,2	38,6	40,5	46,0	35,4	35,0	41,8	47,7	43,2	37,6
ALIMENTOS E BEBIDAS P/INDÚSTRIA	nd	nd	nd	nd	10,0	5,3	4,1	8,5	9,1	4,4	3,7
INSUMOS INDUSTRIAIS	nd	nd	nd	nd	34,9	29,8	29,6	31,2	34,8	36,6	31,7
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIP.DE TRANSPORTE	nd	nd	nd	nd	1,1	0,3	1,3	2,2	3,8	2,2	2,2
BENS DIVERSOS	nd	nd	nd	nd	---	---	---	---	---	---	---
BENS DE CONSUMO*	5,1	3,8	5,1	6,4	2,7	9,9	12,2	15,1	11,1	8,9	7,0
DURAVEIS	nd	nd	nd	nd	0,3	8,5	11,2	13,8	10,3	8,1	6,1
NÃO DURAVEIS	nd	nd	nd	nd	2,5	1,4	1,0	1,2	0,8	0,8	0,8
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES*	6,3	35,2	42,4	35,6	36,4	34,6	21,7	19,0	23,0	26,1	32,6

Fonte: SECEX/MIDC

nd= não disponível

Na década de 80, a maior ligação com o exterior era um movimento conjuntural. As exportações eram a alternativa encontrada pelas empresas para sobreviver à redução do dinamismo interno, tão logo o mercado brasileiro se expandisse, reduzia-se o volume exportado. As especializações regionais que emergiram após o longo processo de crescimento da economia brasileira de 1950 até 1980 permitiram que os estados produtores de bens agro-industriais, papel

⁹⁰ A indústria mecânica apresentou um decréscimo na participação do VTI, como podemos ver na Tabela 3.4, entre outros motivos, pela desestruturação do Centro Industrial de Aratu (CIA), onde algumas empresas, após o término de vigência da renúncia fiscal do Estado, se transferiram para mercados mais dinâmicos (GUERRA e GONZALEZ, 2001), ou substituíram a produção interna pela importação.

e celulose, química, borracha e metalurgia substituíssem a demanda interna pelas exportações (PACHECO, 1998).

Nos anos 90, a política de abertura levou ao afrouxamento dos encadeamentos inter-setoriais e inter-regionais. A diminuição dos componentes nacionais nos bens finais, por conta da substituição da produção de máquinas e insumos pela importação, resultou na diminuição das sinergias entre as distintas regiões brasileiras.

A movimentação de buscar uma maior articulação com o exterior ocorreu tanto da economia de São Paulo que “mais recentemente vem-se abrindo, gradativamente, para o exterior e se fechando mais em relação as demais regiões brasileiras” (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 22), quanto das classes dominantes do nordeste ao utilizar as “vantagens” tradicionais da região — exploração dos recursos naturais, salários mais baixos — e a propriedade das terras para viabilizar a associação com os capitais internacionais.

O governo estadual, através de seu programa de desenvolvimento, tem estimulado a ampliação das relações internacionais na Bahia via incentivos fiscais e creditícios. Entretanto, o movimento de internacionalização da economia baiana se apoiou fortemente nas empresas dos setores automobilístico, de autopeças e de informática que possuem um alto coeficiente de importação de componentes e peças, e nas privatizações dos sistemas de telefonia e energia.

Conforme podemos ver na Tabela 3.27, o saldo da Balança Comercial do estado da Bahia foi diminuindo desde o ano de 1995 até permanecer por dois anos consecutivos (2000 e 2001) com resultado negativo. Esse saldo expressou tanto a diminuição das exportações quanto o aumento das importações, movimentos associados aos aspectos conjunturais da economia brasileira como a sobrevalorização cambial até 1999, mas também, aos novos investimentos, em especial, a instalação da Ford nos anos de 2000 e 2001.

Embora a partir de 2002 o saldo tenha se recuperado — a recessão diminuiu o valor das importações e o crescimento da economia internacional aumentou as exportações em 2004 — a variação das importações (290%) foi superior a das exportações (248%), o que, provavelmente, reflete o componente estrutural de aumento das importações.

Tabela 3.27 - Exportações, importações e saldo da Balança Comercial: Bahia 1994 - 2005

ANO	Balança Comercial (US\$ 1.000 FOB)		
	Exportações	Importações	Saldo
1994	1.720.587	849.759	870.828
1995	1.919.192	1.385.220	533.972
1996	1.846.130	1.462.135	383.994
1997	1.867.606	1.597.270	270.336
1998	1.829.457	1.500.877	328.581
1999	1.581.146	1.469.543	111.602
2000	1.942.968	2.241.620	-298.652
2001	2.119.651	2.274.442	-154.791
2002	2.410.037	1.877.606	532.431
2003	3.258.772	1.945.252	1.313.520
2004	4.062.916	3.021.129	1.041.787
2005	5.987.744	3.310.799	2.676.945
Var.% 1994 - 2005	248	290	

Fonte: SECEX/MIDC

No movimento de internacionalização da economia baiana, acima mencionado, surgiram:

novos atores empresariais diretamente conectados, seja pelos investimentos, seja pelas exportações, seja ainda por ambos os canais, com o mercado mundial. A esses setores se pode acrescentar o de produção de madeira, que também consolida em conexão direta com o mercado internacional, mas envolvendo essencialmente empresas que já atuavam no estado (VEIGA, 2002, p. 51).

Além disso, Pedrão (2003) assinala o comportamento dos governos municipais como agentes ativos da internacionalização da economia baiana através da captação de financiamentos de organizações internacionais. Tais convênios exigem uma série de contrapartidas para os locais que recebem os financiamentos e, desse modo, acabam imprimindo uma dinâmica de internacionalização às atividades produtivas das mais diversas regiões do estado⁹¹.

Tais organizações acabam, também, interferindo na conformação da divisão produtiva entre as regiões da Bahia e no perfil setorial da produção ao elegerem os segmentos alvos dos investimentos. Do mesmo modo, conforma-se uma estrutura produtiva que utiliza uma base técnica compatível com a produção de bens de alto conteúdo tecnológico consumidos nos mercados internacionais.

⁹¹ A agricultura, o turismo e a gestão dos recursos ambientais têm sido alvos de diversos programas como: Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, Projeto Biodiesel, Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial (APL), que agem nos ramos da caprinovinocultura, confecções, fruticultura, ecoturismo, piscicultura, rochas ornamentais, e o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz II). Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>> acesso em 17 de agosto de 2006.

Além dos capitais estrangeiros que aumentaram a sua participação na economia do estado, observou-se que os capitais oriundos do sul e sudeste estenderam sua participação na Bahia para segmentos como o de calçados e o de alimentos e bebidas.

Esses dois movimentos, aparentemente contraditórios, de fortalecimento das ligações com o exterior e de ampliação de investimentos econômicos vindos da região sul e sudeste, em alguns setores de atividade, ocorrem porque a região nordeste e a Bahia são duplamente determinados, isto é, sofrem influência dos movimentos dos capitais internacionais e dos capitais nacionais.

Desse modo, a determinação da estrutura de propriedade nos diversos setores de atividade da região — se estrangeiro ou nacional oriundo principalmente do sudeste — será determinado pelo rearranjo da indústria e dos grupos brasileiros após a abertura comercial. Isto é, o padrão de reestruturação produtiva de cada setor e a conformação da “nova” divisão setorial do trabalho entre capitais nacionais e estrangeiros é o que vai determinar quais setores serão comandados pelo capital estrangeiro e quais serão comandados pelo capital nacional. A determinação do perfil da propriedade da indústria baiana está, portanto, fora da determinação local⁹².

A partir dos segmentos anteriormente estudados, podemos exemplificar essa dupla determinação: como a reestruturação produtiva da petroquímica resultou na predominância de capitais nacionais, o perfil desse setor na Bahia também é nacional, o mesmo ocorre para o segmento de calçados que, embora apresente empresas estrangeiras têm na sua estrutura de propriedade a predominância dos capitais do sul e sudeste.

No caso do segmento de celulose, houve a ampliação da participação do capital estrangeiro, em especial do europeu, refletindo-se também na estrutura de propriedade do estado. Por fim, o setor automotivo e de autopeças que apresenta um nível elevado de internacionalização é quase totalmente formado por empresas de capitais estrangeiros.

Note que, tanto os capitais estrangeiros quanto os nacionais apresentaram um padrão de investimentos e de organização da produção que não transfere todo o processo produtivo para o estado. A localização da produção obedece a uma divisão inter-regional do trabalho, onde as indústrias do nordeste e as atividades produtivas aí desenvolvidas baseiam-se na exploração dos

⁹² Vimos no capítulo II que, de acordo com Caio Prado, o capital nacional está subordinado ao poderio financeiro e tecnológico das grandes empresas transnacionais que acabam por escolher as atividades mais importantes e lucrativas, deixando à iniciativa privada nacional outras atividades que lhes são de menor interesse. A definição da estrutura de propriedade da indústria brasileira e, por conseguinte da indústria baiana, estará condicionada pela supremacia dos capitais internacionais.

recursos naturais da região e nos níveis de exploração mais elevada da força de trabalho. Desse modo, o modelo implantado não superou o baixo encadeamento produtivo local da indústria baiana, ao contrário, agrava-o na medida que, além da compra de insumos e componentes do sudeste, temos parte do processo produtivo situado em outros países.

Isso ocorre porque, conforme tem assinalado a literatura de economia regional, os novos padrões técnicos de localização favorecem as regiões com melhor infra-estrutura, centros de pesquisa e universidades, resultando na instalação “das plantas de maior conteúdo tecnológico e complexidade (máquinas-ferramentas, automação industrial, telecomunicações, informática, eletrônica, fármacos, biotecnologias, etc.) na região mais desenvolvida do País.” (BRANDÃO, 2003, p.128/129)⁹³.

Entretanto, como a globalização não significa apenas excelência tecnológica, mas, também, a exploração da mão-de-obra e o uso irracional dos recursos ambientais como parte das estratégias de reestruturação, as empresas aproveitam essa “potencialidade” do nordeste e da Bahia em seus projetos de expansão, instalando no estado os processos mais intensivos em mão-de-obra como o segmento de calçados ou a produção de bens de menor valor agregado e dependente de fatores naturais como a produção de celulose. No caso dos bens de maior conteúdo tecnológico, importam grande parte dos componentes que utilizam como no caso do setor automotivo.

Essa configuração produtiva ocorre porque prevalece a lógica das transnacionais e do setor privado nacional que tendem a aprofundar os aspectos estruturais de uma determinada região ou estado, tornando evidente, como nos referimos anteriormente, que as empresas não se dedicam a investir ou desenvolver regiões de vazios econômicos, elas se instalam onde já existe uma estrutura capaz de ser aproveitada em seus respectivos processos de acumulação. Ou seja, é sobre a base da divisão espacial da produção no estado da Bahia e da espacialização dentro do Brasil que o mercado vai agir, aprofundando as características da economia baiana.

⁹³ Diversos estudos têm demonstrado que estaria em curso um processo de reconcentração espacial das atividades produtivas com os investimentos industriais ficando restritos a São Paulo e seu entorno, envolvendo no máximo a área que vai do centro de Minas Gerais até Porto alegre (DINIZ e CROCO, 1996). Tal configuração estaria associada ao MERCOSUL já que as empresas que se instalaram no Brasil após a abertura, bem como, aquelas que já atuavam no país pretendem explorar as oportunidades abertas pela integração econômica.

3.6. Mercado de Trabalho

A análise do mercado de trabalho requer a adoção da desagregação das informações por espaço geográfico, isso porque as características ocupacionais da Região Metropolitana são bastante diferenciadas daquelas encontradas no conjunto das demais regiões do estado. Tais diferenças resultaram da trajetória da economia baiana que concentrou as atividades econômicas mais importantes em Salvador e nas cidades do Recôncavo. Enquanto, um grande número de municípios se organizaram economicamente em torno da agricultura para o mercado interno, para a exportação ou para subsistência e assim permaneceram, dado o limitado alcance da industrialização do estado.

A desagregação permite, ainda, evidenciar como os diferentes espaços reagiram, do ponto de vista da ocupação, aos investimentos realizados e se ocorreram a geração de alternativas de emprego e renda fora do espaço compreendido pela RMS. Nesse aspecto, seria desejável um maior nível de desagregação, entretanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a base de dados utilizada, não permite⁹⁴.

A Tabela 3.28 mostra alguns indicadores do mercado de trabalho na Bahia com a espacialização dessas informações para a RMS e as Demais Regiões. O primeiro deles é a População em Idade Ativa (PIA), composta pela população residente no estado com idade igual ou superior a 10 anos. Esse indicador está fortemente influenciado pela dinâmica demográfica, já que o crescimento vegetativo (fecundidade – mortalidade) e as migrações (imigração e emigração) são responsáveis pela variação do tamanho da população, conformando a mão-de-obra potencial no mercado de trabalho de uma dada região.

No caso da Bahia, diversos estudos assinalam que está em curso um processo de transição demográfica iniciado nos anos de 1970, mas que ganha corpo nos anos de 1980 e 1990⁹⁵. Essa transição está caracterizada pela diminuição da Taxa de Fecundidade Total (TFT) que era de 6,2

⁹⁴ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) traz dados desagregados até o nível municipal, entretanto, não foi escolhida por se restringir ao mercado de trabalho formal (estatutário, celetista, temporário e avulso). Além disso, a RAIS é um registro administrativo de caráter declaratório, estando sujeito a erros no preenchimento do questionário o que, apesar dos avanços assinalados pelo MTE, diminui a confiabilidade da pesquisa.

⁹⁵ Ver SEI (1998); CARVALHO e MURICY (2001) e SEI (2003a).

filhos por mulher, em 1980, e passou para 2,7 filhos em 1997. A redução, embora em magnitude diferente, foi verificada em todas as camadas sociais e nas áreas urbanas e rurais.

Essa significativa diminuição da fecundidade, em menos de 20 anos, resultou na queda da participação, na população residente, daqueles entre 0 e 14 anos com especial destaque para crianças entre 0 e 9 anos de idade, cuja taxa de crescimento foi negativa entre 1980 e 1996 (SEI, 1998).

No que se refere aos movimentos migratórios — também importante na definição da PIA —, a Bahia ainda é um estado de migração líquida, ou seja, a saída de pessoas é superior ao ingresso. É por isso que, mesmo apresentando um crescimento vegetativo de 1,32% a. a. entre 1991 e 2000, o estado cresceu, no mesmo período, 1,08% a. a., abaixo do Brasil e do Nordeste, que tiveram taxas de, respectivamente, 1,63% a. a. e 1,30% a. a. Note que o crescimento populacional da Bahia verificado na última década esteve abaixo daquele verificado nos vinte anos anteriores, que foi de 2,35% a. a. entre 1970-1980 e 2,09% a. a. entre 1980-91.

A confluência dos fenômenos acima descritos, em especial a diminuição da fecundidade, resultou no aumento da proporção daquelas faixas etárias acima dos 10 anos de idade no total da população e, portanto, no aumento da PIA. Na Tabela 3.28, podemos verificar que a participação da PIA na população residente, entre 1995 e 2004, aumentou tanto na RMS (de 80,2% para 83,1%) quanto nas Demais Regiões (de 76,6% para 80,2%).

No caso da População Economicamente Ativa (PEA), o perfil dos movimentos migratórios interferiu na sua evolução diferenciada na RMS e nas demais regiões. Considerando as 15 regiões da Bahia no Mapa 2⁹⁶: i) duas — RMS e Extremo Sul — apresentaram sugestivo de ganhos populacionais, durante os anos 1990, associados à migração, visto que apresentaram taxas de crescimento vegetativo acima da faixa referencial adotada; ii) quatro — Baixo Médio São Francisco, Litoral Norte, Sudoeste e Oeste — não apresentaram sugestivo de perdas ou ganhos associado à migração, apresentando crescimento populacional na faixa do vegetativo; iii) sete

⁹⁶ As informações sobre as áreas de atração ou de expulsão populacional se constituem enquanto indicativos, uma vez que a mensuração precisa requer dados sobre o crescimento vegetativo e as migrações não disponíveis no Censo Demográfico. A classificação foi feita criando-se “uma faixa referencial de taxas de crescimento vegetativo em torno da estimada para o estado, sob a hipótese de que tal faixa daria conta, ou seja, contemplaria a variabilidade das (desconhecidas) taxas de crescimento vegetativo dos municípios baianos. [...] os municípios de maior atratividade migratória seriam aqueles que apresentaram, num dado período, taxas de crescimento mais elevadas do que a do limite superior da referida faixa referencial (de taxas de crescimento vegetativo que orbitam em torno da estimada para o estado). Por sua vez, seriam causadores de expulsão de população os municípios com as taxas de crescimento abaixo do limite inferior da faixa de variabilidade do crescimento vegetativo do estado. Aqueles em que a taxa de

regiões — Recôncavo Sul; Médio São Francisco, Serra Geral, Nordeste, Chapada Diamantina, Paraguaçu e Irecê — apresentaram sugestivo de emigração líquida ; iv) e duas regiões — Litoral Sul, Piemonte da Diamantina — apresentaram indicativo de emigração líquida com perdas absolutas de população (DIAS, 2003).

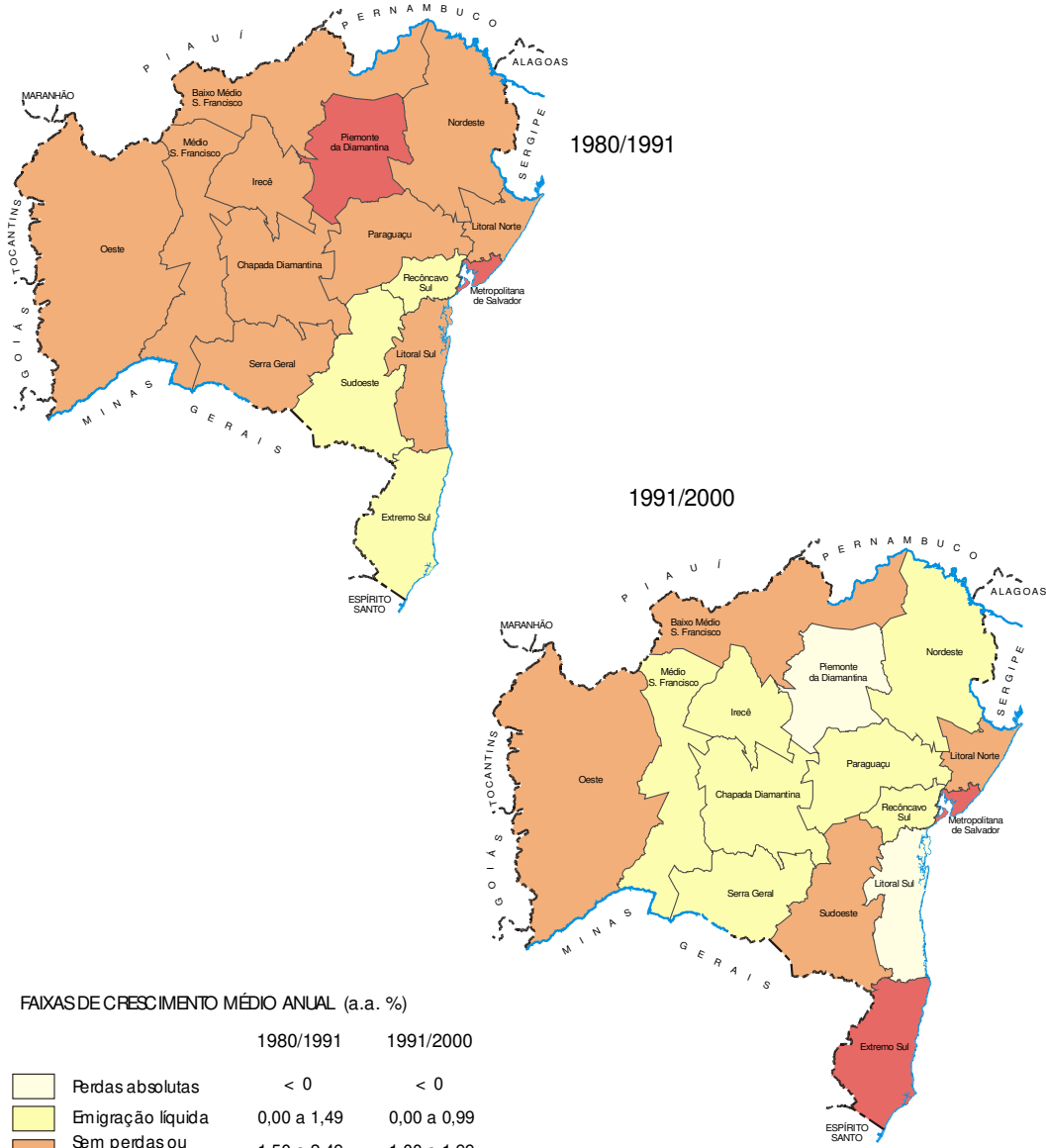
A RMS continua sendo, portanto, um espaço de imigração para aqueles que procuram alternativas de sobrevivência não disponíveis em suas regiões de origem⁹⁷. Como um dos determinantes principais desse deslocamento é a busca de emprego, observou-se uma pressão maior sobre o mercado de trabalho da RMS que resultou no crescimento da PEA superior ao da PIA.

O Mapa abaixo mostra, ainda, que poucas regiões mantiveram as tendências verificadas também nos anos de 1980, dentre elas a RMS que continuou apresentando taxas de crescimento sugestivas de imigração líquida. Em outras oito regiões houve uma modificação na situação demográfica, passando-se de regiões *Sem perdas ou ganhos líquidos* para regiões de *Emigração líquida* ou de *Perdas absolutas de população*. Isso sugere que as condições de vida pioraram ao longo dos anos de 1990, nesses espaços, inclusive, no Litoral Sul, no Paraguaçu e no Recôncavo Sul que receberam alguns investimentos incentivados.

crescimento estivesse dentro dos limites dessa faixa referencial não teriam experimentado perdas ou ganhos migratórios” (SEI, 2003a, p. 12)

⁹⁷ Obviamente que nem todo esse contingente que saiu dessas regiões migrou para a RMS, sendo que uma parte se dirigiu para o Extremo Sul do estado ou para outras Unidades da Federação

Mapa 2⁹⁸ — Crescimento Demográfico da População, total por regiões econômicas: Bahia, 1980 - 2000



Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000



⁹⁸ Retirado de DIAS (2003).

Além do perfil das migrações, alguns indicadores do mercado de trabalho confirmam que, no período, houve a deterioração nas condições de vida da população ocupada no estado. Vejamos:

- Desemprego

Os dados da Tabela 3.28 mostram um incremento expressivo dos desocupados tanto na RMS quanto nas Demais Regiões. A taxa de desemprego na Bahia em 2004 (10,5%) era menor apenas do que a dos estados de Pernambuco (11,1%), São Paulo (11,3%), Rio de Janeiro (11,5%) e do Distrito Federal (14%). A RMS tinha, no mesmo ano, o maior índice de desemprego do país⁹⁹. Desse modo, fica evidente que, na Bahia, os investimentos feitos na indústria a partir da política de incentivos fiscais não lograram, até então, diminuir as taxas de desemprego vigentes no estado.

A menor proporção de desocupados nas Demais Regiões deve-se à estrutura setorial da ocupação. Como pode ser visto na Tabela 3.28, esse espaço ainda apresenta um perfil de ocupação predominantemente agrícola. A relevância da agricultura na absorção da mão-de-obra do estado (40% na Bahia e 51,7% nas Demais Regiões em 2004) remonta a organização da sua estrutura econômica e social com base na agricultura de exportação e nas atividades agropecuárias de subsistência. O desenvolvimento industrial posterior ficou espacialmente concentrado e não logrou gerar novas ocupações capazes de absorver parte expressiva dessa população do Estado.

Além disso, Borges (1993) assinala que a estrutura fundiária do estado contribuiu para manter um elevado percentual — em relação ao Brasil (21,0%) e mesmo ao Nordeste (36,2%)¹⁰⁰ — de ocupados na agricultura em 2004. O maior tamanho dos minifúndios comparado aos demais estados do Nordeste e a predominância da condição de proprietário do produtor sobre outras categorias como parceiros e arrendatários são causas importantes da fixação desses trabalhadores.

Considerando os dados sobre posição na ocupação — uma aproximação dos vínculos de propriedade com a terra — vemos que os *Não remunerados* e os *Trabalhadores na produção para o próprio consumo* representavam, em 2004, 23% dos vínculos ocupacionais. Além deles, uma parte dos *conta-própria* também está associada a agropecuária.

⁹⁹ Ver SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS (2004).

¹⁰⁰ Idem.

Desse modo, o vínculo de propriedade com a terra atua no sentido de fixar os trabalhadores na agricultura o que se reflete sobre as estatísticas de desemprego fora da RMS. Estes representam os pequenos produtores e os membros das suas famílias, ocupados na pequena produção agrícola tradicional. Alguns dos estudos mais recentes¹⁰¹ apontam também para a pouca atração exercida pela maior parte das cidades do estado — cuja economia não é capaz de gerar alternativas de ocupações — e o crescimento das pensões e aposentadorias como fatores que contribuíram para a fixação da mão-de-obra no campo.

Tais fatores permitem que a agropecuária continue como um setor importante na ocupação do estado e nas Demais Regiões, mesmo após várias destas terem experimentado um ciclo de modernização que incluiu o aumento da produtividade a partir do uso de insumos químicos, uso de máquinas, melhoramentos genéticos, irrigação — processos poupadores de mão-de-obra — e ampliação da monocultura (COUTO FILHO, 2004) que geralmente avança expulsando os pequenos produtores.

Apesar do movimento de diminuição da participação desse setor na ocupação, conforme a Tabela 3.28, a economia de subsistência formada ainda no período colonial, é importante meio de vida para parcela expressiva da população baiana.

- Posição na Ocupação

Tanto no espaço aqui denominado de Demais Regiões quanto na RMS podemos observar o aumento das relações mais instáveis no mercado de trabalho entre 1995 e 2004. No caso das Demais Regiões, o aumento do emprego sem carteira de trabalho assinada e a diminuição dos assalariados com carteira é a expressão da substituição dos vínculos de trabalho socialmente protegidos — isto é, com contrato de trabalho, contribuição previdenciária, FGTS, férias — pela inserção mais precária no mercado de trabalho.

Na RMS, além do aumento do emprego sem carteira tivemos a queda da participação dos funcionários públicos. Nesse caso, os planos de demissão voluntária que precedem as privatizações e a ausência de concursos públicos são as causas da diminuição. Outro dado que expressa a dificuldade de gerar alternativas de emprego e renda de melhor qualidade é a expressiva participação do emprego doméstico que ocupava, em 2004, cerca de 10,5% dos ocupados da RMS.

¹⁰¹ SEI (1999), SEI (2003b)

Tabela 3.28 - Variáveis selecionadas do mercado de trabalho: Bahia, RMS e Demais Regiões, 1995, 1999, 2001 e 2004

Variáveis Selecionadas	Bahia				RMS				Demais Regiões			
	1995	1999	2001	2004	1995	1999	2001	2004	1995	1999	2001	2004
Pop. Residente (em mil)	12.690	13.026	12.620	13.705	2.741	2.854	2.947	3.299	9.949	10.172	9.674	10.406
PIA	9.822	10.426	10.509	11.091	2.197	2.381	2.899	2.743	7.625	8.045	7.610	8.348
PIA / Pop. Residente	77,4	80,0	83,3	80,9	80,2	83,4	98,4	83,1	76,6	85,7	78,7	80,2
PEA	6.044	6.412	6.295	6.956	1.298	1.462	1.715	1.819	4.747	4.951	4.580	5.137
PEA/ Pop. Residente	50,6	52,4	49,9	50,8	47,3	51,2	58,2	55,1	51,6	52,7	47,3	49,4
Tx. de Atividade (PEA / PIA)	61,5	61,5	59,9	62,7	59,1	61,4	59,2	66,3	62,3	61,5	60,2	61,5
Ocupados	5.642	5.828	5.668	6.228	1.173	1.180	1.335	1.467	4.470	4.647	4.332	4.761
Desocupados	402	585	627	728	125	281	380	352	277	303	247	376
Tx. de Desocupação (desocup./PEA)	6,7	9,1	10	10,5	9,6	19,2	22,2	19,4	5,8	6,1	5,4	7,3
Ocupados por ramo de Atividade												
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adm. Pública	3,7	3,5	4,3	4,5	6,0	5,7	5,3	5,0	3,1	2,9	4,0	4,3
Agrícola	45,1	44,1	38,3	40,0	2,9	2,7	1,6	1,9	56,2	54,7	49,6	51,7
Comércio	10,8	11,8	12	14,6	18,1	18,6	17,9	21,6	8,9	10,1	10,1	12,4
Construção Civil	5,4	6,0	6,2	5,7	8,4	8,0	9,1	8,7	4,7	5,5	5,4	4,8
Ind de Transformação	5,6	6,0	5,8	6,6	8,9	8,4	8,7	10,8	4,7	5,4	4,9	5,4
Outras Atividades	1,2	1,1	1,2	3,8	3,0	2,5	2,7	10,2	0,7	0,8	0,8	1,9
Outras Ativ. Industriais	1,6	1,1	1,2	0,9	1,8	1,3	1,1	0,0	1,6	1,1	1,3	0,9
Serviços	15,3	14,1	16,5	13,2	29,2	27,6	29,5	23,9	11,7	10,7	12,5	9,9
Serv. Aux. da Ativ. Ec.	1,9	2,2	2,8	0,0	5,3	6,9	7,0	0,0	1	1,1	1,5	0,0
Social	6,9	7,1	8,1	10,4	11,7	13,1	11,6	16,7	5,6	5,6	7,0	8,5
Transp. e Comunicações	2,5	2,9	3,5	3,9	4,7	5,2	5,4	6,4	1,9	2,4	2,9	3,2
Ocupados por posição na Ocupação												
Conta Própria	27,2	28,2	28	26,7	23,4	22,9	24,7	23,2	28,1	29,6	29	27,8
Empregado sem Carteira	20,5	21,7	24,3	23,2	14,5	16,4	16,5	17,5	16,6	18,6	26,7	25,0
Empregado com Carteira	16,9	15,7	17,8	18,0	35,4	33,8	35	36,0	17,6	15,6	12,5	12,5
Funcionário Público	3,8	3,5	4,1	4,9	8	8,2	6,5	5,9	2,7	2,4	3,3	4,6
Empregador	2,4	3	3	2,8	3,8	4	3,7	3,5	2	2,7	2,8	2,5
Domésticos c/carteira	0,7	0,8	1,1	1,0	2,4	2,9	3,4	3,1	0,2	0,2	0,4	0,3
Domésticos s/Carteira	5,1	4,6	4,9	4,9	7,8	7,2	6,7	7,4	4,4	3,9	4,4	4,2
Trab. na Construção p/Uso	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,4	0,3	0	0,1	0,1
Trab. na Prod. p/Consumo	5,4	3,7	3,4	4,1	0,8	0,9	0,4	0,6	6,6	4,4	4,3	5,1
Não Remunerados	17,7	18,7	13,3	14,3	3,8	3,4	2,9	2,5	21,4	22,5	16,5	17,9

Fonte: PNAD/IBGE

- **Rendimento**

Na Tabela 3.29, podemos verificar como evoluiu, entre os anos de 1995 e 2004, o rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade no estado e na RMS. Chama atenção a significativa diminuição daquelas *Sem rendimento* na Bahia (passaram de 47% para 37%) e na RMS (de 40,7% para apenas 35,6%). Tais variações refletem a incorporação de mais pessoas no mercado de trabalho com vistas a complementar a renda familiar.

Observa-se, ainda, que o rendimento auferido desses novos ingressantes no mercado de trabalho é de até 2 Salários Mínimos (SM's) já que as três primeiras classes de rendimento foram as únicas que apresentaram aumento na participação de pessoas. Na Bahia, aqueles com até 1/ 2 SM e entre 1/ 2 a 1 SM foram os que mais cresceram, enquanto na RMS foram os que ganham até 1 / 2 SM e entre 1 a 2 SM's, confirmando as maiores remunerações recebidas no espaço metropolitano.

Os dados da Tabela 3.29 ainda demonstram que, em 2004, permaneciam as precárias remunerações vigentes no Estado, sendo que 33,1% das pessoas com 10 ou mais anos de idade tinham um rendimento médio de até 1 SM. Na RMS, essa proporção era de 25,2%. No período de 1995 a 2004, observou-se uma queda na proporção de pessoas que possuíam rendimento superior a 2 SM, indicando uma queda geral do rendimento tanto na Bahia quanto na Região Metropolitana.

Tabela 3.29 –Pessoas com 10 anos ou mais por classe de rendimento: Bahia e RMS, 1995, 1999, 2001 e 2004

Classe de Rendimento	Pessoas de 10 anos ou mais segundo o ano (%)			
	1995	1999	2001	2004
Bahia				
Até 1/2 SM	5,4	5,1	9,1	13,1
1/2 - 1 SM	17,6	20,0	21,7	22,0
Mais de 1 a 2 SM	14,5	13,6	13,7	15,8
Mais de 2 a 5 SM	9,3	10,0	8,0	7,5
Mais de 5 a 10 SM	2,9	2,6	2,2	2,1
Mais de 10 a 20 SM	1,3	1,2	1,1	0,9
Mais de 20 SM	0,7	0,6	0,4	0,3
Sem Declaração	1,4	1,1	1,2	0,9
Sem Rendimento	47,0	45,8	42,7	37,3
RMS				
Até 1/2 SM	3,7	4,1	4,8	9,2
1/2 - 1 SM	14,8	14,2	13,1	16,0
Mais de 1 a 2 SM	14,5	14,0	14,7	18,8
Mais de 2 a 5 SM	14,2	14,4	12,0	12,0
Mais de 5 a 10 SM	5,5	5,4	3,9	4,0
Mais de 10 a 20 SM	3,2	3,1	2,3	2,1
Mais de 20 SM	2,0	1,9	1,2	0,6
Sem Declaração	1,3	1,6	1,3	1,6
Sem Rendimento	40,7	41,4	34,9	35,6

Fonte: PNAD/ IBGE

Para análise do mercado de trabalho da RMS, utilizamos também os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desagregando as informações para Salvador e Demais Municípios para os anos de 1997 e 2005, observando os mesmos indicadores: desemprego, posição na ocupação e rendimento¹⁰².

Na Tabela 3.30, observa-se o crescimento do desemprego tanto em *Salvador* quanto nos *Demais Municípios*. Cabe destacar que nos *Demais Municípios* as taxas de desemprego são maiores, embora o maior percentual dos investimentos realizados, na RMS, tenha se dado nesse espaço, ou seja, dos R\$ 7,5 bilhões investidos na RMS, R\$ 7,4 bilhões foram nos *demais municípios* e apenas R\$0,1 bilhão em *Salvador*.

Isso ocorre porque existe uma divisão do trabalho interna na RMS na qual os *Demais Municípios* têm sua estrutura produtiva fortemente concentrada na indústria de bens intermediários e intensivas em capital, enquanto Salvador é um centro do comércio, dos serviços e abriga os órgãos públicos governamentais das esferas estadual e federal que são atividades que

¹⁰² A RMS é composta por dez municípios: Camaçari, Candeias, Dias´Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, Simões Filho, São Francisco do Conde e Vera Cruz.

podem ocupar um conjunto maior de pessoas. As inversões industriais que se verificaram nesse período mantiveram essa especialização.

Do ponto de vista da ocupação, nos *Demais Municípios*, observou-se um crescimento expressivo da participação da indústria de transformação cujo incremento foi de, aproximadamente, 50%. Mais uma vez houve poucos estímulos para os serviços e para o comércio que quase não alteraram sua participação na ocupação. O aumento do emprego se fez a partir do assalariamento, especialmente, com carteira assinada e com a diminuição do salário real dos trabalhadores.

Em *Salvador*, apenas os serviços aumentaram a sua participação na ocupação, o que reflete a divisão do trabalho a qual mencionamos anteriormente. Segundo Borges (1999), a expansão do segmento moderno no setor de serviços é obstaculizada pela concentração de renda do estado que não permite construir uma demanda para os serviços ligados ao lazer e ao entretenimento. O resultado é que o setor pode gerar poucos postos de trabalho com elevada remuneração e “se ampliam em grande parte, mais como resultado de estratégias de sobrevivência das famílias e indivíduos do que pela expansão da demanda efetiva” (BORGES, 2000, p. 294). A Tabela 3.30 mostra que houve queda de rendimentos também nos serviços e no comércio.

Do ponto de vista da posição na ocupação, observou-se o crescimento dos assalariados principalmente com carteira e a queda do rendimento real dos trabalhadores, que foi mais expressivo do que o verificado nos *demais Municípios*. Nesse caso, a queda maior em *Salvador* deve-se aos maiores salários vigentes nessa cidade em relação aos *Demais Municípios*.

Além das dificuldades de encadeamentos produtivos, a concentração de renda que vem se ampliando na RMS, dada a queda do rendimento real dos trabalhadores, é a responsável pelo diminuto incremento dos outros setores de atividade econômica, em especial, do comércio e dos serviços.

Em síntese, apesar da expressiva queda na fecundidade das mulheres baianas e dos movimentos de emigração para outras unidades da federação, houve o aumento do desemprego tanto nas Demais Regiões do estado quanto na RMS. Sem dúvida, a ampliação desse reservatório de mão-de-obra, no período, contribuiu para a queda geral do rendimento do trabalho com aumento da concentração de renda em favor do capital. Nos dois espaços aqui considerados (Demais Regiões e RMS) houve o aumento da precarização do trabalho expresso pelo aumento

dos assalariados sem carteira de trabalho em detrimento do emprego público e com carteira assinada, demonstrando que seu mercado de trabalho não consegue gerar alternativas de emprego e renda socialmente protegidos e com níveis salariais adequados a sobrevivência de sua população¹⁰³.

¹⁰³ A caracterização do trabalho infantil pode ser um indicador de precariedade do mercado de trabalho e das condições de vida da população de uma dada região. Entretanto, o significado da diminuição dessa modalidade de ocupação, nos anos 90 em todo o Brasil é um assunto controverso que requer um estudo mais aprofundado para ser resolvido, fugindo ao escopo desse trabalho.

Para fins indicativos, gostaríamos de salientar que, segundo os dados da PNAD/IBGE, na Bahia, em 1995, 26,7% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam ocupados, em 2004, essa proporção diminuiu para 15,9%. Na RMS, também foi observada uma queda na proporção daqueles com idade entre 5 e 17 anos que trabalhavam passando de 11,2%, em 1995, para 8,8% em 2004. Note que apesar da queda verificada, em termos absolutos, a Bahia tem o segundo maior número de crianças e adolescentes ocupados (557.770 ou 10,5% do Brasil), ficando atrás apenas de São Paulo (642.474).

O significado dessa diminuição é explicado de diversas formas: pode ser encarada como uma melhora do indicador de precariedade do mercado de trabalho; como efeito das políticas governamentais de erradicação do trabalho infantil ou ainda, como decorrente da substituição da força de trabalho infanto-juvenil pelo trabalho do adulto que estaria disposto a aceitar um nível de remuneração menor, dado os altos índices de desemprego. Para maiores detalhes, ver AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES (2000).

Tabela 3.30 - Variáveis Seleccionadas do mercado de trabalho e dos ocupados: RMS, Salvador, Demais municípios 1997 – 2005

Variáveis Seleccionadas (em %)	Nível Geográfico								
	RMS			Salvador			Demais Municípios		
	1997	2005	Var.%	1997	2005	Var.%	1997	2005	Var.%
Taxas de desemprego por tipo									
Total	21,6	24,4	13,0	20,4	23,6	15,7	27,2	28,1	3,3
Aberto	12,4	14,2	14,5	11,8	13,2	11,9	15,2	18,4	21,1
Oculto	9,2	10,2	10,9	8,6	10,3	19,8	12,0	9,7	-19,2
Trabalho precário	6,0	7,4	23,3	5,5	7,5	36,4	8,1	7,1	-12,3
Desalento	3,3	2,8	-15,2	3,1	2,8	-9,7	3,9	2,6	-33,3
Ocupados segundo os ramos de atividade									
Indústria de Transformação	8,3	9,3	12,0	7,8	7,8	0,0	10,8	16,1	49,1
Construção Civil	3	2,9	-3,3	2,8	2,5	-10,7	4,2	4,7	11,9
Comércio	17,9	16,1	-10,1	18,2	16,3	-10,4	16,3	15,2	-6,7
Serviços	58	60,8	4,8	58,5	62,4	6,7	55,8	53,2	-4,7
Serviços Domésticos	10,8	9,4	-13,0	11,2	9,6	-14,3	8,7	8,4	-3,4
Outros	1,9	1,6	-15,8	1,4	1,4	0,0	4,2	-	-
Ocupados segundo a posição na ocupação									
Assalariados	56,1	61,7	10,0	56,1	61,3	9,3	55,9	64,1	14,7
Assalariado Priv. Com Carteira	29,2	36,8	26,0	29,5	36,5	23,7	27,4	38,3	39,8
Assalariado Priv. Sem Carteira	10,8	11,5	6,5	10,4	11,7	12,5	12,8	10,7	-16,4
Assalariado Público	16,1	13,4	-16,8	16,2	13,1	-19,1	15,7	15,1	-3,8
Autônomos	24,5	22,8	-6,9	24,0	22,6	-5,8	27,5	23,0	-16,4
Autônomo Trab. p/Público	19,7	19,0	-3,6	19,1	18,5	-3,1	22,8	20,9	-8,3
Autônomo Trab. p/Empresa	4,8	3,8	-20,8	4,9	4,1	-16,3	4,7	-	-
Empregador	4,3	3,9	-9,3	4,6	4,2	-8,7	-	-	-
Domésticos	10,8	9,4	-13,0	11,2	9,6	-14,3	8,7	8,4	-3,4
Outros (2)	4,3	2,2	-48,8	4,1	2,2	-46,3	5,3	-	-
Rendimento Real Médio Trimestral dos Assalariados Privado ⁽¹⁾									
por Setor de Atividade									
Total	833	712	-14,5	878	732	-16,6	609	622	2,1
Indústria	1182	993	-16,0	1305	1107	-15,1	831	800	-3,8
Comércio	704	562	-20,2	740	590	-20,2	448	408	-9,0
Serviços	783	690	-11,8	821	706	-14,0	567	588	3,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

NOTA: Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em síntese, o programa elaborado pelo governo estadual está em consonância com o processo de desregulamentação da economia brasileira posto em prática no âmbito federal. Esse projeto teve como objetivo atribuir ao setor externo e as decisões de investimentos do capital privado um papel destacado na condução do crescimento econômico. Desse modo, procurou-se direcionar a economia nacional e baiana para uma inserção na globalização; procedeu-se a um

conjunto de privatizações e instituíram-se programas de incentivos fiscais com vistas a atrair investimentos privados.

Esse modelo, entretanto, não conduziu a reformas capazes de resolver os problemas estruturais do estado. Ao contrário, nesse período, reforçou-se as debilidades da economia baiana como: a dependência tecnológica, os baixos encadeamentos produtivos, a ampliação dos centros de decisão externos ao estado; a pequena capacidade de incorporação de mão-de-obra e o aumento da concentração de renda.

Desse modo, os incentivos fiscais serviram para reduzir o custo do capital das empresas beneficiadas e abrir novas frentes de acumulação ao capital privado nacional e estrangeiro, inclusive aqueles ligados aos mandatários locais. O distanciamento entre os objetivos propostos e os resultados do modelo implantado já se anunciava na inadequação dos instrumentos utilizados como podemos apreender da estrutura dos programas dos incentivos fiscais e creditícios, onde a concessão de isenções para a importação de matérias-primas não era (é) compatível com o desejo de encadeamentos produtivos locais.

Além disso, ressaltou-se a pouca eficácia dos programas de incentivos fiscais na atração e direcionamento dos investimentos, em particular, de grandes empresas. Conforme a literatura consultada, os incentivos podem ser critério de desempate mas não o condicionante das decisões de investimentos. No caso da Bahia, como ficou explícito, outros fatores que incluíram o perfil da estrutura produtiva do estado, o movimento de reestruturação dos setores intensivos em trabalho como o têxtil e calçados, a posição da economia baiana no nordeste e as definições estratégicas das empresas influenciaram na realização das inversões no estado.

Ainda assim, cabe analisar mais detidamente as supostas justificativas e pressupostos do projeto estadual e seus resultados:

1. O programa se pautou na idéia de que a existência de setores produtores de bens finais é central para assegurar o adensamento das cadeias produtivas, entendido como a produção local da matéria-prima até o produto final. Entretanto, se no período do modelo de substituição das importações a produção de bens de consumo final trazia consigo maiores chances de construir relações significativas com a economia local, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a fragmentação da produção por vários países, a diminuição dos encadeamentos produtivos e aumento da participação dos insumos estrangeiros na composição dos produtos finais impedem a verticalização da produção.

As informações analisadas demonstraram que os setores que receberam investimentos, embora tenham aumentado sua participação no VTI, não induziram a um novo dinamismo na economia estadual. Do mesmo modo, a estrutura da composição do VTI não oferece indícios de que a economia baiana esteja num período de transição, mudando sua especialização de bens intermediários para bens finais de maior conteúdo tecnológico¹⁰⁴, ao contrário, os dados mostram que apesar da instalação de empresas do setor de calçados e automóveis, a produção industrial do estado continua concentrada nos segmentos da petroquímica e de extração e refino de petróleo. Observa-se, assim, a dificuldade de promover modificações na estrutura econômica de uma região a partir das inversões privadas, na medida que, apesar da concessão de incentivos, os resultados desejados (estímulo à industrialização local) somente serão atingidos se estiverem em consonância com a estratégia das empresas que se instalaram na região.

Conforme demonstrado no estudo dos quatro subsetores de atividade (Petroquímica, Calçados, Papel e celulose e Automobilístico), na lógica das empresas privadas cabe a Bahia um perfil de investimentos e de organização da estrutura produtiva marcada por baixos encadeamentos produtivos locais e concentração da produção em atividades de menor conteúdo tecnológico, intensivas em trabalho ou que têm nos recursos naturais um importante fator de competitividade.

2. A tecnologia intensiva em capital agravou o problema do desemprego conforme mostraram os indicadores do mercado de trabalho que confirmaram o aumento continuado do desemprego, bem como, a queda da remuneração daqueles que possuem rendimento, mesmo na RMS o espaço mais dinâmico do estado. Os investimentos agravaram, também, a concentração fundiária em regiões de recente ocupação como o Extremo Sul.

Os dois movimentos (aumento do desemprego da concentração fundiária) têm reflexos sobre a distribuição de renda. Disso resulta que a Bahia continua um estado de emigração líquida, isto é, parte da população residente migra para outras unidades da federação em busca de alternativas de sobrevivência não encontradas no estado.

¹⁰⁴ Essa é a interpretação do governo estadual acerca dos resultados dos investimentos realizados. De acordo com essa abordagem, “a Bahia está na iminência de vivenciar um processo de transformação estrutural, em que o perfil de economia produtora de bens intermediários tende a ceder espaço a um arcabouço mais complexo” (MENEZES, 2000, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da economia baiana esteve marcada pela reprodução das estruturas que caracterizam o subdesenvolvimento dessa região. A saber: centros de decisão externos ao estado, alta concentração de renda, dificuldade de incorporação de mão-de-obra, concentração espacial da produção, baixo encadeamento produtivo e dependência tecnológica.

A permanência de tais elementos — muitos dos quais foram gestados ainda durante o processo de formação econômica e social desse estado — está associada à trajetória da economia brasileira, isto é, guarda relação com a posição do país na divisão internacional do trabalho e com os modelos econômicos adotados no Brasil, sendo que a implantação do neoliberalismo constitui mais um exemplo.

O projeto de desenvolvimento industrial é, portanto, a implantação deste modelo no âmbito estadual cujo resultado, conforme demonstramos ao longo do texto, foi a reprodução do subdesenvolvimento da Bahia. Portanto, longe de significar uma intervenção efetiva do poder público na condução da atividade econômica capaz de subordinar o crescimento econômico as necessidades da maioria da população — característico dos processos de desenvolvimento — tal projeto, ao deixar a cargo da iniciativa privada a condução do crescimento econômico, acarretou o fortalecimento das debilidades estruturais da economia baiana.

Não é fruto do acaso, portanto, que os objetivos de desconcentração da produção, de mudança do perfil produtivo da indústria — de bens intermediários para bens finais de elevado conteúdo tecnológico — e de geração de emprego e renda para a população não tenham sido alcançados. O fracasso do programa do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social se deve aos pressupostos adotados na sua elaboração donde se destaca o equívoco de considerar que a oferta de facilidades como benefícios fiscais e creditícios e a construção de uma infra-estrutura adequada ao capital seriam suficientes para criar um ciclo de crescimento, impulsionar o desenvolvimento tecnológico do estado e promover a incorporação de mão-de-obra aos processos econômicos.

Na prevalência da lógica do mercado e que se relaciona aos critérios de lucratividade e de retorno rápido dos investimentos, as empresas tendem a aproveitar o que as regiões têm para oferecer ao processo de acumulação do capital (infra-estrutura, condições naturais propícias ou

quaisquer outros fatores que interfiram na competitividade da firma) e não desenvolver novas características produtivas o que, para ser concretizado, ampliaria o valor das inversões necessárias, além de adiar e/ou tornar incerto a realização dos lucros. Desse modo, na medida em que optam pelos investimentos em setores e regiões que oferecem as maiores garantias de retorno, as empresas tendem a acentuar as características estruturais de uma dada economia e não modificá-las.

Não podemos, entretanto, analisar os efeitos dos investimentos e da aplicação do modelo neoliberal na Bahia como uma falha técnica ou ausência de mecanismos de planejamento público mais eficientes. A adoção do neoliberalismo se constituiu numa opção política que se não beneficiou o conjunto do estado serviu para reduzir o custo do capital e abri novas frentes de acumulação para os capitais privados locais, em especial, nas atividades do setor de serviços, anteriormente, sob o monopólio e responsabilidade do Estado.

Desse modo, a inadequação entre instrumentos e objetivos reflete o distanciamento entre discurso e prática, bem conhecido no Brasil, onde se procura dar um caráter coletivo e de defesa do interesse público (afinal quem não gostaria de criar um ciclo de crescimento da economia baiana capaz de reduzir o desemprego e melhorar a qualidade de vida de sua população) à implementação de reformas que prejudicam o conjunto da população e à utilização de recursos públicos em benefício de poucos, como aconteceu nos programas governamentais.

Apesar de ter havido a reprodução dos aspectos que caracterizam o subdesenvolvimento, podemos distinguir diferenças entre os efeitos da implantação do neoliberalismo daqueles resultados da adoção do modelo de industrialização por substituição de importações. Desse modo, cabe-nos agora fazer uma comparação entre os dois modelos de desenvolvimento econômico:

1. A tendência de poucos encadeamentos produtivos já fora observada no modelo anterior. Na fase de substituição de importações, os investimentos realizados na indústria de transformação da Bahia buscaram construir uma estrutura produtiva complementar aquela situada no sudeste do país e capaz de reproduzir dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. A divisão inter-regional do trabalho, o uso de tecnologia e processos de trabalho incompatíveis com a geração de empregos para um conjunto amplo da População Economicamente Ativa (PEA) significaram uma baixa difusão do progresso técnico, isto é, os investimentos ficaram circunscritos aos locais onde

foram realizados — a RMS — não engendrando significativos efeitos multiplicadores nem encadeamentos produtivos.

No modelo atual, o objetivo de reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos para propiciar uma maior inserção internacional da economia baiana, tende a agravar essa tendência de baixa difusão do progresso técnico, na medida que o padrão atual de acumulação do capital requer uma utilização ainda maior de capital e, por conseguinte, implica uma menor capacidade de geração de emprego.

Acrescente-se a isso, que o perfil dos programas de incentivos fiscais e creditícios na medida que concederam isenções fiscais e ofereceram linhas de financiamento nas operações de importações de matérias-primas ou componentes do produto final não induziram a consecução dos encadeamentos produtivos locais. Ao contrário, tais programas permitiram uma organização da produção fragmentada, característica do atual padrão de acumulação, onde as matérias-primas utilizadas e várias partes da produção são confeccionadas fora do estado, limitando ainda mais os encadeamentos produtivos locais.

Desse modo, conforme observamos, os investimentos realizados entre 1994 e 2004 não engendram efeitos multiplicadores capazes de iniciar um ciclo de crescimento ou modificar o perfil produtivo da indústria de transformação baiana, ao contrário, esta continua caracterizada por uma estrutura concentrada nas regiões mais desenvolvidas do estado, em especial na RMS, especializada na produção de commodities industriais e com o centro dinâmico localizado fora do estado.

2. O desemprego e a concentração de renda também mostraram uma tendência ao agravamento no modelo atual quando comparamos com o anterior. Se na fase de substituição de importações a intensividade em capital engendrou o subemprego e manteve uma parte significativa da população baiana ligada a econômica de subsistência, atualmente, os níveis mais elevados de capital diminuiram ainda mais a capacidade de incorporação de mão-de-obra da economia baiana, conforme mostraram os índices de desemprego. Há que se considerar, ainda, que o padrão de acumulação atual, predominantemente financeiro, implica em menores taxas de crescimento do produto e, por conseguinte, do emprego. Acrescente-se a isso, a ausência das inversões públicas que, anteriormente, serviram para compensar os poucos postos de trabalho gerados na indústria.

No que se refere a renda, na medida que a reprodução dos padrões de consumo dos países desenvolvidos exige um nível de acumulação não existente no país sua concretização impõe a ampliação do excedente nas mãos dos empresários. Essa transferência regressiva da renda se concretizou, no período que cobre esse estudo, pela diminuição dos salários daqueles que estão inseridos na produção — apesar do aumento da produtividade da economia baiana acarretada pela introdução das novas tecnologias — pela diminuição da necessidade de utilização de trabalhadores e pelo aumento da concentração fundiária.

3. A inserção na globalização acarretou a internacionalização dos centros de decisão o que significa que o poder de definição do que produzir, como produzir e o seu ritmo de expansão se afastaram, ainda mais, do alcance e da determinação dos governos locais e do conjunto da população do estado. As decisões referentes ao sistema econômico estão condicionadas pelas estratégias de concorrência das transnacionais e pelo perfil da reestruturação produtiva dos grupos nacionais localizados no sul e no sudeste do país.

Se a superação do subdesenvolvimento depende do reforço dos centros internos de decisão com vistas a direcionar a estrutura produtiva para a adoção do progresso técnico compatível com a incorporação da população em idade ativa, a internacionalização produtiva da indústria baiana, ao colocar o controle de parte importante do processo produtivo ainda mais fora da determinação local, dificulta ainda mais a superação do subdesenvolvimento desse estado.

A internacionalização produtiva da indústria baiana ao transferir os centros de decisão para o exterior agravou o problema de ausência de dinamismo interno que caracteriza a trajetória de sua economia. Enquanto no modelo de substituição por importações os centros de decisão se restringiam ao âmbito nacional onde os governos estaduais poderiam ter alguma capacidade de intervenção, agora a determinação da expansão da produção e do emprego dependem das estratégias globais dos grandes conglomerados e dos critérios de lucratividade dos grupos transnacionais, onde a capacidade de intervenção desses governos é praticamente nula.

Ressalte-se, ainda, que a maior integração produtiva com o exterior foi feita em detrimento da ligação da Bahia com outras regiões do Brasil, isto é, durante o período, substituiu-se ligações comerciais, financeiras e produtivas entre as unidades da federação por ligações preferências com o exterior, o que representa uma ameaça a formação nacional.

5.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BAHIA NO NORDESTE E NO BRASIL: INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS 1989 – 2001. Salvador: V. 2, SEI, 2002.
- ALBAN, Marcus. *O Projeto Amazon e seus Impactos na RMS*. Trabalho apresentado a SEPLANTEC, outubro de 2000.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, v.1, n.º 1, Salvador: Fundação Pesquisa CPE, set./out. 1973.
- ALVES, Maria Abdia da Silva. Guerra Fiscal e Finanças Federativas no Brasil: O Caso do Setor Automotivo. Campinas: Dissertação de Mestrado — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (IE), 2001.
- ANDRADE, José Célio S. Processo de emergência e consolidação do “padrão eucalipto” na Aracruz celulose. In: *Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político- institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz celulose S.A. (1990- 1999)*. Salvador: Tese de doutorado — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Administração (EA), 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Cap. 9. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?. In: *Ensaio Sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli; MENEZES, W. F. ; FERNANDES, C. M. *Fora do lugar. Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho*. NABUCO, Maria Regina (org.). São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho — ABET, 2000
- BAHIA (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Diretoria de Investimentos. *Incentivos governamentais*, v. 1. Salvador: SICM/DI, 1993.
- _____. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *Programa de promoção do Desenvolvimento da Bahia — PROBAHIA* —. Salvador: SICM/DI, 1994.
- _____. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *Bahia Investimento*, Salvador: SICM, Ano V, n. 2, jun/1998.
- _____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria calçadista na Bahia*. Salvador:, 2000a.
- _____. Secretaria do Planejamento (Seplan). *Orçamento ano 2001*. Lei n.º 7755 de dezembro de 2000, Decreto nº 428 de 28 de dezembro de 2000 que aprova o orçamento analítico. Salvador: 2000b.

_____. Secretaria do Governo do Estado da Bahia. *Decretos*. Salvador, 2000c. Disponível em: <www2.bahia.ba.gov.br/CGI-BIN/om_isapi.dll?clientID=687817997&infobase=decretos&record=%7B46279%7D...> - 73k - > Acesso em 17 de nov de 2006.

_____. Desembahia. Agência de fomento do Estado da Bahia. *Relatório Anual 2001*. Salvador: Desembahia, 2001. Disponível em: <http://www.desembahia.ba.gov.br/recursos> Acesso em 10 de nov de 2006.

_____. Secretaria do Planejamento (Seplan). *Orçamento ano 2002*. Lei n.º 7991 de dezembro de 2001, Decreto n.º 01 de 02 de janeiro de 2002 que aprova o orçamento analítico. Salvador: 2002.

_____. Secretaria do Planejamento (Seplan). *Orçamento ano 2003*. Lei n.º 8537 de 19 de dezembro de 2002, Decreto n.º 8411 de 30 de dezembro de 2002 Decreto financeiro n.º. 15 de 11 de dezembro de Salvador: 2002.

_____. Secretaria do Planejamento (Seplan). *Orçamento ano 2004*. Lei n.º 8968 de dezembro de 2003, Decreto Financeiro n.º. 402 de 30 de dezembro de 2003 Salvador: 2003.

BANCO DO NORDESTE. *Investimentos e Inovações tecnológicas no complexo químico do nordeste*. Estudos Setoriais 3. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BAUMANN, Renato. Brasil em los años noventa: uma economia em transición. *Revista de la CEPAL*. No. 73, Santiago de Chile, p 149-172, 2001.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Luciano G. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*. n.1. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

BORGES, Ângela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia, *Bahia Análise & Dados*, V. 3, n; 2, p. 57-71, Salvador: SEI, setembro, 1993.

BORGES, Ângela. Trabalho e Emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: *BAHIA 2000*, Salvador: SEI, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos regionais*. Campinas: Tese de Livre-docência — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (IE), 2003.

_____. *Anotações sobre o Capital Mercantil: análise de sua natureza e estudo das formas através das quais ele dá a tônica da valorização de capitais no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006.

- CARDIM, Silvia Elisabeth de C. S., VIEIRA, Paulo de T. L. e VIÉGAS, José L. R. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/publicações>> Acesso em 15 de mar de 2006.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Caps. 7 e 10. São Paulo: UNESP, IE-Unicamp, 2002.
- CARNEIRO, Roberto Antônio F. *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo sul: principais vetores de crescimento*. Salvador: CPE, 1994.
- CARVALHO NETO, José Francisco de. A Reforma do Estado: O Caso Bahia. *Conjuntura e Planejamento* n. 54, 10-13, Salvador: SEI, nov. 1998.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*, Caps. 2 e 3 Salvador: FIEB, 2004.
- CENSO DEMOGRÁFICO Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, 1991.
- CENSOS ECONÔMICOS: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1940, 1950 e 1960.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI). *Reflorestamento na Bahia; avaliação e perspectivas*. Salvador: CEI, 1983.
-
- _____. *Perfis da Região econômica do Extremo Sul*. Série Perfis Regionais 1. Salvador: CEI, 1992
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL DA BAHIA (CEPEDES). *Eucalipto: uma contradição. Impactos ambientais, sociais e econômicos do eucalipto e da celulose no Extremo sul da Bahia*. Teixeira de Freitas: CEPEDES, 1992.
- CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (CPE). *A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa: 1850-1889: A Bahia no Século XIX*, V. 1 E v. 2, Salvador: CPE, 1978.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos de Campo no Brasil*. Goiânia: CPT, 1998 e 2004.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). Política de desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia. *Série Cadernos CAR 3*. Salvador: 1994.

- COSTA, Achyles Barcelos da. Cadeia: Couro - Calçados: Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.). Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.
- COUTINHO, Luciano G. Nota sobre a natureza da globalização. *Economia e Sociedade*. n.º 4. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1995.
- COUTO, Vitor Athayde. *O território do cacau no contexto da mundialização*. In: Bahia análise & Dados, v. 9, n.4, p. 38-52, Salvador: SEI, 2000.
- COUTO FILHO, Vitor Athayde. Produtivismo e Ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90. *Bahia Análise & Dados*, V. 13, nº 4, p. 969 – 990, Salvador: SEI, mar / 2004.
- DIAS, Noilton Jorge. Os impactos da moderna indústria no Extremo sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Bahia Analise & Dados*, v. 10, n. 4, p. 320-325. Salvador: SEI, 2001.
- DINIZ, Célio Campolina e CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo mapa da Indústria Brasileira. *Nova Economia* v. 6, n.1, Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FERNANDES, Bob. Dono da Propeg é testa-de-ferro de ACM. Terra Magazine Política. Salvador: 24 de abril de 2006 17h 14. Disponível em: <<http://www.terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI976452-EI6578,00.html>> Acesso em 18 de set de 2006.
- ESTATÍSTICAS CADASTRAIS MUNICIPAIS RECADASTRAMENTO 1998. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ INCRA, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br> Acesso em 17 de jun de 2004>
- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE , 1990.
- FALCÓN, Gustavo Aryocara de O. Proeminência do Capital Comercial na Economia Baiana (1850 – 1930). In: *A Economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões*, Salvador, CPE, 1981.
- FARIA, Vilmar E. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: *Bahia de todos os Pobres*, Petropolis: vozes, 1980.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB/ SEI, 1998.
- FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). *Violação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na monocultura do*

eucalipto: a Aracruz celulose e o estado do Espírito Santo – Brasil. Vitória: FASE, 2002. Disponível em: <<http://www.fase.org.br>> Acesso em 17 jun de 2004.

FERNANDES, Claudia Monteiro. O Complexo Coureiro-Calçadista — Uma Indústria Promissora. *Dez anos de Economia Baiana*. Série Estudos e Pesquisa n° 57. Salvador: SEI, 2002.

FERREIRA JR, Hamilton de M. Estratégia competitiva e impacto local: a indústria automobilística na Bahia. *Nexos Econômicos*. Vol. II, n° 1, Salvador: UFBA–FCE–CME, 2000.

FILGUEIRAS, Luís. *A História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FONSECA, Maria da Graça D. Cadeia: Papel e Celulose— Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.). Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.

FORD AUTOMOTIVE. *História*. Disponível em: [http:// www.ford.com.br](http://www.ford.com.br)> Acesso em 04 de out de 2005.

FRANCO, Gustavo. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 18, no. 3 (71), julho-setembro 1998a.

_____. O Plano Real em perspectiva de médio prazo. In: VELLOSO, João P. dos Reis. (coord.). *O Brasil e o Mundo no limiar do novo século (volume II)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998b.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Caps. 2 e 4. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*, 3ª edição, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1972.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* 5ª edição. São Paulo: Nacional, 1975.

_____. *O Brasil Pós-“Milagre”*, 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. *A Nova Dependência*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

_____. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A Fantasia Desfeita*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A Construção Interrompida*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O Capitalismo Global*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*, São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. *Formação Econômica do Brasil*, 32ª edição, São Paulo, 2003.

FURTADO, João. Cadeia: Petroquímica— Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.) Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.

GARCEZ, Angelina N. Rolim e FREITAS, Antonio Fernando G. de. *BAHIA CACAUEIRA: Um Estudo de História recente*. Série Estudos Baianos nº 11, Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979.

GENOVESE, Eugene. A Baixa Produtividade do Trabalho Escravo no Sul: Causas e Efeitos In: *A Economia Política da Escravidão*. Tradução: Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. *A questão agrária na Bahia*. Salvador: Grupo de Estudos Agrários, 1980.

GUERRA, Oswaldo e GONZALEZ, Paulo. Novas Mudanças Estruturais na Economia Baiana: Mito ou Realidade. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: v. 32, n.3, p. 308-321, jul-set, 2001.

GUIA INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia— FIEB, Superintendência de Desenvolvimento Industrial — SDI; Recife: EBGE, 2005.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *A formação e a crise de hegemonia burguesa na Bahia 1930-1964*, Salvador: Dissertação de Mestrado — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), 1982.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução a Formação Econômica do Nordeste*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. Estudos Avançados vol. 11, n. 29, São Paulo: Jan/abril, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em fev de 2006.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

- IBAMA. *Ibama multa multinacional por crime ambiental na Bahia*. Brasília: IBAMA, 2005. Disponível em: <http://www.Ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=3507> Acesso em nov de 2005.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos Fontes de dados e aplicações*. 3ª edição. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- JETIN, Bruno. A América Latina e o Brasil nas estratégias automotivas de internacionalização das firmas automobilísticas. *Nexos Econômicos*. Vol. II, nº 1, Salvador: UFBA–FCE-CME, 2000.
- LAPLANE, Mariano F., SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, no. 8, p 143-181, jun 1997.
- LAPLANE, Mariano. Internacionalização e Vulnerabilidade Externa. In: LACERDA, Antônio Correia (Org.). *Desnacionalização: riscos, mitos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio; SABBATINI, Rodrigo. *Empresas Transnacionais no Brasil dos anos 90: fatores de atração, estratégias e impacto*. Campinas: NEIT, 2002.
- LIMA, Carmen Lúcia; NASCIMENTO, Paulo Meyer; FERREIRA, Poliane; CAVALCANTE, Ricardo e MACEDO, Walter. *Fornecedores da Ford: Uma Avaliação Preliminar das Oportunidades de Investimento na Bahia*. Salvador: Desenbahia Estudo Setorial 01/02, set. 2002. Disponível em : <<http://www.desenbahia.ba.gov.br>> Acesso em 11 de nov de 2005.
- LUNG, Yannick. Os mercados emergentes do automóvel na década de 90 — motivações e limitações. *Nexos Econômicos*. Vol. II, nº 1, Salvador: UFBA–FCE-CME, 2000.
- MACHADO, Gustavo Bitencourt. *Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1995 e 2000: o surgimento de novos coletivos rurais*. Salvador: Dissertação de Mestrado — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), 2000.
- MATTINELLI, Flávia e SCHOENBERGER, Erica. Os oligopólios Estão de Boa Saúde, Obrigado! Elementos de reflexão sobre a acumulação flexível. In: *As Regiões Ganadoras Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. BENKO, George e LIPIETZ, Alain (org.). Tradução: Antônio Gonçalves. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- MATOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia no Século XIX: uma província do império*, Cap. 26 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MARX, Karl. Considerações Históricas Sobre o Capital comercial. *O Capital: crítica a economia política* 3ª edição. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

- MENEZES, Vladson. Bahia: Uma Economia em Transição. *BAHIA Análise & Dados*, v.10, n.3, p. 74-83, Salvador: SEI, Dez/ 2000.
- MONTENEGRO, Ricardo Peixoto e FILHA, Dulce Corrêa Monteiro. Estratégia de Integração Vertical e os movimentos de reestruturação nos setores petroquímico e de fertilizantes. *BNDES Setorial*: Rio de Janeiro: 1995. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/publicações>> Acesso em out de 2005
- OLIVEIRA, Ariovaldo U, de. *A Geografia de lutas no campo*, 10ª ed. São Paulo: contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da Nação*. Cap. 5. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- PEDRÃO, Fernando. *As raízes da Pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social*, Salvador: UFBA, 1985.
- _____. *O novo Nordeste e a ordem mundial*. Disponível em: <<http://www.fernandopedrao.org.br>> Acesso em 25 de jan de 2005.
- PELLEGRINO, Anderson César G. T. *O Nordeste de Celso Furtado: sombras do Subdesenvolvimento Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (IE), Campinas: 2003.
- PESQUISA ANUAL DOS SERVIÇOS (PAS). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1998.
- PILHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista Keynesiano. In. CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- PINHO, Simone Araújo de. Panorama das principais tendências da Migração Baiana (1995 – 2000): origem e destino dos migrantes dos municípios. In: Panorama da Migração dos Municípios baianos em 1995 –2005. *Serie Estudos e Pesquisas (SEP)* n.º 77, Salvador: SEI, 2006. (Em editoração)
- PORTO, Edgar. Descentralização Espacial e Concentração Econômica na Bahia. In: Dez Anos de Economia Baiana. *Serie Estudos e Pesquisas (SEP)* n.º 57, Salvador: SEI, 2000.
- PRADO, Sérgio & CAVALCANTI, Carlos Eduardo G. *A Guerra Fiscal no Brasil*. São Paulo: Fundap e Fapesp; Brasília: Ipea, 2000.
- PRADO JR., Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, Caps. 7 e 8. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PROMO: CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *BAHIAPLAST — Programa de desenvolvimento da indústria Plástica*, salvador: PROMO/SUDIC, 1997.

PROMO: CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo do Comércio Exterior da Bahia*. Salvador: PROMO/BA, 1995, 1998, 2001 e 2005.

QUEIROZ, Lúcia A. O Pólo de Informática de Ilhéus. *BAHIA Análise & Dados* V. 7, n. 3, p. 105-111, Dez/1997.

RECENSEAMENTO DO BRASIL de 1920, vol. V, Rio de Janeiro, 1927.

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS AO CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/viem/8742html>> acesso em 13 de novembro de 2006.

SAMPAIO, José Luís P. Indústria. In: *A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa: 1850-1889. Atividade Produtiva*, Salvador: CPE, 1978

_____. Origem e Evolução da Indústria na Bahia (1850-1930). In: *A Economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões*, Salvador, CPE, 1981.

SAMPAIO JR. Plínio A. *Globalização, ruptura do Padrão de Mobilidade social e Crise Federativa no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Entre a Nação e a Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SARTI, Fernando. Cadeia : Automobilística — Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.) Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SICM). *Pólo de Informática*. Salvador: SICM, 2005. Disponível em: <[http:// www. Sicm.ba.gov.br](http://www.Sicm.ba.gov.br) > Acesso em 12 de fev de 2005.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). *Estratégias de Desenvolvimento Regional*. Salvador: 2000. Disponível em: <[http:// www. Seplan.ba.gov.br/publicações.pdf](http://www.Seplan.ba.gov.br/publicações.pdf)> Acesso em 04 de mar de 2005.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). *Plano Plurianual 2004 –2007*, Salvador: 2004. Disponível em: <[http:// www. Seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual.htm](http://www.Seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual.htm) > Acesso em 04 de mar de 2005.

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

- SILVA, Domingos Nascimento. A estrutura fundiária do Estado da Bahia: considerações a partir do índice de Gini. *Conjuntura & planejamento* n.º 54. Salvador: SEI, 1998.
- SILVA, Luciana Acioly da. Tendências dos fluxos globais de investimentos direto externo. *Texto para discussão* n.º 1192. Brasília: IPEA, 2006.
- SILVICULTURA: BRASIL (1975/1977). Rio de Janeiro: IBGE, v. 1 (1975/1977, 1981.
- SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de e MURICY, Ivana Tavares. Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia: 1940/1997. *Série Estudos e Pesquisas (SEP)* n.º 52, Salvador: SEI, 2000.
- SUNKEL, Osvaldo & ZULETA, Gustavo. Neoestructuralismo versus neliberalismo em los años noventa. *Revista de la Cepal* n.º 42, Diciembre, 1990.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes no Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998.
- SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Novos Mundos Rurais Baianos, *Série Estudos e Pesquisas (SEP)* N.º 2, Salvador: SEI, 1999.
- SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Recentes Transformações no Rural Baiano. *Série Estudos e pesquisas (SEP)* N.º 68, Salvador: SEI, 2003a.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000. *Série Estudos e pesquisas (SEP)* Vol. 2, N.º 60, Salvador: SEI, 2003b.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. *História*. Disponível em: <[http://www. Suzano.com.br](http://www.Suzano.com.br)> Acesso em 24 de set de 2005.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador. UFBA, 1966.
- _____. *História da Bahia*. 10ª edição, Cap. XXI e XXII, Salvador: EDUFBA, 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira*. Cap. 3, Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Desenvolvimento no Brasil – Relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R. E MUSSI, C. (Orgs). *Políticas para a retomada do crescimento*. Brasília, IPEA/CEPAL, 2002.

TEIXIERA, Francisco Lima C. e VASCONCELOS, Nilton. Regime Automotivo, Maquiladoras Mexicanas e Indústria Coreana: Lições para a Bahia. *BAHIA Análise & Dados* V. 7, n. 3, Salvador: SEI, Dez/1997.

_____ e GUERRA, Oswaldo. 50 Anos de Industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *BAHIA Análise & Dados* V. 10, n.1, p. 87-98, Salvador: SEI, julho/2000.

TRABALHO E RENDIMENTO. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1995, 1999, 2001 e 2004.

UDERMAN, Simone e MENEZES, Vladson B. Os Novos Rumos da Indústria na Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: v. 29, n. especial, p. 715-737, Recife: julho 1998.

VEIGA, Pedro da Motta. A Bahia frente a ALCA e às negociações Mercosul — União européia. In: *Bahia Século XXI*. AVENA, Armando (org.). Salvador: SEPLANTEC, 2002.

VERACEL CELULOSE. *História*. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br>> Acesso em 12 de out de 2005.